

JOÃO PAULO COELHO DE SOUZA RODRIGUES

**A DANÇA DAS CADEIRAS: LITERATURA E POLÍTICA NA ACADEMIA
BRASILEIRA DE LETRAS (1896-1913)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de História do Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas, sob
a orientação do Prof. Dr. Sidney
Chalhoub

Este exemplar corresponde à redação final
da dissertação defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 25/03/98.

Banca:

Prof. Dr. Francisco Foot Hardman

Profa. Dra. Maria Clementina Pereira Cunha

Prof. Dr. Sidney Chalhoub (orientador)

Campinas, março de 1998.

R618d

34697/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
774/1998	
R 618 d	
V. 1	
134694	
395/98	
0	0
PREÇO R\$ 11,00	
DATA 11/08/98	
N.º CPD	

CM-C0115229-5

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Rodrigues , João Paulo Coelho de Souza
R 618 d A dança das cadeiras: literatura e política na academia
brasileira de letras (1896 -1913) / João Paulo Coelho de Souza
Rodrigues . - - Campinas, SP [s.n.], 1998.

Orientador: Sidney Chalhoub.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Política e literatura - Brasil. 2. Identidade.
3. Escritores brasileiros - Correspondência. I. Chalhoub, Sidney.
- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

*Ao vô Tônio, que incutiu em mim o gosto por ouvir e contar histórias,
e à vô Tita, que me ensinou que viver com alegria é o melhor remédio.*

SUMÁRIO

Agradecimentos	2
Uma república <i>nas</i> letras	5
Os homens cordiais	30
A deusa arte	87
Mesquinhezas imortais	137
O “x” da questão: a reforma ortográfica	195
Conclusão	239
Apêndice 1: ilustrações	244
Apêndice 2: patronos e acadêmicos entre 1897 e 1913	253
Bibliografia e fontes	256

AGRADECIMENTOS

É um lugar comum afirmar que a escrita de uma tese, de uma dissertação, monografia, de um livro, ou até mesmo de um simples artigo é uma atividade solitária; somente o autor e suas idéias *versus* o papel ou uma tela de computador branca, além das pilhas de anotações, livros, notas de referências e outras coisas do gênero. De certa forma, o que eu quero deixar anotada aqui é minha discordância com este ponto de vista. Agora que já terminei esta dissertação tenho a certeza de que não teria conseguido colocar o tão aguardado ponto final neste trabalho sem a ajuda de muitas pessoas que, voluntariamente ou involuntariamente, foram extremamente importantes para mim ao longo de todos estes anos.

O primeiro a quem quero agradecer é ao Sidney, instigante professor e orientador. Só aqueles que tem a sorte de tê-lo como orientador sabem o valor e a importância de seus comentários, a agudeza de suas observações, a abertura ao diálogo e a paciência na correção de meus textos (como ele sofreu em minhas mãos desde os primeiros tempos da graduação...). Também agradeço aos professores Maria Clementina Cunha e Edgar Salvadori de Decca pelos valiosos comentários durante a qualificação.

Aos meus pais, Lúcia e Paulo, devo não só um amor incondicional sempre presente em minha vida, mas também um apoio constante para seguir o rumo que escolhi. Sei que conto com os dois não só como pais, mas também como amigos e confidentes de primeira hora. Eles me ensinaram minhas mais valiosas lições de vida. Como não poderia deixar de ser, agradeço a sorte de ter duas “famílias alternativas” maravilhosas. A vocês - Ary, Vera, Rogério, Fernanda e Flávia - quero deixar aqui meu carinho e a certeza de que laços mais fortes do que o sangue nos unem e nos unirão para sempre.

Ao Enéas agradeço a paciência com minhas idiossincrasias e, sobretudo nestes últimos meses escrevendo esta dissertação, com meus acessos repentinos de mal-humor. Apesar de me brincar às vezes, em represália, com contínuas sessões de *Gal Fa-Tal*, não posso deixar de lembrar que seu gosto musical me ensinou a apreciar cantores e gêneros aos quais antes não dava o devido valor.

Nestes últimos meses de escrita, de correrias e de prazos a cumprir conheci uma pessoa que me deu a força e a confiança para resolver tudo com mais tranquilidade e felicidade: Adriana Marques, cuja beleza e carinho são uma prova de que o amor e o afeto podem valer mais do que a compenetração e o rigor acadêmico.

Meu muito obrigado para os colegas de graduação e de pós, que não só me brindaram com alegres cervejadas, forrós e papos dos mais variados, como também com instigantes discussões na linha de pesquisa em História Social da Cultura do programa de pós-graduação em História Social. Esta mistura de interesse acadêmico com interlúdios lúdicos (não seria ao contrário?) me deram o fôlego necessário para concluir este trabalho. Obrigado ao Paulo Fontes, Antonio Negro (Gino), Sílvia Cristina de Souza e Silva, Gláucia Marcondes, Gilberto Santoro Jr., Marilda, Ronaldo Trindade, Leonardo Pereira, Cristiana Schettini, Elciene Azevedo, Ana Paula Palamartchuk, Jefferson Cano, Silvana Blanco, Edilene e Luigi, Cândido Granjero, Antônio Liberac e Ana Rosa Clochet. Um abraço distante para Lúcia e Soraia, companheiras de pesquisas na Biblioteca Nacional durante o primeiro semestre de 1997, proporcionando-me relaxantes e divertidos almoços no centro do Rio. Outro abraço para o Alexandre Lazzari e para a Fabiane Popinigis pelas festas, pela amizade, interesse e leitura das primeiras versões de meus capítulos. Ao Aldrin Moura Figueiredo e à Cláudia Leal agradeço a indicação de textos, e à Alessandra El Far o

fornecimento das charges que ilustram o primeiro apêndice. Tenho uma dívida com Luciana Barbeiro, do CECULT, que me ajudou bastante com a inserção via computador das charges cedidas pela Alessandra. Ao Marco Aurélio Garcia e ao José Maria Jardim agradeço o incentivo para cursar e seguir a disciplina que abracei. Ao primeiro e ao Leon e Luciana dou meu muito obrigado pelas divertidas acolhidas em São Paulo e a amizade já de muitos anos. E um muito obrigado especial para a Geisa: mesmo que do outro lado do mundo, seus *mails* bem humorados foram extremamente gratificantes e seu interesse contínuo sobre minha pesquisa ajudou-me a ter certeza que esta pesquisa tinha futuro. Tomara que esta dissertação te agrade, amiga minha...

Não me esqueço também do Alexandre, do Luís Antonio, da Joana, do Sérgio, da Luciene, do Paulino e do Pedro, a quem o “cadeira 41” agradece de longe a ajuda e a prestatividade com que me brindaram na biblioteca e no arquivo da ABL. O mesmo faço para Lúcia Nolasco, da seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, pelas valiosas indicações de fontes.

E há ainda espaço pra um alô para todos da *Oficina de Cordas*, mais do que amigos e colegas de uma paixão comum, são uma lição de como se fazer música de ótima qualidade movidos pelo mais sincero amor e ausência de preconceitos musicais. Sem os ensaios e os concertos não me vejo como alguém completo nesta vida. As “Trilhas” que eles me abriram não serão nunca esquecidas...

Por fim agradeço ao CNPq por me permitir dedicar integralmente à pesquisa nos últimos dois anos.

Campinas, 18 de fevereiro de 1998.

UMA REPÚBLICA NAS LETRAS

No momento em que escrevo estas linhas, a Academia Brasileira de Letras já é uma instituição centenária. A efeméride, comemorada com certo fausto no dia 20 de julho de 1997, foi motivo para que a “Casa de Machado de Assis” vivesse um período intenso de atividades. Desde a eleição do presidente responsável pelo ano do centenário a ABL vem tendo um destaque na mídia que não tinha havia muitos anos. Ao mesmo tempo, certos aspectos da sua estrutura vêm sendo reformados com vista a torná-la mais aberta e conhecida do público. O objetivo por trás deste movimento se deve à avaliação, feita pelos próprios acadêmicos, de que a instituição precisava superar a sua imagem por demais austera e despojada de sentido prático.

Não é novidade afirmar que a ABL é “conservadora”, cuja função cultural é nula na vida brasileira contemporânea. Embora seja uma avaliação estritamente pessoal, creio que pode-se dizer, no entanto, que, fora os próprios acadêmicos, quase ninguém sabe apontar o porquê da existência da Academia, muito menos as funções que ela exerce hoje em dia no cenário literário e cultural do país. E imagino que essa imagem altamente negativa é sentida com incômodo pelos imortais. Não é senão de outra forma que se entende o que ocorreu no último ano na sua casa.

O primeiro fato a se destacar foi a eleição do primeiro presidente mulher na história da Academia. Escolhida a romancista Nélida Piñon, os holofotes da curiosidade jornalística se voltaram para aquele cenáculo que durante 80 anos havia impedido que uma representante do sexo frágil adentrasse o egrégio sodalício. Sim, foi somente em 1977 que

isto ocorreu, com a eleição de Rachel de Queiroz. O recente fato inédito de que nenhuma outra Academia de Letras do mundo havia jamais escolhido para a presidência uma escritora foi destacado pela imprensa. Apoiando-se na positiva repercussão do fato, Nélida imediatamente lançou as bases do centenário que se aproximava. Para cumprir suas metas, trabalhou em dois planos.

No plano interno o caminho já estava facilitado, uma vez que a romancista vinha exercendo a presidência interinamente havia algum tempo, pois o filólogo Antônio Houaiss se encontrava doente e em recuperação, impedido de exercer suas altas funções. Assim, segundo os jornais, Nélida vinha administrando as contas da ABL de forma a conseguir verbas suficientes para dar marcha aos ambiciosos projetos comemorativos. E eram bem variados estes projetos. Incluíam um cd-rom e um livro sobre os cem anos de história da Academia nos quais se encontrariam fotos e biografias de todos os acadêmicos, vivos ou mortos, e dos patronos das quarenta cadeiras (obviamente também não mais entre nós), anedotas sobre a sua vida interna, textos explicativos, fotos inéditas das reuniões e posses, e cópias de manuscritos. A seguir, pensava-se na reforma do arquivo e da biblioteca, locais que guardam muitas preciosidades, entre manuscritos, correspondências e obras raras. Por fim, imaginou-se tornar o espaço físico da sede da ABL um local aberto à visitação pública, de forma a integrá-la mais à sociedade.

No plano externo a palavra que pode resumir o que a presidenta tentou fazer é “propaganda”, ou, se quiserem um termo mais moderno, *marketing*. Figura simpática, aparentando jovialidade e entusiasmada com as possibilidades de rejuvenescimento que os festejos do centenário abririam para os imortais, Nélida Piñon foi uma figura de relativo destaque nos cadernos culturais dos principais jornais do país ao longo do ano de 1997.

Sempre afável e sorridente, nossa presidenta logrou também certo espaço na mídia televisiva como a muito não se dava à Academia. Consciente de sua missão e incorporando o espírito de todos os seus colegas, ela buscou incessantemente realçar as qualidades e os feitos do seu grêmio, pregando sua importância na cultura brasileira nos últimos cem anos. Destacou que ela foi fundada por jovens, que passou por muitas dificuldades até conseguir se estabelecer como órgão estável e que congregou os maiores nomes da inteligência nacional. Com isso ela visou claramente apagar a imagem de um centro de aquebrados e isolados idosos, atacar a imagem de imobilismo da instituição e recuperar a legitimidade perdida desta quando criticada por não participar ativamente da vida pública e cultural brasileira.

Ao contrário de outras associações apartidárias que reúnem profissionais liberais, intelectuais e representantes da sociedade civil, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e outras congêneres, a Academia Brasileira de Letras destaca-se pela sua completa exclusão do panorama político brasileiro. E, ao contrário das universidades, institutos de pesquisa e centros de estudos, tampouco atua no universo intelectual do país. A reclusão a que se impõe a douta Academia acabou por se reverter em um incômodo desconhecimento a seu respeito. A título de depoimento pessoal, lembro-me que no início da minha pesquisa, quando contava aos meus colegas de curso que o meu objeto de estudo era a ABL, era impossível escapar às brincadeiras: “já te convidaram pra tomar chá com eles?”, perguntavam-me alguns. Ou então, de forma mais insidiosa: “o Roberto Marinho está dando dinheiro para você escrever a respeito dele?”. Isso sem contar as piadas com a alta faixa etária dos atuais acadêmicos, se eu iria entrevistá-los para saber algo sobre a época de fundação, e coisas do gênero. Quando eu me deparava com algum interessado, a pergunta

que me faziam era, inevitavelmente, sobre em que ano fôra adotado o famoso fardão, tão popularizado pelas charges dos jornais da época em que um de seus mais conhecidos membros, José Sarney, era presidente da República.

Pois é precisamente esse desconhecimento que pretendo aqui mitigar. Não por amor e dedicação à Academia, mas porque imagino que ela possa fornecer uma boa porta de entrada para um problema aparentemente singelo: qual a relação entre literatura e política para os literatos da virada do século XIX para o XX no Brasil? Desdobrando esta pergunta, uma outra: poderia, e como poderia, a política ser objeto da literatura? E, por fim, qual a posição da Academia no debate da época sobre os limites da política e da literatura? Essas perguntas já de antemão significam que não aceito o auto-isolamento da ABL como algo dado, mas construído ao longo de sua existência. Como não vou tratar de todos os seus cem anos de vida, mas apenas do período que vai de 1896, quando da elaboração do projeto acadêmico, até 1913, ano em que um novo rumo parece se consolidar como alternativa viável ao projeto inicial, não posso examinar os motivos e os objetivos de tal reclusão para os dias de hoje. Posso, contudo, avaliar como transcorreram a criação e os primeiros anos da casa dos imortais em vista do problema acima mencionado.

Os literatos brasileiros da virada do século têm obtido nos últimos anos uma boa parcela de atenção por parte da história da cultura. Antes apenas tema de interesse para os críticos literários, os literatos genericamente classificados pela alcunha de “geração de 1870”, imediatamente seguidos pelos *boêmios* cariocas da década de 80 e pelos escritores da *belle époque*, passaram a despertar a curiosidade dos historiadores. Esta curiosidade se divide em diversas escolhas quanto ao ponto de vista pelo qual se aproximam dos seus objetos. Temos desde o estudo da tematização da cultura popular através das crônicas sobre

o carnaval da década de 1880 até a pesquisa sobre a idéia de nacionalidade nos antecedentes do modernismo entre 1900 e 1920 nas revistas humorísticas cariocas.¹ Entre estes dois pólos destacam-se as obras que tematizam mais diretamente os problemas que me preocupam: a relação entre literatura e política e o significado da Academia Brasileira de Letras no contexto histórico em questão.

Nicolau Sevcenko é, digamos, o pioneiro entre os historiadores a tratar do tema da literatura do final do século XIX e suas implicações políticas e sociais. Em Literatura como missão² o leitor encontra, através de uma prosa densa e angustiada, um amplo painel que abrange a atividade intelectual brasileira desde 1870 até a segunda década do nosso século. Neste painel encontramos, contudo, menos uma análise textual, um estudo das correntes de pensamento, das escolas estéticas, dos debates culturais e da teia que compunha a circulação das idéias, e mais um estudo sociológico e tipológico dos literatos. Assim, ele os caracteriza, para a segunda metade do século XIX, como intelectuais engajados. A forma pela qual ele nos explica este fato é inserindo-os no fluxo das idéias européias, como representantes no Brasil de tendências que iam desde o liberalismo até o cientificismo e o evolucionismo. E a que se deveria esta atitude? Ao nosso autor parece que era nada mais nada menos do que consequência do momento histórico internacional de expansão imperialista européia, que teria trazido consigo a hegemonia das idéias cientificistas e liberais para todo o globo. Era isso que determinava que todos encarassem as letras como instrumento de ação política,

¹ Refiro-me, respectivamente, a Leonardo Affonso de Miranda Pereira O carnaval das letras, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1994 e a Monica Pimenta Velloso, Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

² Nicolau Sevcenko, Literatura como missão - tensões sociais e criação cultural na Primeira República, São Paulo, Brasiliense, 1983.

levando-os a atacar as instituições monárquicas e adotando as causas abolicionista e republicana no Brasil.³

Estes intelectuais, que ele agrupa na “geração de 1870”, teriam, entretanto, abandonado a postura engajada logo que a República foi instaurada. Frustrados com seus rumos e sentindo-se excluídos, os literatos se afastaram do mundo da política, tornando-se descrentes de que as letras pudessem ajudar no processo de civilização da nação, e mesmo de que a própria política viesse a fazer isso. Como decorrência deste fato, ficamos sabendo que os literatos se dividiram então em três grupos: aqueles que aderem ao novo *status quo*; os que optam pela via da marginalidade, defendendo estoicamente o universo da arte literária da contaminação pelo mundo exterior; e aqueles poucos que ainda acreditam, tal qual a “geração de 1870”, no caráter instrumental da literatura e que trabalham com vistas a entender a realidade brasileira, de modo a superá-la.⁴

O esquema acima é bastante coerente. Entretanto, o modo como é construído por Nicolau Sevcenko mostra uma forma demasiadamente determinista de se visualizar a literatura. Sevcenko começa a traçar um quadro angustiante de isolamento, na década de 1890, no qual destaca a precariedade de sustento da atividade letrada e a ausência de apoio oficial. A seguir, muda seu rumo e passa a tratar do oposto. Assim, em determinado momento do texto ele começa a averiguar o período, que chama de “Regeneração” e de “República dos Conselheiros”, no qual os literatos teriam passado a se submeter à tutela do Estado e do seu auxílio a “organizações culturais e institutos superiores”,⁵ o que é por demais vago. Também passa a discorrer sobre o “novo jornalismo”, que oferecia mais empregos e um campo mais amplo de atuação. Ao contrário da desilusão com a

³ Idem, *ibidem*, pp. 79 a 86.

⁴ Idem, *ibidem*, pp. 86 a 87 e 103 a 108.

⁵ Idem, *ibidem*, p. 94.

possibilidade de influírem nos rumos do país, acima destacada, aqui o jornalismo passa a aumentar o poder de ação dos literatos. Quando se imagina que ele começará a apontar para uma direção de alento para os escritores, vemos que ele passa a examinar a decadência moral e intelectual da *belle époque*, quando os antigos valores morais da “sensibilidade do Amor, da Arte e do Sentimento”⁶ são abandonados pelos do enriquecimento fácil, da técnica, do fugaz, do smartismo, da arquitetura de fachada da Avenida Central da reforma urbana de Pereira Passos, típicos de uma nova burguesia arrivista. Logo, a literatura passa a ser um reflexo da sociedade, voltada para suprir o gosto supérfluo burguês. Também as reviravoltas econômicas do período republicano do início do século são motivo de mudanças para os literatos. Estas oscilações seriam uma forte razão para a insegurança e para a “luta pela vida”, no sentido da busca de sustento, acima de quaisquer ideais artísticos, o que reforçaria a submissão aos ditames do gosto burguês e de aliança com as elites políticas.

A análise é, portanto, pendular: durante as décadas de 1870 e 80 os intelectuais haviam se mobilizado porque eram influenciados pelos ideais europeus, desiludindo-se com os traumas a eles impostos pelos anos violentos imediatamente após a Proclamação da República; encontravam-se a seguir em dificuldades para exercerem suas profissões, também vendo, contraditoriamente seus rendimentos dilatados com a modernização jornalística e com as imposições estilísticas de um novo e maior público leitor.

Também Jeffrey Needell segue este tipo de visão sobre os literatos do período.⁷ Pode-se dizer que o historiador norte-americano reafirma todas as conclusões de Nicolau Sevcenko, seguindo-o passo a passo na construção de contextos políticos, sociais ou econômicos que acabam determinando as escolhas dos literatos. A diferença está em voltar

⁶ idem, *ibidem*, p. 96.

⁷ Jeffrey D. Needell, *Belle Époque tropical - sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

seu olhar para a literatura e os literatos tentando enxergar as relações deles com a elite carioca.

Já aí inicia-se o problema. Needell possui um viés a meu ver estreito de compreender a literatura da virada do século, que é como expressão da “alta cultura” da elite. Ela é tomada como reflexo desta cultura, o que a torna mero exemplo de características forjadas exteriormente.

Na verdade, talvez apenas a arquitetura da Avenida Central seja tão evocativa da *belle époque* carioca quanto a literatura contemporânea, cuja relação íntima com o estilo de vida e os pressupostos culturais analisados nos capítulos anteriores é mais do que evidente.⁸

A preocupação que move o texto de Needell é a procura pelos traços que indiquem como a literatura se adequou ao que ele chama de “fantasia da Civilização” da elite carioca do *fin-de-siècle*. Partindo da constatação de Nicolau Sevcenko de que houve um abandono da postura combativa do final do século XIX, ele faz uma crônica da procura pela ascensão social de cunho adesista por parte dos literatos. Essa crônica começa com a modernização e expansão do jornalismo, que teria, de um lado, lhes propiciado maiores oportunidades de viver exclusivamente do trabalho intelectual, e de outro, os obrigado a se adequar à velocidade do trabalho diário e ao gosto do público leitor das revistas mundanas. Some-se a isso a formação literária deste mesmo público, amante da literatura leve e superficial francesa, e tem-se o pano de fundo sobre o qual se erigiu o estilo e a temática das obras da época.⁹

Escolhendo quatro figuras paradigmáticas (Olavo Bilac, Coelho Neto, João do Rio e Júlia Lopes de Almeida), nosso autor conclui que a *belle époque* literária foi marcada pela

⁸ Idem, *ibidem*, p. 211.

⁹ Idem, *ibidem*, pp. 229 a 233.

adesão ao gosto afetado, decadente, ensimesmado, narcisista, escapista e sensual do público de elite, com vista a promover o sucesso das carreiras dos escritores. Arremata o nosso historiador

A literatura típica da belle époque, contudo, era estéril em termos nacionais. Seu modelo cosmopolita europeu combinava bem demais com a própria fachada que era. Tal modelo, voltado para a vivência urbana, cosmopolita e narcisista da aristocracia e da *grande bourgeoisie*, era uma literatura articulada com a experiência comum às elites urbanas do mundo europeizado como um todo. O novo patamar de riqueza e comunicação alcançado no período fomentou o excesso, a sensualidade, a decadência, o consumo conspicuo e um modo de vida aristocrático, internacional, centrado em Paris. Assim, para determinadas minorias privilegiadas, a alta cultura do *fin-de-siècle* e a literatura da *belle époque* adaptavam-se perfeitamente a seu modo de vida. A extrema superficialidade desta literatura e seu caráter preciosístico introduziram-se na fantasia vivida e cultivada pelo “alto mundo”. Entretanto, precisamente porque o fez, ela fracassou em sondar realidades nacionais de uma espécie mais duradoura [...], o que poderia ter garantido a sobrevivência desta literatura.¹⁰

O esquema compartilhado por Nicolau Sevcenko e Jeffrey Needell de submeter o universo literário aos ditames do gosto burguês, que por sua vez era fruto da realidade social criada pela situação econômica e política da República Velha tem um forte traço determinista. É esta a razão que leva os dois autores a interpretarem a literatura e a política como dois campos totalmente separados e irreduzíveis. Apesar de apontarem o papel instrumental que as letras tinham como armas de intervenção social no final do Império, eles acabam por estabelecer uma relação de submissão destas letras para com a política. Esta submissão continua na década de 1890, no que se refere à sua principal característica, ou seja, o fim da antiga postura, passando os literatos ao isolamento. O que se vê é o entendimento de que há um universo literário que responde aos rumos que a política vai tomando ao longo dos anos, de forma que a única relação que se estabelece entre os dois pólos é o do reflexo. A literatura participa da vida pública quando existem movimentos

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 268.

sociais que visam regenerar a sociedade (o abolicionismo e o republicanismo). A partir do momento em que a situação do país muda e o caos políticos não permite mais o engajamento, há o afastamento. Não há, na leitura de Nicolau Sevcenko, ou de Jeffrey Needell, a possibilidade de os literatos terem uma dinâmica e uma prática política dentro do seu próprio mundo. Eles só são vistos como seres políticos a partir do momento em que participam da vida pública. Os dois historiadores não procuram uma relação entre as duas esferas para além da esfera da tradicional participação institucional. O meu intuito é justamente procurar esta relação também quando as aparências indicam que elas se afastam.

A forma como a criação da Academia Brasileira de Letras aparece nos seus textos é o exemplo mais acabado deste tipo de interpretação. Contudo, antes de eu fornecer a minha interpretação sobre a leitura dos dois autores acima sobre a nossa ABL, preciso tratar de um terceiro autor que se aproxima dos literatos do final do século XIX a partir de um outro ponto de vista.

Roberto Ventura escreveu em Estilo tropical a história do apogeu e da decadência da aqui já citada “geração de 1870”.¹¹ Interessado em como se constituiu com ela o início da crítica literária no Brasil e em como esta crítica tinha um forte conteúdo de análise social e de intervenção política, este novo autor não se dedica a perscrutar quais os contextos econômicos, culturais ou políticos do país que teriam levado a que os literatos tomassem, como resposta, esta ou aquela postura. A sua leitura diverge bastante da de Sevcenko e da de Needell. Ele se preocupa menos com os fatores externos determinantes do pensamento crítico do final do século XIX no Brasil. Embora faça uma longa exposição dos autores que deram as bases teóricas para os literatos brasileiros, ele não os submete à mera posição de

¹¹ Roberto Ventura, Estilo tropical - história cultural e polêmicas literárias no Brasil, São Paulo, Cia. das Letras, 1991.

reprodutores daqueles autores. Ele está mais interessado na dinâmica que aqui se formou após a apropriação, releitura e mistura do arsenal intelectual europeu. Tanto Sevcenko quanto Needell já haviam apontado para isto, mas Ventura se aprofunda mais no tema.

A pergunta que é destacada de início é se era possível haver uma literatura no Brasil. A seguir, como se caracterizaria tal literatura. Ventura mostra que na reflexão de escritores como Araripe Júnior e Sílvio Romero se detectava o início da crítica literária no Brasil através da adoção do pensamento sociológico, histórico, evolucionista e racial europeu. A partir do esmiuçamento de todas as facetas da variada bibliografia do século XIX europeu e a sua transposição e adaptação ao Brasil por estes dois críticos,¹² Ventura mostra que o debate se ampliava para a discussão da realidade social do país. A forma que estes dois escritores, e em menor escala outros tantos, encontraram para formular suas teorias sobre como se configuraria uma literatura genuinamente nacional passava por definir antes de tudo como a nação se regeneraria. As saídas adotadas foram de caracterizar quem era o povo brasileiro e quais as vias de sua transformação.

Na sua visão, três elementos se destacam na crítica de Araripe Júnior e de Sílvio Romero. Em primeiro lugar eram nacionalistas: ambos acreditaram na possibilidade de uma civilização brasileira. Essa civilização deveria almejar o progresso europeu, e isso passava necessariamente pela superação das barreiras impostas pela diversidade de raças e pelo clima tropical brasileiro. Em segundo lugar, viam a raça e o meio como fatores preponderantes na formação da literatura. E, por fim, estavam imbuídos do sentido da missão da crítica, ao apontar os caminhos para a regeneração nacional.

¹² Toda a primeira parte, "Estilo, raça, natureza", pp. 17 a 68, trata do pensamento europeu e do debate entre Araripe Júnior e Sílvio Romero.

A dimensão política da crítica e da literatura está pouco destacada nesta análise. De qualquer forma, é detectado o sentido missionário e o sentimento de que a literatura tinha uma forte significação cultural na possibilidade de se erigir a civilização no Brasil. A questão política propriamente dita aparece sobretudo na questão da abolição da escravidão, no abolicionismo de Joaquim Nabuco e de Sílvio Romero. Apesar de racistas e de quererem superar o atraso social e cultural que a presença afro-brasileira dava à nação, predicavam pela abolição do trabalho servil. A militância política dos dois era fruto da necessidade de regenerar o país, o que significava a absorção desigual do negro através da miscigenação e da sua progressiva transformação em branco.¹³ Mas apesar disto, Ventura destaca que os modelos de pensamento de Araripe e de Romero “reduzem a literatura e a cultura à ação de fatores naturais, tais como o clima, o meio, a natureza, a mestiçagem e o caráter, e colocam, em segundo plano, os conflitos culturais e a singularidade histórica dos objetos enfocados”.¹⁴ Segundo Ventura, os dois não enxergavam na história literária debates estéticos ou um jogo entre escolas, com um movimento próprio. E muito menos concebiam que a política pudesse influenciar um autor ou determinar qualquer fato envolvendo a produção e publicação de um livro.

Ventura aprofunda a questão do debate intelectual através do estudo de sua forma mais corrente no século XIX: a polêmica. Assim, apesar da centralidade da figura de Sílvio Romero, outros literatos são destacados. De qualquer forma, suas conclusões são ampliadas para o espectro de uma geração intelectual, a “geração de 1870”. Algumas delas são repetições das conclusões da parte anterior, que se explicam pela forma como as questões se

¹³ Idem, *ibidem*, pp. 47 a 47. Há também um item sobre o movimento abolicionista: “O cativo da sociedade civil”, pp. 131 a 136.

¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 40.

imbricam, sem haver precedências ou níveis de importâncias entre elas, uma vez que se trata de um debate dinâmico e fluído.

A primeira coisa a ser destacada é a sua análise deste estilo peculiar de discussão que é a polêmica. Ventura investiga tanto seu modo operatório, quanto seu papel; tanto seus objetivos, quanto suas raízes sociais mais amplas. A polêmica era tratada como uma contenda privada, onde dois escritores atacavam-se mutuamente, num debate de cunho personalístico, que ganhava mais importância do que a defesa de idéias. Assim, Ventura mostra que as diferenças ideológicas entre os antagonistas mesmo quando existiam, passavam a aspecto menor na retórica da polêmica. Na maior parte da vezes, eram pequenas, quando não nulas. O que regia o desenvolvimento do embate era a noção de defesa da honra. Cada lado se posicionava como o ofendido que visa, com a polêmica, restaurar sua hombridade vilipendiada por um oponente que era atacado como pérfido, injusto e traiçoeiro. Formava-se então um “padrão reflexivo e dual”,¹⁵ em que o que importava era mostrar total superioridade sobre o oponente, sem medir meios para tal. Deixava-se paulatinamente as questões relevantes para dedicar-se à habilidade de ofender e ridicularizar o oponente. Os procedimentos eram repetidos de parte a parte, mesmo quando condenados por uma delas. Se, por exemplo, um dos lados dissesse que o outro não tinha lido determinado autor, o primeiro respondia na mesma moeda declarando a ignorância do segundo em relação a uma terceira fonte. Resume Ventura: “Ao invés do debate de idéias, os debatedores assumiam uma orientação autoritária, marcada pela preocupação em contradizer as colocações dos oponentes, caindo em uma série infundável de monólogos, em que cada um dos participantes se esforçava em reafirmar suas próprias crenças”.¹⁶

¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 147.

¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 87.

A extrema virulência desta forma de discussão tinha duas razões de ser, segundo Ventura, uma que poderíamos chamar de interna ao campo intelectual, e outra de ordem social.

O autor resgata uma das conclusões da primeira parte e a desenvolve aos poucos. Chega ao problema da crítica de caráter cientificista, destacando sua postura de verdade, neutralidade e objetividade na análise literária e cultural. As fontes do pensamento naturalista, evolucionista e racista eram encaradas não só por Romero, mas também por seu guia espiritual Tobias Barreto, e pelos seus adversários Valentim Magalhães, Araripe Júnior, José Veríssimo (estes dois foram progressivamente abandonando-as) e outros tantos, como verdades universais, premissas que não aceitavam contestação. Assim, ocorria que nos debates as idéias em si não eram discutidas, pois simplesmente não estavam em questão. Logo, esterilizava-se o próprio debate, pois era impensável o recuo de parte a parte. É por isso que Ventura designa aqueles intelectuais como universalistas,¹⁷ uma vez que sua crítica não se confinava em uma área do saber ou visando apenas determinado aspecto da realidade. Ela procurava abarcar toda esta realidade, propondo análises e soluções as mais amplas possíveis.

Os intelectuais combatentes, como os chama, não se enxergavam como possíveis defensores de escolhas pessoais movidas por gostos ou adesões de cunho partidário. Sua adesão intelectual era devido à descoberta de verdades universais, exteriores aos temas (literatura, etnografia, abolição, poesia popular, direito, etc.) e às impressões do escritor, o que levava a que pudessem utilizar pressupostos ditos científicos nas análises desses temas tão variados, encarados não como entidades com relativa autonomia, mas como fatos com

¹⁷ Idem, *ibidem*, pp. 150 a 161.

causas comuns. No entanto, como mostra o autor para o caso do ataque de Romero a Machado de Assis, “o critério científico se converte em justificativa dos julgamentos do gosto do crítico que se afasta da armadura naturalista, para emitir impressões sobre a beleza das obras. O resvalo para o subjetivismo indica a oscilação, na crítica literária brasileira de fins do século XIX, entre dois pólos: de um lado o cientificismo naturalista, com suas pretensões ao rigor e à imparcialidade; de outro, um subjetivismo impressionista, resultante da impossibilidade de se ater aos métodos adotados”.¹⁸ O que o autor está deixando claro aqui é que toda a armadura teórica e a contundência retórica dos intelectuais não impedia nem escondia aquilo que exatamente tentavam superar, que era o partidarismo e o gosto.

A outra fonte da qual se alimentava a polêmica era a forma como as lutas econômicas e políticas se davam num país rural, tradicional e clânico. O modelo de luta partidária disseminado era, segundo o autor, personalista, regido pelo código de honra familiar e pessoal. As divergências não ocorriam entre classes ou seus representantes ideológicos, mas entre os membros dos mesmos extratos sociais. Apegando-se ao tradicional esquema interpretativo da formação social brasileira, Ventura destaca que as lutas se davam entre senhores de escravos, ou entre pequenos fazendeiros, ou ainda entre os agregados, nunca entre um agregado e um coronel, ou entre um escravo e um pequeno agricultor. Isso levava a que as lutas fossem encaradas entre “pares”, entre iguais, cuja única forma de reparação, em uma sociedade em que o poder público não resolvia adequadamente as pendências privadas, era dada pela recorrência a métodos violentos e autoritários.

A última questão relativa à polêmica refere-se aos seus objetivos, da forma como era entendida pelos próprios envolvidos. Eram eles dois, um mais restrito e outro mais amplo, o

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 101.

primeiro submetido à lógica do segundo. De acordo com os pressupostos científicos que visavam erigir um saber que nos mostrasse as razões do nosso atraso e as formas de superá-lo, a violência verbal e o massacre oratório eram encarados como uma aplicação no próprio mundo dos letrados da lei da seleção natural, da eliminação do mais fraco e inapto pelo mais forte e apto. Assim, só a polêmica, regida que era pelos princípios da verdade, era capaz de eliminar aqueles que travancavam o caminho do progresso. Todo o problema estava em definir qual dos lados estava ou não ao lado desse progresso. Para que tal ocorresse tentava-se criar uma relação direta com algum tipo de organismo regulador, posto que não havia canais reconhecidos que julgassem as certezas e que cada literato era a medida de suas próprias convicções. Logo, a polêmica tinha como objetivo convencer os leitores sobre quem estava certo, através das demonstrações de superioridade relacionadas com a honra e com a verdade científica.

O que primeiramente me chama atenção é que Ventura descreve uma dinâmica que se afigura como uma autêntica política intelectual ou letrada, pois o debate intelectual deixa de ser apenas o cotejamento, feito pelo historiador, de textos e autores, para se tornar um jogo fluido, composto de ambigüidades e contradições e outros mecanismos próprios daquilo que se denomina política. E ele faz isso sem recorrer à mera comparação com um universo exterior que lhe forneceria os dados para a sua análise: o campo da política institucional, representado pelo parlamento, pelos partidos, e pelas personalidades públicas. O que Ventura faz é pintar um quadro no qual a política deixa de ser uma prática exterior ao campo do debate de idéias entre os literatos, para se tornar moeda corrente na dinâmica deste debate. Este fato é tanto ou mais interessante e instigante quanto o destaque para o debate intelectual do século XIX incluir apenas subsidiariamente o debate estritamente

político-institucional. Ou seja, as questões mais relevantes do final do século, tais como a Abolição e a República são apontadas não como problemas à parte, autônomos, mas como parte das questões maiores para os críticos daquela época, tais como a nacionalidade, a possibilidade de uma literatura brasileira, o alcance da civilização, a mistura de raças, etc. Se isso o leva a não traçar uma história política tradicional, também é responsável por que adote sem crítica a leitura de Nicolau Sevcenko e de Jeffrey Needell sobre a década de 1890 e a Academia Brasileira de Letras.

Até a Proclamação da República, os intelectuais teriam se destacado pela combatividade e por encararem as letras como armas. Mas depois haveria um refluxo da maré, com os literatos abandonando esta postura. Já aqui há um indício da mistura da sua própria análise com a da de Sevcenko. Primeiro Ventura afirma que o motivo desse abandono ocorre com a estabilização política pós-1898, durante o governo Campos Sales, tradicionalmente identificado como o início da estabilidade dos governos da República Velha. Mais adiante a data e as razões mudam.¹⁹ É no início da década de 90 que isso ocorre, levados pela desilusão política com a república, devido não à estabilização, mas exatamente ao seu oposto; a instabilidade dos primeiros governos militares e republicanos. De qualquer forma, Ventura indica a mudança, que passa do sentimento de terem uma missão cultural e política, para se retraírem para uma de caráter puramente literário, representado pela afirmação profissional do crítico e do escritor, e que se manifestou na fundação da ABL.

Finalmente chegamos à Academia!, já deve ter exclamado aquele que me lê. Já não era sem tempo...

¹⁹ Idem, *ibidem*, pp. 102 e 112, respectivamente. Quanto à interpretação do governo Campos Sales, ver José Maria Bello, História da República (1889-1954), São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1964, cap. XII e XIII, pp. 182 a 209.

A fundação da Academia Brasileira de Letras é utilizada como um exemplo da mudança de concepção do papel dos escritores no Brasil *fin-de-siècle*. Mais reflexo do que motor deste desvio de rumos, a centenária instituição teria nascido como fruto da angústia existencial dos principais homens de letras da época. Acuados frente a dureza e a violência dos anos de chumbo dos primeiros anos da República, nos quais campeavam a censura, o Estado de Sítio, o empastelamento de jornais e o exílio de adversários do governo, um núcleo bastante heterogêneo de destacados literatos resolveu deixar de lado suas divergências políticas e somar esforços para demarcar fronteiras de defesa contra as arbitrariedades da nova ordem institucional. Seria este novo espaço um local de debate democrático acerca da realidade política do país? Muito pelo contrário. A nova instituição literária viria a ser um centro de encontro onde seus membros abdicariam de suas posições acerca de assuntos como os rumos da jovem República, da restauração monárquica, do radicalismo jacobino, da restrição ao crédito, da anistia aos revoltosos de 1893, do federalismo, e outros assuntos igualmente palpitantes, e se dedicaria ao cultivo das letras e à preservação da língua portuguesa. Ambas são entendidas como atividades estritamente ligadas ao mundo das idéias, *strictu sensu*, jamais ao da atividade pública.

No entanto, apesar de apontarem para a adequação do projeto da Academia frente as mudanças do caráter da literatura da virada do século, os autores acima abdicam de avaliar mais a fundo como se deu a elaboração do referido projeto acadêmico, quais seus desdobramentos, e se, efetivamente, iniciada a sua vida oficial em 1897, ela conseguiu se manter fiel aos seus ideais originais.

Machado de Assis e José Veríssimo são as figuras destacadas pela historiografia como aqueles que deram os moldes da ABL. Representantes mais legítimos do abandono da

arena da política por parte das letras, eles explicam por si sós a escolha acadêmica. Needell chega mesmo a afirmar que a Academia foi criada à imagem e semelhança do seu primeiro presidente - Machado de Assis. O autor de Dom Casmurro é retratado como um escritor avesso às paixões políticas e às brigas entre escolas literárias. Sua personalidade era definida pela sua postura como funcionário do ministério do Interior.

Era um burocrata que servia indiferentemente aos liberais e conservadores, aos florianistas e paulistas, [...] com uma gentileza e habilidade recompensadas com responsabilidades quase ministeriais.²⁰

A Academia viria a ser criada de acordo com sua personalidade. Tornando-se um salão de boas maneiras e de convívio agradável entre pares, ela segue o modo de se portar de Machado. Recolhendo-se para um papel estritamente literário, os escritores abandonam o compromisso com a sociedade e passam a voltar suas atenções, na nova instituição, para a defesa da língua portuguesa, o fortalecimento da tradição literária e o encorajamento da literatura nacional. Recusando a marginalidade, ansiavam por reconhecimento oficial, compartilhando, em contrapartida, os valores dominantes da sociedade. Mais uma vez, esta visão busca englobar como os literatos participavam da “alta cultura” da elite, adequando-se à nova realidade republicana.²¹

Roberto Ventura prefere José Veríssimo, mesmo sem esquecer Machado, e é com a trajetória deste crítico que ele explica o surgimento da Academia. Nosso autor identifica na postura distanciada e céptica da dupla Machado-Veríssimo a origem principal da escolha intelectual da Academia por evitar a intervenção social e política das letras e por se

²⁰ Jeffrey D. Needell, Belle Époque tropical, op. cit., p. 225.

²¹ Idem, *ibidem*, pp. 226 a 229. Dentre o pouco que Sevcenko dedica à ABL está a indicação desta busca por patrocínio oficial, Nicolau Sevcenko, Literatura como missão, op. cit., p. 94.

caracterizar como um salão de cordialidade e de boas maneiras. Machado já fôra um ativo cronista e panfletista político nas décadas de 1860 e 1870. Mas abandonara a intervenção mais direta a partir de 1875, descrente quanto à eficácia da palavra escrita no impulso das transformações políticas. O mesmo teria ocorrido mais tarde com José Veríssimo, mudança ocorrida por volta de 1894, segundo Roberto Ventura. Mais detido no caso do crítico literário do que o fôra com o do romancista, Ventura analisa a posição deste em oposição à de Sílvio Romero. Vamos a ele.

Romero é tomado como o exemplo mais forte do caráter missionário das letras do final do século XIX. O polemista sergipano encarava as literaturas como sinônimo de cultura segundo os parâmetros do racismo e do evolucionismo. Dentro da sua postura cientificista, tomava o texto literário como espelho do grau evolutivo da raça ou do povo e como reflexo das condições sociais em que era produzido. Assim seu valor artístico dependia da sua representatividade como documento do contexto histórico.

Já Veríssimo traz uma nova contribuição à crítica literária, no sentido mesmo de transformá-la efetivamente em apenas crítica literária, e não como parte da análise científica da cultura e da sociedade. Ele passa a tomar o texto como entidade autônoma, cujo valor estético deveria ser avaliado independente da sua significação social. A obra literária deveria ser interpretada segundo critérios estilísticos e técnicos. O interessante na sua análise da virada crítica de Veríssimo, é que não filia esta nova posição ao desencanto político, como sendo um fator determinante isolado. Sua procura em “separar as paixões culturais das preocupações políticas e afastar a literatura das deprimentes realidades da nação, [...] exclui o sentimento de desilusão, pois não há qualquer adesão prévia ou esperançosa à sociedade

forjada no 13 de maio e no 15 de novembro”.²² Tal tipo de desfiliação por parte de Ventura segue a própria lógica de Veríssimo, de não procurar liames diretos entre obra literária (a de Veríssimo) e o contexto sócio-político (a década de 1890).

Assim, a marca inicial da ABL seria dada por este distanciamento, reforçado pela consciente recusa em deixar que as “paixões do momento” ditassem a norma de conduta da instituição. É por esse viés que nosso autor entende que ela tenha se formado na redação da *Revista Brasileira*, publicada sob a direção de José Veríssimo entre 1895 e 1899, unindo de monarquistas e republicanos.²³ Na busca por forjar um novo entendimento para sua atividade os acadêmicos queriam o reconhecimento da criação literária, adotando o distanciamento face a sociedade, não aceitando nem a marginalidade e nem o engajamento. A saída foi torná-la um salão polido e regrado, marcado por rituais que reforçassem o seu caráter estritamente literário e de culto do estilo, portanto independente de injunções exteriores.

Desta forma, Ventura cobre a ABL com o manto diretor da dupla Machado-Veríssimo, perturbado apenas em 1905, quando Romero usou seu discurso de recepção ao novo imortal Euclides da Cunha para criticar seu patrono (Castro Alves), seu antecessor morto (Valentim Magalhães), e o governo do presidente Afonso Pena, presente na cerimônia de posse. Desrespeitando a regra tácita do discurso como um elogio, Romero escreveu sua peça exatamente como uma de suas conhecidas polêmicas. A proeminência de José Veríssimo seria derrotada em 1912, com a eleição do engenheiro militar Lauro Müller, ex-colega de Euclides na escola da Praia Vermelha, ex-ministro da Viação de Rodrigues Alves e ministro das Relações Exteriores do governo Hermes da Fonseca. Nunca tendo escrito um

²² Roberto Ventura, *Estilo Tropical*, op. cit., p. 117.

²³ Também Needell indica a importância da *Revista Brasileira*; Jeffrey Needell, *Belle Époque tropical*, op. cit., p. 226.

livro, ocasionou a saída da Academia do próprio Veríssimo, abrindo as portas para os homens públicos sem qualquer ligação com a atividade literária. Ventura assinala aí o desvirtuamento do projeto original da ABL de ser um centro de letrados, com o fim de defender os limites do campo de sua atividade.²⁴

O problema com este modelo interpretativo é que, de certa forma, aceita a auto-imagem que os próprios literatos construíram, imagem que encobre uma realidade mais complexa. Logo, Roberto Ventura junta-se a Jeffrey Needell e Nicolau Sevcenko. Os três deixam de examinar as seguidas ambigüidades na vida acadêmica, que não se resumem à eleição de Lauro Müller em 1912, por exemplo, mas que estão em cada momento da existência da instituição. Ao constatar-se que um projeto desvinculante frente ao engajamento foi forjado com a ABL, esquece-se de que esta é uma posição política, a partir do momento em que representa uma escolha com conseqüências marcantes no debate literário do período. Como veremos mais à frente, é também um discurso sobre a vida pública brasileira. Os literatos buscavam dizer em alto e bom som para a sociedade e para as instituições da época que reivindicavam um lugar para si, que iriam lutar por ele e que desejavam respeito pelo fato de serem os altos representantes da literatura nacional. Tantava-se assim criar uma nova identidade, oposta àquela das décadas de 1870 e 80. Para complicar mais as coisas, o esquema acima deixa de averiguar algo muito importante na análise da cultura: as ambigüidades, fluxos e refluxos de determinado discurso. Refiro-me aqui apenas à Academia, posto que isto é feito para o caso da “geração de 1870” por Roberto Ventura.

²⁴ Roberto Ventura, Estilo tropical, op. cit., pp. 112 a 115 e 138.

O que importa averiguar é quão hegemônica foi a proposta de José Veríssimo, de Machado de Assis e de outros. Com isso incorremos na necessidade de ficarmos atentos para o fato de que em uma instituição literária - ou em qualquer outra - é impossível escapar à análise do seu jogo político interno, mesmo se ela procura se ausentar dele. É preciso aceitar que se forma, muitas vezes à revelia do discurso, uma prática mais fluida e dinâmica do que as aparências enganadoras, o que nos leva a questionar a imagem estável que a ABL construiu e constrói para si. Essa atitude não significa negar pura e simplesmente a tentativa feita para se mudar o rumo das letras, saindo da postura do engajamento cultural como interferência nos rumos da nação, para a limitação ao mundo da arte, da estética e da beleza, entendidos como campos autônomos à interferência do momento histórico. Tão somente implica em não adotar esse mesmo discurso, enxergando na história da literatura o embate estético e crítico como lutas políticas no qual, muitas vezes, se adotavam práticas típicas daquele mundo que era visto como exterior, e o qual os literatos buscavam (buscavam mesmo?) eliminar.

A historiografia aceita, dentro do esquema acima esboçado, as próprias justificativas e versões criadas pelos primeiros imortais não só acerca da necessidade de criação da ABL, mas também sobre a imagem de sucesso do projeto intelectual inicial. Isso acaba por levá-los a compreender aquele cenáculo exatamente da forma como os acadêmicos gostariam que os vissemos, seguindo fielmente os objetivos por eles traçados, ou seja, o de ser uma instituição apolítica, onde reinava a cordialidade, sem divisões internas, sem fraturas, e sem momentos críticos, imagem essa que é até hoje reposta pela ABL. Além disso, uma interpretação perigosa acaba por ser balizada pelos autores acima analisados, o de que a vida literária efetivamente viveu sem a interferência do político, ou seja, dos partidarismos e dos

elementos de negociação e conflito (sobretudo conflito) que os literatos denunciavam como elementos extremamente negativos na vida pública brasileira. Isso se deve sobretudo à falta de interpretação mais profunda acerca do significado da tentativa de homogeneização das tendências da literatura e da história literária brasileira. Essa tentativa, tão importante quanto o abandono do engajamento, aponta para um elemento central que analisarei nos capítulos a seguir, qual seja, o de que a literatura, como uma Arte, é um ofício neutro, subjetivo na criação, mas objetivo na sua análise, e que, portanto, para ser superior, deve ser “universal”, o que quer dizer, apreciado e entendido por todos porque está acima dos problemas conjunturais da sociedade.

Não quero negar as possibilidades abertas pelos campos de análises seguidos pelos autores que foram aqui analisados. Apenas gostaria de propor uma relação mais ambígua; a de que os literatos sempre se comportam politicamente, mesmo quando procuram com todas as forças e meios possíveis se distanciar desta esfera. O caso dos literatos da virada do século é especialmente rico para tal fim. O que pretendo mostrar é o quão políticos eram, mesmo quando se imaginavam livres do perigo representado pelo engajamento. Para alcançar este fim é preciso desvendar a prática e o discurso deles a respeito dessa importante questão, questionando as assertivas que forjavam sobre si e iluminando as ambigüidades do projeto acadêmico.

É por isso que a Academia Brasileira de Letras se me afigura como de relevante importância no contexto histórico da virada do século. Veja-se que não digo “contexto político”, pois não importa tanto aqui se a ABL aderiu ou não ao esquema institucional da República Velha. Como se verá, o projeto dos imortais era no sentido do afastamento. Entretanto, apenas diagnosticar isto não basta. Seria ficar apenas no esquema criticado

acima de conceber um espaço para as letras e outro para a política, buscando relações entre esferas que não se intercambiam.

Mas até aqui só estou na crítica e nas intenções. O leitor já deve estar querendo saber o que há de tão interessante por trás da austera e sisuda ABL. Vamos então a ela. Entremos para a imortalidade...

OS HOMENS CORDIAIS

Somos uma gota de água no oceano. Tenhamos consciência de que somos gota de água, mas também a tenhamos de que somos oceano.

Joaquim Nabuco

Na tarde do dia 20 de julho de 1897, numa das salas do “Pedagogium”, respeitado colégio da Capital Federal localizado na rua do Passeio, entre a Cidade Velha e a Lapa, 16 escritores, poetas, gramáticos, historiadores, dramaturgos, e críticos literários, naquilo que correspondia à fina-flor da intelectualidade brasileira da época, encontravam-se para dar início à sessão inaugural da Academia Brasileira de Letras. A lista de presentes, dada a importância do acontecimento, não era grande, e certas faltas eram sentidas, pois dos quarenta membros da instituição que se criava, apenas doze estavam impossibilitados de comparecer por que se encontravam fora da cidade. Os presentes eram: Araripe Júnior, Artur Azevedo, Franklin Dória (mais conhecido como o barão do Loreto), Filinto de Almeida, Graça Aranha, Guimarães Passos, Joaquim Nabuco, Machado de Assis, Olavo Bilac, Rodrigo Otávio, Silva Ramos, Sílvio Romero, Teixeira de Mello, Urbano Duarte e o visconde de Taunay. Dentre os nomes importantes ausentes, pode-se destacar o de Rui Barbosa, José do Patrocínio, Aluísio Azevedo e Lúcio de Mendonça, tido por todos como o idealizador da Academia, aquele que primeiro levantara e lutara pela idéia.¹ De qualquer

¹ A lista completa dos presentes, dos ausentes, dos que justificaram a ausência e dos que não se encontravam no Rio de Janeiro na referida data está no livro de atas, in Atas da Academia Brasileira de Letras (1896-1909), ata de 20/07/1897. As atas que cobrem o período estudado encontram-se em três volumes manuscritos: o primeiro é o acima referido, o segundo cobre o período de 1910 a 1912, e o terceiro de 1912 a 1916. Doravante, quando me reportar a determinada ata, apenas indicarei a data da reunião a que se refere.

forma, se comparado com a afluência às sete reuniões preparatórias que antecederam à sessão solene de fundação e às que imediatamente se seguiriam, o número de presentes poderia até ser considerado alto.

A fundação foi uma cerimônia simples e sem pompa. Serviu mais como uma formalidade interna do que como um evento para o público. Restringiu-se a três discursos: o de abertura, feito por Machado de Assis, uma “memória histórica”, na qual se historiavam os movimentos preparatórios àquela data, por Rodrigo Otávio, e outro discurso inaugural, de autoria de Joaquim Nabuco. A solenidade durou pouco, visto as duas primeiras alocações terem sido sobremaneira curtas. Apenas Nabuco proferiu um discurso um pouco mais longo, embora menor se comparado ao futuro padrão acadêmico. Findas as formalidades, foram todos embora. Estava oficialmente fundada a Academia Brasileira de Letras.

A nossa história, contudo, não se inicia aí. Em algum momento no final do ano de 1889 podemos colocar o nosso ponto de partida. Naquela data surgiu pela primeira vez a idéia da criação de uma Academia de Letras a ser patrocinada pelo Estado. O futuro imortal Medeiros e Albuquerque ² era pela época diretor de instrução pública do ministério do Interior do governo provisório e fôra quem tivera a idéia, logo passada ao seu superior, o ministro Aristides Lobo, e ao secretário do ministro da Justiça, o poeta e advogado Lúcio de Mendonça ³, seu amigo e republicano de longa data. Ambos se mostraram receptivos, mas a

² José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque (1867-1934), jornalista, autor da letra do hino à Proclamação da República, foi deputado federal. Transitou pela poesia e pelo romance, sem o destaque que teve no jornalismo.

³ Lúcio Eugênio de Menezes e Vasconcelos Drummond Furtado de Mendonça (1854-1909), cursou a faculdade de Direito do Largo de S. Francisco, em São Paulo, onde fez amizade com o advogado negro e abolicionista Luís Gama. Iniciou aí sua militância republicana e abolicionista, bem como sua ininterrupta participação na imprensa. Formado, advogou e ocupou cargos públicos da justiça em Minas Gerais e no estado do Rio de Janeiro. Foi escolhido em 1895 para o Supremo Tribunal Federal, sendo posteriormente, em 1901, nomeado Procurador Geral da República. Ficou cego em 1904, aposentando-se em 1907.

instabilidade política da jovem República interveio e desmanchou os planos de Medeiros: ele e seu chefe deixaram pouco tempo depois o ministério.⁴

Sete anos mais tarde o já membro do Supremo Tribunal Federal, ministro Lúcio de Mendonça, resolveu reavivar a natimorta idéia. Contudo, desta vez, resolveu ser mais habilidoso do que Medeiros em 1889: procurou não só o ministro do Interior, mas seus colegas de letras. Ao mesmo tempo em que se dirigia a Alberto Torres, o titular da pasta, revelava para os literatos freqüentadores do chá diário das cinco da tarde na redação da *Revista Brasileira* o projeto de criação de uma Academia de Letras a ser fundada oficialmente pelo governo republicano. A Academia passou logo a ser tema de interesse dos debates dos presentes que, concordando com Lúcio, iniciaram uma forte campanha pelas páginas dos jornais em prol do apoio governamental na implementação do plano acadêmico.

O papel da *Revista Brasileira* é de grande importância, não só pelo fato geográfico de ser o principal ponto de reunião dos literatos mais reconhecidos da época, só rivalizado pela livraria Garnier, onde, aliás, iam quase que todos os mesmos literatos, mas por causa do significado das reuniões diárias e do perfil intelectual da publicação. Fundada em janeiro de 1895, teve uma vida curta, vindo a desaparecer em setembro de 1899. Seu diretor era o crítico literário paraense José Veríssimo, figura central no mundo literário carioca, sendo que era ainda diretor do Ginásio Nacional, o antigo colégio D. Pedro II.

Já no seu programa, impresso na página de rosto do primeiro número, Veríssimo ressaltava a intenção de veículo “cultural”, de irradiação e expressão da vida intelectual

⁴ Medeiros e Albuquerque, “A fundação da Academia”, in Lúcio de Mendonça, *Primeiras notícias da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, 1997, pp. 73-75; Fernão Neves (pseudônimo de Fernando Néri), *A Academia Brasileira de Letras: notas e documentos para a sua história (1896-1940)*, Rio de Janeiro, Publicações da Academia Brasileira, 1940; Josué Montello, *O presidente Machado de Assis nos papéis e relíquias da Academia Brasileira*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1986, p. 17; A. (pseudônimo de Filinto de Almeida), “Academia de Letras”, *A Notícia*, 11/11/1896, p. 2; A.A. (Artur Azevedo), “Palestra”, *O Paiz*, 12/11/1896, p. 1; V.M. (Valentim Magalhães), “Semana litteraria”, *A Notícia*, 14/11/1896, p. 2.

brasileira, irmanando todos os estudiosos e escritores do país em “relações de confraternidade espiritual”. Mais especificamente, a revista se propunha publicar contribuições que versassem sobre “todos os assuntos e questões que possam interessar à maioria do público”, nas áreas das letras, das ciências e das artes. Veríssimo também, e isto é o mais importante, procurou não distanciar a revista dos problemas conjunturais que afligiam a vida pública do país, ao mesmo tempo que explicitava o caráter de uma publicação que visava reunir em seu seio uma série de literatos vindos de diferentes esferas do campo político daquele momento. Embora uma publicação eminentemente cultural, no sentido de dar vazão sobretudo a trabalhos literários de seus colaboradores ⁵, Veríssimo não impedia que os debates da vida pública invadissem seu espaço - ao contrário do que seria feito na Academia, mais radical neste aspecto, que seria formada pelo núcleo reunido na redação da revista. Assim definia o crítico nortista esta faceta da *Revista Brasileira*:

Este período é em nossa vida nacional de reorganização política e social. A *Revista Brasileira* não lhe pode ficar alheia e estranha. As questões constitucionais, jurídicas, econômicas, políticas e sociais [...], que nos ocupam e preocupam a todos, terão um lugar nas suas páginas. Republicana, mas profundamente liberal, aceita e admite todas as controvérsias que não se achem em completo antagonismo com a inspiração da sua direção. Em Política, em Filosofia, em Arte não pertence a nenhum partido, a nenhum sistema, a nenhuma escola. Pretende simplesmente ser uma tribuna onde todos que tenham alguma coisa que dizer e saibam dizê-lo, possam livremente manifestar-se. ⁶

Uma bela lição de democracia, acreditarão muitos. Pode ser, mas a questão é mais complexa do que o parágrafo deixa-nos imaginar.

A referência inicial ao período pelo qual o país passava não é gratuita e tem profunda relação com o resto do parágrafo. É preciso lembrar que estava-se no início de 1895, um dos anos mais conturbados da jovem República brasileira, quando se entrava no segundo

⁵ Um exame dos índices mostra claramente como a maioria das contribuições era de contos, trechos de livros de memórias, de romances, de crítica literária, de trabalhos sobre folclore, sociologia, filosofia e história.

⁶ *Revista Brasileira*, ano I, tomo I, janeiro a março de 1895, p. 3.

ano do governo do primeiro presidente civil do país, o paulista Prudente de Moraes. O primeiro mandatário recebera uma nação recém saída de uma quase ditadura, exercida por Floriano Peixoto até março do ano anterior, quando sufocara a rebelião da marinha, comandada pelo almirante Custódio José de Melo, adversário do general, e auxiliada pelo também almirante Saldanha da Gama, monarquista declarado. Durante um ano, a partir de setembro de 1893, o Rio de Janeiro vivera sob estado de sítio e toque de recolher, ameaçado que estava pelas bombas dos navios revoltosos, ancorados na Baía de Guanabara. Instaurou-se na cidade um clima de vigilância constante, bem como de intensa perseguição política a todos que se opunham, mesmo que apenas levemente, ao governo do “Marechal de Ferro”.

⁷ Muitos literatos se viram envolvidos: Rui Barbosa se exilou em Londres; Olavo Bilac fugiu para o interior de Minas Gerais; o jornalista Pardal Mallet escolheu o interior do estado do Rio de Janeiro; José do Patrocínio se escondeu nos subúrbios da cidade, correndo o boato de que fôra fuzilado pelo governo; o poeta Guimarães Passos, amigo de Bilac, foi engajado à força nos “batalhões patrióticos” florianistas, conseguindo desertar e se juntar aos navios revoltosos, posteriormente se exilando em Buenos Aires; e o crítico literário Araripe Júnior se alistou nos mesmos “batalhões”.

Também em 1893 iniciara-se no Rio Grande do Sul a chamada “Revolução Federalista”, que de federalista não tinha nada. Parte da elite rural gaúcha, antigamente agrupada no Partido Liberal do Império, opositora do presidente do estado, o positivista Júlio de Castilhos, empossado irregularmente por Floriano, rebelara-se e, liderada por Silveira Martins, iniciara uma sangrenta guerra civil no estado, que chegou a se alastrar por Santa Catarina e Paraná. Os revoltosos eram contra a primeira constituição republicana, a de

⁷ Uma boa romantização deste clima histórico é dada por Coelho Neto, no seu O morto (memórias de um fuzilado), publicado originalmente em 1898. Ver a edição de 1994 da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

1891, que instaurara o sistema federativo, dando muita autonomia política aos estados da União, pregando, em contrapartida, uma constituição que consagrasse o parlamentarismo e a unidade nacional. O porquê de se alcunharem federalistas, é um mistério... Em todo o caso, quando do início do segundo ano do mandato de Prudente de Moraes, a “revolução” sulista estava praticamente derrotada, com as forças “federalistas” estacionadas no Uruguai. Debatia-se, portanto, que atitude tomar com relação ao estado sulistas, e que fim dar aos revolucionários. Políticos, juristas, advogados e literatos em geral discutiam se a permanência de Júlio de Castilhos no governo do estado era legal, qual o grau de ingerência que o poder executivo da união poderia ter nos assuntos “internos” daquele estado e se o Congresso poderia fornecer uma anistia geral aos revoltosos.⁸ Explica-se assim que no programa da *Revista Brasileira* apareça com destaque o interesse que seria dedicado às “questões constitucionais [e] jurídicas”. Interesse tão premente que naquele mesmo primeiro número aparecia um artigo de Lúcio de Mendonça, sobre “Federação e República”. Dentre muitos outros artigos sobre a Constituição republicana de 1891, deve-se destacar ainda o artigo sobre “A questão do Rio Grande”, coletânea de pareceres jurídicos sobre os limites constitucionais da intervenção federal no Rio Grande do Sul e anistia aos revoltosos gaúchos.⁹

A característica básica da *Revista Brasileira*, seguindo seu programa, foi a variedade de contribuições, em termos de gêneros, e a variedade do espectro político e literário dos contribuintes. Entretanto, seguindo a orientação do programa, não havia um debate aberto entre as várias posições da época. O tom dos artigos que tratavam de temas conjunturais

⁸ Ver Suely Robles de Queiroz, *Os radicais da República - Jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)*, São Paulo, Brasiliense, 1986 e Maria de Lourdes Mônaco Janotti, *Os subversivos da República*, São Paulo, Brasiliense, 1986.

⁹ Medeiros e Albuquerque, “Federalismo e República”, *Revista Brasileira*, ano I, tomo I, janeiro-março de 1895, pp. 13 a 21 e “A questão do Rio Grande”, ano I, tomo II, abril-junho de 1895, pp. 257 a 281.

procurava a neutralidade, refugiando-se sempre em debates jurídicos. De uma maneira geral, tais artigos procuravam defender a legalidade e a moderação, o que punha a revista próxima dos setores moderados da República que apoiavam o presidente Prudente de Moraes. No artigo citado acima sobre o “Federalismo e República”, Medeiros e Albuquerque mostrava como o sistema federativo, consagrado na constituição de 1891, era um imperativo histórico do país. Na coletânea sobre “A questão do Rio Grande”, José Veríssimo procurara contribuições que se ativessem aos meandros constitucionais da questão, rechaçando os posicionamentos políticos, o que a maioria dos articulistas fez, mas não todos. Em artigo sobre “O estado de sítio”, Tarquínio de Souza criticava o uso político daquele mecanismo constitucional como forma de governo de silenciamento da oposição, numa crítica direta ao governo Floriano e aos jacobinos que pediam uma ditadura militar como única forma de salvação da República. Lúcio de Mendonça escreveu outro artigo pedindo a extinção do cargo de vice-presidente, provavelmente motivado pela tensão trazida pelo período em que Manoel Vitorino, vice de Prudente, o substituíra no cargo, desfazendo sua política e aproximando-se dos militares florianistas. Por fim, como a mostrar que a revista, embora não assumisse uma posição política clara, mas que mesmo assim, nas entrelinhas, apoiava a moderação republicana, o jornalista Ferreira de Araújo manteve uma coluna chamada “A política”, entre 1895 e 1897, na qual atacava a propaganda monarquista, os jacobinos e louvava a intenção pacificadora de Prudente de Moraes.¹⁰

¹⁰ Ver os artigos de Medeiros e Albuquerque e a coletânea sobre o Rio Grande do Sul na nota anterior. Tarquínio de Souza, “O estado de sítio”, ano I, tomo III, julho-setembro de 1895, pp. 193-208; Lúcio de Mendonça, “Extinção do cargo de vice-presidente - alvitre de reforma constitucional”, tomo XVII, abril-junho de 1898, pp. 238 a 248. Ver as colunas de Ferreira de Araújo saídas nos tomos V, janeiro a março de 1896, pp. 386 a 390; t. VI, abril a junho de 1896, pp. 59 a 62, 186 a 189, 252 a 256 e 324 a 328; t. VIII, outubro a dezembro de 1896, pp. 125 a 128 e 317 a 320; t. IX, janeiro a março de 1897, pp. 318 a 320. Evidenciando a tentativa de ser moderada, o mesmo Ferreira de Araújo, conquanto criticasse a propaganda restauradora, elogiava o monarquista Joaquim Nabuco por sua transigência com a República. Ver coluna do tomo VI, abril a junho de 1896, pp. 125 a 128.

A *Revista Brasileira*, congregando o núcleo formador da futura Academia Brasileira de Letras já apontava para alguns traços daquela instituição. Sem rejeitar *a priori* articulistas dos mais variados partidos políticos, ainda assim não publicava artigos panfletários ou inflamados. Ao mesmo tempo privilegiava as contribuições literárias, o que foi se acentuando com os anos. Também a questão da despolitização aparecia, tal qual viria a ocorrer na Academia. Embora, como já foi frisado, evitasse os partidarismos e minimizasse as questões políticas, encobrindo-as sob a capa de artigos jurídicos, ficava claro que tais artigos eram movidos pela conjuntura da vida pública dos anos 1895-97, ao mesmo tempo que eles se posicionavam no campo republicano mais moderado, que queria evitar uma volta à monarquia, mas também eliminar a influência militarista e jacobina nos rumos do regime. Ou seja, profundamente enraizada no ambiente político da época, procurava se mostrar neutra e até mesmo despolitizada, a partir do momento que recusava a idéia de que suas contribuições pudessem ter algum cunho partidário - quando, evidentemente, o tinham. Moderadas e conciliadoras, mas tinham.

Foi, portanto, este o ambiente encontrado por Lúcio de Mendonça quando resolveu levar adiante seu projeto de uma academia. E qual era este projeto? Lúcio tinha em mente algo diferente do que depois viria a se tornar a instituição. Segundo um escrito inédito seu, encontrado no arquivo da ABL, e que, aparentemente, é um esboço de artigo de jornal que nunca foi publicado, a Academia seria criada sob os auspícios do Estado, que redigiria um decreto de fundação e daria a ela uma sala para desenvolver seus trabalhos. Neste decreto o governo nomearia os dez primeiros membros, que livremente escolheriam mais vinte, cabendo aos dez primeiros propor dois nomes cada. Estes trinta membros efetivos elegeriam mais dez, a título de sócios correspondentes, entre escritores estrangeiros e brasileiros

residentes fora do Rio de Janeiro. A diretoria seria formada por um presidente, um secretário-perpétuo e um bibliotecário. O congresso liberaria uma verba inicial para a instalação da academia e aprovaria uma lei favorecendo-a com a permissão de uso de franquia postal e da Imprensa Nacional. Lúcio também alude à possibilidade de o congresso vir a aprovar, dali a alguns anos, uma verba anual no orçamento da União.

Além desta proposta geral, Lúcio fez mais, e se mobilizou de forma a deixar todas as arestas aparadas. Listou os dez escritores a serem nomeados pelo governo, os vinte elegíveis por estes dez primeiros e nove dos dez sócios correspondentes passíveis de escolha pelos trinta primeiros. Estariam entre estes primeiros: Machado de Assis, Araripe Júnior, Lúcio de Mendonça, Sílvio Romero, Coelho Neto, Artur Azevedo, Valentim Magalhães, Inglês de Souza, Rodrigo Otávio e José Veríssimo. Os vinte seguintes eram: Olavo Bilac, Joaquim Nabuco, Carlos de Laet, Alberto de Oliveira, João Ribeiro, Urbano Duarte, Medeiros e Albuquerque, José do Patrocínio, Ferreira de Araújo, visconde de Taunay, Xavier da Silveira, Teixeira de Melo, Rui Barbosa, Virgílio Várzea, Pedro Rabelo, Guimarães Passos, Alcindo Guanabara, Alberto Silva, Constâncio Alves e Capistrano de Abreu. Por fim, seriam sócios correspondentes: Assis Brasil, Raimundo Correia, Clóvis Beviláqua, Martins Júnior, Fontoura Xavier, Salvador de Mendonça (irmão mais velho de Lúcio), Leôncio Correia, Aluísio Azevedo e Luís Guimarães Júnior. Lúcio fez ainda mais: escreveu ao ministro Alberto Torres pedindo que intercedesse junto ao vice-presidente da República, e redigiu o decreto de nomeação dos dez primeiros imortais e o de criação do instituto.¹¹

¹¹ Não encontrei estes documentos no arquivo da ABL. No período em que lá pesquisei ele se encontrava em reforma e, apesar da extrema boa vontade dos funcionários e arquivistas, estes e alguns outros manuscritos não foram achados. Os referidos documentos estão reproduzidos em Lúcio de Mendonça, Primeiras notícias..., op. cit., pp. 47-55.

O leitor deve me desculpar pela cansativa listagem dos nomes acima, mas eles são importantes para termos uma idéia da amplitude que Lúcio queria dar à ABL, bem como o projeto intelectual por trás deles e a estratégia por ele adotada. Portanto, a pergunta que devemos fazer é: porque a lista foi organizada desta maneira?

Começemos pelos sócios correspondentes, de resposta mais pronta e fácil: aparentemente é a mais eclética e o critério é realmente o de chamar figuras de renome nas letras que não se encontravam no Rio. Na lista temos um dos maiores poetas parnasianos (Raimundo Correia), um famoso jurista (Clóvis Beviláqua), um grande romancista (Aluísio Azevedo) e pelo menos um renomado jornalista (Leôncio Correia), dentre outros.

É nas duas listas precedentes que se esclarecem as intenções de Lúcio de Mendonça, de acordo com os termos do seu documento inédito. Datado de cinco de novembro de 1896, o referido escrito visa justificar a procedência de um ato administrativo por parte do governo na criação de uma Academia de Letras. A necessidade sentida por Lúcio era de evitar um ataque que se lhe afiguraria muito incômodo, enquanto republicano histórico, com a acusação de que a República estaria consagrando uma instituição aristocrática, a partir do momento em que ajudaria um órgão marcado pela vitaliciedade e pelo número restrito de membros, princípios não condizentes com a nova ordem democrática do jovem regime. Lúcio responde de antemão afirmando que estas seriam “superstições” que não cabiam no universo da literatura. Nas suas contundentes palavras: “pois que haverá de menos inteligente e racional que intrometer a igualdade democrática no domínio da arte, esfera essencialmente privilegiada e de exceção?”¹² Eliminada a questão do preconceito, nosso literato passa a aproximar os interesses de seu grupo e os do Estado. Os literatos estariam

¹² Lúcio de Mendonça, Primeiras notícias..., op. cit., p. 48.

interessados no apoio oficial como forma de dar solenidade aos seus atos e como forma de impressionar o público. Mas qual seria o interesse da outra parte?

E há, de envolta com o interesse da classe dos literatos, o próprio interesse da República: é belo e útil que esta se mostre amiga dos bons espíritos e da mais nobre das artes; e não é dos menores resultados, que se hão de colher do novo instituto, o conagração das mais bem dotadas inteligências nacionais numa obra comum e desinteressada, numa cooperação que promoverá naturalmente o apagamento e a suavização das vivas antinomias que a luta política abre, aprofunda e envenena.¹³

Chegamos aqui ao cerne da questão, que Lúcio menciona como se fosse algo natural. Depois de argumentar com o artifício da nobreza de um ato descompromissado de interesse pela arte, nosso autor expõe aquilo que realmente poderia preocupar o governo de Prudente de Moraes e os republicanos mais empedernidos: como é que o ministro Alberto Torres justificaria para o presidente que estava apoiando uma iniciativa que incluiria não só literatos contrários ao governo mas, mais grave ainda, também literatos fortemente vinculados ao ainda forte movimento restaurador? Parágrafos abaixo Lúcio esclarece o problema, dando nomes ao bois.

No modo de compor a Academia cumpre desde logo obviar a certas dificuldades, com que é prudente contar: temos literatos, dos mais estimados, que, por amor de suas convicções e conseqüentes escrúpulos de ordem política, não queriam aceitar nomeação do Governo, nem para funções desta natureza, mas por outro lado, não se compreende a completa abstenção do Governo na composição de um instituto de criação oficial.

É interessante notar o artifício usado por Lúcio, que afirma que seriam os monarquistas que não aceitariam a participação oficial na criação da Academia, quando o que ele visa desanuviar é o preconceito “democrático” daqueles que não veriam com bons olhos estes monarquistas em um instituto criado pela República. É com isso que se entende a artimanha criada por ele na composição da Academia, primeiro com dez sócios escolhidos

¹³ Idem, *ibidem*, p. 48.

pelo governo, para daí haver a eleição dos outros vinte membros. Com esse estratagema, nem o governo se comprometeria em nomear monarquistas e opositores, nem estes se sentiriam incômodos em aceitar a entrada na Academia de Letras. Arremata Lúcio: “homens de letras monarquistas ou dissidentes da política do atual governo, como Carlos de Laet, Joaquim Nabuco, Taunay, Constâncio Alves, Rui Barbosa ou José do Patrocínio, que não aceitariam uma nomeação oficial não recusarão, de certo, a honrosa eleição pelos seus pares”.¹⁴

Como corolário da tentativa de convencimento do ministro, Lúcio ainda tentou mais uma manobra, propondo que a fundação se desse no dia 15 de novembro, como forma de marcar o aniversário da República.¹⁵ Se este artifício chegou a tentar Alberto Torres, não sei, mas era possível que desagradasse a facção monarquista dos literatos elegíveis para a futura Academia. Não todos, é verdade, posto que Carlos de Laet, como se verá, apoiou Lúcio. Mas outros poderiam ficar melindrados.

Chegamos então às duas primeiras listas, e vemos que Lúcio de Mendonça seguiu à risca sua argumentação. Há entre os dez primeiros apenas literatos que se notabilizavam pela neutralidade aparente ao governo ou por terem apoiado a República. Já entre os vinte que se seguem estão não só literatos de renome eminentemente “artístico”, tais como os poetas Olavo Bilac, Alberto de Oliveira e Guimarães Passos, o historiador Capistrano de Abreu e o gramático João Ribeiro, mas também figuras da oposição, como Medeiros de Albuquerque, Rui Barbosa e José do Patrocínio e monarquistas históricos, como Carlos de Laet, Joaquim Nabuco, Taunay e Constâncio Alves.

¹⁴ Idem, *ibidem*, ambas as citações na p. 49.

¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 50. Nos esboços dos decretos a serem assinados pelo ministro do Interior e pelo presidente da República também consta a data de 15/11; pp. 52 e 53.

Paralelo a todo este *imbroglio* institucional, vê-se por detrás do texto inédito de Lúcio uma nítida concepção acerca da relação entre literatura e política. Para o nosso autor estes eram dois termos que não deveriam ser misturados, muito embora os literatos insistissem em aproximá-los em suas atividades quotidianas. Era isso que permitia que uma Academia de Letras pudesse ser criada não só congregando escritores de diversos credos ideológicos, mas também que a iniciativa partisse do Estado. A literatura deveria pertencer tão somente ao mundo da arte, que era maior do que a política e independente da conjuntura histórica. Isso tornava possível que um ato político do governo pudesse se converter numa iniciativa neutra. Posto desta forma nos parece estranho que se pudesse raciocinar assim, mas o fato é que esta concepção encontrou entre os literatos uma forte ressonância. Talvez não tenha sido aceito pelos que estavam no poder na época, uma vez que a iniciativa falhou e o Estado só viria a dar alguma ajuda à Academia muitos anos depois. É muito possível que Alberto Torres e seus colegas de ministério tenham se dado conta que literatura e política não eram facilmente separáveis e que o ato de criar uma Academia de Letras nos moldes propostos, mesmo com as artimanhas imaginadas por Lúcio para mascarar as incompatibilidades políticas entre uma parte consistente dos literatos e o governo Prudente de Moraes, não impediria *a priori* que o vírus da política fizesse parte da realidade acadêmica. Em todo o caso, apesar da tentativa de Lúcio de delimitar a Academia como um órgão despolitizado, é ele mesmo quem acaba levantando os problemas de ordem política que cercavam a vida literária do período. De uma maneira ou de outra, fica claro como na época os dois termos se misturavam; literatura e atividade militante não eram entendidas como excludentes. Muito pelo contrário, eram vistas como duas faces da mesma moeda.

Antes que Lúcio de Mendonça se desse conta de que sua iniciativa falhara, houve um forte movimento nas fileiras letradas em prol da Academia. O interessante é que dentre os que pregaram nas páginas dos jornais cariocas pela iniciativa de Lúcio estavam alguns daqueles elencados como elementos que incomodariam ao Estado: Medeiros e Albuquerque e Carlos de Laet. Os dois foram responsáveis por quatro dos dezesseis artigos assinados saídos na imprensa entre os dias 10 de novembro e 21 de dezembro de 1896.

A campanha foi levada a cabo em duas frentes: através dos artigos de fundo e dos folhetins, e através de notas e notícias que davam como certa a criação do órgão por parte do governo. A principal via foi a primeira, posto que mais elaborada, militante e constante. As notas se limitaram a fornecer os dados sobre o futuro grêmio. As mais extensas apenas reproduziram, sem muito brilho, as principais idéias de Lúcio de Mendonça.¹⁶

Escondidos atrás de seus costumeiros pseudônimos, Filinto de Almeida, Artur Azevedo, Carlos de Laet, Valentim Magalhães e Urbano Duarte defenderam como algo altamente positivo e desejável que houvesse um forte apoio estatal na forma de financiamento e reconhecimento oficial à futura academia. Todos estes literatos louvaram a medida como um ato que daria alento aos literatos e enobreceria o Estado, na medida em que demonstraria sua preocupação com o progresso intelectual do país. Nesse sentido, a proposta de Lúcio de Mendonça sobre a data de 15 de novembro é destacada como um símbolo do patrocínio oficial. Seria a melhor forma de ligar aos rumos da República o desenvolvimento da literatura brasileira. Destacando a falta de importância dada às letras

¹⁶ "Academia de Letras", *Gazeta de Notícias*, 10/11/1896, p. 1, "Várias", *Jornal do Commercio*, 12/11/1896, p. 1, "Academia de Letras", *A Notícia*, 14/11/1896, p. 2 e *Jornal do Brasil*, 15/11/1896, p. 1.

pela nação e a dificuldade dos literatos em se fazer proeminentes na vida do país, a proteção da República daria prestígio e alento para os escritores continuarem trabalhando.¹⁷

Apesar desta visão esperançosa, surge nos artigos da imprensa uma forte preocupação, já sentida pelo próprio Lúcio de Mendonça, sobre como pregar a união dos literatos com a República quando boa parte deles era contrário a ela. Do ponto de vista formal, a saída era a adoção do subterfúgio proposto por nosso ministro do STF quanto à nomeação dos dez primeiros imortais. Mas o importante a destacar é a maneira de se definir o que era literatura e os limites que ela deveria pôr à política, não estando a questão restrita aos indivíduos que a compusessem, mas ao entendimento de que se poderia construir um espaço que congregasse os escritores em completa harmonia. Os literatos que escreveram a respeito nos jornais são unânimes: os conflitos existentes na vida pública desapareceriam quando se tratasse de uma Academia de Letras, onde, por sua natureza, os literatos se restringiriam ao culto da arte, irmanados por um sentimento patriótico acima das contingências do momento. Ou seja, haveria algo em comum, uma identidade que estava acima das lutas políticas: o desejo de progresso intelectual, o cuidado com a língua portuguesa e o respeito por nossa tradição literária. A Academia seria o local por excelência onde se aboliriam as tensões entre os literatos e entre estes e o universo dos partidos e do Estado, uma vez que, ao adentrarem as suas portas, seus membros deixariam do lado de fora as chamadas “paixões políticas”, na expressão comum à época. Por detrás destas afirmativas se delineia claramente a interpretação de que a literatura era algo não só superior, posto que não era desagregadora, muito pelo contrário, era elemento de união, mas também que era

¹⁷ A. (Filinto de Almeida), “Academia de Letras”, *A Notícia*, 11/11/1896, p. 1; A.A. (Artur Azevedo), “Palestra”, *O Paiz*, 12/11/1896, p. 1; Acácio Ramos (Carlos de Laet), “Academia de Letras”, *O Paiz*, 12/11/1896, p. 2; V.M. (Valentim Magalhães), “Semana litteraria”, *A Notícia*, 14/11/1896, p.1; “Sem rumo”, folhetim escrito no anonimato por Urbano Duarte *Jornal do Commercio*, 15/11/1896, p. 1.

independente. Seu significado e sua história poderiam se desenvolver numa linha à parte da vida pública do país. A neutralidade do artista e de sua criação lhe davam um lugar privilegiado, uma nova identidade, que não deveria ser atrapalhado pela luta fratricida que envolvia a política.

É assim que se entende que os literatos pudessem defender um paradoxo: ao regime republicano, numa atitude discricionária de escolha apenas dos elementos que lhe pareciam aceitáveis, na data simbólica que marcava sua presença na ajuda aos escritores brasileiros e no financiamento direto daquela que deveria se tornar a sua instituição por excelência, era pedido que celebrasse a independência das letras da esfera da política. Os literatos pediam ajuda oficial para se definirem como à parte da influência da vida parlamentar e partidária. Com um ato cheio de significados e desdobramentos políticos queriam demarcar sua despolitização.

Isto fica mais claro quando destrinchamos a tática usada nos jornais para o convencimento das autoridades que deveriam fundar a Academia de Letras. Entre os que escreveram ressalta a posição do monarquista e católico empedernido Carlos de Laet.

Laet foi um dos mais atuantes panfletistas do movimento restaurador depois do advento da República. Correspondia-se com a família imperial e com o visconde de Ouro Preto, chefe de gabinete do último ministério do Império e um dos líderes do movimento monárquico. Dirigiu o jornal do movimento *A Tribuna Liberal*, sendo preso por sua militância. Ainda em 1889 foi aposentado compulsoriamente da sua cátedra do colégio Pedro II por defender a manutenção deste nome, no lugar da adoção do nome neutro de “Ginásio Nacional”. Chegou a ser eleito em setembro de 1890 para a constituinte republicana, dentro da estratégia política monarquista, mas seu diploma eleitoral não foi

reconhecido.¹⁸ Até pelo menos a década de 1910 continuaria escrevendo em jornais fustigando sempre que podia o novo regime.

Voltando ao caso da criação da Academia, Carlos de Laet afirma que as idéias presentes no projeto eram “superiores”, referindo-se ao fato de virem a reunir escritores de variados partidos no terreno neutro do amor à Arte e à Pátria. Destacando o nome dos monarquistas como dignos de estarem presentes na futura academia, pensa que era o Estado quem deveria dar a ela sustento e respeitabilidade oficial. Mas como convencer as autoridades que também era de interesse delas apoiar a iniciativa que então se propunha? Laet procura mostrar que a Academia de Letras teria um significado político interessante ao Estado republicano no reforço da ordem vigente. Descrevendo-a como um campo neutro, no caminho já referido do patriotismo, ele acaba insistindo em uma submissão do futuro grêmio aos interesses do Estado, o que é claramente um posicionamento político.

E será fundada a 15 de novembro. Revela essa lembrança o alto critério e o incontestável tino administrativo de quem a teve, denuncia claramente a aptidão e a sagacidade de seu autor: não só essa data memorável acentua fortemente o referido cunho oficial como liga suavemente os membros da elevada corporação ao regime. Não nos esqueçamos de que, em agremiações de tal natureza, deve existir, embora aparente, o amor às instituições vigentes e respeito à Constituição do país - que encerra sem dúvidas disposições muito liberais.¹⁹

Como compreender a posição de Laet, que mais parece um ordeiro republicano do que o cronista de *O Paiz* que continuou atacando a República e seus líderes mesmo quando a restauração monárquica se mostrou inviável? Como é que ele pôde se mostrar tão submisso, logo ele que fôra posto em disponibilidade por Medeiros e Albuquerque do seu posto no colégio Pedro II em 1889 pelo governo provisório?²⁰ Acaso não teria se dado

¹⁸ Sobre o movimento monarquista e a destacada participação de Carlos de Laet, ver Maria de Lourdes Mônaco Janotti, *Os subversivos da República*, São Paulo, Brasiliense, 1986.

¹⁹ Acácio Ramos (Carlos de Laet), “Academia de Letras”, *O Paiz*, 12/11/1896.

²⁰ Laet acusou Medeiros, que era o diretor de instrução pública em 1889, pelo ato que o aposentou compulsoriamente, em crônica de 1907. Sua reincorporação ao serviço público só se deu em 1911, com

conta do significado político de suas próprias palavras? Não creio. Penso que a questão se afigurava para ele e para seus colegas como de pura tática. Importava levar adiante o projeto de uma Academia de Letras. Para ela ter sucesso era necessário dinheiro e reconhecimento. E, na sua visão, nada seria conseguido se os governantes não fossem tentados a ganhar algum dividendo. Ou seja, Laet escolheu transigir com a ordem republicana para assegurar um espaço para os monarquistas em pé de igualdade com outros literatos adeptos do regime e do governo. Caso ele denunciasse, como outros o fariam, o significado político do fato de o governo nomear somente escritores afinados com a ordem, talvez ele nem mesmo conseguisse que aceitassem que monarquistas e republicanos dissidentes fizessem parte do grêmio. Era melhor dar a impressão de que aceitava e reconhecia o papel dominante da República na criação, mostrando o tal apreço pelas instituições e pela data do dia 15, do que lutar por uma democratização na escolha dos membros fundadores. É por isso também que compra a versão de que a Academia seria um local neutro, onde todos teriam o mesmo sentimento de patriotismo e horror à presença da política. Assegurar que os monarquistas não fariam da Academia um palanque era, para ele, uma forma de ao menos certificar-se da presença deles na instituição. Essa posição fica clara em outro artigo seu, sob o pseudônimo de X.Y., onde, em tom descompromissado, afirmava que tinha lugar na Academia por ter já participado de uma espécie de academia informal de literatos anos antes. Laet termina seu artigo sem deixar dúvidas quanto às suas intenções: “Proponho-me a um dos dez lugares dos novos imortais. Tenho direitos adquiridos. Quero ser membro de tal agremiação. E se meu nome não aparecer no decreto, protestarei [...]”. Sim. Quero entrar na Academia, porquanto não posso sujeitar-me ao ignóbil papel de

desculpas formais do governo Hermes da Fonseca, que queria “reparar as graves injustiças” cometidas contra ele por causa de seu posicionamento político. Vide Carlos de Laet, “Microcosmos”, *O Paiz*, 11/07/1907, p. 1 e “Carlos de Laet”, *Jornal do Commercio*, 19/09/1911, p. 8.

membro de fora”.²¹ O tom de exigência contrasta com o de submissão antes demonstrado. Contudo, antes de constituir uma contradição, representa uma complementação. Laet aceitava a proteção formal da República, mas desde que ele, e seus amigos restauradores, tivessem seus lugares reservados.

Indo mais a fundo, constata-se no artigo um discurso sobre a política republicana da primeira década do novo regime, que não se restringe a Carlos de Laet, mas que é comum a todos os literatos que escreveram nos jornais naqueles meses finais de 1890. Nas entrelinhas está registrada uma concepção sobre qual era a forma que o Estado e os partidos tinham de se relacionar com as demandas sociais. Assim se compreende a tática da submissão, escapando a que apenas a classifiquemos como mera bajulação dos poderosos - embora em boa medida também fosse isto. Os articulistas montam um discurso no qual se entende que a forma de relação entre os organismos do poder e os segmentos sociais se dá pela tutela do primeiro sobre os segundos. Os grupos organizados pedem favores e são atendidos de forma paternalista por aqueles que detém o mando político da nação. E o mais interessante é que se usa o discurso patriótico para camuflar um jogo de interesses menos elevados: os literatos querem dinheiro e chancela oficial e oferecem em troca o reconhecimento público aos governantes de plantão. Sem o querer, os literatos acabam nos revelando a maneira pouco louvável como entendiam a política convencional daquela época.

O tipo de tática pendular - ora na busca de proteção, ora nas ameaças - foi comum a vários outros artigos da imprensa daquele mês de novembro de 1896. Era comum que os artigos citassem explicitamente o papel do ministro Alberto Torres, destacando o fato de que ele também era um homem de letras. Mais comum ainda era que houvesse uma forte

²¹ X.Y., “Nos quoque...”, *O Paiz*, 15/11/1896.

preocupação em realçar os interesses eminentemente literários da futura companhia, bem como as preocupações patrióticas. Mas, aliado a isso, encontra-se nas mesmas crônicas um tom de exigência e denúncia, que, quando ficou clara a desistência dos governantes, tornou-se ameaça.

Filinto de Almeida, um dos primeiros a escrever sobre o assunto, exemplifica bem a passagem do tom bajulador para o de recriminação política aos governantes.

Se o sr. dr. Alberto Torres, que nos seus tempos acadêmicos poetou distintamente, e que mais tarde, nestas mesmas colunas, se revelou hábil e elegante jornalista político, dispondo de uma prosa de verdadeiro escritor concisa e clara; se este jovem político, que tão jovem sobraçou uma pasta de ministro, deixar, no espólio de sua passagem pelo poder, amparada por bons auxílios a Escola de Belas Artes e fundada a Academia de Letras que ora se anuncia, terá de certo muito mais direito à gratidão e ao respeito nacional que muitos medalhões a quem o talento apenas permitiu, quando ministros, contratar empréstimos e organizar chapas eleitorais.²²

Filinto visa, obviamente, realçar a figura de Torres. Depois dos elogios vem o contraste com outros homens públicos que não compartilhavam da mesma grandeza daquele estadista que era o ministro. Mas com isto Filinto acaba atacando outras administrações através da denúncia de corrupção e de politicagem. Esta tática era perigosa, pois melindrava a classe política de uma maneira geral, visto que apenas Torres era tido como um homem digno.

A denúncia do descaso para com as letras já havia sido feito em termos menos diretos e sem o tom de acusação por Medeiros e Albuquerque no mesmo dia e no mesmo jornal que Filinto, *A Notícia*. Medeiros se restringe a destacar que o estado não deveria apenas se preocupar com a indústria, o comércio e as finanças, mas também com o universo da arte. Essa tecla, a de que os literatos precisavam que o governo apoiasse as iniciativas que visavam levar ao povo as luzes da arte e da literatura foi comum aos artigos da época.

²² A. (F. de Almeida), *A Notícia*, 11/11/1896, p. 2.

Filinto chega a propor um programa de trabalhos para a Academia. Valentim Magalhães, em outro artigo, lembra que seria um estímulo à edição e consumo de livros dos autores brasileiros. Urbano Duarte praticamente repete Valentim palavra por palavra. Mesmo Domingos Olímpio, que era a favor da criação de uma academia independente da ingerência estatal, afirmava que o país necessitava de um guia intelectual que incentivasse a leitura. Tratarei do seu caso mais adiante.²³

Voltemos à questão da tática adotada nos artigos de jornais. Como dizia, ela mostrava submissão na reafirmação do caráter apolítico que a Academia de Letras teria, mas não deixava de expor uma visão negativa dos governantes. O redator das notícias do *Cidade do Rio*, jornal do futuro imortal José do Patrocínio, escreve no dia 12 de novembro mostrando-se cético quanto às possibilidades reais de criação do instituto. Mas afirma que, caso o governo decidisse tornar a idéia realidade, restava o problema da seleção dos membros componentes. Na sua opinião, deveria prevalecer o critério da notoriedade, um fato objetivo que independia das escolhas políticas. Se deixada atuar, essa notoriedade se imporá por si só. Mas, “se o ministro do interior, em vez de ser juiz, se mostrasse um partidário, teria para apupá-lo a risota de nós todos, os que temos uma pena e a podemos manejar com desassombro”.²⁴ Fica evidente no trecho a ameaça do redator, possivelmente o próprio Patrocínio. Inicialmente ele mostra confiança, como a querer convencer o leitor e o ministro de que não havia como proceder por uma escolha que deixasse de fora os literatos que não apoiavam o governo. Mas a seguir, como que falando de algo que não iria acontecer, expõe a ameaça: aí do ministro se deixasse levar-se pelos critérios políticos!, pois ele imediatamente receberia o troco dos literatos nas páginas dos jornais.

²³ Artigos respectivamente em *A Notícia*, 11 e 14/11/1896, *Jornal do Commercio*, 15/11/1896 e *O Paiz*, 16/11/1896.

²⁴ “Academia de Letras”, *Cidade do Rio*, 12/11/1896, p. 1.

E foi o que efetivamente aconteceu, embora não houvesse um apuro tão sonoro como queria o redator acima. O dia 15 chegou, e depois dele o 16, o 17... e nada de Academia. O que houvera? O plano tão bem elaborado por Lúcio havia encontrado algum tipo de resistência, não se sabe se do ministro Alberto Torres ou se do vice-presidente Manoel Vitorino Pereira, que substituíra o presidente Prudente de Moraes, afastado momentaneamente do cargo por motivo de doença.²⁵ O caso é que todos os esforços foram em vão. Viria na contracorrente a ira dos literatos iludidos? Não chegou a tanto. Houve quem, inclusive, insistisse em bater na tecla da bajulação.

Carlos de Laet, nosso monarquista, voltou à carga no dia 26 de novembro, numa carta aberta ao ministro do interior. Inicia dizendo-se surpreso com o recuo de Alberto Torres, posto que sabia que Lúcio de Mendonça e Valentim Magalhães haviam conferenciado com ele no próprio 15 de novembro, saindo da reunião com a promessa da fundação da academia. A seguir, em uma nova demonstração de pedido de patronato e submissão, assegura que a maioria dos literatos desejava a Academia. Renova as suas preocupações apolíticas, posto que trabalharia por questões como a pureza de língua portuguesa, e finaliza destacando o papel de estadistas que os governantes teriam caso assinassem o decreto de fundação, chegando a chamar Alberto Torres de ‘Richelieu

²⁵ A interinidade de Manoel Vitorino foi um dos momentos mais atribulados do governo Prudente de Moraes, posto que seu vice se mostrou seu adversário político, fazendo uma reforma no ministério e atacando a inatividade do presidente quando no cargo. Manoel Vitorino se aliou aos setores mais radicais dos republicanos, entre eles os jacobinos e florianistas do exército, opositores de Prudente, reinstalando o clima de suspeição política sobre os republicanos mais moderados e liberais e dando vazão à histeria anti-monárquica do movimento jacobino, que se baseava na retórica do perigo iminente de uma volta ao regime deposto em 1889. O clima ficou tão tenso que Prudente, ainda não recuperado de sua moléstia, retomou posse de seu cargo em março de 1897 de surpresa, sem avisar previamente o congresso e o próprio vice-presidente. No final deste mesmo ano, a 5 de novembro, Prudente sofreria um atentado, desferido por um militar florianista. No inquérito, Manoel Vitorino foi apontado como um dos conspiradores, mas o processo não foi adiante. Ver Suely Robles de Queiroz, *Os radicais da República - jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)*, São Paulo, Brasiliense, 1896, pp. 31 a 79.

brasileiro”, alusão ao papel do cardeal francês na fundação da Academia Francesa, em 1635.²⁶

Também Filinto de Almeida optou pela via conciliatória. Chama o ministro de “homem de letras” e busca convencer a ele e a seus leitores de que a Academia teria, dentre o gastos do orçamento, a menor das verbas destinadas às artes. Seu argumento é o de que a literatura era um espelho da civilização de um povo muito mais duradouro do que “o quadro, a estátua e o edifício”, dando o exemplo dos gregos, de quem se conhecia mais através de suas obras literárias do que através de outros testemunhos de sua grandeza. Além disso, uma Academia de Letras seria menos dispendiosa do que o era a Escola de Belas-Artes, que necessitava de um edifício próprio, material para os alunos e professores, verba para os salários destes últimos, e dinheiro para as viagens de estudos dos primeiros. Por fim, tenta aliviar o que seria o medo do ministro em ser acusado de instituir um órgão elitista na República, como vimos com Lúcio de Mendonça, afirmando que se a Academia falhasse em seus propósitos de alavancar o progresso intelectual da nação, a culpa recairia sobre o presidente. Ninguém se lembraria dele na hora de recriminar alguém.²⁷ Este último ponto revela uma certa inabilidade, afinal, poderia muito bem servir para deixar mais dúvidas na mente do ministro: se a culpa recairia sobre seu superior, também os louros do sucesso iriam para o presidente, e não para si próprio...

Já Valentim Magalhães²⁸ não foi nem um pouco diplomático. Antes mesmo do dia 15 ele extravasa a sua verve incisiva e pouco afeita a possíveis resistências. Respondendo de

²⁶ Acácio Ramos, “A Academia de Letras - O.D.C. ao Exmo. Sr. ministro do interior”, *O Paiz*, 26/11/1896, p. 3.

²⁷ A., “Academia de Letras”, *A Notícia*, 19/11/1896, p. 2.

²⁸ Valentim Magalhães (1859-1903), colaborador durante muitos anos da *Gazeta de Notícias*, atingiu o ápice de sua carreira literária quando fundou na década de 1890 a revista literária *A Semana*, para a qual contribuíram muitos dos futuros acadêmicos. Seu único romance, *Flor de Sangue*, escrito um pouco antes de

antemão a quem viesse a objetar que não cabia numa república a condecoração aristocrática típica de uma academia de “imortais”, nosso cronista escreve:

Ora... pilulas! estamos frescos com o tal regime e as tais liberdades. O resultado é o que se está vendo. O Estado mantém internatos, externatos, academias, escolas, confere diplomas, privilegia profissionais, apesar de tudo quanto diz em contrário a Mãe Joana (refiro-me à constituição, é claro). Nunca no Brasil se fez mais parlamentarismo, nem mais ordinário, por ser falso, do que nessa nossa exemplar República.

Os puristas mais puros, os grandes mestres do sistema como o Sr. F. [Francisco] Glicério, ao passo que propõem, em nome do seu rigor lógico, a extinção e venda em hasta pública, de todos os estabelecimentos de ensino, votam contra o divórcio! Ora deixem-se de luxos de Corália velha! E não venham para combater a Academia de Letras, atordoar-me com toda esta ladainha dos “sagrados princípios”. Deixêmo-los dormir em paz, coitadinhos!²⁹

A irritação de Valentim deixa entrever claramente como o vírus da política se alojava fortemente na questão. Abandonando a argumentação ponderada e neutra de outros cronistas, sua prosa resvala para a condenação da República da qual ele exigia uma postura clara de apoio à Academia. Acusa-a de incoerente, de instaurar um sistema pior, por que não autêntico, do que o parlamentarismo do Império, onde até mesmo os republicanos ditos “históricos”, como Francisco Glicério, deixam-se levar pela politicagem reinante. Valentim segue a via do confronto contra aqueles dos quais queria patrocínio, contrastando fortemente com seus colegas que optaram pelo convencimento advindo de um discurso que afirmava aquilo que imaginavam que os governantes queriam ouvir. Valentim não se preocupa nem um pouco com isso, e expressa toda a sua indignação com a realidade republicana.

Depois do dia 15, quando o esperado decreto presidencial não é assinado, ele volta à carga. Demonstrando mais irritação com a desistência das autoridades republicanas, ele revela que ouvira de viva voz a aprovação da parte do ministro do interior e do vice-

morrer, alcançou grande sucesso editorial, mas lhe valeu muitas críticas por parte dos literatos, pela sua falta de profundidade.

²⁹ V.M., “Semana litteraria”, *A Notícia*, 14/11/1896, p. 2.

presidente. Lista também os literatos que apoiavam a idéia. Porque então não se cumpriu a data de 15 de novembro se, de lado a lado, havia consenso? Valentim não culpa diretamente os que lhe haviam prometido o favor do Estado. Ele prefere ver alguma influência exterior de literatos invejosos que se sabiam de fora da instituição, dos contrários ao patrocínio oficial e dos que “confundindo os alhos das letras com os bugalhos da política, não podem compreender a existência de uma Academia num regime democrático”, além dos que eram sempre contrários às idéias novas. Para não deixar dúvida de seus propósitos, reafirma o caráter apolítico da defesa da língua e da profissão literária. É então que explicita o que os literatos queriam do Estado. Julgando

indispensáveis os prêmios, as pensões, as honras, pedimos tudo isso. Por enquanto o que se pede é pouco - apenas a criação do grêmio com a nomeação dos primeiros dez (criação impossível não oficialmente) e favores pouco onerosos para os cofres públicos - como uma ou mais sala [sic] em edifício público [...] e publicação, por conta do Estado, dos anais da Academia e das obras por ela coletivamente feitas, de utilidade geral, como o dicionário e a gramática da língua e a história da literatura brasileira.

Até aqui Valentim é polido e formal. No entanto, talvez sem se dar conta, excede-se. Para quem busca mostrar-se comportado, um simples pedinte de favores, acaba desnudando o problema: a Academia exigia demais sem oferecer nada palpável em troca, além de um vago reconhecimento público. Esse reconhecimento acabava sendo fragilizado pelos próprios literatos que afirmavam sem cessar que no Brasil o povo não se importava com a literatura ou com o destino dos literatos, que pouco se lia e que pouco se publicava.³⁰ Era

³⁰ Sobre as dificuldades de vida dos literatos, vide A., “Academia de Letras”, *A Notícia*, 11/11/1896, p. 2; nota do *Cidade do Rio*, “Academia de Letras”, 12/11/1896, p. 1. Sobre a desvalorização do trabalho literário e a falta de leitores: A.A., “Palestra”, *O Paiz*, 12/11/1896, p. 1; V.M., “Semana litteraria”, *A Notícia*, 14/11/1896, p. 2; “Sem rumo”, *Jornal do Commercio*, 15/11/1896, p.1. O presente artigo de Valentim Magalhães, como se verá mais adiante, também denuncia a situação calamitosa das letras no Brasil. A historiografia insiste bastante nesta realidade de difícil projecção social dos escritores na década de 1890: Nicolau Sevcenko, *Literatura como missão - tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, São Paulo, Brasiliense, 1983, e Jeffrey D. Needell, *Belle Époque tropical - sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, pp. 86 a 93, onde reproduz reclamações dos literatos da década de 1910 contra o baixo status da figura do escritor, contra o

uma troca sem atrativos, posto que os próprios literatos expressavam a sua falta de expressividade popular.

Na continuação do seu artigo Valentim vai subindo o tom.

Lembrem-se os opositores que a República protege diretamente as belas-artes com a manutenção de uma escola e de um conservatório [...]. Por que especiosa e sutil razão há de a República reconhecer, com a existência, a utilidade do desenho, da pintura, da escultura, da música e manter o seu cultivo e não fazer nada [grifo no original] em prol das letras? [...] Desenhar bem, pintar a óleo, a pastel, a água, cantar de tenor ou barítono, tocar violino ou flauta é bom, é belo, é útil; mas não é indispensável. O mesmo não se pode dizer, entretanto, do falar e escrever corretamente a língua pátria; do conhecê-la nas suas origens, no seu mecanismo, de modo a manejá-la com facilidade; da idoneidade mental para compreender os monumentos da literatura universal e da do seu país em particular; do gosto pela leitura, pela meditação, pelo estudo. Isso não é somente belo, bom e útil: é indispensável. Ora, tudo isso viria fazer a Academia de Letras; tudo isso só poderia ser feito por ela [grifo no original] - ouviram bem?

Embora se dirija aos que eram contra a Academia, o que dá ênfase ao trecho é a indignação com o descaso do Estado para com as letras, bem como o estilo incisivo e direto, que se distancia daquele cauteloso adotado por outros literatos. As palavras de Valentim Magalhães, diretamente dirigidas aos “opositores” da idéia acadêmica, indiretamente atingem todos os dirigentes republicanos no poder desde 1889. Valentim está começando a chegar no seu ponto crítico. Passa a escrever sem subterfúgios ao ministro Alberto Torres, transcrevendo o que seriam suas palavras, caso o encontrasse pessoalmente. Ironizando

analfabetismo, etc. Contudo, a catilinária já vinha desde a década de 1880, como bem demonstrou Leonardo Pereira, in “Literatura e história social: a ‘Geração Boêmia’ no Rio de Janeiro do fim do Império”, *História social - revista da pós-graduação em história, IFCH/UNICAMP*, n. 1, 1994, especialmente os exemplos das pp. 42 e 56. Um dos mais constantes partidários dessa denúncia, em especial do entrave que o analfabetismo representava à expansão da literatura, foi Olavo Bilac. Vide: “Luiz Murat” e “Aluizio Azevedo”, *O Album*, respectivamente ano I, n. 27, julho de 1893, pp. 210 e 211, e ano II, n. 54, janeiro de 1894, p. 9; crônicas no *Correio Paulistano*, 14/12/1907 e na revista *Kosmos*, janeiro de 1905, reproduzidos no volume de antologia organizado por Antônio Dimas, *Vossa insolência (crônicas)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 176-179 e 184-191; e a entrevista concedida a João do Rio em 1905, reunida juntamente com outras em *O momento literário*, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, Depto. Nacional do Livro, 1994, pp. 11-12. Também Artur Azevedo comentou com recriminação o assunto. Vide suas crônicas em *O Album* sob os pseudônimos de “Cosimo” e de “A”, respectivamente no ano I, n. 6, fevereiro de 1893, pp. 43-44, e no ano I, n. 47, maio de 1894, pp. 370-371 (“Chronica fluminense”). No romance mais famoso de Coelho Neto há vários episódios referentes ao quadro de desalento dos escritores com a sua situação financeira e às dificuldades de atingir o público, in *A Conquista*, Porto, Chardron, 1913, especialmente os diálogos das pp. 39-41, 185, 260-261 e 299-300.

todos os poderosos da República, Valentim caçoa do que seria o sentimento de superioridade destes, posto que dirigir-se ao ministro seria uma

ousadia que eu não teria nunca, por saber como a atmosfera do Olimpo, embora republicano, altera a visão dos que são deificados pelo favor de Júpiter, impedindo-os até de enxergar os amigos e companheiros da véspera, de tu pra cá e tu pra lá, esquecidos de que hão de reverter ao mesmo pó da arraia miúda, [...] rehumanizados pelo favor do mesmo Júpiter ... ou de um vice-Júpiter.

É com essa compreensão de sua posição que ele se dirige ao ministro, nos seguintes termos:

- Meu caro Alberto, nesta terra de analfabetos, que tem literatos eminentes e não tem literatura por falta de leitores; neste povo, corroído pelo vício nas suas mais íntimas fibras, cuja atenção só o jogo e a política conseguem atrair e prender; nesta República presidencial, em que se faz mais e pior parlamentarismo do que nunca e que mantém escolas de Direito, Engenharia, Medicina e Belas-Artes, fundar uma Academia de Letras, com os intuitos e as linhas gerais da Academia Francesa seria fazer obra de grande estadista, porque grande são os estadistas que vêm mais do que os seus contemporâneos e para mais longe do que os limites do seu país e do seu tempo; seria proclamar a realeza incontestável do talento, reconhecer que a literatura é uma maneira de ser da Pátria tão legítima como a indústria, a lavoura, o comércio e a arte [...]; é fazer a este mísero povo o melhor dos serviços dando-lhe no livro um derivativo aos vícios e à ociosidade mental; [...] é finalmente, fazer política democrática, por que, se, na aparência, é uma classe apenas que vai beneficiar da idéia, e se esta é aristocrática na forma, quem vai, em fundo e verdade, se aproveitar com ela é o povo [...].

Olhe que v. talvez não tenha em seu reinado, digo no seu governo, uma tão bela ocasião de recomendar o seu nome ao respeito daqueles que são os únicos que fazem e desfazem reputações - os mentalmente idôneos. Não se arreceie de imitar o cardeal Richelieu, nem se avergonhe antecipadamente de que a Posteridade venha a chamar-lhe, como àquele estadista [...] "o amigo das letras".³¹

Nosso cronista não perdoa ninguém; dos dirigentes políticos ao povo, todos ignoram o valor da literatura e somente os literatos podiam levar-lhes as luzes da mais alta das artes. O trecho resume bem esta que é uma das idéias mais comuns aos cronistas de jornal daquele novembro de 1896. O que ele traz de novo é a crítica clara e contundente à política republicana e a ironia aos governantes, o que se afigura numa forma inábil de convencimento, mesmo que no final do artigo tente Alberto Torres com a comparação com

³¹ V.M., "Semana litteraria - A Academia de Letras - O.D.C. ao Exmo. Sr. Ministro do interior", *A Noticia*, 21/11/1896, p. 2. Todas as citações anteriores estão no mesmo artigo.

Richelieu. Aliás, mesmo aqui ele não deixa escapar a ocasião de brincar com o ministro do Interior, ao trocar “governo” por “reinado”, como que a lembrá-lo que um dia deixaria o cargo e que deveria se preocupar em marcar sua passagem pelo governo. O uso da palavra “reinado” também é uma forma de ironizar a maneira autoritária de a República exercer seu poder. Enquanto Carlos de Laet se atém à comparação pura e simples, Valentim a submete a uma crítica prévia e contundente ao regime. Ao contrário dos artigos anteriores, em que o tom pedinte e humilde é a tônica, aqui Valentim menospreza os políticos e chega mesmo a colocar os literatos acima destes. Antes os cronistas haviam afirmado que a literatura era algo superior, exatamente por que estava, ou deveria estar, desligada das “paixões” da vida pública. Era outra a sua área de influência. Na presente crônica, os literatos são explicitamente descritos como figuras políticas, no momento em que Valentim afirma que Alberto Torres deveria fazer a Academia para ganhar o respeito dos escritores. Dizer que eles poderiam fazer e desfazer reputações é desmontar todo o arcabouço que estava na base dos argumentos dos idealizadores da Academia, o de que eles não tomariam partido.

A tática inicial de convencimento de que a Academia seria um reduto que se auto-excluiria da vida pública, um local em que conviveriam de forma igualitária republicanos governistas, republicanos dissidentes e monarquistas não foi suficiente para fazer do projeto do apoio estatal uma realidade. E, mais importante ainda para meus propósitos, foi desnudada por outros cronistas de jornal que apontaram claramente para a impossibilidade de haver esse corte radical entre a literatura e a política, desvendando que o projeto de Lúcio de Mendonça e cia. nada tinha de neutro, que ele flertava abertamente com as tais “paixões” da época. Isso fica evidente em outras crônicas do mesmo período.

No mesmo 12 de novembro em que Filinto de Almeida e Medeiros e Albuquerque publicavam nas páginas de *A Notícia* suas opiniões favoráveis à Academia, um cronista protegido sob o pseudônimo de Carlos Tell, na *Gazeta da Tarde*, ironizava o interesse dos monarquistas pela futura instituição e o acolhimento dado pelos literatos republicanos a estes monarquistas. Tell se refere explicitamente ao texto de Carlos de Laet saído n' *O Paiz* daquele mesmo dia, apontando para o fato de que o apoio dos monarquistas não era desprovido de sentido político.

O sr. Quintino Bocaiúva, para manter os créditos do seu jornal, deve, quanto antes formar a sua tropa e passar-lhe uma revista minuciosa.

Creio que, sorrateiramente, introduziu-se no seu acampamento algum restaurador.[...]

Os srs. Alberto Torres e Lúcio de Mendonça não devem a esta hora estar muito satisfeitos. O artigo do *O Paiz* é um jato de água gelada que veio esfriar o entusiasmo crescente dos criadores da Academia.³²

Para além do ataque ao jornal rival, bastante comum na época, há um sarcasmo que denuncia algo que os idealizadores do projeto queriam ver camuflado por todo aquele aparatoso discurso envolvendo o amor à arte, o respeito às instituições e a escolha do 15 de novembro: a República iria cancelar uma instituição que abrigaria monarquistas. Carlos Tell mostra sem máscaras que não havia como encarar a questão de um ponto de vista neutro. Era forte o significado da presença de monarquistas, muitos ainda militantes, em uma Academia que outro cronista alcunhara de “republicana”.³³ Ao invés do apoio dos

³² Carlos Tell, “Vespas”, *Gazeta da Tarde*, 12/11/1896, p. 1. Quintino Bocaiúva, republicano histórico, dono de *O Paiz*, político importante dos primeiros anos da República, era opositor, naquela época, do governo de Prudente de Morais.

³³ Carta anônima à redação de *A Notícia*, seção “Cartas e comunicados”, 14/11/1896, p. 3. Apesar de reconhecer este fato fundamental de um decreto governamental de criação da Academia, o leitor e missivista faz um malabarismo intelectual para afirmar os créditos apenas “literários” do grêmio. Defendendo a escolha dos dez primeiros imortais entre os escritores republicanos, ele afirma que estes dez “já não estão adstritos à mesma razão de exclusão, pois não devem recear uma recusa de confrades literários, honrados com a sua escolha, inteiramente despidos de qualquer preocupação política.[...] Tanto mais honrosa será a escolha que recair em nomes de monarquistas ou de republicanos dissidentes, que só se recomendem pelo reconhecido mérito literário”.

indesejáveis à Academia de Letras, era este tipo de dedo na ferida que esfriava o ânimo dos governantes amigos de Lúcio de Mendonça...

É interessante que, talvez afora a crônica acima, nenhum daqueles que denunciou, de uma forma ou de outra, querendo ou não, a fragilidade do argumento despolitizador era contrário à Academia em si. Apenas não gostavam da idéia do patrocínio estatal.

Este é o caso de Domingos Olímpio e do anônimo "M. V.". O primeiro escreveu duas vezes, ambas após o 15 de novembro: uma vez a 16 daquele mês e outra a 21 de dezembro. Sob o pseudônimo de Pojucan, Olímpio temia que entrasse na escolha dos primeiros imortais "uma pontinha de politicagem, acidente inevitável em tudo que entre nós tem cunho oficial".³⁴ Já M.V. retruca, em tom de ironia, à afirmação de Valentim de que a Academia viria ensinar as pessoas a apreciarem as grandes obras literárias e o gosto pela leitura. Para M.V., até aquele dia, as pessoas vinham lendo e compreendendo os grandes autores da literatura nacional e estrangeira sem necessidade de uma Academia para ensiná-lhes nada e que se o problema era o analfabetismo da população, o melhor a fazer era construir-se mais escolas. Mas o importante não era isso. O ponto central era o patrocínio da República.

Se [Alberto Torres] quer renome de verdadeiro estadista, se quer ser [...] o nosso *Richelieu*, cumpra os votos de Valentim, institua, quanto antes, uma Academia, onde, além do mais, os Celsos [Afonso Celso], os Laets, os Lafayettes [conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira], os Nabucos, etc., encherão as letras pátrias de saudades da monarquia às custas das honras e do tesouro da República.³⁵

Por fim, temos ainda um último texto que é explícito quanto ao desmascaramento do elemento político envolvendo toda a questão, tocando em uma das meninas dos olhos de

³⁴ Pojucan, "Às segundas", *O Paiz*, 16/11/1896, p. 2. Na mesma coluna do dia 21 de dezembro repetiria quase literalmente o trecho acima. E acrescentaria: "o governo é péssimo industrial". Assim, fabricaria "imortais que poderiam sair obra de lei, nunca, porém, obra fina e acabada".

³⁵ M.V., "Academia de Letras", *O Paiz*, 23/11/1896, p. 2. O nome usado é claramente um anagrama do pseudônimo utilizado por Valentim Magalhães, V.M.

Lúcio de Mendonça. Refiro-me à escolha do 15 de novembro como dia para a assinatura do decreto presidencial que fundaria a Academia de Letras. Um leitor anônimo escreveu para *A Notícia* aplaudindo da idéia da Academia, louvando o seu caráter comprometido apenas com a arte. Coerentemente com a idéia de despolitização total, ao nosso anônimo missivista lhe

parece imprópria e mal cabida a data da fundação, [...] a qual dará à instituição caráter pronunciadamente político. Influindo ela [...] no espírito dos nossos homens de letras que se têm mantido fiéis ao antigo regime, muito mais largo será, por parte do governo, escolher outro qualquer dia a fim de não dar motivo a justos escrúpulos e susceptibilidades.³⁶

Os justos escrúpulos e susceptibilidades não parecem ter sido de quem ele imaginava, mas sim de quem se esperava que evitasse o mal estar entre literatos e o Estado. O vice-presidente da República não assinou o decreto de fundação nem no dia 15 nem nunca. Tampouco o ministro do interior parece ter insistido no caso. O favor que os escritores ora pediam, ora exigiam, não veio, e a Academia teria que surgir de forma realmente independente, como veio a acontecer dali a quase um ano.

Todo este panorama dos debates sobre a criação da Academia de Letras naquele novembro de 1896 permite que desde já eu afirme que os literatos que tanto quiseram uma academia patrocinada pelo Estado, ao mesmo tempo que reservada à literatura e à língua portuguesa, sem qualquer tipo de interferência política, fracassaram. Aqui não me refiro apenas ao fato de não terem conseguido sensibilizar os governantes da época, mas a que todos os artigos que tanto se prezaram por serem equilibrados e adeptos da nobre e elevada causa do progresso intelectual e artístico foram em boa medida peças políticas, não somente por que defendessem um ato governamental, ou por que exigissem atenção do Estado, mas por que nas entrelinhas está inscrita uma análise do que se lhes afigurava a política naquele

³⁶ “Cartas e comunicados”, *A Notícia*, 13/11/1896, p. 3.

momento e que tipo de atitudes pensavam ser exemplos de uma boa e saudável política por parte do governo e dos poderosos.

Fica claro nos artigos de jornal que o vaticínio sobre os políticos da primeira década da República não era dos mais positivos. No momento em que os literatos unanimemente buscavam provar que a Academia de Letras seria um espaço livre das tensões partidárias, ficava subentendido que a vida pública republicana estava marcada pela negatividade. Se a Academia viria a ser neutra é porque havia algo ruim do que se distanciar. Os literatos localizam, como bem exemplifica o caso de Valentim Magalhães, tudo aquilo que contribuía para a decadência moral da nação: a politicagem, a corrupção, os interesses mesquinhos e estreitos e a má administração dos recursos públicos. Estes são alguns dos temas pelos quais resvalam as crônicas acima. Assim, a política como entidade é amaldiçoada, e dela se querem ver livres os literatos dentro do ambiente acadêmico. Desagregadora e fratricida, era o oposto do que imaginavam que seria a “imortalidade”, onde só haveria lugar para o patriotismo, expresso no progresso intelectual e nos interesses artísticos comuns a todos os escritores. Era sob este prisma que construíam a imagem superior das preocupações com a nossa tradição literária e da defesa dupla da profissão beletrista e da língua portuguesa, compondo uma nova identidade para o grupo letrado.

O que nos cabe aqui é saber se este discurso balizou ou não a efetiva criação da Academia Brasileira de Letras no ano de 1897. Deixemos para trás os nossos cronistas militantes e cheguemos perto dos fundadores da douta instituição.

Não muito após a fracassada tentativa de novembro, os literatos por trás da campanha de Lúcio de Mendonça e aqueles frequentadores do chá das cinco da redação da *Revista Brasileira* resolveram dar continuidade ao projeto acadêmico por sua própria conta

e risco. Assim, na própria sala da revista, no dia 15 de dezembro de 1896, tinha lugar a primeira reunião preparatória da Academia de Letras, que visava escolher os seus membros e sua mesa diretora e elaborar seus estatutos e regimentos. Estavam presentes Artur Azevedo, Guimarães Passos, Inglês de Souza, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, José Veríssimo, Filinto de Almeida, Lúcio de Mendonça, Machado de Assis, Medeiros e Albuquerque, Olavo Bilac, Pedro Rabelo, Rodrigo Otávio, Silva Ramos, Valentim Magalhães e o visconde de Taunay. Imediatamente Machado de Assis era aclamado presidente da sessão, escolhendo para seus secretários Rodrigo Otávio e Pedro Rabelo. Alguns literatos comunicaram que três ausentes, Coelho Neto, Luís Murat e Urbano Duarte, aderiam de antemão às resoluções que viessem a ser tomadas pela assembléia. A reunião não foi longa. Lúcio historiou a intenção inicial do seu projeto, apresentou-se um esboço de estatutos escrito pelo romancista Inglês de Souza e decidiu-se formar uma comissão para analisá-lo.³⁷

Depois desta, houve mais seis reuniões, entre dezembro e janeiro do ano seguinte, todas dedicadas à discussão dos estatutos e do regimento interno, bem como à eleição da primeira mesa da Academia e dos membros restantes. Devo lembrar que ficou acertado que os dezesseis presentes na primeira reunião preparatória, os três que deram suas justificativas para a falta e mais onze presentes em uma lista preparada por estes literatos, na qual constavam os nomes de Araripe Júnior, Alcindo Guanabara, Afonso Celso, Rui Barbosa, Carlos de Laet, Graça Aranha, Teixeira de Melo, Alberto de Oliveira, Garcia Redondo, Pereira da Silva e Sílvio Romero, seriam aclamados sócios. Os nomes restantes para completar o número de 40 cadeiras, número tirado da Academia Francesa, seriam escolhidos

³⁷ Ata de 15/12/1896; A.A., "Palestra", *O Paiz*, 16/12/1896, p. 1; *Gazeta de Notícias*, 16/12/1896, p. 1; "Várias notícias", *Jornal do Commercio*, 16/12/1896, p. 2.

por votação. Assim, junto aos membros acima, juntaram-se ainda Magalhães de Azeredo, Raimundo Correia, Aluísio Azevedo, Salvador de Mendonça, Domício da Gama, Luís Guimarães, Eduardo Prado, Franklin Dória, Clóvis Beviláqua e Oliveira Lima.³⁸

Chegamos portanto à sessão solene de 20 de julho de 1897, data escolhida para a fundação da ABL, quando Machado de Assis e Joaquim Nabuco lêem seus respectivos discursos. Essas duas peças são concebidas como a apresentação do motivo pelo qual se justificava a criação da Academia. Embora superficialmente escritos como falas representativas do conjunto dos novos imortais, eram fundamentalmente a expressão da visão dos dois escritores em particular. A insistência com que lembram a seus pares aquilo que seria o projeto inicial da Academia mostra como era importante para os dois que se marcasse uma posição e se evitasse o desvirtuamento deste projeto em um ambiente com tantos e diferentes literatos.

Iniciemos com o primeiro discurso, o de Machado de Assis.

Senhores,

Investindo-me no cargo de presidente, quisestes começar a Academia Brasileira de Letras pela consagração da idade. Se não sou o mais velho dos nossos colegas, estou entre os mais velhos. É simbólico da parte de uma instituição que conta viver, confiar da idade funções que mais de um espírito eminente exerceria melhor. Agora que vos agradeço a escolha, digo-vos que buscarei na medida do possível corresponder à vossa confiança.

Não é preciso definir esta instituição. Iniciada por um moço [Lúcio de Mendonça], aceita e completada por moços, a Academia nasce com alma nova, naturalmente ambiciosa. O vosso desejo é conservar, no meio da federação política, a unidade literária. Tal obra exige, não só a compreensão pública, mas ainda e principalmente a vossa constância. A Academia Francesa, pela qual esta se modelou, sobrevive aos acontecimentos de toda casta, às escolas literárias e às transformações civis. A vossa há de querer ter as mesmas feições de estabilidade e progresso. Já o batismo das suas cadeiras com os nomes preclaros e saudosos da ficção, da lírica, da crítica e da eloquência nacionais é indício de que a tradição é o seu primeiro voto. Cabe-vos fazer com que ele perdure. Passai aos vossos sucessores o pensamento e a vontade iniciais, para que eles os transmitam aos seus, e a vossa obra seja contada entre as sólidas e brilhantes páginas da nossa vida brasileira. Está aberta a sessão.³⁹

³⁸ Atas de 28/12/1896, 04/01, 11/01, 18/01 e 28/01/1897. Ver ainda “A Academia”, *A Bruxa*, n. 52, fevereiro de 1897, p. 3; “Bedelho em tudo”, folhetim de Alceste (Veridiano de Carvalho) e “Varias noticias”, *Jornal do Commercio*, 28/12/1896, pp. 2 e 3.

³⁹ “Discurso do Sr. Machado de Assis”, in Academia Brasileira de Letras, *Discursos acadêmicos (1897-1906)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1934, p. 11.

Para um curto discurso, há muito o que examinar. A primeira coisa que se destaca é o procedimento de elaboração do texto por Machado. O autor de Brás Cubas aparentemente se distancia da sua própria função e importância, frisando que sua escolha foi exterior a seu próprio desejo, e que, portanto, ele não seria necessariamente o melhor representante da vontade da maioria da Academia. A seguir, afirma que não era preciso que a instituição se definisse, ou seja, que ele expusesse um programa ou projeto a ser seguido por todos. Mas o que Machado faz imediatamente após estas frases é o exato oposto. Primeiramente lembra que o critério da idade era significativo numa Academia que nascia com “alma nova”. Em vez de escolherem um espírito empreendedor, dinâmico ou jovem, preferiram alguém que pudesse representar na sua própria trajetória e importância o significado da instituição.

Machado era considerado, e aqui não me furto a chover no molhado, o “chefe” incontestado da literatura brasileira. Tanto nos jornais, quanto na correspondência entre os acadêmicos, sobretudo a dirigida ao próprio Machado, frisa-se a todo o tempo sua posição de líder.⁴⁰ O que significava isso? Obviamente que não se referia a uma função institucional ou política. Machado não saía às ruas, nas tribunas ou nos jornais defendendo a profissão dos escritores. Ele era encarado por seus colegas como modelo de sucesso, como perfil puramente literário, de trabalho constante em prol da arte de escrever no Brasil. Era o

⁴⁰ Apenas um exemplo, dentre tantos outros. Em artigo de 1895, Valentim Magalhães faz uma avaliação do papel central de Machado no panorama da literatura brasileira: “A situação de Machado de Assis nas letras brasileiras é excepcional, é mesmo única, atualmente. Todos lhe chamam mestre, mesmo aqueles que, como Ferreira de Araújo, Olavo Bilac, Artur Azevedo, Coelho Neto, têm nome feito e reputação firmada. Ele é o mais legítimo, mais ilustre e mais glorioso representante da literatura brasileira contemporânea”, in *Correio Litterario*, 31/10/1895. O texto acerta em cheio em um ponto: era comum a reverência à Machado como “mestre”. Em manuscrito datado de 10 de fevereiro de 1896, não catalogado, do arquivo da ABL, Olavo Bilac dedicou a Machado um pequeno poema que se inicia com o seguinte verso: “Mestre! feio porque? - Só porque é feio/ ser modesto de mais...”. Jeffrey Needell notou bem a situação privilegiada dele frente a seus colegas e a quase inevitabilidade da sua escolha para presidente da Academia, in *Belle Époque tropical*, op. cit., pp. 225-226 e 261-267. Roberto Ventura mostrou como havia, na solitária figura de Sílvio Romero, quem não gostasse nem um pouco do velho bruxo, in *Estilo tropical*, op. cit., pp. 95-107.

exemplo maior de escritor que havia conseguido se manter puro, o que significava que conservara sua obra e sua postura afastadas da ingerência política, que havia conseguido escrever obras ao mesmo tempo brasileiras e universais por que havia se dedicado com afincamento somente à sua arte, e nada mais. Já a imagem fora dos círculos literários não era tão serena. Mesmo ele não escaparia ao clima político reinante naqueles primeiros anos da República. Em 1894, Deocleciano Mártir, conhecido panfletista jacobino, que se veria três anos depois envolvido no atentado contra o presidente Prudente de Moraes, acusou nas páginas do jornal *O Tempo* Machado de ser monarquista e pedia que fosse demitido do seu cargo no ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Lúcio de Mendonça o defendeu nas páginas da revista *A Semana*, e Deocleciano interrompeu o ataque. Entretanto, nem assim Machado escapou: no final de 1897 foi aposentado compulsoriamente do ministério, no qual trabalhava desde 1873. Para lá voltaria em 1898 como chefe de gabinete do ministro, só sendo reintegrado integralmente em 1902.⁴¹

Ao mesmo tempo em que o critério da idade é lembrado por Machado como forma de filiar a Academia à sua conhecida trajetória de velho escrevinhador, é também uma maneira de introduzir um novo elemento do texto, que expõe exatamente aquilo que não era “preciso definir”. O escritor mostra-se, como sempre, muito astuto, expondo, como quem não pede muito, uma tarefa árdua: “conservar, no meio da federação política, a unidade literária”. Utilizando-se do exemplo da Academia Francesa, Machado de Assis está aqui, em poucas palavras, expondo todo o projeto que moveu os iniciadores da instituição. As “feições de estabilidade e progresso” que ele afirma todos desejarem é mais do que o simples e justificado desejo de que a Academia sobrevivesse muito anos, representando na realidade

⁴¹ Raimundo de Magalhães Júnior, *Machado de Assis funcionário público (no Império e na República)*, Rio de Janeiro, Ministério da Viação e Obras Públicas/Serviço de Documentação, 1958, pp. 91 a 100 e 105 a 108.

o fundamento pelo qual ela deveria se moldar, que era o de se manter superior “aos acontecimentos de toda casta, às escolas literárias e às transformações civis”. Com isso se afixava a primeira parte do projeto; o de não permitir que um centro de letras se deixasse levar pelos abalos do mundo exterior, entendido tanto como o da política, quanto o das discussões entre escolas estéticas.

Aqui Machado faz o fecho do texto retornando ao assunto da idade, deixando então claro que ela não era tão sem importância como parecera no início. Manter a tradição literária nos seus mais variados ramos era o fim superior da nova instituição. Consciente da sua posição proeminente entre os literatos nosso autor demarca na sua própria figura o objetivo puramente literário daquela organização.

Mas havia ainda mais, algo que quase passa despercebido aos olhos do leitor de hoje, mas que muitos presentes àquela sessão entendiam perfeitamente. Refiro-me àquela singela e curta frase do segundo parágrafo sobre a federação política e unidade literária. Machado cria aqui uma oposição muito significativa no contexto da época. Como se sabe, dentre muitas diferenças, a República instaurara o federalismo como forma de organização da União, em oposição ao centralismo da monarquia. Além disso, durante os anos de 1892 e 1895 o país se vira às voltas com várias disputas, que muitas vezes chegaram às vias armadas, em torno da independência dos estados face ao governo federal ou mesmo dentro dos estados para ver quais grupos políticos ficariam com os poderes locais. Durante os governos de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto foram comuns as intervenções federais destituindo governadores de vários estados. O caso mais extremo foi o do Rio Grande do Sul, onde as divergências políticas entre grupos locais levou à chamada

“Revolução federalista” de 1893-1895.⁴² Machado, portanto, aludia claramente a um sistema político que resultara em graves distúrbios para o novo regime. Embora afirmasse que a “unidade literária” fosse vontade de seus colegas acadêmicos, parece óbvio que era sua própria vontade que a união dos literatos na Academia não seguisse os tortuosos caminhos seguidos pelo federalismo da constituição republicana de 1891. Machado queria que o rumo da vida intelectual na Academia, na base da união, fosse mais calma e consensual do que as divisões causadas pelo federalismo na vida pública do país.

Tal posição fica mais clara se a compararmos com as posições políticas do presidente daquele grêmio em relação ao sistema constitucional do novo regime. Machado mostrou ao longo dos anos finais do Império e início da República uma clara aversão à idéia de federação. Nas suas crônicas da imprensa diária podemos ver como se expressava a recusa a qualquer possibilidade de que o sistema político permitisse o predomínio das oligarquias na vida pública ou nos governos. E o sistema que poderia instaurar este predomínio era a federação, por garantir que cada estado ou província adquirisse muita autonomia interna. Ou seja, se a federação vingasse, assistiria-se ao debate político sendo tomado pela luta fratricida entre grupos oligárquicos e familiares em cada estado, destruindo-se qualquer possibilidade de que a política se fizesse em termos de divergências de partidos com idéias e princípios claros. O que prevaleceria seria a mera luta pelos governos locais entre grupos

⁴² Machado de Assis várias vezes expressou seu desprezo pelo papel desagregador que a luta no Rio Grande do Sul causava, geralmente “esquecendo” de comentar, nas suas crônicas semanais, as notícias da evolução da luta naquele estado. Quando não o fazia, escrevia frases como “Eu, por exemplo execro o mate chimarrão”, ironizando o costume gaúcho. Ou então compunha alegorias, dizendo, no meio de outra crônica, que São Pedro [o RS era a ex-província de S. Pedro] era o “apóstolo da circuncisão”, numa referência aos pendoros separatistas daquele estado. Na mesma crônica, segue perguntando com desdém: “Que direito tinha S. Pedro de dominar os assuntos da semana? Estava escrito que ele negaria três vezes o Divino Mestre, antes de cantar o galo”. Aqui, segundo John Gledson, Machado se refere às constantes guerras envolvendo o estado: a Guerra da Cisplatina, a Revolução Farroupilha e a Guerra Federalista. Eu acrescentaria: o “Divino Mestre” poderia se referir ao poder central. Ver John Gledson, “Introdução”, in Machado de Assis, *A Semana - crônicas (1892-1893)*, São Paulo, Hucitec, 1996, p. 18. As crônicas que acima me refiro são de, respectivamente 04/12/1892 e 10/07/1892, reunidas no mesmo volume, pp. 159 a 162 e 85 a 87.

que nenhuma diferença ideológica ou partidária tinham entre si além do desejo de reservar o poder para seus familiares e amigos.

Já no final do Império Machado demonstrava este medo. Em suas crônicas da série “Bons dias!” o escritor tratava do assunto, sempre sob a pena da ironia, sua mais conhecida arma. A 4 de maio de 1888 o personagem-autor da crônica, um relojoeiro criado pelo romancista, ia ao Senado encontrar-se com um senador do Ceará para pedir esclarecimentos sobre a complicada política daquele estado, dividida em dois “partidos”, cada um dividido em dois grupos, todos dominados por poderosas e ricas famílias daquela província. Ao conversar com o tal senador, o relojoeiro o deixa confuso, perguntando se eram dois partidos divididos em quatro, ou quatro partidos unidos em dois. Evidenciado que nem o parlamentar cearense sabia explicar a confusão, o personagem machadiano continuava seu questionário sobre as características que individualizavam aqueles grupos. Respondia o senador: “- Notícias individuais? Homem, eu não sei de política individualista; eu só vejo os princípios.” Sem se cansar, arremetia o relojoeiro, pedindo explicação sobre estes princípios. Travou-se então este divertido diálogo, que evidenciava exatamente a falta de princípios que regia a política daquela província:

- Os primeiros de todos devem ser os da boa educação, sem os quais não há boa política. Dai-me boa educação, e eu vos darei boa política [...]. São os primeiros de todos os princípios.
- Os segundos...
- Os segundos são os comuns - os que devem ser, a todos os partidários, quaisquer que sejam as denominações particulares; refiro-me ao bem da província. É o terreno em que todos se podem conciliar.
- De acordo, mas que é que os separa?
- Os princípios.
- Que princípios?
- Não há outros; os princípios.
- Mas Aquirás [nome de uma das facções] é um título, não é um princípio; Ibiapaba [nome de outra] também é um título.
- Há entre o céu e a terra mais acumulações do que sonha a vossa vã filosofia...
- Pode ser, mas isto ainda não explica a razão desta mistura ou troca de grupos, parecendo melhor que se fundissem de uma vez, com os antigos adversários. Não lhe parece?

- O que me parece é que a princesa [Isabel] vem chegando.⁴³

O festival de superficialidade e de frases de efeito sem nenhum conteúdo aproveitável que Machado atribui ao tal senador cearense destrói qualquer pretensão a que das lutas regionais e locais saísse alguma contribuição para o mundo das idéias políticas. Nosso autor evidencia no trecho do diálogo sua visão pessimista de que a política oligárquica típica das províncias pudesse ter algo de valor, constituindo-se no mero confrontar de famílias que só almejavam ao poder para defender seus próprios interesses. Era só um pequeno pulo, portanto, para que desprezasse a federação, pois ela seria a consagração e legitimação deste modelo de debate político.

Em outra ocasião, o mesmo personagem machadiano brincava com a idéia do federalismo, afirmando que a única cláusula deste sistema que resistiria seria a que criaria os Senados provinciais, em nada acrescentando ou enriquecendo as instâncias parlamentares e decisórias, servindo apenas à vaidade dos políticos locais que poderiam, dali em diante, ostentar seus títulos de “senadores”, não revelando obviamente que não faziam parte do Senado vitalício do Império, mas sim ao transitório senado provincial (de quatro anos, segundo projeto da época), que não era “um senado de primeira ordem, um senado (como se diz na relojoaria) de patente, um cronômetro; mas é um senadozinho de prata dourada [...]”.⁴⁴

Na República Machado, agora não mais usando seu personagem relojoeiro, voltaria a ridicularizar os títulos despojados de conteúdo político que a federação efetivamente trouxera. Várias vezes Machado lembrou que enquanto alguns estados mantinham a

⁴³ Machado de Assis, *Bons dias! - crônicas (1888-1889)*, São Paulo, Hucitec/Editora da Unicamp, 1990, pp. 54 e 55.

⁴⁴ Machado de Assis, *Bons dias!*, op. cit., crônica de 06/07/1888, pp. 90 a 92.

denominação da época do Império de “presidente” para os chefes dos executivos estaduais, outros membros da federação preferiram adotar o título de “governador”, extraído do costume norte-americano. O cronista destacava o debate em torno da adoção deste ou daquele designador, afirmando ironicamente que “Eu, se fosse presidente da República, promovia a reforma da Constituição, para o único fim de chamar-me governador. Ficava assim um governador cercado de presidentes, ao contrário dos Estados Unidos da América [...]”.⁴⁵ Parece-me que a ironia machadiana aponta para a superficialidade do debate, para a vacuidade que era a centralidade dada no debate político aos títulos, em vez da preocupação com assuntos de maior urgência e importância, compondo-se num dos exemplos do tipo de contribuição daninha que a federação trouxera para as instituições do país.

Embora Machado gostasse de destacar esse lado irônico da nova situação, ele também se preocupava com desdobramentos mais sérios da questão. Em crônica de 5 de junho de 1892 nosso autor destacava o perigo que o sistema federativo trouxera para a idéia de união política da nação, realçando as picuinhas e rivalidades de cunho regionalista. Naquela ocasião, Machado assim comentava uma violenta e desmedida resposta que o presidente do estado de São Paulo enviara a um aviso do ministro do Exterior, cujo conteúdo ele não fornecia, e que, na realidade, pouco importava:

E daí pode ser que a razão esteja do lado do presidente (presidente ou governador, que eu já não sei a quantas andas). Crer que o ministro federal fala em nome do presidente da União, e que a União é a vontade geral dos estados, é negócio de sentido tão sutil, que não passa dos subúrbios ou da barra; arrebenta logo no Engenho Velho ou em Santa Cruz. O que chega lá fora, é o antigo modo de ver o centro, o opressor, o Rio de Janeiro, a vontade pessoal, o capricho, o sorvedouro, e o diabo. Que culpa tem o governador (salvo seja) de ler pela cartilha velha?⁴⁶

⁴⁵ Crônica de 31 de julho de 1892, in Machado de Assis, *A Semana*, op. cit., p. 98. Ver também a de 8 de maio daquele ano, no mesmo volume, p. 55.

⁴⁶ Machado de Assis, *A Semana*, op. cit., p. 69.

O trecho tem dois elementos importantes, a meu ver. Em primeiro lugar, mostra, sobretudo no seu final, como Machado temia que antigas tendências de mesquinhos provincianismos aflorassem sob a nova federação, desestabilizando a União. Em segundo lugar, ressalta seu estratagema discursivo para mostrar a seu leitor como estes movimentos eram perigosos, afirmando que a idéia de que a União representava toda a nação e seus estados era difícil de ser compreendida (“sutil”). Na realidade, Machado quer mostrar com este tipo de afirmação que ocorria exatamente o contrário: era óbvio que a União não era incompatível com a existência dos estados, que ela os representava, em vez de ser um empecilho. A própria formulação desta verdade bastava. Ao escrever que tal fato era para muitos algo sutil, difícil de entender, o cronista busca mostrar como eram estreitos os horizontes dos adeptos da “velha cartilha” do autoritarismo do poder central, ou seja, dos adeptos do sistema federativo.

Voltando ao discurso de 20 de julho de 1897, creio que fica claro o sentido político imprimido pelo autor. Sem dissertar sobre o assunto, em uma única frase, Machado punha em jogo uma série de conexões políticas que ele queria ver do lado de fora da Academia. Nada de federação no mundo dos intelectuais. Mais lhes valia a união. No caso da Academia, Machado apontava para a unidade de propósitos que deveria reger a ação do novo instituto, em vez das divisões e disputas violentas sem nenhum conteúdo de idéias ou princípios que regia a vida pública do país.

No seu outro discurso proferido na Academia, em 7 de dezembro de 1897, Machado é mais extenso, batendo nas mesmas teclas ao reafirmar a sua vocação de “casa literária”. Demonstrando preocupação com a situação dos literatos, a impressão que se tem é de que ele lhes envia um aviso. A Academia estava finalmente criada e seus membros já deveriam

ter consciência do fim a que se propunham, ou do fim a que seus principais articuladores - Machado, Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Lúcio de Mendonça, Valentim Magalhães e outros - haviam se proposto, e que estava claro no discurso anterior. Como já foi dito, a Academia contava entre seus membros com jornalistas e políticos atuantes, tais como Rui Barbosa, Carlos de Laet, Medeiros e Albuquerque, Luís Murat, Alcindo Guanabara, José do Patrocínio, Eduardo Prado e o seu amigo Nabuco. Deve-se lembrar também que em 1897 ainda se estava com a lembrança muito fresca na memória dos atribulados anos pós-proclamação da República. Por isso se entende que Machado de Assis procure evitar que em uma instituição dedicada ao cultivo das letras se imiscuisse o vírus da disputa política.

Nascida entre graves cuidados de ordem pública, a Academia Brasileira de Letras tem de ser o que são as associações análogas: uma torre de marfim, onde se acolham espíritos literários, com a única preocupação literária, e de onde, estendendo os olhos para todos os lados, vejam claro e quieto. Homens daqui podem escrever páginas de história, mas a história faz-se lá fora. Há justamente cem anos, o maior homem de ação dos nossos tempos, agradecendo a eleição de membro do Instituto de França, respondia que, antes de ser igual aos seus colegas, seria por muito tempo seu discípulo. Não era ainda uma faceirice de grande capitão, posto que esse rapaz de vinte e oito anos meditasse já sair à conquista do mundo. A Academia Brasileira de Letras não pede tanto aos homens públicos deste país; não inculca ser igual nem mestra deles. Contenta-se em fazer, na medida de suas forças individuais e coletivas, aquilo que esse mesmo acadêmico de 1797 disse então ser a preocupação mais honrosa e útil dos homens: trabalhar pela extensão das idéias humanas.⁴⁷

O interessante do trecho é que Machado de Assis não está pregando a despolitização da literatura ou dos literatos. Ele apenas deseja que ela ocorra dentro dos limites da Academia. Imbuída nesta idéia está sua singular maneira de enxergar seu ofício. Como bem demonstraram Brito Broca, John Gledson e Sidney Chalhoub,⁴⁸ Machado nunca foi um

⁴⁷ "Discurso do Sr. Machado de Assis (presidente), in Academia Brasileira de Letras, *Discursos acadêmicos* (1897-1906), op. cit., pp. 25-26.

⁴⁸ Brito Broca, *Machado de Assis e a política e outros estudos*, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Organização Simões, 1957; Sidney Chalhoub, *A história nas histórias de Machado de Assis: uma interpretação de Helena*, Coleção Primeira Versão, n. 33, Campinas, IFCH/UNICAMP, 1991. John Gledson organizou e publicou a coleção integral das crônicas de Machado de Assis publicadas originalmente na *Gazeta de Notícias*, entre 1888 e 1889, na coluna "Bons dias!". Seu admirável trabalho de resgatar as minúcias e filigranas dos acontecimentos e das personalidades aos quais Machado se refere nos seus textos resgata a forte dimensão do posicionamento político do "bruxo do Cosme Velho": John Gledson, *Machado de Assis: BONS DIAS!*, São Paulo/Campinas, Hucitec/Ed. da UNICAMP, 1990. Também Sidney Chalhoub analisa algumas crônicas de

alienado frente às questões sociais e políticas do seu tempo. Muito pelo contrário, ele sempre analisou e deu sua opinião sobre a sociedade brasileira oitocentista. O que ocorre é que não era um panfletário ou um escritor de literatura engajada. A sua definição do que deveria ser a ABL é quase uma confissão do seu entendimento acerca dos alcances da literatura: “Homens daqui podem escrever páginas de história, mas a história faz-se lá fora”. A maneira de se conseguir isso, no seu entendimento, era, recluso numa torre de marfim, o escritor deitar as vistas para o mundo a sua volta. A imagem que usa é rica: não só a idéia de torre remete ao fato de que a literatura era um meio privilegiado (mais alto) de se enxergar a realidade, como a de quietude, que lembra que mais valia o estudo e a observação atenta do que a emissão constante de opiniões e a tentativa de influência sobre aquela realidade. Machado de Assis não compartilhava da postura de muitos dos literatos do período, que, mesmo que desiludidos com a vida pública do país, ainda imaginavam que deveria caber aos homens letrados e de cultura superior a definição do rumos da nação para a almejada civilização. O final do trecho acima deixa este ponto bem claro. Embora pudessem participar da vida pública, uma vez reunidos na Academia, deveriam cuidar de espalhar idéias.

E que idéias seriam estas? Obviamente, em se tratando de uma Academia de Letras, Machado se referia àquela tradição mencionada no discurso anterior. A forma definida pelos acadêmicos de levar a cabo tal fim, algo que, já adiantado, até hoje não conseguiram, era de duas naturezas: primeiro, organizar um dicionário bibliográfico dos literatos nacionais, desde os primórdios da literatura colonial até aquela época; segundo, um vocabulário crítico dos assim chamados brasileirismos.

Este ponto é extremamente relevante, tornando-se uma das marcas mais destacadas dos trabalhos acadêmicos até os dias atuais. Estava escrito nos *Estatutos* que a ABL tinha “por fim a cultura da língua e da literatura nacional”.⁴⁹ A forma encontrada de cumprir este princípio, com relação ao idioma, era o de destacar aquilo que era genuinamente brasileiro. Esta preocupação com um distanciamento, e não um corte radical de filiação, frente a Portugal, estava presente no discurso de Nabuco, que analisarei mais adiante, e nas posteriores discussões sobre a reforma ortográfica de 1907. Mesmo não sendo idéia estritamente sua, Machado destaca os futuros trabalhos do vocabulário como atividades que demandariam atenção, crítica e profundo estudo. E, ao contrário da atual imagem de imobilidade e tradicionalismo da ABL, prega um cultivo dinâmico do idioma.

A Academia, trabalhando pelo conhecimento desses fenômenos [modificações e inovações da língua portuguesa em solo americano], buscará ser, com o tempo, a guarda da nossa língua. Caber-lhe-á então defendê-la daquilo que não venha das fontes legítimas, - o povo e os escritores, - não confundindo a moda, que perece, com o moderno, que vivifica. Guardar não é impor; nenhum de vós tem para si que a Academia decrete fórmulas. E depois para guardar uma língua, é preciso que ela se guarde também a si mesma, e o melhor dos processos é ainda a composição e a conservação de obras clássicas. A autoridade dos mortos não aflige, e é definitiva. Garret pôs na boca de Camões aquela célebre exortação em que transfere ao “Generoso Amazonas” o legado do casal paterno. Sejamos um braço do Amazonas; guardemos em águas tranquilas e sadias o que ele acarretar na marcha do tempo.⁵⁰

De novo encontramos aqui a premissa de que a Academia não deveria ser um ator, mas um crítico atento ao que ocorria no mundo exterior. Aberta ao moderno, aquilo que vinha do povo e das obras dos escritores de qualidade, deveria recolher as criações lingüísticas que se mostrassem resistentes ao tempo, e não passageiras. Apesar do avanço

⁴⁹ “Estatutos da Academia Brasileira de Letras”, aprovados a 28 de janeiro de 1897, in *Academia Brasileira de Letras, Estatutos e regimento interno*, Rio de Janeiro, 1995, pp. 5 e 6.

⁵⁰ “Discurso do Sr. Machado de Assis...”, *Academia Brasileira de Letras, Discursos acadêmicos (1897-1906)*, op. cit., pp. 26-27. Os versos de Almeida Garret aos quais se refere Machado são estes: “Soberbo Tejo, nem padrão ao menos/ Ficarás de tua glória? Nem herdeiro/ De teu renome?... Sim, recebe-o, guarda-o,/ Generoso Amazonas, o legado/ De honra, de fama e brio: não se acabe/ A língua, o nome português na terra”.

em creditar ao povo e aos escritores o mesmo estatuto de criadores culturais, Machado ainda compartilha a concepção difundida entre os literatos de que era nos livros que se acabava por expressar e consagrar a nacionalidade e a cultura brasileira no que ela tinha de mais notável e elevado. No entanto, Machado aposta na tradição como dinâmica: acreditava que era no Brasil (o “generoso Amazonas”) que a língua de Portugal (o nosso lado paterno”) se vivificaria, cabendo à ABL aceitar as modernidades nela introduzidas, sem interferir no enriquecimento da língua através da imposição de “fórmulas”.

É portanto claro que, para Machado de Assis, a Academia não era um local para ativistas, panfletistas, estadistas, e literatos afins exercerem suas faculdades de crítica política, de debate ou de ação pública. Aquele era um cenáculo que, espelhado no exemplo francês, deveria cultivar e impulsionar um projeto estritamente literário. O que Machado omite é que esse também é um objetivo político. O fato de rejeitar nas suas fileiras a ação pública não torna as decisões da douta instituição elementos etéreos e desprovidos de conflitos, justificados em uma neutralidade dada, em vez de construída. Como também veremos em Nabuco, não estava morta a concepção de que a literatura poderia adotar posições que hoje chamaríamos de ideológicas, ou de que os literatos deveriam se engajar nas questões que motivavam a sociedade civil. A própria necessidade e constância com que Machado defende seus pontos de vista, prova-o. O comportamento político da oposição e da concordância, da negociação e do debate, também não estava morto nem nas letras, nem na Academia. Como veremos nos capítulos seguintes, quando tratar das eleições acadêmicas, dos discursos de posse de outros acadêmicos e da conturbada reforma ortográfica de 1907, as trilhas da história da ABL passam por constantes momentos em que é necessário fazer escolhas, cujo resultado é fruto muito mais da habilidade de determinados

grupos ou imortais em manusear armas típicas da política, tais como campanhas na imprensa, conchavos por detrás dos bastidores, trocas de favores, etc., do que consequência de um consenso dado e traçado por forças exteriores às motivações dos imortais. O que se vê então não tem nada a ver com o que os acadêmicos apregoavam; ou seja, que a tradição literária era algo dado, e não construído, que os membros eram escolhidos por méritos públicos, e não por gostos pessoais de uma maioria vitoriosa, ou ainda que as decisões acadêmicas não eram influenciadas pelos rumos da vida política brasileira. Veremos que havia opções, caminhos diferentes a seguir, e que as escolhas representavam uma consciente tomada de posição.

Não apressemos, contudo, o passo. Passemos primeiro pelo discurso de Joaquim Nabuco. Muito bem escrito e estruturado, devo confessar que é um texto que me surpreendeu pelo prazer que tive ao lê-lo. Reconhecidamente um estadista e político hábil, o abolicionista demonstra no presente texto porque podia efetivamente almejar o título de literato, se já não o fizesse respaldado em suas várias obras publicadas.

Assim como seu querido amigo Machado de Assis, Nabuco compartilhava do projeto de fazer da Academia um grêmio exclusivamente de literatos.⁵¹ O seu esforço é o de demarcar claramente este fato e de propor um projeto ao mesmo tempo ambicioso e humilde. Seu intuito é o mesmo de Machado, de Lúcio e dos outros literatos, no sentido de fundar a Academia sobre os alicerces da despolitização. No entanto ele mostra saber que isto se restringiria aos limites do cenáculo, não podendo se configurar numa exigência extensível a todo campo de atuação dos literatos.

⁵¹ Não excluindo de todo uma futura entrada de representantes de outras áreas do pensamento, além das ligadas às letras, ele afirma que “algumas das nossas individualidades mais salientes nos estudos morais e políticos, no jornalismo e na ciência, deixaram de ser lembradas... A literatura quer que as ciências [...] lhe dêem a parte que lhes pertence em todo o domínio da forma”, in Academia Brasileira de Letras, Discursos acadêmicos (1897-1906), op. cit., “Discurso do Sr. Joaquim Nabuco”, p. 15

O abolicionista tem a consciência de que aquele cenáculo tinha falhas na sua composição e que, por isso, não podia almejar a ser a congregação de todos os grandes escritores brasileiros. Sem citar nomes, refere-se aos que acabaram ficando de fora, como, por exemplo, João Ribeiro, Ferreira de Menezes e Capistrano de Abreu.⁵² Nas suas palavras, que resumem seu pensamento sobre este limite inicial às pretensões de generalidade da Academia, ele admite que “nós somos quarenta, mas não aspiramos a ser os *Quarenta*”.⁵³ Essa consciência lhe permite adotar uma postura desprendida, que o leva a pregar uma cautela nas ações futuras da Academia. Ou seja, ela não deveria se propor a tutelar a literatura, apontando fórmulas, dirigindo os seus rumos ou cancelando glórias literárias. Ela deveria se restringir a aceitar o gênio literário que fosse revelado pela sociedade. Primeiro o literato se faria, depois entraria na Academia.⁵⁴

A preocupação com o gênio e o gênero literário que a todo momento salta do texto na realidade mal esconde o motor principal do discurso. Adivinhou quem pensou na questão da política nas letras. Embora Nabuco apenas toque no ponto de forma explícita umas poucas vezes, ela está por detrás de suas preocupações a todo momento. Assim, um texto que deveria ser uma análise literária, que deveria conter um projeto para uma instituição das letras nacionais, acaba se transformando em algo mais: na própria expressão de como a

⁵² Capistrano foi a ausência mais sentida pelos acadêmicos. Convidado, recusou terminantemente a oferta. Em carta a Urbano Duarte, datada de 7 de setembro de 1895, ele recusara um convite para se encontrar com o destinatário e mais outros não especificados literatos, dando como desculpa a vigilância política sobre os literatos que marcara a ditadura de Floriano Peixoto. Mesmo estando já no governo Prudente de Moraes, Capistrano entende que não havia clima para tal tipo de reunião, desejando que em um futuro próximo tal pudesse vir a ocorrer. Talvez em 1897, nem depois, achasse que o quadro tivesse mudado substancialmente. Em carta a Guilherme Studart, de 18 de agosto de 1901, justifica sua recusa a entrar para a ABL como um desvio do seu caráter, que era “avesso a qualquer sociedade”, excetuando-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual fazia parte desde 1887. Em uma outra missiva, dirigida a João Lúcio de Azevedo, de 2 de julho de 1917, volta a lembrar que foi ele quem não aceitou a indicação à ABL. Todas as cartas estão no volume organizado por José Honório Rodrigues, *Correspondência de Capistrano de Abreu*, Rio de Janeiro, INL, 1954, respectivamente vol. I, pp. 63 e 152 e vol. II, p. 58.

⁵³ Idem, *ibidem*, p. 13.

⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 18.

política ditava as preocupações de Nabuco, tornando-se seu *leitmotiv*. Não é que ele abandonasse as preocupações literárias, mas simplesmente que as duas esferas não se separavam, mesmo quando parece que ele não está se referindo à política. Nas entrelinhas vê-se sua análise sobre a vida pública da época, um projeto para a separação desta e da literatura e uma visão politizada das letras brasileiras do final do século.

Logo no início temos um forte exemplo do que estou afirmando. Descrevendo o perfil dos acadêmicos, ele os divide em dois grupos: os jovens e os velhos.

[...] o século XX tem mais representantes entre nós do que o século XIX. Quanto a mim, já tomei o meu partido... Uma vez pronunciei [...] essa minha última profissão de fé. “Nascido, dizia eu, em uma época de transição, prefiro em tudo, arte, política, religião, ligar-me ao passado que ameaça ruína do que ao futuro que ainda não tem forma.” É apenas, como vedes, uma preferência; resta-me ainda muita simpatia pelas quimeras que disputam umas às outras o toque da vida e muita curiosidade pelas invenções e revelações iminentes. Eu não sou o poeta do quadro de Gleyre, vendo a barca das ilusões perdidas, dourada pelo crepúsculo da tarde, e abismado no seu próprio isolamento; o coração, que é parte fixa de nós mesmos, está em mim voltado para o céu estrelado, para a cúpula de verdades imortais, de princípios divinos, que sucede ao trabalho, aos esforços, às ardentes decepções do dia. Oh!..., meus senhores, é quando a vida pára, que se tem a plenitude do viver. Ao contrário de tudo o mais, a vida [...] intelectual, não é o movimento; é a parada do espírito, a absorção, a dilatação infinita do pensamento em um só objeto, em um só gozo, em uma só compreensão. *Quieta non movere*. Serei talvez um velho imaginário; é o meio de não ser um jovem imaginário. Há na vida uma coisa que não se deve fingir: - é a mocidade.⁵⁵

O trecho, como os que se seguirão, é de uma grande riqueza de significados. Vamos a eles. Joaquim Nabuco inicia referindo-se ao fato de que havia na Academia um corte entre os de mais e os de menos idade, algo aparentemente sem maiores consequências, mas que traz a questão para um cunho pessoal. Perfazendo uma pequena volta, passa a afirmar a sua posição na constelação dos intelectuais brasileiros. Abandona a questão meramente geracional e se centra na sua visão política da realidade, como algo que o diferenciava dos novos literatos. Veja-se que ele habilmente evita deixar explícito do que está falando: a palavra “política” só aparece uma vez, quase desaparecida entre outros termos como “arte”

⁵⁵ Idem, *ibidem*, pp. 14-15.

e “religião”, como que a ter o mesmo estatuto que elas, se não menos. Todavia, é este o centro gravitacional do parágrafo. Nele, Nabuco reafirma sua adesão à monarquia deposta em 1889 e ao seu desaparecido parlamentarismo. Diplomáticamente desdenhando o presente, que camufla dentro do termo “futuro”, ele não descarta o abandono de um certo interesse pela vida pública (“resta-me ainda muita simpatia pelas quimeras que disputam uma às outras o toque da vida”), mas mostra sua superioridade frente a ela. Evitando cair explicitamente nos debates políticos da época, usa a imagem do quadro de Gleyre para dar outra volta e dissertar sobre assuntos etéreos, tal como as “verdades imortais”. Mas mesmo aqui se percebe como as entrelinhas falam mais alto. A pintura a que se refere é as “Ilusões perdidas”, de Charles Gleyre (1808-1874), pintor franco-suíço da escola acadêmica. Trata-se de uma alegoria do desencanto: um alquebrado poeta grego vê, às margens do Nilo, um barco se afastar de si levando com ele várias jovens musas gregas, que carregam consigo líras, penas e rolos de papiros, representando a poesia e a música.⁵⁶ Destacando que não era como o poeta da referida pintura, que não se isolava, muito menos que se abatia com isto, usa as amplas imagens das “verdades imortais” e dos “princípios divinos” para chegar ao problema central das “decepções do dia”. Segundo Nabuco, era somente com a parada para a reflexão, vinda depois destas decepções, que o intelecto atingia seu nível mais elevado e a realidade se tornava mais clara e cognoscível. Atente-se bem para o uso da palavra “decepções”, algo que remete intimamente à derrota da monarquia em 1889 e aos anos de chumbo da República. É um recado claro contra aqueles que faziam das letras meras armas letais de ataque a desafetos e adversários políticos ou literários, em vez de estabelecer uma

⁵⁶ O quadro foi apresentado no salão de Paris de 1843, sendo muito aplaudido. Está hoje exposto no museu do Louvre. Ver: Jean-Philippe Breuille, *Dictionnaire de peinture et de sculpture: L'art du XIXe siècle*, Paris, Larousse, 1993, p. 316, e H.W. Janson & Robert Rosenblum, *Art of the nineteenth century - printings and sculpture*, Londres, Thames and Hudson, 1984, p. 170.

convivência mais cordial e respeitosa, que logo adiante defenderá mais claramente. Somente o passar dos anos poderia incutir num homem este tipo de posição. Posição que é extremamente semelhante com a de Machado de Assis, estreitada pelo recurso à pintura de Charles Gleyre, que mantém uma forte ligação com a da torre de marfim usada por seu amigo. Nabuco então fecha o parágrafo retornando à questão da idade entre os literatos.

Há um reforço constante, porém dissimulado, de suas convicções políticas, ao mesmo tempo em que defende uma postura mais pacífica e superior de parte dos literatos. Esta posição se compreende perfeitamente se tivermos em mente que Nabuco foi dos monarquistas menos militantes após a proclamação da República. Sempre deixou claro suas preferências, mas não insistiu no projeto restaurador como outros literatos, tais como Eduardo Prado e Carlos de Laet. Nabuco advogava uma posição passiva dos monarquistas, que deveriam esperar que a República, envolta nos seus primeiros anos em lutas internas, se desmoralizasse e que o povo pedisse a volta do Império. Sua discordância com a posição mais atuante de Laet, por exemplo, levou a que rompesse com o movimento em 96, quando da fundação do jornal *Liberdade*, dirigido por Laet.⁵⁷ A culminância dessa sua forma de participação política foi a aceitação em 1898 da incumbência de preparar o memorial brasileiro para a defesa dos direitos brasileiros na questão do confronto com a Inglaterra quanto à posse da Guiana. Logo em seguida, depois da derrota diplomática para os britânicos, seria nomeado embaixador em Washington, de onde só sairia morto em 1910.⁵⁸

Joaquim Nabuco seguirá, a partir do que falou acima, defendendo a postura de tolerância entre os intelectuais, ao menos dentro das portas da Academia. Ao mesmo tempo,

⁵⁷ Maria de Lourdes Mônaco Janotti, *Os subversivos da República*, op. cit., pp. 25-26, 104-108 e 171-176.

⁵⁸ Essa atitude de Nabuco foi muito mal vista pelos monarquistas, em particular por Carlos de Laet, que nunca mais perdeu a oportunidade de fustigá-lo, como veremos no capítulo quatro. A história da inimizade dos dois está bem relatada por Brito Broca, in *A vida literária no Brasil - 1900*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1956, pp. 75 a 78.

revela uma forte compreensão das grandes divisões, não só políticas, mas estéticas, entre seus colegas de letras. Aliás, suas referências explícitas se dirigem meramente às divisões literárias entre escolas e tendências. A questão política fica subentendida nas entrelinhas, como a querer aflorar dos lábios de Nabuco, mas sendo cuidadosamente silenciada.

[...] não podemos fazer o mal atribuído às Academias pelos que não querem na literatura sombra da mais leve tutela, do mais frouxo vínculo, do mais insignificante compromisso. É um anacronismo reear hoje para as Academias o papel que elas tiveram em outros tempos, mas se aquele papel fosse ainda possível, nós teríamos sido organizados para não o podermos exercer. Se percorrerdes a nossa lista, vereis nela a reunião de todos os temperamentos literários conhecidos. Em qualquer gênero de cultura somos um México intelectual; temos a *tierra caliente*, a *tierra templada* e a *tierra fria*... Já tivemos a Academia dos Felizes, não seremos a dos Incompatíveis, mas na maior parte das coisas não nos entendemos. Eu confio que sentiremos todo o prazer de concordarmos em discordar; essa desinteligência essencial é a condição da nossa utilidade [...]. Mas o desacordo tem também o seu limite, sem o que começaríamos por uma dissidência. A melhor garantia da liberdade e independência intelectual é estarem unidos no mesmo espírito de tolerância os que vêem as coisas d'arte e poesia de pontos de vista opostos. [...] Não haverá nada comum entre nós? Há uma coisa: é a nossa própria evolução; partimos de pontos opostos para pontos opostos, mas como astros que nascessem uns a leste e outros a oeste, temos que percorrer o mesmo círculo, somente em sentido inverso. Há assim de comum para nós o ciclo, o meio social que curva os mais rebeldes e funde os mais refratários; há os interstícios do papel, da característica, do grupo e filiação literária, de cada um [...]. A utilidade desta companhia será [...] tanto maior quanto for um resultado da aproximação, ou melhor, do encontro em direção oposta, desses ideais contrários, a trégua de prevenções recíprocas em nome de uma admiração comum, e até, é preciso esperá-lo, de um apreço mútuo.⁵⁹

Nosso abolicionista defende, sem sombra de dúvida, uma lição de democracia entre os literatos. Reconhecendo o fato fundamental de que não se podia querer que todos pensassem da mesma forma, seja em termos de arte, seja em termos de política, ele prega a união dos literatos em torno daquilo que havia de comum entre eles: o trabalho intelectual. Apenas o reconhecimento de que a dedicação às letras e, subentende-se, o amor pelo progresso do país era comum a todos em suas várias formas e modalidades, levaria a que a Academia pudesse ir em frente, em vez de estagnar na luta fratricida entre colegas. Aqui Nabuco abandona a defesa do seu ponto de vista, da sua trajetória intelectual e política, propondo uma trégua aos que lhe eram adversários. A limitação, nesta parte do texto, às

⁵⁹ "Discurso do Sr. Joaquim Nabuco", in Academia Brasileira de Letras, *Discursos acadêmicos (1897-1906)*, op. cit., pp. 16-17.

questões literárias é a forma de evitar os preconceitos políticos e escapar a qualquer acusação de que usava seu discurso apenas para reafirmar suas convicções partidárias. Contudo, continua a haver uma linha política, na medida em que ele propõe um projeto de comportamento democrático para os imortais que lhe escutavam naquela tarde de 20 de julho de 1897.

A sua tática discursiva continua a ser a referência a sua própria pessoa. Outra vez Nabuco parte de si mesmo para analisar o panorama literário brasileiro e expor suas idéias de mudança. Todavia, ele acaba se deparando com a necessidade de ser mais claro do que nas partes anteriores.

Cedi também, devo dizer-vos, à necessidade que sente de atividade, de renovação um espírito muito tempo ocupado na política e que de boa fé acredita ter voltado às letras. Na Academia estamos certos de não encontrar a política. Eu sei bem que a política, ou tomando-a em sua forma mais pura, o espírito público, é inseparável de todas as grandes obras: a política dos Faraós reflete-se nas pirâmides tanto quanto a política ateniense no Partenon; o gênio católico da Idade Média está no *Divina Comédia*, como o gênio da protestante do Protetorado está no *Paraíso perdido* [...].

Nós não pretendemos matar no literato [...] o patriota, porque sem a pátria, sem a nação, não há escritor, e com ela há forçosamente o político. Até hoje, [...] o gênio nada fez fora da pátria ou, pelo menos, contra a pátria. A pátria e a religião são em certo sentido cativeiros irresgatáveis para a imaginação, condições do *fiat* intelectual. Compreendeis o artista grego que em réplica a Ésquilo esculpisse o Persa? Ou o poeta francês que depois de Sedan cantasse o Alemão? A política, isto é, o sentimento do perigo e da glória, da grandeza ou da queda do país, é uma fonte de inspiração de que se ressente em cada povo a literatura toda de uma época, mas para a política pertencer à literatura e entrar na Academia é preciso que ela não seja o seu próprio objeto; que desapareça na criação que produziu, como o mercúrio nos amálgamas de ouro e prata. Só assim não seríamos um parlamento.⁶⁰

A força de suas preocupações aflora sem amarras no parágrafo acima, ao contrário do que vinha ocorrendo até aqui. Expondo-se como alguém que resolvera abandonar a arena da vida pública para se retirar para o mundo das letras, Nabuco se esforça por afastar da literatura o espectro da política, em um paralelo com a sua própria história pessoal. Ele admite que ambas sempre caminharam lado a lado. Logo, se lhe afigura um problema:

⁶⁰ Idem, *ibidem*, pp. 18-19.

admitindo esse fato, com seria possível que os literatos aceitassem a proposta de deposição das armas e de convivência pacífica? A admissão das divergências por si só já tornava difícil que a cordialidade e a tolerância se instaurassem. Era preciso destrinchar melhor o problema, e para isso Nabuco se dirige claramente a seus pares, sem subterfúgios, admitindo que o conflito era parte essencial do jogo político e que ele mantinha uma relação íntima com a literatura. Entretanto, ele não acreditava mais nos seus aspectos militantes. O engajamento, com sua compreensão panfletária da expressão artística, não deveria mais ser o âmago das preocupações dos homens de letras. A preocupação com os destinos do país continuava legítima. A criação literária continuava a ser uma forma de análise da realidade social e política, mas sem se tornar uma arma de ataque. Outra vez há uma forte ligação com Machado de Assis e sua compreensão da atividade literária a partir de uma visão superior do mundo, exemplificada na metáfora da torre de marfim.

A fixação de Nabuco com o fim dos conflitos entre literatos leva-o a que depure mais o sentimento de pátria que tantos outros literatos, como vimos, tomaram como um dos pontos centrais da nova academia. Ele joga com este sentimento de forma extremamente ambígua. De um lado, afirma que ele é o “espírito público”, aquilo que está acima dos partidos e poderia representar o “gênio” de uma época, nação ou cultura. Logo, é algo compartilhado sem problemas por todos. Assim, não haveria por que evitar essa política aliada ao patriotismo nos acadêmicos. Entretanto, logo a seguir, ele desvia um pouco a sua conceituação, asseverando que a política representava o local onde se sentia a “grandeza” e onde se sentia o “perigo” pelo qual passava um país. Por trás dessa frase está subentendido não apenas as lutas que uma nação travava como um todo pela sua sobrevivência, mas também os conflitos ocorridos dentro dela, entre distintos projetos ou idéias a respeito do

seu destino. A sua segurança ao afirmar que a Academia não seria um parlamento deixa claro a virada no sentido do termo “política” no trecho, uma vez que remete muito mais à sua segunda faceta do que à primeira. Essa ambigüidade de Nabuco é fruto, sem dúvida nenhuma, da sua tentativa de expulsar o espectro da vida pública da Academia, trazendo para seu lugar a concórdia literária, mascarada sob o manto do patriotismo.

O fecho de seu raciocínio leva-o a que pregue, ao final do discurso, o esforço dos imortais em escreverem obras que viessem a interpretar a alma nacional. Com a literatura despida da necessidade de ser um instrumento de intervenção política direta, seria possível a ela seguir seu destino maior de ser aquele “amálgama de ouro e prata” ao qual se referira em trecho anterior. Até aquele momento a literatura nacional, e aqui Nabuco dirige-se sobretudo à das duas últimas décadas do século XIX, teria se restringido apenas a captar alguns aspectos da realidade brasileira. Não havia, contudo, uma grande obra que, despida das “paixões” do momento, sintetizasse a nacionalidade brasileira. Era preciso que a Academia, no seu repouso e na convivência cordial entre seus membros, acabasse influenciando os escritores a se dedicarem a esta tarefa. Sem necessariamente propor um programa específico, na forma de uma tutela direta sobre a produção artística, ela deveria, pela sua própria natureza, permitir que o ambiente intelectual se desanuviasse e se tornasse propício a essa tarefa patriótica.⁶¹

O discurso terminou com esse apelo aos seus colegas imortais, e creio que não deve ter havido nenhum dos presentes que não tenha entendido seus recados, nem que não tenha percebido a proximidade entre as idéias dele e de Machado de Assis. Ambos marcaram posição e se esforçaram para torná-las o pensamento da Academia como um todo, o que

⁶¹ Idem, *ibidem*, pp. 20-21, onde Nabuco também critica a influência do jornalismo nas preocupações políticas e na falta de maior reflexão literária dos literatos.

não era muito difícil, posto que aqueles que expressaram publicamente suas opiniões na imprensa no ano anterior demonstraram ter muitas semelhanças com os dois.

Essas semelhanças se configuram sob o signo da ambigüidade. Enquanto os literatos afirmavam sem cessar os propósitos despolitizantes, de cordialidade e eminentemente literários da nova instituição, reafirmavam, nas entrelinhas, os choques dentro do grupo, a dificuldade da dissociação entre os dois mundos e um discurso negativo sob os rumos do estilo republicano de se fazer política. Muito embora as razões do fracasso inicial do projeto de apoio estatal possam ter sido pueris, como falta de verbas orçamentárias, desinteresse pelo financiamento às letras ou rixas pessoais entre os ministros e alguns literatos cotados para acadêmicos, é bem possível que a recusa do governo tenha se originado na constatação de que aquilo que os propagandistas da Academia de Letras apregoavam contrastava com um quadro de escritores ainda combatentes, cujo discurso altamente político derrubava a aura de patriotismo desinteressado, despolitização e amor à arte que eles tentavam erigir. Não devemos nos esquecer que a conjuntura de novembro de 1897 era muito atribulada. Prudente de Moraes deixara o governo por motivo de doença, assumindo interinamente seu vice e seu opositor Manoel Vitorino, que se aproximou dos herdeiros do marechal Floriano Peixoto. Esses jacobinos vinham desde 1893 lutando por uma República militarizada, baseada na ditadura, com perseguição dos antigos monarquistas e dos republicanos mais conciliadores. Pregavam a demissão sumária do funcionalismo público de quem não se dissesse republicano radical, tal como fizera Deocleciano Mártir com relação a Machado de Assis. Empastelavam jornais adversários e chegavam mesmo às raias do assassinato político, como aconteceria daí a alguns meses, em março de 1897. Nesta ocasião morreria o coronel Moreira César, herói florianista da guerra no Rio Grande do Sul, na campanha de Canudos.

Os jacobinos (não só eles, mas sobretudo eles) acusavam os monarquistas, tais como os futuros imortais Afonso Celso, Eduardo Prado e Carlos de Laet, de financiarem os seguidores de Antonio Conselheiro. Quando da notícia da morte do coronel no sertão da Bahia, promoveram o empastelamento dos jornais monarquistas *Liberdade* e *Gazeta da Tarde*, matando na confusão o jornalista Gentil de Castro, amigo íntimo de Afonso Celso.⁶² O clima reinante na época, portanto, era extremamente desfavorável a que o governo chancelasse um núcleo que congregaria tantos desafetos de um regime que ainda não conseguira acalmar os ânimos de seus defensores mais radicais.

O que se deve perguntar é se essa ambigüidade inicial marcou ou não, e de que forma, a vida acadêmica pelos anos seguintes. Isso não significa apenas averiguar como e quando a política institucional invadiu as fileiras imortais, mas como também a própria academia desenvolveu seu jogo político interno de conflitos, embates, negociações etc. É como seguir a frase exaltada de Olavo Bilac: “Viva a política! Nada há mais sobre a terra, debaixo do clarão esplêndido do sol!”⁶³

⁶² Ver Suely Robles de Queiroz, *Os radicais da República*, op. cit., pp. 44 a 51 e Maria de Lourdes Mônaco Janotti, *Os subversivos da República*, op. cit., pp. 134 a 142.

⁶³ O diabo vesgo (Bilac), “Chronica”, *A Bruxa*, ano I, 11/12/1896, n. 44, p. 2.

A DEUSA ARTE

Glorificamos um morto, de longa data, que já a ninguém faz sombra e não mais é discutido. Não se trata de um predecessor a criticar, mas de um padroeiro a canonizar.

Oliveira Lima

Eu imagino que o recipiendário deva dizer: "Senhores, muito obrigado", e o diretor lhe responder: "Não há de quê". Se este costume fosse introduzido, nós teríamos desde a fundação da Academia algumas centenas de discursos aborrecidos a menos.

Alexis Piron (1689-1773)

Copiando o exemplo da Academia Francesa, a Brasileira instituiu entre as suas principais atividades, ou se quiserem, festividades, as cerimônias de posse dos novos imortais. Os eleitos para as vagas deixadas pelos acadêmicos mortos não ocupavam simplesmente a cadeira do antecessor. Antes de poderem se gabar da investidura, era preciso passar por uma derradeira etapa, etapa essa carregada de simbolismos. Em sessão solene, seja no salão do Real Gabinete Português de Leitura, no Palácio Monroe ¹ ou em outro local, quando, a partir da virada do século, havia até mesmo a presença de convidados de honra como o presidente da República e alguns de seus ministros, o eleito pronunciava um discurso em agradecimento pela sua escolha. Na mesma cerimônia, um acadêmico previamente escolhido também discursava, como uma forma de boas vindas ao recém-chegado.

¹ Este palacete era a sede do Senado e se encontrava perto do Cais da Lapa, na atual Cinelândia, de frente para o Teatro Municipal. O edifício foi demolido por ocasião da construção do metrô do Rio de Janeiro, na década de 1970.

A função do discurso era bem definida: como está dito na primeira epígrafe acima, devia-se proceder obrigatoriamente ao elogio do antecessor imediato. Cabia ao arbítrio do recipiendário escolher se também desejava falar do patrono da cadeira. Neste sentido, esperava-se que o ingressante fosse o mais polido e cordial possível nas suas considerações. Assim como ele, também o receptor deveria seguir o mesmo caminho. A ele ficava incumbido elogiar o novo confrade e, se possível, o antecessor e o patrono. O essencial é que tratasse do primeiro; aos outros caberia o espaço que sobrasse.

O uso acima dos condicionais “deveria”, “esperava-se” etc. não é gratuito. Neste capítulo vou me deter nos discursos acadêmicos exatamente para mostrar como por trás das aparências de amabilidade e de louvações mútuas uma série de fantasmas surgia nas suas entrelinhas, fazendo com que o projeto dos fundadores da ABL fosse desmentido na sua própria base.

Como se viu no primeiro capítulo, os fundadores insistiam que a Academia vinha para instaurar a paz entre os literatos, bem como o seu projeto intelectual visava criar uma nova identidade para eles: o de vanguarda da cultura nacional, em um espaço onde a política não entraria de forma alguma. Em vez de detentores de projetos militantes de reformas sociais, os imortais optaram pela ação cultural, que visava contribuir para a construção da nacionalidade brasileira. Assim, não mais importavam as posições adotadas na esfera político-institucional. O que os unia e possibilitava o diálogo era a aceitação de que haveria um espaço onde as diferenças desapareceriam e onde um horizonte comum se ergueria: as letras enquanto instrumento de elevação espiritual, tanto dos próprios literatos, quanto da nação como um todo. O pressuposto presente era o de que a literatura era a mais alta expressão do espírito humano e, conseqüentemente, se os literatos se unissem na elevação

deste ideal e conseguissem assegurar uma posição de prestígio e destaque que lhe permitisse erigir um panteão das nossas glórias literárias do passado e do presente (os imortais já mortos e os ainda vivos, ou seja, os próprios acadêmicos), as letras se legitimariam como parte imprescindível da nossa formação enquanto nação culta e civilizada.

À exceção da reforma ortográfica e dos trabalhos do dicionário de termos brasileiros da língua portuguesa, iniciados em 1907, as cerimônias de posse eram os únicos momentos nos quais algo era feito em prol do projeto acadêmico, bem como quando a ABL se abria para o mundo exterior e mostrava algum tipo de atividade. Era quando o projeto deveria se expor como consenso entre os literatos. Ao mesmo tempo, como o discurso era uma peça literária, exemplificaria como o projeto era introjetado pelos acadêmicos. É por isso que vou me deter exclusivamente neles. Esta é a razão metodológica. Vamos à razão teórica.

Os discursos acadêmicos, conquanto exemplos de como os membros da instituição punham em prática a construção da nossa tradição literária e da expulsão da política do mundo das letras, são o lugar por excelência onde podemos avaliar o quanto aquilo que pregavam em 1896-97 era ou não possível. Ao mesmo tempo, é através deles que podemos enxergar a política se imiscuindo entre os literatos para além das questões institucionais, dos debates de partidos, numa série de contradições e ambigüidades. O meu leitor não espere nada de contundente de parte das fontes. Os acadêmicos souberam mascarar as falhas na implantação do projeto debaixo de uma bem polida retórica. Mesmo que na maioria das vezes não tenha havido defesas apaixonadas de escolas literárias ou de partidos políticos, ou então que os discursantes tenham tecido críticas virulentas uns aos outros, é possível ver exatamente naquilo que silenciam o quanto estavam presentes os elementos que levaram à fundação da ABL. Ou seja, veremos o quanto a história política e literária recente do Brasil

estava presente nos discursos, compondo uma realidade com a qual dialogavam constantemente.

As cerimônias de posse visavam que os ingressantes demonstrassem afinidade com o projeto da Academia. Assim, a toda hora era preciso valorizar tal projeto de construção de nossa história literária, história esta afastada dos meandros da política institucional. O caminho encontrado por quase todos os discursantes era o de teorizar sobre a poesia, a prosa, a oratória, a história nacional - enfim, o que muitos chamavam de Arte (com “A” maiúsculo, mesmo). Mais uma vez, como exemplo de que o intuito de apartar esta arte da política era algo difícil de ser feito, boa parte das vezes acabava-se também teorizando, como uma oposição, sobre a política.

Resumindo, o que vou fazer neste capítulo é procurar como a política entra nos discursos acadêmicos. Em primeiro lugar, nota-se que o tema “história política brasileira” era tão recorrente que se tornava a linha mestra de vários dos discursos. Em segundo lugar, vê-se que os acadêmicos teorizavam sobre a arte e esta mesma política. No meio destes elementos tentava-se construir uma unanimidade que os imortais pensavam que vinha da arte, em contrapartida à divisão e a defesa dos pontos de vista pessoais, apanágio da política partidária. Entretanto, como tentarei ressaltar nas fontes deste capítulo, tal intento era a todo tempo desmentido mesmo sob a capa dos elogios e afagos mútuos. Assim, os discursos acadêmicos nos mostram como, longe de serem peças descoladas da realidade extremamente politizada daquele tempo e, por isso, também longe de construções despersonalizadas e serenas de um panteão dos grandes nomes da nossa literatura que fossem por todos os acadêmicos aceitos com a mesma submissão e admiração, eram, na realidade, textos eivados de disputas, avaliações diferentes do passado literário e político do país, nos quais diferentes

significados entravam em jogo, compondo um debate mais rico do que as aparências dos “elogios” queriam deixar transparecer.

Em 30 de novembro de 1898 deu-se a primeira recepção acadêmica. No salão de honra do ministério do Interior, às 20 horas, iniciou-se a cerimônia: o presidente Machado de Assis declarou iniciada a sessão e pediu que os acadêmicos Lúcio de Mendonça e Graça Aranha, previamente escolhidos, fossem à sala contígua e trouxessem o novo imortal, o gramático João Ribeiro. Conduzido a seu posto, iniciou seu discurso de posse, atentamente escutado por 17 colegas, pelo ministro do Interior, Epitácio Pessoa, pelo secretário do presidente da República, Thomas Cochrane e por numerosa platéia.²

João Ribeiro estava para ocupar a cadeira 31, cujo patrono era Pedro Luís e cujo antecessor fôra Luís Guimarães Júnior. De certa maneira, o discurso iniciava-se capenga. Talvez por nunca ter lido algo do poeta que vinha substituir, Ribeiro “admitia” não poder compreender sua poesia, posto que o universo dos poetas era tão especial que somente eles se entendiam entre si. Para um momento em que se esperava a louvação de um imortal, seu discurso já começava com um estranhamento. Para justificar-se, Ribeiro sublinhou o tema da superioridade da poesia como forma de arte. Os vates seriam seres acima do mundo dos simples mortais.

A grandeza e a sublimidade da poesia está em que ela repele o concurso árido e esterilizante das coisas; ela é, toda ela, sonho e emoção; - emoção e sonho que para os outros desmaiam, esvaem-se, ao primeiro sopro da vida, mas que para o poeta, na agonia do poeta, por um mistério veemente e súbito, petrificam-se tomadas pela surpresa tempestuosa do ritmo que age como um estranho cataclisma. Então, tais coisas vãs e fluidas coagulam-se em formas êneas e marmóreas. Das paixões que para nós outros são aéreas, intangíveis e fugazes, eles, os poetas, fazem catedrais góticas, cheias de música, complicadas e imorredouras.

Eles têm o dom de subjugar o gemido ao número, de subordinar à medida as dores incomensuráveis, de infiltrar a mocidade ou a velhice humana na primavera ou no inverno do mundo e fazer assim coincidir a dor própria com a dor universal. O poeta é pois o grande Intérprete, o grande Explicador do mundo, da Ilusão inevitável. Ou nos fale da perfídia ou do “riso

² Ata de 30/11/1898.

inumerável” dos mares, como Ésquilo, ou como Schiller nas *Palavras da Ilusão* nos diga que a terra jamais pertencerá ao homem de bem - vê-se que para o grande Intérprete toda a face do planeta é a expansão superficial de uma perfidia íntima e irreduzível que é o elemento primário do universo. O que os distingue, desde Homero, é esse desprezo inexorável pelo solo que pisam, onde rastejam reptilizantes as misérias do mundo. E são nisso como os homens do mar habituados às grandes viagens e aos grandes itinerários. Os homens do mar não olham as ondas que sulcam, senão o céu. É do céu e não das vagas, é das nuvens e das estrelas que lhes vêm a tempestade ou o porto, a orientação ou a perda.³

O cansativo jogo de imagens usados no trecho, e no resto do discurso, já deixa antever o que serão vários outros de seus similares ao longo dos anos, em várias outras poses. Tendo que elevar a figura do poeta Luís Guimarães Jr., Ribeiro escolhe o caminho de teorizar sobre a natureza da poesia. Neste percurso retira dela qualquer referência à história ou à sociedade à qual tenha pertencido o poeta. Assim, ela passa a ser a expressão dos mais altos sentimentos humanos, atingindo um estágio superior de consciência que transcende sua época ou local de produção. Como ela fala da natureza humana, natureza por princípio também a-histórica, pode chegar a qualquer leitor da mesma maneira. Aqui cria-se um paradoxo: se ela é universal na sua expressão e na sua compreensão, como é que João Ribeiro pode afirmar que lhe era impossível alcançar as mensagens da obra poética de Luís Guimarães Júnior? Nosso novato acadêmico não nos responde.

O encarregado de discursar no seu recebimento, José Veríssimo, pareceu sentir o incômodo⁴ e tratou de resolver o problema.

Veríssimo aparentemente discorda de Ribeiro, procurando provar que a literatura tem um fundo social; é mais do que expressão dos sentimentos humanos. Ela expressaria, entre outras coisas, a nacionalidade. Além disso, apesar de formalmente discordar de Ribeiro quanto às possibilidades de apreensão da poesia pelo vulgo (o que pensa ser possível), acaba

³ “Discurso do Sr. João Ribeiro”, in *Discursos acadêmicos (1897-1906)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. I, p. 33.

⁴ Os discursos dos ingressantes eram passados aos receptores para que escrevessem as suas “respostas”.

avaliando sua conceitualização da transcendência da obra literária. Enquanto para Ribeiro ela é inapreensível por ser transcendental, para Veríssimo dá-se o oposto: ela é perfeitamente acessível exatamente por escapar às “contingências da política e da história”.⁵

Ele nos diz ainda mais:

Os grandes artistas de todos os tempos, os grandes poetas da humanidade, só são obscuros para os comentadores. Nós o vulgo os compreendemos à primeira leitura, apesar das diferenças dos tempos e dos meios.⁶

Como era isso possível? Nosso discursante usa o exemplo de Luís Guimarães Júnior para provar como, expressando a identidade nacional, uma obra poderia ser imortal. O dito poeta teria em sua obra dado vazão à nostalgia, à saudade, “ao amor paterno, à nossa afeição conjugal, ao nosso amor da mulher e da vida”.⁷ Como se vê, Veríssimo discorda concordando, afinal a sua análise do poeta morto baliza as afirmações de João Ribeiro de que a poesia era emoção, sentimento, e de que o poeta era o “grande Intérprete”. Embora o crítico tome os sentimentos “próprios” ao brasileiro, ainda assim são sentimentos a-históricos, posto que, fazendo parte da nossa nacionalidade, romperiam as barreiras do tempo. Afinal, nossa nacionalidade era, por princípio, parte da nossa natureza, como um organismo. E, no que realmente importava, ele concordava com Ribeiro no ponto central: a literatura era transcendental.

Aberta essa via de interpretação da natureza da literatura como obra de arte, muitos ingressantes e receptores acadêmicos adotariam o mesmo ponto de vista. Um bom exemplo é o que se segue.

⁵ “Resposta do Sr. José Veríssimo”, in *Discursos acadêmicos*, op. cit., vol. I, p. 48.

⁶ Idem *ibidem*, vol. I, p. 46.

⁷ Idem, *ibidem*, vol. I, p. 47.

Muitos anos depois daquela noite de 1898, a Academia recebia com todas as honras o poeta Augusto de Lima.⁸ Na noite de 5 de dezembro de 1907, após o discurso do novo acadêmico, Medeiros e Albuquerque tomou a palavra e iniciou a sua própria fala para uma seleta assistência, que contava com a presença do presidente da República, Afonso Pena, e outras autoridades civis e militares.⁹

O literato que no caso estava por se substituir era o cronista e dramaturgo Urbano Duarte, membro fundador da Academia. Como Augusto de Lima já havia tratado dele em seu discurso, Medeiros preferiu teorizar sobre a poesia, gênero ao qual se dedicava o novo membro da agremiação. De início temos a impressão de que ele vai discordar da posição defendida por João Ribeiro no final do século XIX:

A idéia de que o homem de letras e especialmente o poeta se deve isolar do bulício do mundo, para poder produzir, é uma extravagância... O que tiver em si a seiva, o estro criador, há de poder revelá-lo tanto naqueles bucólicos retiros como em pleno bulício das cidades.¹⁰

Medeiros parece indicar no trecho uma compreensão histórica do fenômeno literário. Entretanto, mesmo usando a imagem da cidade propõe que a aproximação do poeta com seu mundo é meramente de superfície, como alguém que descreve apenas imagens, sons, a natureza, os sentimentos humanos, os aspectos exterior da realidade. Não há de sua parte nenhum tipo de comprometimento, nem uma análise mais profunda da sociedade.

Como corolário deste ponto de vista segue-se a análise que faz da figura de Augusto de Lima. Ele cita todas as facetas de sua atividade intelectual: poeta, historiador, juiz e

⁸ Antônio Augusto de Lima (1860-1934), advogado, juiz de direito, professor, jornalista e deputado federal continuamente de 1910 a 1930. Poeta, escreveu ainda livros de história do direito.

⁹ "Academia Brasileira de Letras - recepção do sr. dr. Augusto de Lima", *Jornal do Commercio*, 06/12/1907, pp. 1-2; "Academia de Letras - recepção de Augusto de Lima", *O Paiz*, 06/12/1907; "Na Academia Brasileira - A sessão de ontem - A recepção do novo imortal - Os discursos", *Correio da Manhã*, 06/12/1907, p. 2.

¹⁰ "Resposta do Sr. Medeiros e Albuquerque", in *Discursos acadêmicos*, op. cit., vol II., p. 78.

político militante. Entretanto, fica tão somente neste alinhavar de profissões. Para uma aproximação mais segura, escolhe a sua obra poética, como sendo a essência de sua pessoa, posto que “Com olhos de poeta é que olhais para a História, para a vida corrente e até mesmo para as materialidades mais grosseiras da vida”.¹¹ Qual o significado destas palavras? Significa que a história, como análise social, potencialmente dirigida à crítica e ao posicionamento político, é dissolvida pela banalização de um olhar descompromissado e etéreo. Significa que, para Medeiros, Augusto de Lima apenas se preocupou em escrever de forma artística, forma que seria seu único ideal superior, aquele que almeja a beleza na sua natureza mais pura. Medeiros transmite a idéia de que este ideal superior é descolado do meio social, sendo uma criação independente, vinda da mente e do coração do poeta.

Ela [a poesia] projeta o seu tronco para o alto, sempre para o alto, em uma reta ousada. Parece querer ir até o céu. E é bem lá em cima, bem na altura, que abre o seu ramalhete de folhas verdes e viçosas. Rumoreja, tranqüila por cima dos desertos; tranqüila por cima das cidades, com a mesma serena indiferença.

Árvore, que Salomão cantou, que cantou Gonçalves Dias, ela nos ensina que só devemos viçar e florescer o mais alto que pudermos, o mais longe que alcançarmos subir, firmes no nosso ideal, sem procurar alheios contatos... Ela é o símbolo das almas que não transigem. Ela nos mostra que é preciso fugir do rumor das cidades para poder guardar inacessível o amor da arte. Ela consola aos que se vêem arrastados no turbilhão, lutando e cantando - lutando como homens de hoje, cantando como sonhadores, alheados das contingências do tempo e do meio - porque lhes dá o exemplo de crescer nas ruas das grandes cidades e aí mesmo, com igual beleza, viçar como viça nos areais do Saara, como viça sobre ruínas melancólicas de velhas civilizações extintas...¹²

O trecho é rico em significados: a poesia paira acima das coisas mesquinhas, independente da realidade, superior a ela. Por prescindir dela, pode levar, a todos os homens, igualmente, o mesmo conforto, mas um conforto escapista, que não visa resolver os problemas, mas sublimá-los. Ela desdenha deles. Assim, ela é transcendental, podendo ser lida, ou criada, igualmente, em qualquer momento ou lugar. Aparentemente nosso orador

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 79.

¹² Idem, *ibidem*, p. 82.

está sendo contraditório, pois pregara antes a idéia que o poeta não poderia se afastar do mundo à sua volta. Ele chega mesmo a afirmar que, ao contrário de trecho anterior, o escritor deveria fugir do burburinho das cidades. Na realidade, o trecho acima é complementar. O poeta deveria criar tomando como base o real, mas sem se misturar a ele. Deveria olhá-lo de frente, mas também de longe, mantendo sua pretensa pureza. Ele deveria falar do real, mas de um real que não fosse contingente e sim universal, única forma de se manter superior e de poder atingir a todos os seres humanos.

A pergunta que Medeiros e Albuquerque deixa de responder é: “de qual parte da realidade falaria a poesia para almejar seus fins ideais de superioridade”? A resposta é dada por Artur Orlando,¹³ algumas semanas depois, na sua própria posse, a da cadeira 25, cujo patrono era Junqueira Freire e cujo antecessor fôra Franklin Dória.

Orlando elogia primeiro o poeta Junqueira Freire, destacando a centralidade do tema do amor na sua poética. Esse é o seu gancho para falar da universalidade da poesia, pois ela tratados sentimentos humanos.

O amor que no mundo psíquico é como no mundo físico o éter, que apesar da descontinuidade dos seres não cessa de manter o Universo na mais estreita solidariedade; o amor força mágica que prende, subjuga e alucina; [...] o amor que inspirou Miguel Ângelo, Corrêgio, Rafael, iluminou a cabeça de Moisés no Sinai, do Dante no *Inferno*, de Milton no *Paraíso*, com Dido criou a *Eneida*, [...] com Leonardo da Vinci o retrato de Mona Lisa, [...].¹⁴

Com isso, Junqueira Freire merecia a imortalidade, por tratar de forma tão bela um sentimento nobre e superior, ainda mais que, reforçando seu argumento da transcendência da poesia, o amor era tema de outros grandes artistas ao longo dos séculos.

¹³ Artur Orlando da Silva (1858-1916), advogado, esteve em altos cargos públicos do governo pernambucano, sendo, a seguir, deputado federal e senador pelo estado, de 1893 a 1914. Aluno de Tobias Barreto na faculdade de Direito do Recife, publicou algumas obras jurídicas.

¹⁴ “Discurso do sr. Artur Orlando”, in *Discursos acadêmicos*, op. cit., vol. II, p. 85.

Para provar a sua tese, Orlando se utiliza do exemplo de seu antecessor, o barão de Loreto (Franklin Dória).¹⁵ De início ele descarta dissertar sobre sua “brilhante carreira política, forense e professoral”, tanto porque a assembléia já a conhecia, quanto porque isso não teria nada a ver com sua produção literária. Eram mundos alienígenas. O único aspecto que ele destaca, sem maiores análises, é o patriotismo da ação de seu antecessor, do qual se utiliza para passar por cima deste mesmo patriotismo, para mais adiante se dedicar à poesia.

Ferido algumas vezes pelas paixões e ódios partidários, sendo uma ocasião anulado o seu diploma de deputado geral, e outra despojado de sua carreira de professor, a adversidade não lhe fez senão apurar ainda mais o seu civismo.

Mais do que jurista, crítico, estadista, o barão de Loreto foi poeta inspirado com as cordas da lira bem afinadas para fazer vibrar a natureza inteira.¹⁶

Somente a afirmação deste postulado não adianta a Orlando. É preciso mais força retórica de sua parte. Depois de recitar alguns de seus poemas, nos quais Dória reclamava uma aproximação da poesia ao saber científico (por isso conhecida como “poesia científica”), Orlando responde que a poesia era social, mas “no sentido não somente de ser um produto da sociedade no seio da qual nasce, mas ainda no constituir uma sublimação da sociedade, uma criação de futuro, que vai além do meio atual.”¹⁷ Ou seja, ele visa conciliar o desejo de Dória de uma poesia com fundo social, de diálogo com a ciência, com o seu puro ideal artístico. Para Artur Orlando, tudo era social, desde as partículas atômicas, até a religião e as artes. Com isso ele descarta o problema de Dória. A poesia não precisa querer ser social, almejar ser algo que, pretensamente não seria, pois, sendo universal, tratando da

¹⁵ Franklin de Menezes Dória, barão de Loreto (1836-1906), poeta e advogado, político do Segundo Reinado, foi deputado e presidente das províncias do Piauí, Maranhão e Pernambuco, chegando a ministro em 1881 e 1889. Foi professor do colégio D. Pedro II, escrevendo alguns livros de história.

¹⁶ “Discurso do Sr. Artur Orlando, in *Discursos acadêmicos*, op. cit., vol II, p. 94.

¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 98.

“constituição orgânica do homem”, já chegava ao ideal de Orlando e Dória, que seria, no fundo, o mesmo.

Enlevos intitulou o barão de Loreto sua obra prima, e realmente a poesia não é outra coisa senão enlevo, magia, encanto, feitiçaria.

A musa da poesia é uma feiticeira, que sabe encantar e embriagar aqueles que aspiram a uma vida superior, ideal, e no enlevo da alma, na poesia, estava o segredo daquele néctar, com que os deuses gregos se embriagavam no Olimpo para esquecerem as dores e passadas e presentes.¹⁸

Para Orlando a arte tinha um fundo social a partir do momento em que falava de coisas transcendentais, não porque fosse um instrumento de saber ou de crítica. Ela era social porque falava do sonho que todo ser humano tinha, porque acalentava e resolvia pelo escapismo os seus problemas cotidianos. Era social exatamente porque não falava dos problemas sociais, mas porque falava dos sentimentos. Se para os da geração de Franklin Dória ela deveria se ligar intimamente à ciência, à filosofia ou à crítica social, Orlando respondia que isso eram quimeras. O essencial já estava dado pela natureza da poesia: uma forma estética que almejava, através da beleza, mostrar como os sentimentos humanos eram universais. Com isso ela poderia ultrapassar o meio em que foi produzida e consolar nossa espécie, fazendo-nos ultrapassar as crises terrenas e conjunturais.

Passados mais alguns anos, outra cerimônia de posse teve lugar no seio da ABL. Morto o crítico literário e romancista Araripe Júnior,¹⁹ elegeu-se para a sua vaga o jornalista, poeta e político Félix Pacheco.²⁰ A 14 de agosto de 1913, no salão da sede da

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 108.

¹⁹ Tristão de Alencar Araripe Júnior (1848-1911), exerceu cargos burocráticos em governos provinciais durante as décadas de 1870 e 80, chegando a ser diretor-chefe da Diretoria do Interior do ministério da Justiça. Membro do IHGB. De 1903 até sua morte foi consultor geral da República. Durante a Revolta da Armada (1893-94), alistou-se em um batalhão patriótico que apoiava o governo do marechal Floriano Peixoto. Notabilizou-se como crítico literário, tendo publicado também romances, dentre os quais destaca-se *Miss Kate*.

²⁰ José Félix Alves Pacheco (1879-1935), jornalista, trabalhou e dirigiu o *Jornal do Commercio* entre 1899 e 1935. Colaborara antes na revista do movimento simbolista *Rosa Cruz*. Escreveu alguns livros de poesias.

Academia, no antigo Cais da Lapa, outra vez com a presença de altas autoridades governamentais, como o presidente Hermes da Fonseca, bem como de literatos e de uma seleta audiência,²¹ ocorreu a dita posse. Depois de cumpridas as formalidades de chamada do novo membro e de todos se posicionarem em seus lugares, iniciaram-se os discursos, o primeiro, obviamente, a cargo do novato.

De início Félix Pacheco admite não ser um grande poeta. Apesar disso, não deixa de teorizar sobre o tema, emitindo uma opinião bem pouco original:

Tenho para mim que fali nessa dourada aspiração, espécie de suplicio delicioso em que muitas vezes o pensamento naufraga, quando não oscila entre as suspensões de sentido, que a visão anterior sugere e as incertezas da força anímica justificam, ou quando não se esbate, como sombra difusa e vã, nos longes sentimentais, que o poeta idealiza, mas que se vexa de concretizar em estrofes que digam tudo.²²

A sua humildade era, em boa parte, resultado de ter, na década de 1890, abraçado o movimento simbolista, movimento que não tinha até ali nenhum membro representado na ABL, e cujo “chefe”, Cruz e Souza, nunca tinha sido citado ou sondado para pertencer à instituição. Com esse procedimento de diminuição do seu significado como vate de um movimento “maldito” ele visava conciliar-se com a Academia.²³

A seguir destaca outro aspecto de sua carreira: o jornalismo, tentando, já que não era um poeta dos melhores, aproximá-lo da arte:

Que pensamento de arte ou de gosto de forma e esmeros de estilo poderão caber neste choque brutal e contínuo, puro trabalho mecânico e inconsciente, em que a curiosidade se devora a si mesma, numa autofagia que não pára, com a fome sempre renovada dos alimentos grosseiros preferidos pela massa exigente e inculta?

Foi deputado federal na década de 1910 e ministro das Relações Exteriores do governo Artur Bernardes em 1922.

²¹ Ata de 14/08/1913.

²² “Discurso do Sr. Félix Pacheco”, op. cit., vol. II, p. 318.

²³ Nas pp. 343 e 344, Pacheco defende Cruz e Souza, mas de forma tão polida que nem toca no ponto da sua exclusão.

[...]

Os espetáculos multiformes da vida e do progresso, com o seu tumulto e os seus rumores perceptíveis ou subterrâneos, nunca foram obstáculos à florescência das coisas belas, que perfumam o espírito e consolam a alma. Errará crassamente quem supuser o jornalista profissional desligado dessas formosuras balsâmicas, sem as quais a terra seria um antro abjeto e o homem o mais miserável dos seres.

[...]

O jornalista deve conservar sempre, na banalidade prosaica dos fatos, como nos arremessos tempestuosos a que assiste, aquela parcela de ilusão, que tudo redoura, e sem a qual nos perderíamos nos desertos vazios e secos, que a morte espalhou pelo mundo como as ante-câmaras de seu sólio.²⁴

Embora Pacheco tente aproximar a arte da realidade e das coisas ditas mezinhas da vida, ainda a vê como algo que a ultrapassa: não só porque ao atingir a beleza, resiste ao tempo, mas também porque transporta o homem para fora deste seu tempo. Procurando ficar dentro dos moldes acadêmicos, apenas de relance lembra sua carreira política, deixando claro que não a citará para não afetar “vosso luminoso sossego”.²⁵ Ao invés disto, prefere falar de Araripe Júnior, seu antecessor, a quem, aliás, deveria elogiar.

Araripe realizou no Brasil o verdadeiro tipo do intelectual moderno, que nada de humano reputa alheio a si e que, multiplicando, como um deleite, a sua própria curiosidade dispersiva, toca nos mais variados assuntos e os aprofunda como se quisesse devassar todos os recantos, para adquirir com isso aquela admirável visão de conjunto, que acaba substituindo o crítico pelo filósofo e trocando o comentador de livros pelo observador social, tão atento às aparências dos fenômenos como a natureza interior das grandes almas, reveladoras dos segredos terríveis, que formam o substratum da vida [...].²⁶

O início do parágrafo politiza a atividade letrada de Araripe, mas ao final a reduz (ou amplia, segundo sua ótica) tudo para o humano, para a maneira subjetiva que o autor analisa a natureza humana. Araripe teria sido um analista da alma, da vida como um todo, e não um comentador de uma realidade palpável e datada. Ele não o insere em seu tempo, preferindo

²⁴ Idem, *ibidem*, pp. 321-322.

²⁵ Idem, *ibidem*, p. 324.

²⁶ Idem, *ibidem*, p. 326.

falar de como era um artista que extrapolou a sua época. Isso evita que faça uma análise mais profunda e politizada da carreira do crítico literário.²⁷

Pode subir e aproximar-se o mais possível das estrelas radiosas e cobiçadas, sem nunca as alcançar na liberdade do voo para o alto. A sua força de ascensão jamais encontrará limites nem óbices; mas em derredor, fechando o âmbito vasto e tapando à imensidade infinita, que se prolonga na escuridão tenebrosa para o lado de lá, as quatro paredes fatais subirão paralelamente ao seu esforço, para lhe impedir o conhecimento exato do inapreensível.

Araípe, na sua expressão mais distinta, foi uma vítima dessa febre eterna, em que os sábios como os taumaturgos, os artistas como os selvagens, acabam sempre no desalento final do mistério, impotentes e em desconsolo, nivelados na mesma curta estreiteza de entendimento.²⁸

O trecho é cristalino quanto à despolitização, retirada dos conflitos, de uma visão a-histórica da atividade crítica de Araípe. Em vez de contextualizá-la, analisa-a de fora, valendo-se de metáforas vazias e abstratas.

Ele amava a vida com todos os otimismo e dissabores a ela inerentes, a vida no seu desdobramento ilógico mas certo e inevitável, a arte com as suas formosuras e os seus pavores trágicos, a humanidade como ela é, estranha, complexa, vária, difícil.²⁹

Por que nosso orador adota este procedimento?. Ele mesmo responde: a crítica era algo incômodo, e, como todos os incômodos, deveria ser retirada da ABL, podendo ser, na melhor das hipóteses, conciliada com aspectos que melhor condissessem com o tipo de arte que se procurava firmar naquele cenáculo.

Araípe tinha em alto grau a paixão do belo, vibrava com os grandes autores, delirava com eles, possuído sempre do fogo interior que cria, vivifica e deslumbra. Ora, a crítica não se apaixona, não vibra, não delira; esmiuça, conta, mede, pesa, apara, censura, tudo com pausa, tudo sem alma, irritantemente estéril na sua função parasitária...³⁰

²⁷ Sobre o significado da obra crítica de Araípe Júnior, ver Roberto Ventura, Estilo tropical - história cultural e polêmicas literárias no Brasil, São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

²⁸ "Discurso do Sr. Félix Pacheco", op. cit., p. 327.

²⁹ Idem, ibidem, p. 328.

³⁰ Idem, ibidem, p. 333.

Ou seja, era fria e sem sentimento, e, como ali devia-se valorizar o oposto, ela era assim demonizada. Félix Pacheco não pode negar explicitamente que seu antecessor fôra um crítico. Assim, resolve transformar a sua crítica em uma obra de arte, negando, nas entrelinhas a atividade à qual se dedicara por toda a vida. Com isso pode fornecer a ele o estatuto de artista, como alguém que se elevava ao cume onde estavam aqueles escritores aos quais havia dedicado sua pena analítica.

Na resposta de Souza Bandeira,³¹ podemos ver os mesmos elementos sendo constantemente ressaltados. O interessante no seu discurso é que ele repõe as mesmas idéias que havia burilado anos antes, em 10 de agosto de 1905, quando da sua própria posse como imortal. Por causa disso, vamos misturar os dois discursos e ver o que sai deles.

Em 1905 ele escrevia que fôra um erro de seu antecessor, o poeta Martins Júnior³², a tentativa da criação da já citada “poesia científica”, aquela mesma de Franklin Dória, citada páginas atrás, posto que os objetivos práticos de resolução dos problemas sociais almejados pela ciência, que Dória e Martins tentaram trazer para a poesia, era impensável e mesmo indesejável para uma das mais nobres das artes.

A ciência quer a análise, baseia-se nos dados obtidos pela observação, tem por horizonte o campo limitado da experimentação e da crítica. Não transcende dos estreitos limites do mundo conhecido, e tudo o que fornece ao homem sequioso de saber, toma fatalmente a forma vazada nas categorias do conhecimento. Tudo nela é relativo e contingente, quando armada de microscópios e

³¹ João Carneiro de Souza Bandeira (1865-1917), aluno de Tobias Barreto na Faculdade de Direito de Recife, professor de direito e colaborador da *Revista Brasileira*, do *Correio da Manhã*, de *O Paiz* e da *Renascença*. Autor de várias obras jurídicas.

³² José Isidoro Martins Júnior (1860-1904), foi discípulo de Tobias Barreto na Faculdade de Direito do Recife, conhecendo o futuro acadêmico Clóvis Beviláqua, com quem escreveu alguns livros de direito e filosofia. Tentou três vezes o concurso para professor daquela faculdade, defendendo teses evolucionistas de influência alemã, contrárias à orientação da instituição. Mesmo quando passou em primeiro lugar, não foi nomeado. Abolicionista e republicano, foi, depois de 1889, diretor da mesma faculdade. Deputado federal por Pernambuco em durante a década de 1890, foi ainda secretário de Quintino Bocaiuva quando este governou o estado do Rio de Janeiro. Escreveu livros de versos e sobre direito.

retortas, vem lembrar à triste humanidade as asas de chumbo que a impedem de se alar às etéreas regiões do desconhecido.

Só a divina arte libertadora é que pode fornecer à humanidade e [o] meio de fugir deste sombrio pessimismo, seguindo o caminho exatamente contrário ao do método científico, permitindo ao espírito *inventar* as soluções que a ciência não pode *demonstrar*. Superior ao testemunho dos sentidos, livre das peias da observação, fôrra ao constrangimento da análise, pode a arte operar a completa *manumissão do espírito* [...].³³

Assim, a arte não podia se submeter à ciência, eram incompatíveis. Eram de naturezas diversas e almejavam a outros fins. Enquanto que a primeira restringia-se à vida prática, aos problemas sociais e cotidianos, a segunda, no máximo, tratava dos problemas psicológicos e emocionais do homem, sendo que não tinha nenhuma intenção de resolvê-los. O máximo que fazia era dar algo para que este homem fugisse deles, que os esquecesse durante os momentos em que estivesse enleado por sua beleza: “Necessitamos das doces mentiras com que nos supomos, um momento, subtraídos à hediondez da nossa miséria”. Já a ciência não tinha este intuito. Ela dava ao homem “os meios de conhecer o pouco que as sensações lhe trazem do mundo externo, permite que as sociedades futuras se estabeleçam em melhores condições de conforto e de progresso”.³⁴ Sintetizando:

Então vem a arte efetuar a renúncia completa de tudo, absorver o indivíduo no seio do grande Inconsciente que o cerca, interpretando sublimemente o lado trágico da natureza que escapa aos acurados elementos da observação científica. Tudo na natureza, neste grande Todo divinizado de que nós próprios somos manifestações, provoca o nobre sentimento do belo, quando revelado ao homem por intermédio da arte. E a natureza é a paisagem, é o amor, é a beleza humana, é o brilho da mocidade, é a vasta gama dos sentimentos que rugem no mar tumultuoso do coração humano. Neste largo círculo de impressões, evolve-se o espírito do poeta, indo buscar, [...] a comoção estética, [...] sempre livre nos mais ferrenhos moldes onde a queiram constranger as efêmeras escolas literárias.³⁵

³³ “Discurso do Sr. Souza Bandeira”, in *Discursos acadêmicos*, vol. I, op. cit., p. 196.

³⁴ Idem, *ibidem*, p. 197.

³⁵ Idem, *ibidem*, pp. 197-198.

Ou seja, a ciência não poderia amarrar a poesia, ou a arte. Por isso, mesmo preconizando a poesia científica, Martins Jr. se deixara levar pelo lirismo que condenava. E que lirismo era esse? Eram os seus amores, as suas ambições, seus sentimentos mais íntimos.

Quem estivesse presente à posse de Souza Bandeira e depois na de Félix Pacheco - e caso tivesse boa memória - certamente notaria o fato de que este mesmo Bandeira não mudara em nada suas idéias sobre literatura. Em 1913, assim se expressava ele acerca dos mesmos problemas:

Destas peregrinações pelo desconhecido trazem os pensadores como Araripe, os poetas como vós, pedaços de azul, frutos dourados e brilhantes quimeras entrevistas, aspectos cambiantes e luminosos de ilusões, doces mentiras com que se mitiga a trivialidade da vida, e que confortam o espírito dos que bravamente se animam a encarar assim o mundo.

Estabelece-se então, graças ao poder sugestivo da arte, uma comunhão absoluta entre o eu e o não eu. O mundo externo povoa-se de seres animados, a natureza palpita em nós num panteísmo irrelevado, ondas de harmonia nos entram pelos sentidos sem que se possa nitidamente distinguir a natureza das sensações, e uma auréola irisada e brilhante transforma tudo que nos cerca numa confusão deliciosa de sons, de perfumes, de cores, que se combinam e se desfazem no envolver mágico de um belo sonho.³⁶

Talvez até mais do que no discurso anterior, aqui Bandeira dissolve ainda mais a figura de Araripe Júnior num universo sereno, calmo, pois não mantém contato com a realidade social de sua época, mergulhando-o em um mundo ideal de “ilusões” e “mentiras” que o descaracterizavam completamente. A arte aparece como um mecanismo com vida própria que se descola do seu produtor, do seu autor, cuja função não é a reflexão, mas o relaxamento dos sentidos da crítica ou da análise. Na visão de Bandeira, como na de quase todos os acadêmicos do período, a arte vira um pastiche de elevação sensorial, de prazer puramente estético, feita de uma substância amorfa e imortal que transcende o espaço e o

³⁶ “Resposta do Sr. Souza Bandeira”, in *Discursos acadêmicos*, vol. II, p. 357.

tempo sem nenhuma barreira contra si, pois, pura e imaculada, fala de uma natureza humana que é imutável e constante - portanto, a-histórica.

O leitor já teve um longo panorama do que a Academia entendia como sendo a característica básica e a função da literatura. O painel permite vislumbrar uma unanimidade entre os imortais... “Unanimidade”? Na realidade eu estaria faltando com a verdade se aceitasse eu mesmo as retumbantes e retorcidas frases dos discursos que acima expus. O debate composto pelos discursos de posse e recepção é mais rico do que as passagens acima deixam supor. Os textos em questão possuem bem mais do que etéreas teorizações sobre a natureza da arte. Eles nos falam também de tudo aquilo que expulsavam da literatura: de história e de política. Mesmo quando buscam afastá-las, é com esses temas que dialogam.

Euclides da Cunha tomou posse da sua cadeira, a de número 7, cujos patrono e antecessor eram, respectivamente, Castro Alves e Valentim Magalhães, no dia 18 de dezembro de 1906. Enfrentando a seleta platéia composta por 17 imortais, literatos de fora da Academia, “senhoras e senhores” distintos e, como não poderia deixar de ser, o presidente Afonso Pena, seu ministro do Interior e mais algumas autoridades municipais,³⁷ mostrou-se ciente do ambiente no qual não só discursava, mas que também teria que conviver e se habituar. O famoso autor de *Os sertões* compôs um discurso muito bem elaborado. Utilizou-se da típica retórica acadêmica, rebuscada, prolixa e ambígua, para reafirmar perante os presentes sua singular posição quanto à relação entre literatura, política e crítica social.

De início tem-se a impressão de que suas palavras já foram ouvidas antes. Assim como João Ribeiro em 1898, Euclides afirmava que seu patrono, o poeta Castro Alves, era

³⁷ “Na Academia de Letras - A recepção de ontem - Discurso do Sr. Silvio Romero”, *Correio da Manhã*, 19/12/1906, p. 1, “Academia Brasileira - Recepção do Sr. Euclides Cunha [sic]”, *Gazeta de Notícias*, 20/12/1906, p. 3 e *Ata* de 18/12/1906.

para si um desconhecido. Em outras palavras, que sua poesia parecia distante e que, apesar da emoção, não a compreendia de todo.³⁸ Em oposição ao poeta, ou a uma determinada maneira de se ler sua obra, se encontrava ele próprio, a quem se identificava como um cientista. Portanto, como decorrência desta distância fundamental entre ele e o “poeta dos escravos”, haveria uma separação anterior, que era justamente entre duas concepções de literatura e de ciência.

A literatura, segundo uma leitura transcendental, era o local onde se abrangiam “os caracteres preexcelentes das coisas, buscando-lhes as relações mais altas e formadoras das impressões artísticas, ou das sínteses estéticas.” O poeta era um sonhador que procurava explicar a vida pela dedução, sendo soberano no seu mundo de fantasia. Era puro subjetivismo e síntese estética. Já a ciência tratava dos fatos de ordem física, submetidos a leis simples e gerais, descobertas pelas indagações objetivas, causando um desequilíbrio entre o que se imagina das coisas e o que elas eram na realidade.³⁹

Por tudo isso é que prega sua incompreensão do seu patrono, Castro Alves, que, para ele, era um “fabricante de quimeras”, caso tratado segundo o ponto de vista acima.⁴⁰ A partir deste momento do discurso, Euclides da Cunha começava a se posicionar de forma diferente: para ele o artista ou a obra de arte só eram compreensíveis se inseridos em seu contexto histórico e com uma certa função social. Este tentava ser universal, mas Euclides mostra que cada um, dependendo de sua formação intelectual, das suas características pessoais, ou do momento histórico em que vive, vê a realidade de forma distinta. Dado esse

³⁸ Na realidade, nas primeiras laudas de seu discurso, Euclides se refere a um verso sobre o Rio Amazonas de um poeta a quem não nomeia, ao qual compara com sua impressão da primeira vez que lá aportou. Enquanto o dito poeta descrevera sua emoções, Euclides retrata o que julgava ser a realidade objetiva do rio: suas características físicas e geográficas. Logo a seguir é que se refere a Castro Alves: “Discurso do Sr. Euclides da Cunha”, in *Discursos acadêmicos*, op. cit, vol. I, pp. 263 a 267.

³⁹ *Idem*, *ibidem*, pp. 266 e 267.

⁴⁰ *Idem*, *ibidem*, p. 268.

passo, ele marca a sua forma de ler Castro Alves como um participante do movimento abolicionista.

Então o que se nos afigura um quimezar adoidado resultaria lógico; e naquelas visões radiosas veríamos os reflexos de um ideal, aparecendo na esplêndida desordem de inesperado triunfo depois de longo seqüestro pelos desvãos mais obscurecidos do passado. E assentariamos que aquela palavra, onde havia a esperança de uma raça titânica, que durante trezentos anos trouxe ao colo a nossa nacionalidade criança, graças à cândida afetividade selvagem que lhe modificara os ímpetus da revolta - aquela palavra para ser artística, para ser a expressão vibrante de uma realidade dolorosa, para ser sincera, e portanto, simpática, senhoreando os corações e irmanando-os solidários e unidos diante do destino e da vida, devia ser o que foi, nas suas cruezas, nos seus lances ensofregados, nos seus atrevimentos, nas suas rebeldias, nas suas obscuridades cindidas de repentinos resplendores, no fragor de suas sílabas agitadas a zinirem, a estourarem, a crepitarem e a retinirem como ressonâncias de batalhas, no vulcanismo de suas imagens rútilas e adusivas, nos estiramentos de suas hipérboles, nas transfigurações de suas metáforas, no bíblico formidável de suas apóstrofes, no simbolismo maravilhoso de suas alegoria, no entrechocar-se de suas antíteses sucessivas - e até naquele abuso imoderado do infinito, onde se denuncia, a tendência a universalizar-se o poeta.

A este propósito acode-me um pensamento de Littré: “Se a *Iliada* como toda a sua mítica poesia aparecesse perfilhada pela arte do nosso tempo, seria informe e pueril”.⁴¹

O trecho é claríssimo: a obra de arte só se torna transcendental, ou seja, compreensível e admirada pelas gerações posteriores a partir do momento que se tem acesso e que se compreende o momento histórico em que foi produzida e a mensagem, face a esse momento, que carrega consigo. Euclides acha que a matéria da poesia é a história, nunca estando fora dela, visando escapar ou transcendê-la. Ela só pode fazer isso se for uma produção umbilicalmente ligada ao seu tempo. Se exprimi-lo bem, pode almejar a posteridade. Isso desde que os homens de outras eras também a lessem em relação ao momento em que foi feita. Como vemos, é algo parecido com a posição de José Veríssimo em 1898, mas com uma diferença fundamental: enquanto para o crítico a literatura expressaria algo imutável, como a identidade nacional, para o engenheiro esta seria dinâmica, exprimindo as características próprias de uma época. Subentende-se, portanto,

⁴¹ Idem, *ibidem*, pp. 269 e 270.

que cada período histórico tinha suas peculiaridades, sendo a história fluída e mutável e, com ela, também a arte.

Como consequência deste tipo de raciocínio, Euclides da Cunha passa a dissertar sobre a história brasileira. Seu antecessor, Valentim Magalhães, era da geração seguinte à de Castro Alves. O primeiro presenciara o início da campanha abolicionista. O segundo o seu desenrolar e posterior desfecho, fazendo parte do grupo de literatos cariocas que participara, ao lado de José do Patrocínio, da campanha pela imprensa. Logo, segundo suas próprias idéias, para compreender a obra de Valentim, era preciso também averiguar a história daquele período.

O quinquênio de 1875-1880 é o da nossa investidura um tanto temporã na filosofia contemporânea, com os seus vários matizes, do positivismo ortodoxo ao evolucionismo no sentido mais amplo, e com as várias modalidades artísticas, decorrentes, nascidas de idéias e sentimentos elaborados fora e muito longe de nós.⁴²

Na sua avaliação histórica, as mudanças dessas duas últimas décadas repercutiam ainda naqueles dias de 1906. Segundo ele, a Abolição e a República foram fatos irreprimíveis, dados pelo movimento natural da nossa história. Já os movimentos intelectuais descritos na passagem acima foram frutos de pura importação, que diziam mais aos sentimentos naturais de outras nações, e não à nossa.

É nesse miolo que também se pode delinear a figura de Valentim Magalhães. No seu modo de entender, ele era um exemplo do significado de sua geração, vivendo numa época conturbada, com muitos caminhos a serem seguidos, com encruzilhadas a todo o tempo. E como ele optara pela agitação cultural mais do que pela reflexão artística, tendo sido sempre um jornalista dedicado e editor ou diretor de várias revistas culturais, acabou sendo um

⁴² Idem, *ibidem*, p. 271.

tanto aleatório, não se fixando direito na literatura, escrevendo ligeiramente, sem burilar seu estilo.

A geração de que ele foi a figura mais representativa, devia ser o que foi: fecunda, inquieta, brilhantemente anárquica, tonteando no desequilíbrio de um progresso mental precipitado a destoar de um estado emocional que não poderia mudar com a mesma rapidez; e a sua vida, a sua carreira literária vertiginosa, toda disposta a nobilíssimas tentativas reduzidas a belíssimos preâmbulos, a nossa própria vida literária, impaciente e doidejante, brilhando fugazmente à superfície das cousas, inapta às análises fecundas pelo muito ofuscar-se com as lantejoulas das generalizações precipitadas.⁴³

Por isso é que sua carreira quase que se limitou somente à crônica e à direção de periódicos, carreira que Euclides vai contando, data à data. Para mostra como seu significado é historicamente datado, faz pontes com a história política do país, sempre se posicionando. Assim, destaca a desilusão de geração de Valentim e da sua própria com os inícios turbulentos da República. Entretanto, como fôra florianista, destaca mais o período do “Encilhamento” (1890), esquecendo de falar das perseguições políticas levadas a cabo por seu antigo ídolo de juventude militar, Floriano Peixoto.⁴⁴

Mais adiante, Euclides retoma a figura de Valentim para falar do período de 1886 a 1890, explicando porque Valentim não teve o sucesso que almejava. É interessante que Euclides diga de início, como a fazer uma concessão ao modelo acadêmico, que “Aqui se me antolha uma digressão acidentadíssima. Evito-a.” Ou seja, ele iria deixar de tratar a fundo as consequências históricas daquela época. Entretanto, nosso novato imortal não consegue desvencilhar-se de suas idéias e continua nos problemas históricos, mostrando-se em oposição com as idéias correntes da Academia.

⁴³ Idem, *ibidem*, pp. 273.

⁴⁴ Ver José Maria Bello, *História da República (1889-1954)*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1964, “O governo provisório”, capítulo V, pp. 66 a 80.

Mas no adstringir-me ao assunto, aponto, a correr, esta antinomia; precisamente quando a peregrina palavra “evolução” se tornou a rima fácil de todos os versos, rompemos com esta lei fundamental da história - tão bem expressa na continuidade de esforços dos estados sociais sucedendo-se com um determinismo progressivo - e apresentamos o quadro de uma desordem intelectual que, depois de refletir-se no disparatado de não sei quantas filosofias decoradas, nos impôs, na ordem política, a mais funesta dispersão de idéias, levando-nos, aos saltos e ao acaso, do artificialismo da monarquia constitucional para a ilusão metafísica da soberania do povo ou para os exageros da ditadura científica; ao mesmo passo que na ordem artística íamos dos desfalecimentos de um romantismo murcho, às demasias de um falso realismo, que era a pior das idealizações, porque era a idealização dos aspectos inferiores da nossa natureza.

Para ainda engrandecer a crise, os dois ideais da abolição e da República não requeriam mais as emoções estéticas. Resolvidos na ordem moral, estavam entregues à ação quase mecânica dos propagandistas. Estes precipitavam-nos com o desalinho característico da fase revolucionária das doutrinas, em que se conchavam as idéias e os paralelepípedos das ruas, e os melhores argumentos desfecham no dismantelo das barricadas investidas.⁴⁵

Como se vê, Euclides fez aquilo que disse que não faria, enriquecendo mais a sua análise com a compreensão do mundo das idéias em compasso com a história política. Um está imbrincado no outro: só assim ele entende a história. Isso também mostra como ele usa as figuras literárias para falar da história. No entanto, Euclides mantém um tom cuidadosamente acadêmico. Ele não cita nomes nem passagens mais específicas da história, preferindo adstringir-se ao panorama mais geral. Mesmo discordando, ele sentia que deveria manter-se, em alguma medida, com a conformidade da situação e evitar uma politização extrema de seu discurso, algo que Silvio Romero, destacado para lhe receber, não faria, como logo veremos.

Por fim, concluindo sobre Valentim, sobre seu “fracasso” literário, sobre sua superficialidade, a falta de reflexão e de obra mais consistente, Euclides tece uma última consideração, que diz mais respeito ao caráter da arte. Os gênios são aqueles que, da observação dos menores fatos do mundo à sua volta, conseguem tirar deles verdades mais gerais, conseguem refletir sobre este mundo - tudo a partir das menores coisas, tudo porque têm o dom de se absorver e refletir pausadamente.

⁴⁵ “Discurso do Sr. Euclides da Cunha”, op. cit., pp. 281 e 282.

Valentim Magalhães foi o avesso desses homens. Repitamos: as condições do meio e o seu temperamento arrastaram-no demais para o mundo exterior e para a sua indescritível instabilidade. Ele entregou-se de corpo e alma ao turbilhão sonoro e fulgurante da existência. Foi o seu grande defeito, dizem.

Mas este defeito - o seu maior defeito - é a mais bela imperfeição da nossa vida: o defeito de viver demais.⁴⁶

Um belo fecho para o seu discurso. Nele Euclides relativiza a grandeza da Arte, na sua pretensão de universalidade e calma. Não que ele discorde totalmente. Mas aqui ele mostra que pensava que também aqueles que produziram de acordo com os movimentos da sua época, aqueles que, sem o querer evidenciaram o contexto em que viveram, também tinham lugar nos panteões, posto que, se não conseguiram expressar verdades transcendentais, exprimiram as verdades do seu tempo.

Embora o discurso de Euclides da Cunha demonstrasse uma boa dose de discordância com o projeto acadêmico, tal como vinha sendo reafirmado nos discursos de posse e recepção, com suas etéreas e escapistas teorias sobre a arte literária, foi a fala de Sílvio Romero que marcou a sessão e acabou entrando para a história, por assim dizer. Depois daquela noite, todos se lembrariam do escândalo causado pelo crítico literário e folclorista Sílvio Romero,⁴⁷ mas se esqueceriam de Euclides. Por que será? Vejamos a seguir.

O encarregado de receber Euclides da Cunha pouco tratou da obra ou da figura do recipiendário em comparação com os outros temas por ele abordados. Ao mesmo tempo, criticou severamente Valentim Magalhães, o morto a que se deveria glorificar naquela noite por ter sido em vida um opositor ferrenho da chamada “Escola do Recife”, nome dado ao

⁴⁶ Idem ibidem, p. 284.

⁴⁷ Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero (1851-1914), destacado polemista, folclorista e crítico literário sergipano, formou-se em direito no Recife, sendo discípulo de Tobias Barreto. Foi professor de filosofia no colégio D. Pedro II.

grupo formado pelo professor da faculdade de direito daquela cidade nas décadas de 1870 e 80 e seus discípulos, entre os quais se encontravam vários acadêmicos, como Graça Aranha, Martins Júnior, Clóvis Beviláqua e o próprio Sílvio Romero, responsáveis por trazer para o Brasil a influência do pensamento cientificista e evolucionista europeu para o debate literário e jurídico.⁴⁸ Mas mais grave que isso é que estendesse essa crítica ao mundo literário carioca de uma maneira geral, incluindo, portanto, muitos acadêmicos, tal como Machado de Assis e José Veríssimo, apenas para ficar nos seus desafetos mais conhecidos. Assim, a primeira parte de seu discurso é uma longuíssima defesa de Tobias Barreto e da sua importância na vida intelectual brasileira, importância denegrida por todos e sustentada apenas pelo solitário Sílvio Romero, que se advogava no defensor da verdade contra os mesquinhos caluniadores do revolucionário professor de Recife.⁴⁹

Mas é depois desta intervenção personalística e iconoclasta que o discurso atinge sua nota mais aguda. Desde o início a plateia já devia esperar por algo parecido com o que ouviu, pois Romero confessara que “A Academia não se pode afigurar o organização da hipocrisia para que eu haja de impor silêncio a mim mesmo, sacudindo da alma, lá fora, seletas convicções, como se espanasse o pó dos sapatos no ádito dos templos majestosos e terríveis”.⁵⁰ Assim, além das convicções literárias, resumidas acima, nosso orador também expunha suas idéias políticas sobre a conjuntura do país. Romero criticou ferozmente a sua situação, levada a um imenso atraso econômico e social pelo conluio criminoso dos intelectuais com as elites. Enquanto os primeiros não se interessavam por estudar o Brasil profundo, isto é, as características culturais, raciais e a evolução histórica da formação do

⁴⁸ Ver Roberto Ventura, *Estilo tropical*, op. cit.

⁴⁹ “Resposta do Sr. Sílvio Romero”, in *Discursos acadêmicos*, op. cit., vol. I, pp. 290 a 303. Sobre o pouco que Romero dedica a Euclides da Cunha, ver pp. 303 a 315. É pouco, se compararmos ao tamanho do discurso, de 47 páginas.

⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 285.

povo brasileiro, sobretudo o do seu interior, o de seus sertões, as elites se dividiam em oligarquias que se apossavam do poder e da economia pelo roubo, pela exploração e pelo assassinato. Romero denunciava o atraso a que se havia submetido o povo, deixado sem instrução, que não era trazido e educado para a civilização. Enquanto isso, os fazendeiros, os latifundiários se aliavam aos funcionários do Estado para explorar as riquezas do país sem procurar desenvolvê-lo e industrializá-lo. O governo se tornava então um reflexo deste estado de coisas, desenvolvendo políticas econômicas que apenas mantinha a situação como estava. Segundo Romero, o Brasil ainda não entrara no século XX. Aliás, nem mesmo havia entrado no século XIX, permanecendo igual à época colonial, época de exploração desenfreada sem desenvolvimento. Para Romero faltava uma política social de melhoria da situação do trabalhador e uma política econômica que industrializasse a nação. Em vez disso, optara-se por “reformatar por cimalhas”, ou seja, por reformas de fachada. Com isso Romero criticava diretamente os governos Rodrigues Alves e Afonso Pena (presidente do país naquele momento e presente à cerimônia de posse) por escolherem o supérfluo (a reconstrução do Rio de Janeiro entre 1903 e 1906) em vez do essencial.

Nas suas reformas começam pelo fim. Julgam [o governo e as elites] que com o alargamento de ruas podem resolver os tremendamente inquietadores problemas brasileiros. A nação chegou ao século XX, o século em que se vai resolver o seu destino, inteiramente desapercibida para a luta.⁵¹

Na sua ira, como já disse, Romero não poupava ninguém, culpando a todos pela situação calamitosa do país: “O maior obstáculo a isto [a educação do povo para o progresso] tem sido as *literatices* dos escritores e políticos que se julgam eles, esses defraudadores de empregos públicos, posições e profissões liberais, os genuínos e únicos

⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 327.

brasileiros [...] - por isso se arvoraram em nossos diretores".⁵² Direção esta que tinha levado a duas consequências nefastas, dentre outras, para aquele momento em que falava: a ascensão das oligarquias, que havia projetado o predomínio da ganância fácil, responsável pelas especulações financeiras que empobreciam o país mas enriqueciam algumas famílias e os banqueiros estrangeiros; e a instauração da violência como arma política.⁵³ Com isto Romero criticava diretamente algumas bases da política nacional, ou seja, a chamada "política dos governadores", instaurada por Campos Salles e seguida por Rodrigues Alves e Afonso Pena, que dava total autonomia para que as oligarquias estaduais tomassem o poder nos estados e compusessem suas bancadas no parlamento sem intervenção federal, em troca do suporte aos presidentes eleitos, e os *fundings loans*, empréstimos dos bancos internacionais para o governo federal equilibrar suas finanças e manter o câmbio favorável em troca da cessão da exploração das rendas alfandegárias, de impostos e de linhas de trens.⁵⁴ Mais ainda: Romero citava os constantes problemas da cultura do café, do abandono de outras culturas tradicionais como a do açúcar, a demasiada preocupação com o déficit público, etc. Não restava, para ele, pedra sobre pedra em termos da orientação política e econômica do país sob os governos republicanos e sob as elites que detinham o poder.

O incômodo certamente foi enorme durante a fala de Romero. Testemunhos da época afirmam que na aflição por minorar o escândalo de estar a Academia submetendo sua assistência, composta por deputados, senadores, ricas senhoras, altos funcionários públicos e o presidente da República ao vexame de uma descompostura pública, Medeiros e Albuquerque, secretário-geral interino, tentava desanuviar o ambiente chamando a atenção

⁵² Idem, *ibidem*, p. 320.

⁵³ Idem, *ibidem*, pp. 325 a 328.

⁵⁴ Sobre os *fundings loans* de Campos Sales, ver José Maria Bello, *História da República*, op. cit., pp. 195 a 209.

da platéia para si ao recolher as páginas que Romero ia lendo e rasgando-as em vários pedaços.⁵⁵ Depois de passada aquela noite a Academia instauraria a censura prévia dos discursos de posses, podendo o presidente ou o secretário-geral vetar partes ou o todo destes discursos e sugerir alterações, com o intuito de manter o decoro acadêmico.

Aproveitando-nos das sendas abertas por Euclides da Cunha e por Silvio Romero, podemos ler outros discursos também pelo viés da história e da política. Nestes casos, vamos ver como, apesar de estarem em um contexto de valorização da literatura como arte escapista, afastada da política, certos imortais aproveitavam o momento de construção do cânone literário, segundo tal concepção de literatura, para tecerem suas considerações pessoais sobre o passado político da nação.

Na noite de 18 de setembro de 1903, em mais uma das pomposas recepções da ABL, tomou posse da cadeira 40, vaga pela morte de Eduardo Prado, o romancista e contista Afonso Arinos.⁵⁶ Recebeu-o o consagrado poeta parnasiano Olavo Bilac. Neste seu discurso de recepção, Bilac, ainda que muito polidamente, discorda de algumas afirmativas feitas pelo novo imortal, discurso que será analisado mais adiante. Arinos havia defendido claramente as posições monarquistas de Prado, justificando seus panfletos críticos à

⁵⁵ Brito Broca, *A vida literária no Brasil - 1900*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Serviço de Documentação, 1956, pp. 74 e 75.

⁵⁶ Afonso Arinos de Mello Franco (1868-1916), advogado, iniciou sua carreira literária escrevendo contos, gênero em que criou suas melhores obras, para jornais do Rio de Janeiro em 1893. Tornou-se muito amigo de Olavo Bilac, quando este fugiu para Minas Gerais, por causa da repressão florianista de 1893. A pedido de Eduardo Prado, jornalista e fazendeiro monarquista de São Paulo, dirigiu, a partir de 1897 *O Commercio de São Paulo*, órgão do movimento restaurador. No início do século mudou-se para Paris, onde abriu um escritório de representação comercial de empresas brasileiras, não voltando mais ao Brasil. Seus livros mais famosos foram *Pelo sertão* (contos) e *O contratador de diamantes* (drama).

Eduardo Prado Paulo da Silva (1860-1901), de rica família de São Paulo, ensaiou uma carreira de jornalista, mas decidiu ir morar em Paris, onde abrigava constantemente literatos portugueses e brasileiros de passagem pela cidade, tais como Olavo Bilac, Afonso Celso, Rio Branco, Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão e outros. Tornou-se ardente panfletário monarquista após 1889, tendo alguns de seus livros apreendidos pelo governo. Também dirigiu o jornal do movimento restaurador *O Commercio de São Paulo*. Em meados da década de 1890 desentendeu-se com outras lideranças do movimento e retirou-se para sua fazenda no interior de São Paulo.

República vitoriosa em 1889. Apesar de Bilac também defender Prado, como um incompreendido nas suas convicções e mal julgado nas suas idéias, ataca o seu A ilusão americana, na qual teria exagerado os perigos da desnacionalização. Uma das principais críticas do velho monarquista era de que o regime presidencialista e federativo que o Brasil adotara na sua primeira constituição republicana nada tinha a ver com nossas tradições políticas, sendo mera importação alienígena do sistema norte-americano, que ele abominava. Bilac demarca bem de onde estava falando: achava que tal posição de Prado, avalizada por Arinos, representava nada mais do que um medo pueril que seria desmentido pelo desenrolar dos acontecimentos históricos, que, afinal, não teriam causado nenhuma perda de identidade da nação.⁵⁷ O mais interessante deste início de seu discurso é que, ao mesmo tempo que critica, procura conciliar e diminuir as diferenças políticas com os dois monarquistas, suavizando as tensões que daí adviriam.

Não quero saber [...] quais sejam precisamente as vossas opiniões em política. Em primeiro lugar isso pouco importa à Academia, à qual, como ao Paraíso e ao Inferno, por diversos caminhos se pode igualmente chegar. Há aqui lugar para todos os credos: e sob esta cúpula [...] ortodoxos e heterodoxos podem trocar o beijo da paz. Depois, não vejo que haja, para qualquer de nós, a necessidade de opiniões políticas; isto é uma bagagem pesada demais para quem se quer elevar às serenas regiões da Arte.⁵⁸

Bilac acha que o que assustava na realidade Eduardo Prado eram as lutas militares do início da República, as quais também Bilac condena, sob a pecha de “arruaças”, “intolerância”, “confuso grito de gargantas”. Mas, mesmo assim, ele lhe reprova o exagero, pois eram manifestações fadadas a desaparecer com o normal desenvolvimento do novo regime.⁵⁹ O mais interessante é que Bilac não citava um fato fundamental, que, com

⁵⁷ “Resposta do sr. Olavo Bilac”, in Discursos acadêmicos, op. cit., vol. I, pp. 175 a 177.

⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 177.

⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 178.

certeza, os ouvintes conheciam: Eduardo Prado foi um dos mais destacados panfletistas da restauração monárquica depois do golpe republicano de 1889. Da forma como o trata em seu discurso, tem-se a aparência que Prado apenas não concordava com os rumos do novo regime, como se fosse um adepto seu que apenas queria corrigir seu desvio de trajetória, quando sua incompatibilidade com ele era muito mais profunda. Com isso, Bilac concilia Prado com uma situação histórica com a qual não concordava, ao mesmo tempo em que retira do seu discurso uma série de implicações políticas que poderiam se afigurar muito incômodas, tal era a natureza radical do pensamento anti-republicano do ilustre morto.

Ainda respondendo a Afonso Arinos, Bilac procura justificar até mesmo a mudança de regime ocorrida em 89, defendendo a forma pela qual D. Pedro II foi apeado do trono. A ausência de derramamento de sangue naquela ocasião, ao contrário do que acontecia nos mesmos casos na história européia, seria um ponto positivo em favor da República, algo a ser valorizado, e não amaldiçoado.⁶⁰ Fica patente a tentativa de conciliação com os monarquistas ao tentar mostrar que a mudança de regime teria se dado sem traumas.

Por fim, para juntar esses pontos, revela como se expressava o projeto acadêmico, que deixava de lado a intervenção política como missão dos literatos, para se centrar na de caráter cultural de criação não só de uma identidade entre eles, mas de defesa de uma tradição literária a se firmar. Para tanto, ele diminui o potencial desagregador da política.

Não creio que haja regimes bons ou maus para a formação e fixação do caráter e da grandeza de um povo. E não sei como possamos ainda agora, - homens de um século que há de ver a vitória do socialismo - dar um sentido preciso a qualquer destes vocábulos: - monarquia ou república. A aspiração política da humanidade de hoje não cabe dentro de um círculo partidário; e o pensamento humano, cansado de controvérsias fúteis, sonha um progresso definido e claro, que os velhos rótulos dos partidos não exprimem. A República não podia destruir o que não estava feito. A verdade é que as boas ou más palavras dos agitadores, as boas ou más ações dos que governam com preocupações de partidos, têm uma influência quase nula sobre a sorte dos povos. E, em geral, todos os grandes

⁶⁰ Idem ibidem, p. 179.

reformadores tornariam a morrer de espanto, se, tendo ressuscitado, pudessem ver os frutos das idéias que semearam.⁶¹

Bilac aponta para algo maior que a política institucional, algo no qual os literatos poderiam influir mais eficazmente: a reforma cultural do país, através da defesa e fixação da língua brasileira, a criação de um respeito e amor pelas letras e pela circulação das idéias. Isso teria que ser feito numa nação que ainda se criava, que não tinha ainda completa a “nacionalidade” que Prado julgava defender, uma nação que se gestava no seu interior, tão distinto das cosmopolitas cidades do litoral, em um interior renovado pelas ondas imigratórias etc. Bilac usa o próprio exemplo de Arinos e de seus livros que tratavam deste interior, que captavam o seu caráter brasileiro, como prova de que a nacionalidade vivia sem interferência da política institucional, ao mesmo tempo que era possível aos literatos participarem ativamente da fixação deste caráter brasileiro: “Há em vossa literatura, ao lado de muita saudade, muita esperança: - larga ponte, batida de sol, lançada entre o passado e o futuro”.⁶²

Exaltando a obra de Afonso Arinos, Bilac não só desmente Prado, como tenta evidenciar que a literatura é parte atuante na definição da identidade nacional, e que, portanto, prescinde de participar da política institucional. Ela encontra outra via, mais rica e autêntica. Com isso ele também defende essa nova identidade para os literatos de definidores da nossa identidade nacional.

Esta esperança [de que a civilização chegará a todo o Brasil] - e, mais do que esperança, certeza - da glória e da grandeza da nossa nacionalidade, é o sentimento que a todos nos anima, nesta casa que vindes honrar. Aqui as almas se congregam para prezar o passado e para esperar com confiança o futuro.⁶³

⁶¹ Idem, *ibidem*, p. 179.

⁶² Idem, *ibidem*, p. 181.

⁶³ Idem, *ibidem*, p. 185.

Aqui temos o fecho de ouro do discurso, que junta tudo acima. A ABL era o recanto onde, através da criação de uma linhagem literária brasileira, os literatos contribuiriam para a definição de nossa nacionalidade, ao mesmo tempo que a sua entrada para a civilização, uma vez que a arte era aquele cume que definia os povos avançados daqueles ainda em formação. O Brasil ainda caminhava para esta civilização, e era por isso que a ABL era tão importante.

Movendo-nos para adiante no tempo, chegaremos à data de 6 de setembro de 1910, quando o jurista e ministro do Supremo Tribunal Federal, Pedro Lessa, era recebido na vaga deixada por Lúcio de Mendonça. Seguidas as formalidades de praxe naquelas ocasiões, iniciaram-se os discursos.

Pedro Lessa começou sua participação elogiando a obra poética de Lúcio, escolhendo para tanto suas poesias de amor. Lembrou também as poesias “de combate”, escritas na década de 1870, quando o republicano Lúcio de Mendonça escrevia sátiras ao regime monárquico e à instituição da escravidão. Segundo Lessa, elas foram quase que um erro, pois os ataques de Lúcio à monarquia escolheram um alvo menor do que ele imaginava, um fantasma que não existia. O monarca não era um tirano, um déspota antidemocrático que viesse a despertar o ódio dos poetas patriotas como Lúcio. Nosso último imperador era o oposto deste tipo de figura. Desqualificando a crítica à monarquia, Lessa acaba “esquecendo” que o poeta e jurista também havia atacado a escravidão. Como lembrar disto acabaria valorizando suas sátiras políticas, o ministro do STF omite-as, ficando apenas com os poemas contra o imperador, mais fáceis de serem desqualificados.

Feita esta ressalva a Lúcio, Lessa passa a comentar muito brevemente nossa história política.

Do que todos se queixavam, era da ausência nos partidos políticos de idéias bem acentuadas, servidas por caracteres fortes e resistentes. Esse mal a República se encarregou de provar que não era devido ao regime político, mas ao nosso atraso intelectual, e talvez a outras causas ainda menos confessáveis.⁶⁴

Lessa, com cautela, se utiliza de Lúcio para continuar avaliando a história. A justificativa aparente é que Lúcio não foi um grande escritor. Não foi um artista.

Não se procure nos contos de Lúcio uma observação paciente, trabalhados exames psicológicos, que denunciavam uma investigação aturada, longa, poderosa, o estudo profundo, que nos dá os tipos compreensivos, a intensa preocupação artística, um conjunto sistemático. São quadros da vida, desenhados com dois traços leves, a reproduzirem rapidamente, em um estantâneo, caracteres e fatos, não raro vulgares, as alegrias fugazes de todos os dias, e as decepções, as tristezas, as dores comuns, que compõem o tecido da existência humana.⁶⁵

Ou seja, o significado de Lúcio não estava aí, mas na história, onde ele teria jogado um papel importante. Lúcio abria para Lessa a porta para a análise de um período passado do país.

Republicano fogo e intransigente, aos que têm notícia desse período da história dos nossos partidos políticos não é difícil conjecturar [...] o que foi o ardente jornalista. Havia então um documento político, em que se compendiam as idéias aceitas por todos os adeptos da forma republicana: o manifesto de 3 de dezembro de 1870. Para esse decálogo do início da propaganda democrática duas reformas sublevavam todas as outras, por se reputarem a expressão das mais prementes necessidades políticas do país; a abolição do poder moderador, apontado como causa primordial, senão única, de todos os nossos males sociais, elimináveis pela atividade política, e a instituição do regime federativo, que se afirmava ser imposto pela natureza, pela topografia do Brasil, pela diversidade de zonas em que se divide, climas vários e produções diferentes. Desses dois pontos essenciais o novo credo político de então era a crítica do poder moderador, teórica e praticamente examinado, a tarefa absorvente da imprensa democrática. O regime federativo, por quase todos os republicanos ardentemente almejado, por quase nenhum era estudado, ou conhecido, superficialmente sequer. Eis uma verdade, da qual nos têm ministrado provas abundantes as vacilações, os avanços e recuos, e os desvios dos três poderes constituídos, o legislativo, o executivo e o judiciário. Com a mesma descuidosidade quanto ao presidencialismo, que nunca foi objeto de um estudo comparativo, aliás imperiosamente exigido pelo método positivo, o único hoje aplicável ao conhecimento dos fenômenos sociais, propugnavam não poucos a adoção desse sistema.⁶⁶

⁶⁴ “Discurso do Sr. Pedro Lessa”, in *Discursos acadêmicos*, op. cit., vol. II, as duas citações na p. 171.

⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 177.

⁶⁶ Idem, *ibidem*, pp. 175 e 176.

Apesar de falar desse estudo necessário, ele não vai mais além dessa crítica superficial. Ele parece impedido pelo momento, pela cerimônia. Sua crítica fica pela metade. Mostra como a política forçava a porta e como os discursantes tentavam evitar sua aparição. Ao mesmo tempo, deixa de avaliar a importância de Lúcio de Mendonça no dito período histórico, ou, ao menos, de mostrar como ele se inseriu nele, inclusive por que omite seu posicionamento, enquanto poeta, contra a escravidão, ficando somente no “erro” de ter sido um crítico pessoal do imperador. Lessa mantém uma distância segura, evitando com isso posicionar-se mais claramente, como se a história estivesse morta e pouco significado tivesse para o momento atual, ou seja, para aqueles idos de 1910.

Mas se neste caso havia a tentativa de se diminuir a história política, em outros casos esta mesma história representava um forte motivo pessoal para a demarcação de posições dos discursantes.

Assim é o caso de três outros discursos: dois de Afonso Arinos e um de Carlos de Laet.

Afonso Arinos discursou duas vezes na Academia: uma na sua própria posse (1903) e outra na posse do Almirante Jaceguai (1907). Em ambos os casos ele deixou claro a sua adesão ao regime deposto pela República. Sem dizê-lo com todas as letras, nos dois casos o romancista e contista defende a monarquia de tal forma e sem necessidade aparente, que para todos os que o escutavam ficava claro o cunho político das suas orações. Sendo muito mais rico neste aspecto, fiquemos apenas com o exemplo do discurso pronunciado na sua própria posse.

Naquela ocasião Arinos teve que falar de duas figuras políticas por excelência, o seu patrono visconde do Rio Branco e o antecessor Eduardo Prado, que, segundo ele, eram figuras muito diferentes, “duas forças opostas apenas para a constituição de um equilíbrio, concorrentes, pois, para o mesmo fim”.⁶⁷ Um amava o futuro, o outro o passado. Arinos passa, portanto, a analisar o comportamento político de cada um.

Rio Branco, português de nascimento, era da época de decadência do Antigo Regime português (início do século XIX), de revoluções e da emancipação do Brasil frente à metrópole lusitana. Entretanto, apesar de sua origem e da época, adotou o liberalismo e o nacionalismo, como, neste último caso, uma contrapartida ao expansionismo imperialista europeu. Ambos foram defensores deste ponto de vista, cada um à sua maneira: Rio Branco, por viver numa época ainda conservadora, pensava nas mudanças; Prado, por viver numa época de mudanças que desprezavam as tradições, período de “monomania de reformas”, lutava pelo passado. Assim, defendendo os dois, ao afirmar que lutavam sinceramente por suas convicções, chega a dizer que o conservadorismo de Prado era um “amor por nossa nacionalidade”. Ele achava que éramos descendentes diretos da civilização lusitana, que deveríamos continuar a história portuguesa na América. É por isso que atacou a República e sua constituição, por achar que era uma importação norte-americana que não cabia em nossa terra, que não se coadunava à nossa raça e modos. Indo neste rumo, Arinos acaba denunciando os jacobinos dos anos 90 do século XIX que atacavam a presença portuguesa no Brasil, num nacionalismo violento e extremado, ao mesmo tempo que importavam instituições francesas e ianques sem a mínima crítica. Mais adiante, Afonso Arinos se aprofunda mais no tema:

⁶⁷ “Discurso do Sr. Afonso Arinos”, in *Discursos acadêmicos*, op. cit., vol. I, p. 141

[Eduardo Prado], no meio do naufrágio das nossas instituições peculiares, das nossas tradições mais puras e quem sabe se da nossa raça, agarrou-se ao passado sem receio de que o arrastasse a torrente vitoriosa e protestou contra a imposição do sistema federativo e presidencial do Brasil. Foi um erro de Eduardo, dirão muitos. Quem o sabe? Não há medida exata, ou, pelo menos, reconhecida para as forças sociais; como as marés, estão em contínuo fluxo e refluxo e nunca as praias puderam marcar o limite real atingido pelas vagas no preia-mar.⁶⁸

Creio que o parágrafo deixa claro o monarquismo de Arinos, pois não só ele justifica Prado, como tenta mostrar que os vencedores de hoje (os republicanos) poderiam ser os derrotados de amanhã, e que a República não era uma fatalidade histórica. Além disso, denuncia os republicanos mais exaltados, bem como a forma federativa adotada pelo novo regime.

A seguir ele passa o resto do discurso, ou seja, a sua outra metade, descrevendo a fazenda de Prado, para levar os ouvintes até a sua “intimidade”. Eduardo Prado era um rico fazendeiro do oeste de São Paulo e para lá se recolheu após tentativa frustrada de manter um jornal monarquista, *O Commercio de São Paulo*, que foi empastelado por jacobinos em 1897, quando da derrota da coluna do coronel Moreira César em Canudos. Na época era quase uma versão oficial que os habitantes do arraial baiano eram monarquistas pagos a soldo de “forças ocultas” para a reimplantação do regime deposto em 1889. Prado chegou a ser listado como um dos seus financiadores. Em todo o caso, a ruptura que as longas e impressionistas descrições que Arinos faz da bucólica moradia de Eduardo Prado causam no texto é muito importante. Embora a primeira parte não seja um panfleto ou uma declaração de princípios militante, parece ter o intuito de amaciar o cunho político que a análise das figuras dos dois homens da monarquia poderia trazer. É como se apenas enunciar e tratar de história política já fosse perigoso em si mesmo. Como era impossível não tocar no tema,

⁶⁸ Idem, *ibidem*, p. 156.

Arinos optou levantá-lo e sutilmente marcar sua posição: ele mapeia seus pontos de contato com Eduardo Prado e, em seguida desanuvia o ambiente com as descrições do seu retiro. Mas se, por um lado, isso cria uma certa empatia com seu antecessor, também acaba por evidenciar o quanto ele estava isolado, por conta de suas posições políticas. Seria uma metáfora do fim do movimento monárquico como ameaça. Desta forma Afonso Arinos se conciliava com a maioria republicana na Academia e não melindrava o presidente da República, Rodrigues Alves, presente naquela sessão solene.⁶⁹

Já o polêmico Carlos de Laet não teve tantas papas na língua. Fiel à sua conhecida postura um tanto quixotesca de “último baluarte” do movimento monárquico no país, fez um discurso que destoou muito das praxes acadêmicas, não tanto pela defesa de um ponto de vista político, algo que vimos ser possível se feito sob uma capa de dissimulação, mas pelo tom adotado. Tratava-se da posse do general Dantas Barreto, em 1911, que vinha substituir Joaquim Nabuco na cadeira 27.

Laet já inicia de forma irônica, deixando antever o teor do discurso, que mistura críticas ao antecessor de Dantas e uma defesa da instituição monárquica. Dantas dissera, humildemente, que ao votarem nele tinham escolhido representar o exército e não a sua obra literária. Ao que responde Laet:

O triunfo agora é vosso, e todo vosso, porque entre nós, os homens de letras, a vitória do exército já desde muito se pronunciou, e com alguns eventos célebres, sem as rudezas sangrentas de um combate, e muito mais filosoficamente por um concerto de adesões.⁷⁰

⁶⁹ Na posse de Jaceguai, a 9 de novembro de 1907, Afonso Arinos aproveita a ocasião e criticou o antecessor do velho marinheiro, Teixeira de Mello, por ter este culpado a monarquia e D. Pedro II pelos desastres iniciais do Brasil na guerra contra o Paraguai, sob a acusação do desprezo daquele pelo exército, o que teria permitido que os paraguaios tivessem coragem de nos atacar. Arinos responde que não se podia culpar apenas uma pessoa pela guerra. Na realidade, argumenta ele, a culpa era toda dos paraguaios, povo belicoso por natureza. Por fim, Arinos valoriza o esforço de guerra brasileiro como uma conquista da monarquia, que venceu um exército mais poderoso e bem armado. Ver “Resposta do Sr. Afonso Arinos”, in Discursos acadêmicos, op. cit., vol. II, pp. 29 a 32.

⁷⁰ “Resposta do Sr. Carlos de Laet”, in Discursos acadêmicos, op.cit., vol. II, p. 209.

O trecho literalmente se refere ao golpe da República em 89 e à participação dos literatos no movimento republicano. Entretanto, tirando a última parte da frase, a que se refere à adesão “filosófica” dos escritores à República, o trecho fica ambíguo, pois também pode ser interpretado como uma ironia de Laet às perseguições florianistas dos anos de 1893 e 94, quando vários literatos tiveram que deixar a capital do país para se refugiarem da polícia e do exército, daí resultando sua pretensa “vitória”.

Segundo esta vereda, Laet critica o próprio Dantas, contestando a parte de suas memórias nas quais descreve o desamparo do exército no início da Guerra do Paraguai. Laet diz que ele não foi imparcial, pois indiretamente culpava D. Pedro pelas péssimas condições em que ele se encontrava. Segundo o polemista, o monarca não desprezava o exército. O que houve foi a surpresa do ataque paraguaio, que, militarmente superior, conseguiu desorganizar momentaneamente as defesas brasileiras, não havendo nisso nenhuma responsabilidade do imperador.

A seguir, para não constranger demais o novo imortal, elogia a imparcialidade que haveria na narração das revoltas do início da república, quando Dantas teria presenciado a desorganização e despreparo das fileiras militares. Laet aproveita esta parte de suas memórias para mostrar que também na República o exército sofria com a falta de preparo e de atenção. Não seria, portanto, a monarquia a responsável por suas mazelas.⁷¹

O conflito entre a postura esperada numa posse e a adotada por Carlos de Laet vai ficando cada vez mais evidente, até ser exposta no trecho a seguir:

Em salões de baile não se entra com armas de guerra. Eu por isso deixei lá fora a minha escopeta de livre atirador. Basta-me aqui dizer que na vossa epanáfora assistimos a um dos muitos atos em que

⁷¹ Idem ibidem, p. 213. Sobre o elogio à narração de Dantas Barreto, ver pp. 212 e 214.

se tem desdobrado a peça federativa; compreendemos o estado da alma das populações ignaras, trabalhadas por paixões violentas; e nos lúgubres disparos que ali terminaram o pleito, reconhecemos entristecidos, quanto ainda nos falta para o tranqüilo gozo da liberdade.⁷²

É só depois dessa concessão, que na realidade é pura retórica da sua parte, que Laet chega na figura de Nabuco, seu desafeto desde o final da década de 1890.

De início o chama, sem usar o termo, de vaidoso. Como alguém que adorava e se impressionava muito facilmente com as bajulações, estava aí o germe da sua aceitação da República. Como se sabe, Nabuco aceitou em 1899 o pedido do governo de Campos Sales para ser o advogado brasileiro junto ao rei da Itália na questão da disputa com a Inglaterra por limites territoriais com a Guiana. Carlos de Laet nunca perdoou o antigo abolicionista por ter se posto a serviço da República e, sempre que pôde, fustigou-o por causa do que chamava de traição. Assim, ele logo assinala no seu discurso que desde aí eles se separaram. Consciente do caráter de elogio do discurso, assim se justifica:

Senhores, eu falo em uma assembléia de filósofos que, para os casos difíceis conhecem admiráveis saídas, alçapões silogismos, pontes de argúcia sobre abismos de fatos; em um cenáculo de literatos que, fascinados pela forma, para a segunda plana [sic] relegam impertinências da moral; estou rodeado de jornalistas, cuja obra-prima é esse palanque de neutralidade sobre todas as opiniões; mas aqui também haverá soldados e por eles quero ser julgado.

Imaginaí, general e confrade, que apenas sois uma praça de pré, sentinela postada nas linhas extremas de um acampamento, após temeroso desastre que vos impõe dobrada vigilância... A noite é escura - e bem escura aquela em que ainda nos achamos, pois anoiteceram os princípios e bruxuleia a fidelidade aos ideais... Súbito, um vulto transfoge. Fitaís a escuridão por lóbrigar quem seja... Não, não se trata de um simples subalterno. Discernis as insígnias de alto posto. É um chefe, um chefe querido, que vai levar os adversários o contingente do seu mérito, e talvez o segredo da vitória... Levais arma à cara e fazeis fogo... Francamente, general, vós tereis feito o mesmo - e foi o que eu fiz.⁷³

A metáfora era agressiva e desrespeitava, pelos padrões acadêmicos, a figura de um imortal tão importante para a instituição, como era a do seu primeiro secretário-geral. Tanto

⁷² Idem, *ibidem*, p. 216.

⁷³ Idem, *ibidem*, p. 221.

foi assim que já no dia seguinte a imprensa registrou o fato como um pequeno escândalo e José Veríssimo escreveu para o *Jornal do Commercio* deixando claro que as opiniões de Laet não eram embasadas pela Academia, sendo de estrita responsabilidade do polemista.⁷⁴ Pelo visto, ficava bem claro para quem quisesse ouvir que na Academia a história e a política continuavam a fazer parte do seu cotidiano, mesmo com todas as tentativas em contrário.

Muito antes de estes acontecimentos ocasionarem um pequeno distúrbio na imagem da instituição, um outro discurso, ainda que nunca lido pelo seu autor, evidenciava a tensão entre um projeto desvinculante da literatura face à política e a realidade dos intelectuais da época, que não conseguiam - ou efetivamente não queriam - separar as duas esferas.

O médico Francisco de Castro⁷⁵ foi eleito em 1898 para a cadeira deixada por Taunay⁷⁶, mas nunca tomou posse, pois faleceu logo após. Antes de morrer, deixou o seu discurso escrito, que foi publicado no *Jornal do Commercio*, a 17 de setembro de 1902. Nele, era obrigado pela situação a falar de um literato que teve uma longa carreira política. Assim, não escapa de ter que avaliá-lo sob este prisma. Para evitar o incômodo da inserção do tema em uma análise literária desta figura, elogia-o através do cunho patriótico exaltando sua atividade parlamentar. Nela, ele detecta a superioridade de objetivos, a ausência de mesquinhezas pessoais e de violências entre adversários, a abnegação e o amor aos princípios morais. Tais características não se restringiriam à figura de Taunay, mas a todos os representantes do Império, compondo uma época de elevados espíritos e de instituições

⁷⁴ Ver Brito Broca, *A vida literária no Brasil - 1900*, op. cit., pp. 75 a 78.

⁷⁵ Francisco de Castro (1857-1901), médico, foi diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e do Instituto Sanitário Federal. Publicou em 1878 um livro de poesias prefaciado por Machado de Assis, *Harmonias errantes*. Colaborou com a *Revista Brasileira* e escreveu livros sobre medicina legal e outras áreas médicas.

⁷⁶ Alfredo d'Escagnolle Taunay (1843-1899), político do Império, foi deputado geral, senador e presidente das províncias de Santa Catarina e do Paraná. Também pertenceu ao exército, combatendo na Guerra do Paraguai, cujo relato, nas páginas do *Retirada da Laguna* (1872) o lançaram ao estrelato. Escreveu também, entre outros romances, o famoso *Inocência* (1872).

regulares e profícuas.⁷⁷ Esse tipo de visão só lhe era possível por que fazia uma dicotomia entre boa e má política, conceitos que passa páginas definindo e classificando.

Para Francisco de Castro os assuntos “puramente políticos” são aqueles nos quais se movem as “convenientes imediatas e momentâneas”. A boa política, termo que ele não usa, mas que deixa subentendido, seria aquela que, impulsionada pelas “forças intelectuais de uma nação”, leva as massas a tratar dos problemas sociais, na qual se

encerram as aspirações universais do espírito livre, congregam as energias do espírito novo na sua obra de renovação e de progresso, de redenção e de paz; servem a necessidades superiores, infundem [...] nas defesas da vida e nas conquistas do bem, o entusiasmo dos princípios filantrópicos, o sopro das reações liberais, a luz da Providência, a voz do coração.

A melhor política é a que melhor governa, a que garante ao Estado a autoridade com que ele intima e se faz obedecer, a que suaviza as formas materiais da existência, a que espalha sobre os interesses gerais da nação os benefícios de uma administração vigilante. Mas as questões que importam ao regime interno do Estado e não têm outro alcance que o político, são sempre secundárias.

Qualquer que seja a solução delas, [...] em breve já o resultado não se faz sentir na ordem dos negócios públicos. Cabe ao estadista criar leis, organizar instituições, produzir reformas oportunas; mas, para que medrem as reformas, as instituições floresçam e imperem as leis onde impera a razão, não bastam os mecanismos da ação oficial; a função do político tem que fundir-se no ofício do filósofo, tem que manipular as idéias gerais do momento histórico, desenvolver tendências, remodelar costumes, consolidar as estruturas morais do país, atuar na vontade dos homens com o peso dos princípios naturais, a força irresistível das coisas. Aluir e converter, desagregar e recompor, talar e reconstruir, eis a fábrica de grandeza faraônica, tarefa de gigantes com que não podem mãos pigméias.

De observadores profundos e pensadores tenazes é privilégio o tino político.

Não chamarei tal a essa tática a que os partidos se socorrem em busca de posições perdidas; habilidosa tática, útil, até, se quiserem, para as almas desocupadas e frívolas, que encaram no instinto da conservação, no amanhã das vantagens pessoais, na satisfação dos sentimentos egoístas, o requinte do civismo, o nervo dos movimentos democráticos, o freio das veemências demagógicas, o supremo quilate do bom senso, a mais fina expressão da vida intelectual.

Não se confunda o exercício desses estratagemas mais ou menos vulgares, sem correção nos seus meios nem elevação nos seus fins [...]; não se confundam esses processos de partidismo estreito com a sabedoria política, inexorável martelo das facções, escola das devoções patrióticas, dos deveres incorruptíveis, dos serviços desinteressados, [...] que sabe desentranhar das situações difíceis [...] germens de prosperidade, elementos de ordem, meios de governo.⁷⁸

Vê-se claramente que, para ele, a política sã é aquela levada sob o signo da administração, que, como bem mostrou Sidney Chalhoub, é encarada na época não como

⁷⁷ “Discurso de recepção do Dr. Francisco de Castro”, in *Discursos acadêmicos*, op. cit., vol I, p. 75.

⁷⁸ *Idem*, *ibidem*, pp. 70 e 71.

uma atividade política, que lida com tais interesses “mesquinhos”, mas uma profissão intelectual e científica que aponta de forma neutra o caminho a ser seguido pela sociedade.

⁷⁹ O interessante do trecho é que Castro não faz sua análise a partir de um ponto de vista político claro, historicamente marcado. Ele não se define, embora haja momentos em que fale de “pensamento positivo”, em “ordem”, mas também em pensamento “liberal”. Ao mesmo tempo ele não exemplifica sua análise com fatos históricos. Sua fala se refere a todos os lugares e tempos. Ele só vai fincar seu pé na realidade com o próprio Taunay - sem, contudo, contrapô-lo à sua época e a outras figuras políticas - e com uma análise ampla da nossa “nacionalidade”.

Quanto a este ponto, Castro tem uma visão pessimista. Para ele, a nossa “personalidade cívica” era formada por influências maléficas seculares, que não nos levavam a pensar e estudar - a base da boa administração - mas a permitir os desmandos do “antropocentrismo do poder”. Ou seja, acabava permitindo que somente os interesses pessoais gracejassem. ⁸⁰

Logo a seguir, Castro passa a dissertar sobre a tal administração dos problemas sociais.

Ciência perfeita não é, nem tão cedo será a política, em nenhum ponto da terra. Mas partindo de fatos experimentais e transcendentais, regendo-se por leis positivas, seguindo na sua carreira tormentória a razão como luzeiro e o coração como bússola, há de tocar as raíais da perfeição, avançar até as regiões serenas da fraternidade e da justiça, ungir a consciência dos povos no fanatismo do direito [...]

Quando assim for, terão amanhecido para a ciência os seus dias de gala. Admirável resolução essa que, para refundir a ordem dos fatos, substituir as rivalidades e as paixões estreitas pelos impulsos da abnegação, a superficialidade e a hipocrisia pelos estudos sérios, pelas convicções evisceradas, pelos entusiasmos ardentes e puros, leva o ferro e o fogo da propaganda, enverga a armadura dos princípios, bate a estacada no campo das consciências. ⁸¹

⁷⁹ Sidney Chalhoub, *Cidade febril - cortiços e epidemias na Corte Imperial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

⁸⁰ “Discurso de recepção do Dr. Francisco de Castro”, op. cit., p. 71.

⁸¹ Idem, *ibidem*, p. 72.

O trecho demonstra claramente como o discurso se preocupa em definir uma política. O mecanismo é muito comum aos discursos acadêmicos e também à época: demonizar as disputas e o sistema de partidos, que comporiam a politicagem típica da nossa vida pública. Em outras palavras, procurava-se despolitizar a política institucional. Embora devendo elogiar o literato Taunay, Castro não se constrange em analisá-lo sob este outro prisma, inserindo a história na sua oração.

Finalmente ele volta à história política, ao elogiar parte da classe dirigente imperial, por ter pertencido à estirpe dos estadistas que pensavam e estudavam os problemas sociais. Lembra o papel do visconde de Rio Branco na lei do ventre-livre (1871), tratada por Castro como um exemplo de reforma social que buscava levar a nação à prosperidade, desenvolvimento e fraternidade. Com relação a Taunay, lembra como exemplo dos seus “princípios mais adiantados da administração pública”, a defesa da imigração estrangeira, como forma de nos civilizar, trazendo para cá os elementos europeus que [nos embranqueceriam] e nos dariam o amor pelo trabalho, necessário para nossa evolução como nação. Como outro exemplo deste espírito patriótico em Taunay, nosso imortal cita sua defesa do casamento civil e da separação da Igreja do Estado, princípios da liberdade, da igualdade e da tolerância. Castro encara, como dissera no início, estes casos não como problemas políticos, mas sociais. Ele não analisa neles as articulações, os debates, as divisões, os partidarismos, mas aquilo que estaria na sua essência: reformas do tecido social necessárias para o progresso da sociedade entre as nações civilizadas e livres, exemplos de avanço mental.⁸²

⁸² Idem, *ibidem*, pp. 76 e 77.

Apesar da centralidade do tema da política em seu discurso, nota-se uma preocupação em não haver um envolvimento pessoal do autor com relação à história. Francisco de Castro trata Taunay do ponto de vista do patriotismo, esquecendo de realçar a dimensão do debate na sua análise da sua carreira parlamentar e da história política do segundo reinado. A trama composta pelas lutas que envolveram os temas destacados acima (casamento civil, imigração) e outros tantos (como a abolição da escravidão) é apagada, tornando a história do Brasil no referido período algo sereno e até mesmo belo. Um bom exemplo é a maneira como Castro consegue conciliar um monarquista como Taunay com a República. Segundo o autor, Taunay teria defendido fielmente os princípios do Partido Liberal, que, quando no poder, pouco os teria implantado.

Só com a República teve esse corpo de idéias a sanção definitiva; a adaptação foi instantânea[...].

[...] se o que contradistingue as formas de governo não são as designações que as revestem, senão o seu intrínseco mecanismo, isto é, a natureza de suas leis, a qualidade de suas reformas, a filosofia da sua política, os instrumentos do seu progresso, então posso proclamar que jamais tivemos têmpera menos monárquica que o Visconde de Taunay, que em nenhum coração se guardou coração com mais desvelo a flor intemerada do sistema republicano. Desprezador era ele das formas da República, e por isso viveu e morreu iluso na fidelidade da tradição monárquica; seguidor intransigente, entretanto, sempre foi do mais puro republicanismo, propagandista das suas virtudes, sacerdote dos seus princípios [...].⁸³

Taunay era um exemplo para todas as gerações, não importando para isso o seu amor pela monarquia, pois foi mais amante da justiça, da liberdade, foi um patriota, estudioso e intelectual que enxergava longe a resolução dos problemas sociais.

Parece que para Castro há uma dicotomia clara e definida: existem os problemas políticos, que são os de ordem de como se manter no poder e manipular as esferas de decisões, marcados portanto pelo personalismo e pela mediocridade de princípios, e há os problemas sociais, que são as leis, reformas e atos que visam solucionar impasses da

⁸³ Idem, *ibidem*, pp. 78 e 79.

sociedade como um todo. São, portanto, regidos pela razão e pelo bem comum. Num lado está inscrito “partidos”, no outro “sociedade”.

Francisco de Castro também faz uma análise superficial do Retirada de Laguna, junto com Inocência, a obra mais conhecida do visconde de Taunay. Castro esconde seu elemento de crítica ao comando militar brasileiro da campanha da Guerra do Paraguai, preferindo, em troca, valorizar seu caráter militar-épico, como se fosse uma obra universal, que tratava de um exército grego ou romano, e não dos fracassos do exército imperial na guerra contra os paraguaios. Assim é que, para ele, a obra só importa pelo seu relato superficial de uma história patriótica e, portanto, bela.⁸⁴

Por fim, Castro, deixando a figura do romancista e voltando às teorizações, defende a idéia de que o escritor não deve se fazer apenas baseado em sua imaginação e lirismo, mas no estudo das correntes de pensamento, notadamente das ciências, de sua época, pois, como elas, “também as letras não se contentam com espíritos de segunda ordem, inteligência de segunda luz”. É aqui que insere sua visão final da identidade literária, que baliza suas palavras anteriores sobre a boa administração como fruto da inteligência e do estudo. Ou seja, mesmo se ele evita uma análise política da literatura de Taunay, ele não vê incompatibilidade entre a figura de um literato e a de um político, se esta seja patriótica.

O cenáculo das letras é com efeito o teatro das maiores prerrogativas e excelências do espírito humano. [...] aí se encontra a região das águias. A mediocridade ainda alguma vez alcançará imperar no mundo sob as formas santas da democracia; não lhe custará vencer, porque é o número, é a massa, é a força, é o peso esmagador e bruto; [...] instituições, costumes, leis, fundações, sólidas ou caducas, tudo poderá impor ou derrotar, mas nunca terá nas mãos o governo das letras. No âmbito delas as almas sobranceiam a condição do terreno, embebem-se nas alturas incorruptíveis; refugiam-se nas paragens que a imaginação povoa e o mistério ilumina; banham-se nas auras fagueiras de outros céus e de outros horizontes.

Com o elemento mediocre começa a ação corrosiva [...]. É o momento das aberrações literárias; os levitas abandonaram o santuário poluído; fecham-se para a arte as perspectivas frementes de luz e de vida [...].

⁸⁴ Idem, *ibidem*, pp. 80 a 82.

A vulgaridade não vai com o espírito literário; são entidades contrapostas; ele é um poder aristocrático por excelência; ela é por excelência um poder nivelador; e a nação em cujas letras frutificar o germe da mediania, é um organismo liquidado.⁸⁵

O discurso de Francisco de Castro busca valorizar a literatura como arte, enquanto maldiz a política. Também valoriza a administração e o patriotismo, que era o que deveria substituir a política. Entretanto, dedica mais tempo à figura política de Taunay do que à sua contraparte literária. Ao mesmo tempo, tentando diminuir o efeito da análise política no discurso, joga-a para níveis abstratos. Sua crítica só se baseia na realidade, na época de Taunay, quando é para elogiá-lo ou como um exemplo das suas análises de conceitos. A falta de profundidade e de novidade em seu discurso, uma vez que o elogio de Taunay era obrigatório, se deve ao impasse em que o autor se põe desde o início: falar da política sem politizar o discurso. Ele demonstra assim o problema que estava se gestando na ABL de retirar da obra literária as referências à política. Como vimos no primeiro capítulo, isso significava coisas distintas para alguns acadêmicos. Enquanto a maioria que defendera a Academia nas páginas dos jornais falava de uma total e abrupta despolitização, Nabuco, em seu discurso de fundação, lembrava aos escritores que “para a política pertencer à literatura e entrar na Academia é preciso que ela não seja o seu próprio objeto; que desapareça na criação que produziu, como o mercúrio nos amálgamas de ouro e prata”.⁸⁶ Pelo que se viu neste capítulo, os imortais compreenderam também de várias formas a proposta do abolicionista. Uns preferiram eliminar qualquer referência a ela, outros a camuflá-la, outros a seguir o conselho e inserirem-na de soslaio, deixando nas entrelinhas os motivos políticos, embora na superfície tratassem de literatura e de arte, e, por fim, houve aqueles que resolveram ignorar a proposição e fazer dos motivos políticos o motor de suas falas.

⁸⁵ Idem, *ibidem*, p. 86.

⁸⁶ “Discurso do Sr. Joaquim Nabuco”, in *Discursos acadêmicos*, op. cit., vol. I, p. 19.

Agora que o leitor deve estar cansado de tantas frases floreadas e retumbantes, tão cheias de sentimento e de altas concepções artísticas, permito-me concluir o capítulo.

Como espero ter deixado claro, os acadêmicos tentaram construir uma nova identidade para si através da despolitização da literatura, por eles tratada quase sempre como “arte”. Pudemos ver como os discursos, e, por conseguinte, o projeto acadêmico eram ambíguos e contraditórios. Ao mesmo tempo que prezavam a cordialidade, a confraternização e a conciliação entre os literatos como única forma de levarem adiante a projeção da literatura na sociedade brasileira, deixavam entrever o quanto lhes era impossível deixar de lado a história, a política, as divisões em escolas literárias, enfim, um forte liame com a sociedade.

Através destas fontes é possível ver uma estratégia bem definida. Com o intuito de fazer crer a todos, desde os próprios literatos, até os segmentos sociais que assistiam às cerimônias de posses ou que liam os jornais cariocas do período, de que a literatura era a mais alta expressão do espírito numa sociedade, ao mesmo tempo que o melhor testemunho da nacionalidade à qual pertencia, os discursantes teceram uma concepção de literatura como sinônimo de “Arte”. Para isso, procuraram exaustivamente distanciá-la da contaminação trazida pela doença da política no Brasil: os partidarismo, os personalismos, os interesses mesquinhos, as lutas fratricidas e a mediocridade de horizontes e a falta de patriotismo. Mesmo quando não se referiam explicitamente à vida pública brasileira, era aos seus males que respondiam, dizendo que a literatura não mais expressaria um posicionamento político dos literatos. Como consequência, para se evitar o contágio, pregavam um distanciamento com a história, com a realidade social na qual se encontravam os escritores. A tática para alcançar tal objetivo teve que se adequar à rígida formalidade das

sessões de posse: como os discursantes tinham que falar do passado, afinal a Academia era a mantenedora da nossa tradição literária e da memória dos nomes preclaros da prosa, da oratória, do ensaio e da poesia, tiveram que remeter suas arengas para as figuras mortas que compunham o panteão acadêmico. É por isso que em quase todos os casos citados ao longo deste capítulo houve uma omissão dos significados políticos dos literatos mortos a quem se tinha que homenagear. Nos casos em que tal omissão não ocorreu - e não foram poucos - sente-se o incômodo dos discursantes, obrigados a citar, elogiando; analisar, sem dizer tudo o que era necessário; historiar, conciliando ou omitindo.

Embora, pelos limites óbvios de meu trabalho, não possa ir muito longe, creio poder afirmar que é na Academia Brasileira de Letras que entra em cena no cenário intelectual a interpretação de que a literatura é uma “Arte”. No entender dos membros da nobre instituição, isso implicava que ela transcendia o seu tempo, que tratava de temas humanos e universais, buscando, através da beleza da forma, alcançar os sentimentos inerentes ao ser humano e, com isso, ultrapassar as barreiras de tempo e espaço alcançado a imortalidade, ou seja, nunca perder o seu sentido e ser compreensível a qualquer homem ou mulher que resolvesse se alienar de seus problemas terrenos e alcançar um mundo novo e superior. Por causa dos limites do meu trabalho, não posso afirmar que a ABL inaugura este tipo de interpretação. É quase certo que ela já existia e circulava entre os literatos brasileiros há muito tempo. Entretanto, antes da criação da Academia, os literatos também viam entre as suas funções um papel atuante na sociedade e uma missão política de participação na vida pública com o intuito de transformar o país. Isso se dava tanto no engajamento direto no sistema político do Império, quanto nas obras literárias, que possuíam um forte cunho de crítica social e de análise da nossa realidade histórica, do nosso passado e das alternativas

para o futuro. O que aconteceu depois de 1897 foi que a Academia unificou o novo modo dos próprios literatos delimitarem os horizontes da atividade literária, agora vista como uma Arte que escapava às estreitezas mesquinhas da vida da nação para se centrar em um novo objeto: o ser humano, a natureza dos nossos sentimentos universais, a psicologia, o transcendente... Apesar de não me ser possível avaliar o quanto de novidade havia na formulação do projeto acadêmico, creio poder dizer que, ao menos, ele conferiu a essa teoria uma força renovada e uma centralidade inusitada.

A fragilidade do projeto da Academia pode ser visualizado nos discursos tratados neste capítulo, pois, muito embora se apresentassem como a louvação dos grandes nomes que faziam - ou deveriam vir a fazer - parte do cânone literário brasileiro, pregando a imortalidade das figuras neles tratadas, e, apesar de que estes mesmos discursos se propunham a ser peças literárias autônomas, pois tratavam de pessoas que transcendiam o seu tempo, podemos ver como são, no fundo, peças datadas, peças que falam do momento em que forma escritas. A história e a política, expulsas do corpo acadêmico, insistiam em provar que não eram tão fáceis de serem removidas das mentes dos literatos do início do século. Esta era uma lição que não foi por eles aprendida, levando-os, quando se depararam pela primeira vez com uma atividade coletiva de cunho “literário” e “técnico” (a reforma ortográfica), a repetirem quase todas as mazelas que diziam fazer parte da nossa pobre vida política, vida que tinha mais a ver com eles mesmos do que imaginavam.

MESQUINHEZAS IMORTAIS

Oh! ser imortal em vida! há razão que resista a esse abalo?

Olavo Bilac

Não faltam destas mesquinhezas no mundo dos chamados intelectuais.

José Veríssimo

Apesar de imortais, as fileiras acadêmicas sempre foram constantemente abatidas pelo falecimento de seus membros. Como consequência deste desagradável percalço, a Academia tinha (e ainda tem) nas eleições para o preenchimento de suas vagas um momento especial que mobilizava os acadêmicos mais envolvidos com o cotidiano da instituição. Para ser mais preciso, pode-se dizer sem sombra de dúvida que uma eleição era o assunto mais palpitante a agitar a Academia nos seus primeiros dez anos, nos quais, por falta de uma sala própria para abrigar as suas reuniões, o grêmio dos imortais se reuniu poucas vezes e não conseguiu levar adiante seus trabalhos de organizar um dicionário biobibliográfico dos escritores brasileiros, um outro sobre os termos brasileiros adicionados à língua portuguesa e a fixação da ortografia da mesma. Machado de Assis, o presidente, mal tinha tempo para pensar nestes assuntos, pois a cada reunião tinha que procurar um novo local para o pouso dos acadêmicos. Entre a fundação e 10 de agosto de 1905, a ABL perambulou pelo colégio Pedagogium, pelo Real Gabinete Português de Leitura, pela Biblioteca Fluminense, pela redação da *Revista Brasileira* e no gabinete de advocacia de Rodrigo Otávio. Em 1904 o ministro J.J. Seabra fez cumprir a lei n. 726 de 1900 e cedeu à ABL uma parte de um prédio localizado no cais da Lapa, onde ela ficaria até 1923, dividindo o espaço com a Academia de

Medicina e o Instituto dos Advogados do Brasil. Assim, o grêmio para lá se mudou naquele agosto de 1905. Além disso, Machado e seus secretários tinham também que pensar nas formas de aquisição de fundos para as suas mínimas despesas, que se resumiam, até a aplicação da mesma lei n. 726, na coleta de dinheiro entre os próprios acadêmicos.

Já que toquei no nome do augusto presidente do nobre instituto, é preciso logo de início destacar o seu papel central na vida acadêmica, que vai muito além do gerenciamento das finanças. Como se verá ao longo deste capítulo, Machado de Assis fez valer no seu cargo a unanimidade que ele desfrutava entre seus pares literatos, no sentido de, apoiado por um amplo leque de amizades, conduzir o preenchimento das constantes vagas de forma a eleger seus candidatos ou os de seus amigos pessoais, sem, contudo, utilizar-se de expedientes politiquieiros ou desonestos.

É por isso que vou aqui iniciar circulando em torno de Machado de Assis. As suas relações com seu grupo de amigos mais íntimos revela a política na Academia em praticamente toda sua extensão, a partir do momento em que estas relações se pautam sobre uma forte ambigüidade: oficialmente a política estava expulsa da ABL, mas no seu íntimo ela atuava a todo vapor. Indo mais fundo ainda, posso afirmar que os acadêmicos sabiam desta tensão fundamental entre o discurso que fundou a instituição e os rumos que sua vida interna tomavam, mas optaram por dissimular este quadro. Assim, a hegemonia do grupo de Machado de Assis se explica não somente como o resultado de um embate natural entre grupos que queriam fazer valer as suas opiniões, mas também como o sucesso inicial em mascarar a dicotomia entre discurso e prática. A política acadêmica só era possível se evitasse a todo o custo fragilizar a imagem da instituição. Machado foi um dos que melhor compreendeu o perigo e, por isso, adotou sua estratégia de aparente distanciamento das

disputas internas e de zelo pela austeridade e cordialidade entre os acadêmicos. Não se envolvendo em polêmicas ou debates, buscou exercer sua influência de forma mais sutil e pessoal sobre cada imortal. Machado encontrou aí o porto seguro no qual estabelecer a Academia, tornando o jeito camuflado de se fazer política na Academia em um elemento a seu favor.

Como todo esquema explicativo, este aqui também tem seus limites. Algumas vezes os cuidados tomados pelos imortais iam por água abaixo e o jogo político, com suas negociações e, sobretudo, conflitos, vinham à tona. Isso veio a ocorrer com mais constância ao final do período ao qual me dedico, mais precisamente em 1912, com as eleições de Osvaldo Cruz e de Lauro Müller, sobre as quais me deterei ao final do capítulo. Junto a isto está a decadência do modelo de Academia idealizado por Lúcio de Mendonça, Machado de Assis, Joaquim Nabuco e outros literatos remanescentes dos encontros da *Revista Brasileira* que formavam o núcleo da ABL quando foi criada. Em parte decorrência da ausência dos três, mortos entre 1909 e 1910, o verdadeiro racha interno provocado quando dos dois pleitos eleitorais de 1912 é em muita medida a exacerbação de uma tendência que aquele grupo soube sufocar. Mas não adiantemos o passo. O leitor que quiser se deliciar com os violentos (para o parâmetro acadêmico) debates suscitados por aquelas eleições, que pule a longa parte que se segue e vá ao final do capítulo.

Durante quinze anos a Academia viveu sob a égide do grupo formado em torno de Machado. A hegemonia deste grupo permitiu que a política acadêmica se exercesse com o abafamento de mais que prováveis conflitos internos advindos do simples fato de ali se reunirem 40 cabeças pensantes, representantes de um amplo espectro político e literário. Mas este fato não se deveu a nenhuma espécie de autoritarismo da parte do presidente ou de

seus amigos, mas do simples fato de que aquele era o único grupo realmente organizado no seio daquela casa. Mesmo que tenha existido alguma oposição articulada e séria durante mais ou menos os dez primeiros anos, dois fatos tem que ser desde logo destacados. Primeiro: não há nenhum testemunho convincente nos jornais ou nas correspondências dos acadêmicos que o demonstrem, nem mesmo fragilmente. Segundo: os testemunhos ligados ao grupo machadiano conseguem provar a relativa facilidade do grupo em fazer valer sua força.

Duas perguntas tem que ser de imediato respondidas, para que meu leitor fique bem inteirado de quem estou falando, com relação ao grupo machadiano, e do que estou falando, quando me refiro à política acadêmica. Invertamos a frase anterior: a que se dirige a política acadêmica? e quem é o grupo de Machado de Assis? A primeira questão é extremamente simples de ser respondida: tratam-se das eleições para preenchimento das vagas deixadas pelas mortes - uma pequena ironia da história... - dos imortais. Já a segunda me deixa em um terreno um pouco pantanoso. Como disse logo acima, a ABL era formada por literatos muito diferentes entre si e a cada eleição, mesmo com o poder do grupo em questão, variavam as alianças formadas. Além disso, os testemunhos da época deixam várias lacunas, como algumas atas de reuniões que elencam um certo número de votantes, mas dão um resultado diferente. Por exemplo: já na primeira eleição, na tarde de 8 de agosto de 1898, na eleição para a vaga deixada por Luís Guimarães Júnior, havia 20 presentes à sessão de votação, mas foram computados 23 votos. Ocorre que apenas em 12 de setembro de 1901, por proposta de José Veríssimo, a Academia se posicionou claramente sobre a validade dos votos enviados pelos membros moradores fora do Rio de Janeiro, sendo que aqueles residentes na cidade tiveram em 27 de maio de 1905, na votação para preenchimento da

vaga de Martins Júnior, seus votos impugnados.¹ Depois destes dois fatos é que ficou claro uma parte da regra do jogo eleitoral: os residentes no Rio só podiam votar em sessão; os não-residentes podiam enviar seus votos lacrados por carta ou em telegramas dirigidos ao presidente ou a algum de seus secretários. Para complicar mais ainda a situação: nas eleições relativas às vagas de Pereira da Silva (1898) e de Taunay (1899), houve votos por carta, votos que não foram aceitos. Não se sabe se tais votantes se encontravam fora ou não do Rio de Janeiro. Enfim, voltando ao ponto de partida, de onde surge a diferença de três votos computados no escrutínio de 8 de agosto de 1898? Provavelmente eram votos enviados por carta, mas quem os enviou? Embora este seja um problema aparentemente menor, ele aumenta na medida em que em outras eleições ocorreu esta defasagem entre número de votantes, votos enviados por carta e o resultado final registrado em ata. Há também testemunhos de acadêmicos afirmando que votariam em determinado candidato, mas não há registro destes votos. Tudo isso complica a visão que se possa querer ter do resultado final das articulações feitas em prol dos candidatos às vagas de imortais. Entretanto, com um pouco de paciência e de criatividade no manuseio das fontes, pode-se chegar a definir com alguma clareza os contornos do referido grupo que se formou em torno do presidente.

Vamos a ele. Segundo o que ao fim deste capítulo espero ter demonstrado, havia um núcleo formado por Machado de Assis, Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Graça Aranha² e Lúcio de Mendonça. Logo abaixo estavam Magalhães de Azeredo e Rodrigo Otávio³. E, a

¹ Atas de 08/08/1898, de 12/09/1901 e de 27/05/1905.

² José Pereira da Graça Aranha (1868-1931), é mais conhecido por ser o acadêmico que apoiou os modernistas na década de 1920. Em 19 de junho de 1924 leu na Academia seu famoso discurso sobre o "Espírito moderno", que causou na época grande alvoroço, pelo qual se desligava da instituição, por achá-la ultrapassada. Formara-se em direito em Recife, tendo sido aluno de Tobias Barreto. Foi secretário particular de Joaquim Nabuco na Europa, entre 1899 e 1903, quando este exercia suas funções diplomáticas. Também diplomata, continuou na Europa e em outros países até o início da década de 20, quando voltou em definitivo para o Brasil. Publicou seu mais famoso romance, *Canaã*, em 1902.

³ Carlos Magalhães de Azeredo (1872-1963), poeta e contista, como diplomata viveu quase toda sua vida fora do Brasil. Passou a maior parte do tempo em Roma, como 2o. secretário e depois embaixador junto ao

seguir, como constantes aliados, se encontravam Araripe Júnior, Valentim Magalhães e Filinto de Almeida. Por último, havia o caso especial de Oliveira Lima ⁴ que conseguiu manter sua independência, mesmo se aliando em várias ocasiões com o grupo. Há ainda os casos do Almirante Artur de Jaceguai e de Mário de Alencar ⁵. O primeiro se juntou ao grupo, posso afirmar que na mesma posição hierárquica que Magalhães de Azeredo e Rodrigo Otávio. O segundo iniciou-se tímido, talvez devido aos ataques que sofreu ao entrar no cenáculo em 1905, mas logo após a morte do seu mestre Machado buscou exercer um papel de liderança, juntando-se intimamente a Veríssimo, até que se separassem em 1912. O quadro parece ao leitor muito simplista? Ou quiçá um pouco confuso? A verdade é que até para mim as coisas não estão muito claras, mas este é um problema que as fontes disponíveis não permitem aclarar mais. O provável esquematismo da minha divisão tem apenas fins, digamos, “didáticos”. Ao longo do capítulo o leitor verá o quadro ora se inverter, ora se esfacelar, ora se mostrar frágil, etc. Entretanto é o único que explica razoavelmente bem o que ocorria atrás das portas da Academia.

Esclarecidos os limites de grupo de Machado, Nabuco e cia., devemos tentar adentrar na intimidade das atas das sessões acadêmicas e das cartas pessoais destes

Vaticano (1896-1901 e 1914-1934). Era membro do IHGB. Aposentando-se em 1934, decidiu continuar morando na cidade eterna.

Rodrigo Otávio de Langaard de Menezes (1866-1944), poeta, iniciou-se na imprensa carioca, onde fez amizade com a boemia literária do final da década de 1880. Advogado, jurista e juiz de direito, teve uma carreira de sucesso, chegando a ministro do Supremo Tribunal Federal de 1924 a 1934.

⁴ Manuel de Oliveira Lima (1865-1928), historiador e diplomata, destacou-se na sua estadia nos Estados Unidos e como divulgador da história brasileira em seguidas conferências que realizava nos países em que estava lotado. Escreveu, além de vários livros de histórias, um volume de memórias e apontamentos de suas viagens.

⁵ Artur Silveira da Mota, barão de Jaceguai (1843-1914), desde jovem pertenceu à Marinha, participando da Guerra do Paraguai ao lado do almirante Tamandaré. Foi adido naval do Brasil em várias embaixadas do país na Europa e Estados Unidos. Com a Proclamação da República, pediu para ser reformado, mas foi reincorporado em 1900, vindo a dirigir a Escola Naval. Promovido a almirante em 1902, começou a publicar seus volumes de *Memórias* em 1905.

Mário Cochrane de Alencar (1872-1925), poeta, tinha publicado seu primeiro livro com apenas 15 anos. Amigo pessoal de Machado de Assis, não publicou mais poesias depois que entrou para a Academia.

personagens e mostrar como se arquitetavam as articulações eleitorais, como o poder de Machado se exercia sobre o grupo e como outros membros da “panelinha” atuavam.⁶

As pessoas em quem Machado de Assis mais confiava eram Joaquim Nabuco e José Veríssimo.⁷ No entanto, aquele que ler a correspondência entre eles notará um desnível. Contrastando sobretudo com o expansivo e entusiasmado Nabuco, Machado é de uma discrição e de um laconismo sem par. Ainda que delicado e amável com seus amigos, Machado não desvenda seus pensamentos com facilidade e poucas são as vezes em que toma a iniciativa em uma eleição acadêmica. Suas preferências são reveladas, mas sem o entusiasmo dos seus correspondentes. Não é à toa que ele construiu a imagem de tímido e reservado.⁸ Apenas com o cotejamento de várias cartas suas é possível ter uma compreensão mais ampla de sua atuação no que diz respeito às eleições da Academia. Mais até: é possível explicar a sua reserva ao tratar com seus amigos.

Machado de Assis tinha plena compreensão das injunções inerentes ao seu cargo face o projeto original da Academia. Ele deveria equilibrar em sua conduta os seus desejos

⁶ A “panelinha” era o nome auto-auferido pelos literatos e artistas que, durante o ano de 1896, mensalmente almoçavam juntos, geralmente no restaurante “O Globo”, em farta refeição e confraternização. Compareciam também políticos e militares, mas o ambiente parecia ser dado às musas... Machado de Assis deixou registrado em duas crônicas da série “A semana” seu entusiasmo com os banquetes nos quais “a comida era um pretexto” para o debate das “coisas do espírito”. Vide *Gazeta de Notícias*, 17 de maio e 16 de agosto de 1896. Segundo a *Enciclopédia de Literatura brasileira*, Rio de Janeiro, MEC/Fundação de Assistência ao Estudante, 1990, p. 1021, os mais assíduos eram Machado, José Veríssimo, Lúcio de Mendonça, Joaquim Nabuco, visconde de Taunay, almirante Jaceguai, Araripe Júnior, João Ribeiro, Artur Azevedo, Graça Aranha, Olavo Bilac, Valentim Magalhães, Souza Bandeira, Mário de Alencar, Eduardo Ramos, os irmãos Bernardelli (os artistas plásticos), Rodolfo Amoedo, Inglês de Souza, Rodrigo Otávio e Antônio Sales. Cada almoço ficava a cargo de um dos presentes e surgiram do núcleo que se encontrava diariamente na *Revista Brasileira*.

⁷ José Veríssimo (1857-1916), crítico literário e jornalista nascido no Pará, desde a década de 1870 exerceu funções na imprensa, seja colaborando em jornais, seja fundando e dirigindo revistas. Foi diretor do externato Ginásio Nacional (ex-colégio D. Pedro II) em 1891, onde deu também aula de literatura brasileira. Escreveu um romance, *Cenas da vida amazônica* (1886) e fundou a *Revista Brasileira* em 1895, dirigindo-a até seu fechamento, quatro anos depois.

⁸ Vide Machado de Assis, *Correspondência colligida e anotada por Fernando Nery*, Rio de Janeiro, W.M. Jackson, 1937, Carmello Virgilio (org.), *Correspondência de Machado de Assis com Magalhães de Azeredo*, Rio de Janeiro, INL, 1969 e Jeffrey D. Needell, “O triunfo de Machado de Assis”, in *Belle époque tropical - sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, pp. 261 a 267.

personais, as disputas entre seus colegas e preservar a sua imagem tanto quanto a do seu cargo. Sua manutenção na presidência, da primeira reunião preparatória, em dezembro de 1896, até a sua morte, em 1908, a ausência de contestação à sua atuação, ao contrário do caso de José Veríssimo, e as seguidas vitórias que obteve na escolha dos novos membros para as cadeiras vagas, provam cabalmente o sucesso da sua estratégia. Esmerado funcionário público havia décadas, cronista político de longa data, astuto observador dos acontecimentos que agitavam o país, sua experiência de vida, enriquecida ainda mais pelo convívio cotidiano com vários literatos nas redações dos jornais, nos chás da *Revista Brasileira*, nos jantares da “panelinha” e nos fundos da livraria Garnier, Machado optou pela postura de aparente não envolvimento nas questões acadêmicas. Entenda-se “não envolvimento” como uma atitude de distanciamento e não de isolamento. O seu conselho aos imortais sobre a postura da “torre de marfim” contido no seu discurso de 1897, apresentado no capítulo anterior, era a expressão de sua atitude particular. Ocupou seu cargo como estando acima das contingências de cada momento, sem mostrar partido de forma ostensiva, estimulando o convívio pacífico e evitando atos que pudessem ser considerados como partidários ou pessoais. É claro que Machado não seguiu todo este programa totalmente à risca. Mas o importante é que tentava, com sucesso, convencer a todos de que era isso que fazia. Somente desta forma é que podia assegurar o poder para si e para os do seu grupo na hora da escolha de quem teria a honra de entrar para a casa dos imortais. Fazer política sem todos os atributos negativos de partidarismos, de busca de confrontos, de autoritarismos e ostentando neutralidade e busca do bem comum, esta foi a estratégia de Machado. Era, no seu entender, a melhor maneira de fazer política entre 40 literatos sem causar distúrbios ou contestações à sua pessoa. É portanto nesta escolha de

Machado - e aqui pouco importa saber se isso era um traço do seu caráter, como muitos dos seus contemporâneos “detectaram” ou uma atitude friamente calculada - que reside a chave para entendermos a política acadêmica entre os anos de 1897 e 1908. Depois deste período tentou-se manter o espírito do ilustre morto, mas os anos de 1910-1912 provariam que seria tudo em vão.

Não é possível, por falta de testemunhos, saber a posição de Machado de Assis em todas as eleições, assim como a de seus amigos Nabuco, Veríssimo, Lúcio etc. Entretanto, tal qual um quebra-cabeças, juntando os movimentos de todos ao longo dos anos, podemos ver as 12 eleições que cobrem o gestão do bruxo do Cosme Velho como relativamente homogêneas. Para isso, em vez de por cada peça somente em relação a uma ou outra eleição, iremos misturá-las até que o quadro das relações entre os membros do grupo fiquem claras e suas linhas de ligação nítidas. Para isso, pularemos de eleição para eleição sem muito respeito pela cronologia.

Um dos mais assíduos componentes dos chás da *Revista Brasileira*, o visconde de Taunay criara uma forte aproximação com Nabuco e com Machado. Ocupando a cadeira 13, não usufruiu durante muito tempo da sua imortalidade, vindo a falecer em 1899. A eleição para o preenchimento da sua vaga se daria em 10 de agosto daquele mesmo ano. Nabuco não perdeu tempo e escreveu uma carta a Machado para sondá-lo sobre o candidato que deveriam apoiar. Vale a pena transcrevê-la, pois assim, já de início, poderemos notar a consciência de Nabuco de que, mais do que consagrar uma sumidade literária, interessava manter a hegemonia do seu grupo na instituição.

Agora queira dizer-me como se vai formando em seu espírito a sucessão do Taunay na Academia... O Loreto [barão do Loreto, título nobiliárquico de Franklin Dória] disse-me [...] que na *Revista Brasileira* [...] falava-se em [Afonso] Arinos e Assis Brasil. Eu disse-lhe que minha idéia era o

Constâncio Alves. O Taunay era um dos nossos, e se o substituirmos por algum ausente ⁹, como qualquer daqueles, teríamos dado um golpe no pequeno grupo *que se reúne* e faz de Academia. Depois ficaríamos sem recepção. [...] Eu [...] votaria nele, porque o elogio do Taunay pelo Assis Brasil (este pode ser reservado para outra cadeira mais *congenial* com o seu temperamento) podia ser uma peça forçada, [...] mas se V. não pensa que o Constâncio tem a melodia interior, a nota rara, que eu lhe descubro, submeto-me ao mestre. Com o voto do Dória que me prometeu, e o meu, o Constâncio já tem dois. Se V. viesse, era o triângulo, e podíamos até falsificar a eleição. Sério! ¹⁰

É fácil entender a posição de Nabuco: Taunay era um monarquista e romancista da sua geração, e Arinos um romancista e republicano da geração de Olavo Bilac e Coelho Neto, ¹¹ parte mais jovem da Academia. Já Assis Brasil, ¹² conquanto um representante da sua geração, fôra um ativo republicano, e não combinava na vaga do visconde. Ele finaliza a carta sinalizando que, apesar de sua opinião, esperava que Machado lhe indicasse em quem deveria depositar seu voto. Creio que a sinalização de fraude que propõe é apenas uma brincadeira, mas, como todas as brincadeiras, indica algo mais do que a simples chacota. Ao fazê-la, Nabuco aponta para o poder nas mãos do presidente, ainda mais um presidente tão central nas articulações eleitorais como aquele.

Machado de Assis responde de imediato para desfazer as pretensões do amigo. Dizendo que a articulação em torno de Arinos ia de vento em popa, levada a cabo por José Veríssimo e Graça Aranha entre os colegas da *Revista Brasileira*, declara que

⁹ Nabuco se referia a alguém que morava fora do Rio. Arinos morava em Ouro Preto e Assis Brasil em sua fazenda no interior do Rio Grande do Sul.

¹⁰ Machado de Assis, *Correspondência colligida e anotada por Fernando Nery*, op. cit., pp. 42-43.

¹¹ Coelho Neto (1864-1934), romancista, tradutor, contista e cronista, escreveu 112 livros ao longo de sua carreira, tendo sido, a partir da década de 1920, o símbolo da literatura ultrapassada e afrancesada que os modernistas execravam. Na noite de 19 de junho de 1924, em que Graça Aranha leu seu discurso contra a Academia, bateu boca com os apoiadores de seu colega imortal e intitulou-se "o último heleno". Iniciara-se nas letras nos jornais no final da década de 1880, ao lado de Olavo Bilac, Guimarães Passos e outros boêmios da época.

¹² Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938), estancieiro gaúcho, propagandista republicano e abolicionista durante o Segundo Reinado, foi deputado provincial no Rio Grande do Sul, estado a que veio a governar no início da década de 1890, renunciando quando o presidente Deodoro da Fonseca fez o mesmo em novembro de 1891. Participou da Assembléia Constituinte de seu estado naquele ano. Foi ainda embaixador em Portugal do governo de Prudente de Moraes, restabelecendo com aquele país as relações diplomáticas rompidas por Floriano Peixoto em 1893, quando do asilo dado pelos lusitanos aos sediciosos da Revolta da Armada. Manteve-se afastado da política desde essa época, escrevendo sobre questões constitucionais, crítico da forma federalista da República. Só voltaria à vida pública em 1923.

comprometera seu voto com os dois pelo dito candidato. No seu estilo seco, dá a entender que se aliou em virtude do adiantamento do trabalho feito por seus amigos.

Pensei na sucessão do Taunay logo depois que o tempo afrouxou a mágoa da perda do nosso querido amigo. A vida que levo, entregue pela maior parte à administração, não me permitiu conversar com os amigos da *Revista* mais que duas vezes, mas logo achei a candidatura provável do Arinos, e dei-lhe o meu voto; o Graça Aranha e o Veríssimo a promovem, e já há por ela alguns votos certos, ao que me disseram. Assim fiquei aliado, antes que V. me lembrasse o nome do Constâncio Alves. Também ouvi falar do Assis Brasil, mas sem a mesma insistência.¹³

Apesar da tentativa de se mostrar um pouco alheio à eleição, nosso presidente se mostra bem informado sobre os movimentos das candidaturas. Ele deixa entrever que o rumo já parecia estar tomado, com uma pitada de independência dos amigos do mestre, que se articularam antes de consultá-lo. Mesmo assim, a unidade era mantida.

Mas Machado parecia esconder uma carta dentro da manga. Já no final do mês de fevereiro, tem notícia da possível candidatura do médico Francisco de Castro. Meses depois, em junho do mesmo ano, nosso presidente se revela. Escreve a Veríssimo relatando seu sucesso em convencer Castro a se candidatar. Através de seu teor não é possível dizer se Machado comunicava um fato totalmente novo ao crítico literário seu amigo, ou se confirmava um candidato que já tinha sido acertado entre eles, ou seja, se a carta revela um novo dado na eleição, ou se confirma uma mudança de posição de Veríssimo.¹⁴ Segundo Antônio Sales, que não era acadêmico, o grupo de Machado foi ainda mais longe, convencendo Afonso Arinos a desistir, o que efetivamente aconteceu.¹⁵ Francisco de

¹³ Machado de Assis a Joaquim Nabuco, in Machado de Assis, *Correspondência colligida e anotada...*, op. cit., p. 44.

¹⁴ Carta a José Veríssimo, de 20/06/1899, in Machado de Assis, *Correspondência colligida e anotada por Fernando Nery*, op. cit., pp. 158 e 159.

¹⁵ Carta de Antônio Sales a Graça Aranha, 25/08/1899, Fundação Casa de Rui Barbosa, pasta de Antônio Sales, código 773197.

Castro concorreu sozinho e amealhou todos os 13 votos do eleitorado reunido na sessão do dia 10 de agosto de 1899.

Esta eleição foi a terceira no curto espaço de dois anos de vida da jovem instituição, devendo ela ser compreendida no conjunto das suas antecessoras e seguidoras imediatas. A informação de Antônio Sales tem bons fundamentos para ser verdadeira, pois era a terceira vez que apenas um candidato concorria, sendo que haveria ainda mais três eleições, até a morte de Machado, nas quais o caso se repetiria. Além do que, Arinos contava com o patrocínio inicial de José Veríssimo e de Graça Aranha. E é precisamente para Veríssimo, e não para Nabuco, que Machado escreve duas cartas contando seu sucesso em fazer Castro candidato. Veríssimo acabaria votando em Castro. Juntando as peças, parece extremamente provável que Machado convenceu Veríssimo e outros acadêmicos a votarem naquele nome e que, desta forma, devem ter dito a Arinos que não iriam mais poder eleger-lo. Meu palpite vai mais longe, o de que foi prometido a ele que a vaga seguinte da Academia seria sua. Retomarei este ponto mais adiante. Um pouco de suspense não faz mal a ninguém...

Passados alguns anos, morre José do Patrocínio. Concorrem à sua vaga o famoso romancista Domingos Olímpio, autor do aclamado Luzia-homem, o padre e poeta Severiano de Rezende, amigo de Olavo Bilac, de Guimarães Passos e dos outros poetas parnasianos freqüentadores dos cafés da rua do Ouvidor e adjacências, e o iniciante Mário de Alencar, cujo único trunfo era ser filho do patrono da cadeira de Machado de Assis... exatamente ele: o autor de O Guarani, José de Alencar.

Mais uma vez Nabuco ensaia influenciar Machado, sugerindo o almirante Jaceguai, mais um nome ligado ao passado monarquista e à geração dos mais antigos membros da

ABL. Nabuco escreve a Machado e a Veríssimo.¹⁶ Entretanto, Machado vira o jogo e escolhe Mário de Alencar, levando consigo o grupo e outros acadêmicos. Mário era bastante íntimo de Machado, que atuava como um conselheiro espiritual, estimulando a todo o tempo as tentativas literárias do jovem pupilo. Segundo o depoimento posterior do próprio Mário, seu mestre teria insistido muito para que se apresentasse. E realmente parece que o filho de José de Alencar titubeou na decisão, posto que seu discurso de posse é em quase tom de desculpa por haver entrado na Academia.¹⁷ No entanto, sua força pessoal não foi suficiente para evitar uma eleição apertada, na qual até mesmo um freqüente aliado, como Oliveira Lima, que votara com o grupo outras vezes, escolhesse Olímpio. A explicação pode estar na própria atitude de Machado, que procurou evitar o máximo possível um envolvimento pessoal muito visível. Nas cartas para Nabuco não deixa transparecer em nenhum momento qual era sua escolha. No entanto, sua cabala funcionou, tanto que o próprio Jaceguai escreveu ao seu amigo em Washington informando sua desistência e pedindo que mudasse seu voto para o filho do autor de *Iracema*. Nabuco fez o recomendado e até escreveu a Magalhães de Azeredo informando sua resolução.¹⁸ O resultado da eleição foi a vitória de Mário por 17 a 10, com Severiano de Rezende obtendo um solitário voto.

¹⁶ Cartas a Machado de Assis, de 28/07/1905 e a Veríssimo, de 16/08/1905, respectivamente em Machado de Assis, *Correspondência colligida e anotada*..., op. cit., p. 93 e no arquivo da ABL (doravante AABL), cadeira n. 27, código 342.c.66. Nabuco encontrava-se em Washington por esta época, como embaixador brasileiro. Veríssimo escrevera a ele em 09/08/1905 dizendo que votaria em Jaceguai. As cartas devem ter se cruzado no oceano. Certamente Nabuco não sabia da escolha de Veríssimo quando lhe escreveu, mas a carta deste para si reforça a posição de Nabuco como idealizador da candidatura do almirante. Veríssimo deve ter sabido da escolha de Nabuco através de Machado. Ver Tereza Cristina de Souza Dantas (coord.), *Catálogo da correspondência de Joaquim Nabuco*, vol. 4 (1903-1906), Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, 1985, p. 258.

¹⁷ Josué Montello, *O presidente Machado de Assis nos papéis e relíquias da Academia Brasileira*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1986, p. 39 e "Discurso do sr. Mário de Alencar", *Discursos acadêmicos (1897-1906)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1934, pp. 217 a 234. Medeiros e Albuquerque confirma o papel de Machado como patrono da dita candidatura, in *Minha vida (da mocidade à velhice): memórias, 1893-1934*, vol. 2, Rio de Janeiro, Calvino Filho, 1934, p. 193.

¹⁸ Cartas de Machado a Nabuco de 29/08/1905 e de 30/09/1905 (quando chega a afirmar que Jaceguai deveria ter um lugar para si na ABL), in Machado de Assis, *Correspondência colligida e anotada por Fernando Nery*, op. cit., pp. 95 e 997 a 98; carta de Artur Jaceguai a Nabuco de 18/09/1905, in Tereza

Aquela foi a primeira vez que uma oposição tão forte foi feita a um candidato vinculado ao grupo machadiano. Segundo duas notas do *Correio da Manhã* e da *Gazeta de Notícias*, assim se dividiram os votos: Machado, Lúcio, Salvador de Mendonça, Nabuco, Graça Aranha, Araripe Júnior, Silva Ramos, Rodrigo Otávio, João Ribeiro, Alberto de Oliveira, Raimundo Correia, Souza Bandeira, Magalhães de Azeredo, Domicio da Gama, Rio Branco, Euclides da Cunha e Garcia Redondo teriam escolhido Mário de Alencar. Em Domingos Olímpio teriam votado: Veríssimo, Coelho Neto, Olavo Bilac, Guimarães Passos, Alcindo Guanabara, Inglês de Souza, Artur Azevedo, Filinto de Almeida, Clóvis Beviláqua e Oliveira Lima. O solitário voto dado a Severiano de Resende seria do conde Afonso Celso.¹⁹ Estando certa a informação passada aos repórteres dos dois jornais, a migração do voto de Veríssimo para o oponente ao candidato de Machado mostra bem a relativa dificuldade da articulação em torno do nome de Mário de Alencar. Mas se o informante não teve os dados corretos, o que não vamos nunca saber, não importa. O que importa é que as notícias ratificam os limites e a força de Machado e do seu grupo. Ainda que erradas, podiam passar como verdadeiras por que punham a nu um grupo cuja força todos reconheciam veladamente. Ou seja, se ela não é verdadeira, é extremamente verossímil, especialmente por que podemos saber, através de outras cartas, de artigos de jornais, e de votos mantidos no arquivo da ABL, que os repórteres acertaram para os casos de Nabuco,

Cristina de Souza Dantas (coord.), *Catálogo da correspondência de Joaquim Nabuco*, vol. 4 (1903-1906), op. cit., p. 269; carta de Nabuco a Magalhães de Azeredo, de 28/10/1905, in "Cartas a amigos (coligidas e anotadas por Carolina Nabuco (vol. 2)", *Obras completas de Joaquim Nabuco*, tomo XIII, São Paulo, Instituto Progresso Industrial, 1949, p. 227.

¹⁹ "Na Academia - O novo acadêmico", *Gazeta de Notícias*, 01/11/1905, p. 2 e "Academia de Letras", *Correio da Manhã*, 01/11/1905, p. 1.

Graça Aranha, Rio Branco, Domicio da Gama, Garcia Redondo, Oliveira Lima, Clóvis Bevilacqua, Alcindo Guanabara, Artur Azevedo e Afonso Celso.²⁰

A dita eleição foi a primeira a ter o seu resultado contestado a céu aberto por um membro do grêmio. Na sua coluna em *O Paiz*, Pangloss, pseudônimo usado por Alcindo Guanabara,²¹ criticou o resultado, classificando-o como uma injustiça contra um literato consagrado, chegando a afirmar que era a prova de que “mesmo no centro dos imortais, o que prevalece não é a justiça, mas o favoritismo”. Alcindo se referia ao grupo de Machado, mas certamente não teve coragem de tornar o ataque direto, preferindo inculcar a culpa à instituição como um todo. Ao mesmo tempo, se resguardou, ao transcrever o que teria sido dito a ele por João Ribeiro, na seguinte frase: “- Presume-se que a Academia é uma consagração pelos trabalhos feitos. Aqui não é o lugar dos que principiam”. A citação é significativa, por que é totalmente de acordo com a substância do discurso de Joaquim Nabuco na cerimônia de instalação da ABL em 1897.²²

²⁰ Carta de Clóvis Bevilacqua ao primeiro-secretário (Rodrigo Otávio), de 16/06/1905, AABL, cadeira n. 14, código 10.c.232; carta de Oliveira Lima a Machado de Assis, de 04/07/1905, AABL, cad. 39, 354.c.37; carta de Garcia Redondo (sem destinatário), de 29/10/1910, AABL, cad. 24, 10.c.23; telegramas de Rio Branco e Domicio da Gama a Rodrigo Otávio e de Nabuco a Machado, todos datados de 30/10/1905, AABL, respectivamente cad. 34, 33 e 27, códigos 10.c.124, 10.c.125 e 10.c.228; votos de Alcindo Guanabara e de Afonso Celso, na eleição do dia 31/10/1910, AABL, respectivamente cadeiras 19 e 36, códigos 10.c.223 e 10.c.230. Embora não tenha sobrevivido o voto de Graça Aranha, a ata do dia 31 registra que o enviou por carta, o que é confirmado pela missiva a José Veríssimo, de 30/10/1905 informando seu compromisso com Mário de Alencar (AABL, cad. 38, 212.c.45). Quando da posse de Mário, Artur Azevedo confessou que votara em Domingos Olímpio, in “Palestra”, *O Paiz*, 15/08/1906, p. 1.

²¹ Alcindo Guanabara (1865-1918), jornalista de renome controvertido, colaborou nas décadas de 1880 e 90 nos principais jornais e revistas da capital. De 1887 a 1889 dirigiu o jornal escravocrata *Novidades*, pelo qual foi acusado de traidor por seus amigos literatos, como José do Patrocínio, Olavo Bilac, Coelho Neto, abolicionistas que colaboraram com ele nas páginas de jornais como *Gazeta de Notícias*. Republicano, foi, a partir de 1889, deputado estadual do Rio de Janeiro, deputado federal pelo Distrito Federal e Senador pelo estado do Rio. Florianista, foi incumbido em 1893 a ir à Europa comprar a esquadra com a qual Floriano Peixoto tencionava expulsar os navios revoltosos da Baía de Guanabara. Opositor de Prudente de Moraes, diretor do jornal jacobino *A República*, foi preso e enviado a Fernando de Noronha depois do atentado contra este presidente em novembro de 1897, só saindo de lá depois de um *habeas-corpus* e do impedimento que o Congresso antepôs a Prudente para processar deputados e senadores acusados de envolvimento no caso.

²² “O dia”, *Paiz*, 01/11/1905, p. 2. O artigo foi reproduzido na seção “A pedidos” do *Jornal do Commercio* do dia seguinte. Assinava esse “A pedidos” Walfrido Ribeiro, secretário da revista *Os annaes*, que era dirigida por Domingos Olímpio. Walfrido voltou ao ataque contra a ABL no mesmo diário no dia 03/11.

Outros, como Bastos Tigre,²³ viram na eleição um bom motivo de chacota contra a ABL. Na sua coluna diária no *Correio da Manhã*, sob o pseudônimo costumeiro de Cyrano & cia., Tigre acusou a instituição de eleger o filho de José de Alencar como um agradecimento ao ministro do interior J.J. Seabra, que havia um ano tinha cedido uma sala e móveis para a Academia, em cumprimento a uma lei de 1900, afirmando que Mário era protegido do dito ministro. Ironizou a pouca idade do novo acadêmico e a pretensa homenagem feita ao seu pai. Segundo o humorista, se a instituição quisesse seriamente fazer tal homenagem, que tivesse eleito a sua estátua: “Ficava assim a cadeira melhor ocupada”.²⁴ Apesar dos achincalhes, o que está por detrás dos ataques é a reclamação de que a ABL deveria seguir seus princípios de consagrar apenas os grandes nomes das letras e de que, em não o fazendo, viriam as suspeitas de que ela punha em jogo outros interesses que não os estritamente literários. É uma reprimenda pela pureza da ABL, justamente contra o grupo que a havia moldado com esta intenção. Apesar disso, a falta de uma oposição mais direta à “panelinha” evidencia que a articulação política por detrás do nome de Mário de Alencar ainda se mantinha hegemônica e podia exercer seu jogo dissimulado como vinha fazendo costumeiramente. Ela podia fazer política ostentando não o fazer. Alcindo, ao generalizar a acusação para a instituição como um todo, revela, sobretudo, a inviabilidade do surgimento de uma oposição ao grupo de Machado.

²³ Manoel Bastos Tigre (1882-1957), humorista e jornalista, iniciou sua carreira aproximando-se na década de 1890 dos literatos boêmios que freqüentavam a Confeitaria Colombo, no centro do Rio de Janeiro. Foi um dos primeiros donos de agências de publicidade do Brasil, tendo criado o famoso bordão “Se é Bayer, é bom”. Trabalhou no *Correio da Manhã* de 1903 até sua morte, na coluna “Pingos e Respingos”.

²⁴ Coluna “Pingos e respingos”, *Correio da Manhã* dos dias 01, 05 e 07/11/1905, p.1. Também o poeta e sátiro Emílio de Menezes ironizou a pouca idade de Mário de Alencar, que tinha 33 anos, compondo um soneto em que acusou diretamente a “panelinha” machadiana pela sua vitória, bem como sua bagagem literária. Lê-se ao final do soneto: “Que pecúlio rico! - Calças curtas, a lousa, o abecedário/ E o primeiro exemplar do ‘Tico-tico’!”. O poema ficou popular, levando Artur de Azevedo a escrever em sua defesa, quando da posse do novo imortal, informando que ele não era tão novo assim e que não era leitor assíduo da famosa revista infantil: “Palestra”, *O Paiz*, 15/08/1906, p. 1. O poema de Menezes está transcrito em Josué Montello, *O presidente Machado de Assis...*, op. cit., p. 103.

Voltemos um pouco no tempo. A razão deste *flash-back* o leitor compreenderá mais adiante, se já não estiver impaciente com as minhas constantes idas e vindas. Voltemos para o ano de 1898, para a segunda eleição acadêmica. Trata-se do preenchimento da vaga deixada pelo conselheiro Pereira da Silva. É nesta eleição que vemos atuar pela primeira vez a “panelinha” machadiana em quase toda sua extensão, sem encontrar adversários pela frente. O nome de Rio Branco é levantado pelo grupo e, aparentemente, não pelo próprio candidato. O barão acaba sendo candidato único e é eleito com facilidade, com 21 votos, descontando-se o voto não aceito de Rui Barbosa, que foi um dos que levantaram o seu nome. Rui enviara por carta a sua escolha, algo que, na época, não era permitido. Foi uma das maiores votações da época. O que se nota é que a idéia não surge de Machado, mas de um membro afastado do grupo: Magalhães de Azeredo. Magalhães era o mais jovem membro da ABL, diplomata radicado em Roma, foi um dos mais constantes correspondentes de Machado de Assis, que, assim como a Mário de Alencar, o tratava como um pupilo, a quem dava seguidos incentivos literários, inclusive facilitando a publicação de seus trabalhos no Brasil. Uma nota curiosa: desde que deixara o Brasil em meados dos anos 90 do século passado, não viveria nunca mais no país, vindo a falecer, ainda como embaixador, em Roma em 1963, tornando-se o acadêmico que mais perto chegou da tão falada imortalidade. Voltando à eleição, ao levantar a idéia de fazerem Rio Branco membro da ABL, é a Machado que se dirige, e é precisamente seu mentor quem acaba articulando Nabuco, Veríssimo, Graça Aranha, Taunay e outros no Rio. É depois dele falar com seus amigos que se fecha o campo em torno de Rio Branco, que, de certa forma, aceita a sua tutela, avalizando sua proeminência.²⁵ Decerto que o barão era um nome forte, pois recentemente

²⁵ Carta de Magalhães de Azeredo, de 21/06/1898, in Carmello Virgilio (org.), *Correspondência de Machado de Assis com Magalhães de Azeredo*, op. cit., p. 149. Machado respondeu a 09/09 do mesmo ano confirmando que “todos” (entenda-se Taunay, Nabuco, Veríssimo, Graça Aranha, Rodrigo Otávio, Araripe

consequira o parecer favorável do presidente Cleveland, dos Estados Unidos, quanto à questão dos limites entre Brasil e Argentina, na chamada “Questão das Missões”, iniciando aí a sua longa carreira no Itamaraty. O fato de ser um “medalhão” certamente o ajudou. Mas sem contar primeiro com a anuência de gente de dentro da Academia, ele encontraria sérias dificuldades, como viria a ocorrer com o seu substituto no ministério, Lauro Müller, em 1912.

Apenas com estas três eleições já podemos ver o quanto Machado efetivamente exercia uma forte influência no momento mais importante para um acadêmico, que era o da sua escolha para entrar no “egrégio sodalício”. Sem estardalhaço ele conseguia mudar votos e, às vezes, impor o nome de seu gosto e indicar o caminho a seguir para seus amigos. É claro que não temos testemunhos das conversas de bastidores que certamente ocorriam entre ele e Nabuco, Veríssimo e outros, seja nas sessões, seja na redação da *Revista Brasileira* ou em outros encontros, muito menos dos argumentos que usava para expor o porquê, por exemplo, da escolha por Francisco de Castro, em vez de Afonso Arinos. Contudo, fica evidente que quaisquer que fossem as suas razões pessoais, mesquinhas ou generosas, ele era o centro pelo qual tinham que em algum momento passar os nomes dos candidatos, mesmo que fosse para ele negar o seu apoio. Resumindo: ora é Machado quem levanta uma candidatura, ora é a ele que recorrem outros acadêmicos em busca de apoio.

Apesar deste papel central, nem sempre nos é possível saber como se comportou Machado. Contudo, baseado nestes três casos, podemos intuir que ele teve alguma

Júnior e outros assíduos componentes dos chás da *Revista Brasileira*) acharam boa a idéia; in Carmello Virgílio, op. cit., p. 154. Nabuco chegou também a escrever a Taunay, carta datada apenas com o ano de 1898 no cabeçalho, in Joaquim Nabuco, “Cartas a amigos”, *Obras completas de Joaquim Nabuco*, op. cit., p. 238. Rio Branco telegrafou a Nabuco, em 20/09/1898, entregando nas mãos da Academia a decisão sobre se deveria se candidatar ou não, AABL, cad. 34, 428.c.7. Por fim, Veríssimo escreveu, logo após a vitória do barão, um longo artigo elogiando a escolha da ABL e os dotes historiográficos do novo acadêmico; vide “Rio Branco”, *A Imprensa*, 05/10/1898, p. 2.

participação, nem que fosse apenas para manifestar a sua sanção. Este é o caso em que apenas existem documentos mostrando outros membros do grupo machadiano intimamente envolvidos na eleição de algum candidato. E, como sabemos da sua estreita relação com os acadêmicos membros do seu grupo de amizades, é fácil intuir que ele tinha algum grau de participação nas decisões tomadas em prol deste ou daquele candidato.

A verdade é que, quando não temos testemunhos claros do papel central de Machado, fica difícil afirmar que o grupo a sua volta é o responsável pelo lançamento da candidatura vitoriosa. O exemplo mais forte é dado por Joaquim Nabuco, um incansável proponente de candidaturas frustradas. Na diplomacia desde meados de 1898, esteve ausente do Brasil até a sua morte, em 1910. Portanto, não estava sempre à par do andamento das articulações, que eram evidentemente mais fáceis de se fazer de corpo presente. Seus constantes palpites, sempre escutados com benevolência por Machado, são a tentativa de suprir sua ausência física da Academia. Apesar disso, seu caso é interessante de ser analisado, por evidenciar duas tendências. Em primeiro lugar, os nomes que levanta se referem intimamente ao seu discurso de 1897, analisado no capítulo anterior. Todos eles são personagens ligados à sua geração e alguns ao passado monarquista, em maior ou menor medida. Ou seja, apesar da profissão de fé que tinha feito na neutralidade da Academia sob o jugo da tradição literária seu intento é claramente povoar a ABL com partidários de suas convicções ou com membros de sua geração intelectual. Em segundo lugar, a argumentação da qual se utiliza para justificar suas escolhas é um prenúncio do que viria a ocorrer depois da sua morte, só que no sentido oposto às suas posições. Vejamos.

Acima eu escrevi “todos”, a respeito de as indicações de Nabuco serem de monarquistas, republicanos dissidentes ou de elementos ligados à sua geração, mas, na

realidade ele tem uma certa fixação por dois nomes em particular: Assis Brasil e o almirante Artur de Jaceguai. Seu procedimento, seja qual fosse o caso, era sempre o de vincular o seu voto a um dos dois e, depois, a outro candidato sugerido a ele por Machado de Assis ou por José Veríssimo. A rigor, por estar longe do país, os acontecimentos muitas vezes o atropelavam, antes que pudesse propor algo. Por exemplo, quando da vaga aberta pela morte de Francisco de Castro (1901), Nabuco lembra o nome de Assis Brasil, mas antes disso já se cogitava sua candidatura.²⁶ Apesar do seu atraso, ele sempre buscava convencer Machado de Assis, Graça Aranha ou José Veríssimo que o apoiassem em suas idéias. Assim ocorreu para as vagas de Martins Júnior (1904), quando defendeu as alternativas Assis Brasil e Jaceguai; de José do Patrocínio (1905), quando só lembrou de Jaceguai; de Pedro Rabelo (1906), ao propor o mesmo candidato; e de Franklin Dória (1907), ao voltar a repetir a dobradinha acima. Quando morreu Teixeira de Mello (1907) e iniciou-se mais um processo eleitoral, Jaceguai se lançou antes que Nabuco pudesse escrever levantando o seu nome, e, por ironia do destino, acabou sendo eleito.²⁷

Se Nabuco teve o predomínio da insistência no lançamento de candidatos, ele não foi, certamente, o responsável pela adesão do grupo aos nomes vitoriosos que não eram, digamos assim, da sua lavra. Como havia dito acima, quando não temos o exemplo de Machado de Assis, só podemos afirmar que o grupo apoiou determinados candidatos, sem sabermos se eles foram lançados ou não pela “panelinha”. Contudo, visto a sua força, é bem possível que vários deles tenham sido obras suas.

²⁶ Carta de Nabuco a Machado de Assis, 26/01/1902, in Machado de Assis, Correspondência colligida e anotada por Fernando Nery, op. cit., p. 63.

²⁷ Cartas de Nabuco para Machado de Assis, datadas de 08/10/1904, 28/07/1905, 15/03/1907 e 27/05/1907, in Machado de Assis, Correspondência colligida e anotada por Fernando Nery, op. cit., respectivamente pp. 77 a 82, 93, 108 e 111. Carta de Nabuco para José Veríssimo, de 16/08/1905, AABL, cad. 27, 342.c.66. Cartas a Graça Aranha, datadas de 02/03/1906 e 27/06/1907, in Joaquim Nabuco, “Cartas a amigos”, Obras completas..., op.cit., respectivamente pp. 249 a 250 e 273.

Martins Júnior foi mais um dos que não usufruíram muito da sua imortalidade. Eleito em 1902, faleceu em 1904, ocorrendo a eleição para a sua vaga em 15 de fevereiro de 1905. Foram dois os candidatos: Souza Bandeira e Osório Duque Estrada (exatamente ele: o autor do hino nacional). A eleição foi apertada; foi o único caso em que foram necessários dois turnos de votação, pois não houve maioria absoluta em favor do vencedor, Bandeira, que recebeu 15 votos, contra 14 de Duque Estrada. O grupo de Machado iniciou articulando outros nomes: Magalhães de Azeredo propôs Quintino Bocaiúva²⁸ e Nabuco indicou Assis Brasil e Jaceguai, neste último apoiado por Oliveira Lima.²⁹ Depois destas indefinições, decidiu-se por Bandeira. Não é possível dizer de onde surgiu o seu nome. Apesar disso, tudo indica que o grupo foi o principal fator da sua vitória: no primeiro escrutínio, representou 7 dos 15 votos de Bandeira. Duque Estrada teve 14 votos. Souza Bandeira escreveu a Graça Aranha dando notícia do andamento da sua campanha e listou os acadêmicos que se tinham comprometido com ele. Dentre eles estavam Nabuco, Machado, Oliveira Lima, Veríssimo, Rodrigo Otávio e Lúcio de Mendonça. Certamente que, se escrevia a Graça, é por que contava com o seu voto.³⁰ A confirmar a informação, temos a

²⁸ Quintino Bocaiúva (1836-1912), jornalista e político do Império e da República. Um dos fundadores do partido Republicano e um dos autores do seu manifesto (1870). Foi diretor, até a morte, de *O Paiz*. No governo provisório Republicano de 1889, ocupou a pasta das Relações Exteriores. Deputado federal e Senador pelo estado do Rio de Janeiro, veio a governá-lo no início do século XX. Esteve brevemente preso em novembro de 1891, quando Deodoro da Fonseca tentou um golpe para se manter na presidência. Foi ferrenho opositor de Prudente de Moraes, sendo apontado como um dos articuladores do atentado de novembro de 1897 que tentou matá-lo. Não foi indiciado porque, como senador, não teve sua imunidade suspensa pelo Congresso.

²⁹ Carta de Magalhães de Azeredo a Machado de Assis, de 14/09/1904, in Carmello Virgílio, *Correspondência de Machado de Assis com Magalhães de Azeredo*, op. cit., p. 259. Carta de Nabuco a Machado, 08/10/1904, ver nota [?]. Carta de Oliveira Lima a Rodrigo Otávio, 16/10/1904, AABL, cadeira 39,354.c.86.

³⁰ Carta de Souza Bandeira a Graça Aranha, datada de 08/02/1905, AABL, cadeira 38, sem classificação. Ele escreveu ainda mais uma carta, a 11/02, pedindo que Graça intercedesse junto a Rio Branco, AABL, cad. 38, sem classificação.

carta com a qual Oliveira Lima votou em Bandeira, bem como o agradecimento deste a Nabuco pelo voto recebido.³¹

A força do grupo machadiano é melhor percebida no segundo turno da eleição, quando Bandeira aumentou sua votação em apenas um voto, o de Euclides da Cunha.³² Entretanto, Duque Estrada só teve metade dos votos dados no primeiro turno, o que mostra a coesão e decisão do grupo adversário, em oposição à fluidez e volatilidade dos outros acadêmicos, ainda incapazes, ou desinteressados, em se agruparem em oposição a Machado de Assis e cia.³³

Esta eleição antecedeu imediatamente a que seria feita ao final do ano para a vaga deixada por José do Patrocínio e ganha por Mário de Alencar, da qual tratei páginas atrás. E, assim como aquela, também seria contestada nos jornais. Mas, ao contrário dela, não haveria o pronunciamento de algum membro da Academia. Quem chiaria seria o derrotado Osório Duque Estrada, que virulentamente atacou José Veríssimo como o responsável pelo seu fracasso. Segundo Duque Estrada fôra ele que organizara a “panela” contra si, o que atesta ainda mais uma vez a habilidade de Machado em se manter afastado dos perigos de um envolvimento mais pessoal na política acadêmica.³⁴ Não cabe aqui a preocupação com o fato de se ele ou Veríssimo foram ou não os organizadores da cabala por Souza Bandeira,

³¹ Carta de Oliveira Lima a Rodrigo Otávio, de 16/10/1904, AABL, cadeira 39, 354.c.86. Carta de Bandeira a Nabuco, de 15/02/1905, in Tereza Cristina de Souza Dantas, Catálogo da correspondência de Joaquim Nabuco, vol. 4, op. cit., p. 205.

³² Segundo o *Correio da Manhã* de 29/05/1905, assim se distribuíram os votos: para Souza Bandeira - Machado de Assis, Medeiros e Albuquerque, Lúcio de Mendonça, Araripe Júnior, José Veríssimo, João Ribeiro, Rodrigo Otávio, Inglês de Souza, Raimundo Correia, Joaquim Nabuco, Rio Branco, Euclides da Cunha, Oliveira Lima, Graça Aranha, Clóvis Beviláqua, Salvador de Mendonça e Afonso Celso; para Osório Duque Estrada - Guimarães Passos, Teixeira de Mello, Silva Ramos, Alberto de Oliveira, Artur Azevedo e Filinto de Almeida. Como o segundo candidato teve sete votos, a notícia omitiu, ou o repórter não conseguiu apurar, um voto.

³³ Para o segundo escrutínio, pode-se confirmar os votos de Oliveira Lima e de Nabuco, através das cartas que Lima e Nabuco enviaram a Machado, respectivamente datadas de 14/03/1905 (AABL, cadeira 39, 354.c.54) e de 25/03/1905 (AABL, cad. 27, 342.c.38).

³⁴ Osório Duque Estrada, “Academia de Letras”, *Correio da Manhã*, 28/05/1905, p. 2.

o que é impossível de confirmar nos termos persecutórios usados pelo autor do hino nacional. O provável é que se envolveram na mesma medida na eleição. Entretanto, enquanto era difícil a alguém atacar o presidente que discretamente manifestava suas preferências e exercia seu poder, parecia muito mais fácil inculcar a culpa ao seu amigo, que tinha muito menos unanimidade no meio literário do Rio de Janeiro.

O caso acima acabou como uma vitória até certo ponto fácil, especificamente falando do segundo turno, visto o primeiro ter sido sobremaneira apertado. Outros exemplos, contudo, têm a singular coincidência de unirem a inexistência de testemunhos da participação ativa de Machado de Assis com campanhas eleitorais mais difíceis.

A primeira eleição que possui mais de um candidato é a que visou preencher a vaga deixada pelo monarquista, anti-republicano militante e fazendeiro paulista Eduardo Prado, em 1901. Concorreram ao posto Afonso Arinos, Martins Júnior e Luís Guimarães Filho - filho de Luís Guimarães Júnior, o primeiro acadêmico a “abandonar” a imortalidade. Arinos desta vez venceu com folga, obtendo expressivos 21 votos, contra 7 de Martins Júnior e nenhum para Luís Guimarães.

Inicialmente, Machado de Assis tentou convencer Assis Brasil a se candidatar. Mobilizaram-se por ele também Valentim Magalhães, Raimundo Correia e Lúcio de Mendonça. No entanto, e apesar de sua ativa participação, Machado não recebeu os louros do patrocínio do nome de Assis Brasil. O candidato, apesar de confirmar o interesse de Machado em que se lançasse à disputa, dedicou apenas aos outros três os títulos de patronos da sua campanha.³⁵ Não se sabe por que, mas ele acabou não concorrendo à vaga, desistindo no dia do pleito. Aparentemente Machado só tinha o interesse que houvesse o

³⁵ Cartas de Assis Brasil a Lúcio de Mendonça, datadas de 26/10/1901 e 03/05/1902, respectivamente: Fundação Casa de Rui Barbosa (doravante FCRB), coleção Lúcio de Mendonça, pasta 2/7 e AABL, cadeira 11, 316.c.40.

maior número possível de candidatos, para terminar com a iniciante tradição de candidatos únicos aos pleitos acadêmicos. O máximo de opinião pessoal que encontramos em suas cartas é o singelo comentário sobre a desistência de Assis Brasil: “Note que todos ficamos com pesar da retirada”.³⁶ Também aparentemente, sem Machado apoiando fortemente o candidato, ou seja, lhe prometendo seu voto, Magalhães, Lúcio e Raimundo não conseguiram articular com sucesso seu nome, tanto que Nabuco, que outras vezes o apoiara e ainda o apoiaria, acabou votando em Arinos. O fato de que também Graça Aranha votou em Afonso Arinos me induz a acreditar que os outros membros do grupo presentes à eleição (Machado, Veríssimo, Araripe Júnior, Rodrigo Otávio, Valentim e Lúcio) acabaram escolhendo este nome.³⁷

O leitor atento deve se lembrar que páginas atrás eu disse que tinha um “palpite”. Repito-o. Arinos fôra demovido de se candidatar, em 1899, à vaga do visconde de Taunay, ele que tinha sido levantado por José Veríssimo e Graça Aranha. Assim, posto que depois dele vários outros candidatos desistiram de suas postulações para se verem vitoriosos em eleições posteriores, como Paulo Barreto (o conhecido João do Rio)³⁸, o general Dantas Barreto, Martins Júnior e Augusto de Lima, não seria leviano especular que pode ter havido algum tipo de promessa de que o derrotado de hoje teria a seu favor os votos que lhe faltaram para ser o vitorioso de amanhã. Em outras palavras, que tenham lhe prometido que ele se elegeria na próxima oportunidade. E é o próprio Machado de Assis quem admite que

³⁶ Carta a Joaquim Nabuco, 05/01/1902, in Machado de Assis, Correspondência colligida e anotada por Fernando Nery, op. cit., p. 60.

³⁷ Os votos de Graça Aranha e de Joaquim Nabuco estão nas cartas que enviaram a Machado de Assis, datadas do mesmo dia de 06/12/1901, respectivamente: AABL, cadeira 38, 212.c.10.; Machado de Assis, Correspondência colligida e anotada por Fernando Nery, op. cit., pp. 58 e 59.

³⁸ João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto (1881-1921), colaborou em quase todos os grandes jornais do Rio de Janeiro, atingindo enorme renome com suas crônicas e reportagens sobre os bairros populares, seus cortiços, o candomblé, as casas de prostituição, as profissões de rua, etc. Autor dos famosos O momento literário (1905), As religiões do Rio (1906) e A alma encantadora das ruas (1908), além de romances e teatro. Foi ainda o primeiro tradutor de Oscar Wilde no Brasil.

os candidatos derrotados de um dia poderiam ser os vitoriosos de outro. Assim é que escreve a Joaquim Nabuco em 1904, nos seguintes termos:

Parece-me que alguns não suportam a idéia da não eleição, como se fosse um desaire. V. sabe que não há desaire; a escolha de um nome pode ser explicada por circunstância, além do valor pessoal do candidato. O preterido não perde nada; ao contrário, fica uma espécie de dívida por parte da Academia, que não fará ficar à porta esquecido quem já tiver direito de ocupar cá dentro uma cadeira.³⁹

Este tipo de opinião talvez explique por que apesar de possuir três nomes apoiando-o, Assis Brasil tenha visto suas chances bloqueadas, e Arinos tenha tido uma vitória fácil em que certamente entraram os votos do grupo de Machado de Assis.

Na eleição seguinte, para a vaga de Francisco de Castro, em 1902, de novo Assis Brasil é lembrado por Valentim Magalhães, Lúcio de Mendonça e por Joaquim Nabuco, sendo que Machado de Assis também mostrou interesse por ele.⁴⁰ Mas, sabe-se lá por que razão, Assis Brasil recusou-se a se candidatar. Devido a isso, Martins Júnior ganhou com 15 votos, contra 2 do seu único oponente, Augusto de Lima. Foi uma votação de baixo quorum. Não há registros dos votos dos membros da “panelinha”. Nem Graça Aranha, nem Nabuco, nem Magalhães de Azeredo enviaram votos por carta, e apenas Machado, Veríssimo, Rodrigo Otávio e Araripe Júnior, do grupo, estavam presentes à seção de votação. Como um dos votos para Augusto de Lima veio de Salvador de Mendonça, se houve divisão, apenas um membro do grupo pode ter votado nele. Resumindo; fica no ar a

³⁹ Carta de 13/12/1904, in Machado de Assis, Correspondência colligida e anotada por Fernando Nery, op. cit., p. 87.

⁴⁰ Cartas de Machado de Assis a Joaquim Nabuco, de 05/01/1902 e de 24/03/1902, nas quais informa ao amigo que falaria com Valentim Magalhães e com Lúcio de Mendonça sobre a recandidatura de Assis Brasil, in Machado de Assis, Correspondência colligida e anotada por Fernando Nery, op. cit., respectivamente pp. 60 a 61 e 64 a 65. Valentim chegou a escrever a Afonso Celso pedindo o voto para Brasil; carta de 08/01/1902, AABL, cadeira 7, 278.c.4. Já Assis Brasil desistiu da candidatura em carta enviada a Lúcio, datada de 03/05/1902, AABL, cadeira 11, 316.c.40.

impressão de que Martins Júnior foi mais um que contou a favor de si o fato de já ter concorrido antes. A suspeita aumenta ainda mais quando sabemos que a *Gazeta de Notícias* noticiou, quando da eleição anterior, para a vaga de Eduardo Prado, que Martins Júnior teria seus votos “triplicados”, posto que seus “admiradores” na Academia pretendiam “dar-lhe a vaga pela irreparável perda do Dr. Francisco de Castro”.⁴¹ Os votos de Martins Júnior não se multiplicaram na razão imaginada pelo repórter do jornal. Também não há como saber se a tal cadeira lhe foi prometida. O que importa aqui fixar é que este tipo de boato circulava e só parecia incomodar o distante Nabuco, logo ele, um dos que queria a todo o tempo prometer uma vaga para os sempre lembrados Assis Brasil e almirante Jaceguai.⁴²

A eleição seguinte é bastante significativa quanto ao aspecto que estou querendo demonstrar, o de que as campanhas aparentam ser mais difíceis quando Machado de Assis não está tão envolvido, até mesmo para que alguém a utilize contra minha hipótese. Com a morte do jornalista, cronista e romancista Valentim Magalhães, em 1903, abriu-se vaga para a cadeira n. 7. Quatro candidatos postularam-na: Euclides da Cunha, Domingos Olímpio, Silvino do Amaral e Xavier Marques. Euclides ganhou em um verdadeiro massacre: levou 24 votos, contra 4 dados a Olímpio, 2 a Silvino e 1 a Xavier. Machado de Assis e Nabuco votaram no ganhador, sendo que, a acreditar em Euclides, seguiram-nos Veríssimo, Lúcio de Mendonça, Filinto de Almeida, Oliveira Lima, Araripe Júnior e Raimundo Correia, entre outros.⁴³ Apesar disso tudo é difícil afirmar que o autor de *Os sertões* tenha sido lançado

⁴¹ “Academia de Letras”, *Gazeta de Notícias* de 16/05/1902, p.1.

⁴² Em carta a Machado de Assis, de 15/03/1907, na qual falava destes dois nomes, escreveu que era “odioso esperar vagas determinadas”, in Machado de Assis, *Correspondência colligida e anotada por Fernando Nery*, op. cit., p. 108.

⁴³ Cartas de Joaquim Nabuco a Euclides da Cunha e a Machado de Assis, ambas de 18/08/1903, respectivamente em Joaquim Nabuco, “Cartas a amigos”, *Obras completas...*, op. cit., pp. 150 a 151 e Machado de Assis, *Correspondência colligida e anotada por Fernando Nery*, op. cit., pp. 69 a 72. Euclides listou os votos que tinha para si em duas cartas a Francisco Escobar, de 24/07 e 22/08/1903, in Euclides da Cunha, *Obra completa*, Rio de Janeiro, José Aguilar, 1966, vol. 2, pp. 633 a 635.

pelo grupo machadiano, que andou flinando em torno do almirante Jaceguai. Adivinhou quem intuiu que o almirante foi lembrado por Nabuco. Mas não só por ele. Também Graça Aranha cabalou pelo militar.⁴⁴ Enquanto isso, há algumas indicações de que um terceiro nome de peso tinha a possibilidade de entrar no páreo, nome que poderia vir a ser apoiado pelo grupo: o do republicano histórico e jornalista (diretor do poderoso diário *O Paiz*) Quintino Bocaiúva, lançado por Rio Branco. Dado que só tive acesso à correspondência pessoal do barão depositada no arquivo da ABL, e não à que está no Itamaraty, no palácio de seu nome, no Rio de Janeiro, não sei por que Quintino não saiu candidato, nem sequer se Rio Branco o apoiava efetivamente ou não, pois, segundo Machado de Assis, foi Euclides da Cunha quem mereceu o patrocínio do ministro das Relações Exteriores.⁴⁵ Em todo o caso, é quase certo que o grupo votou em Euclides de forma coesa. Além do voto de Nabuco e de Machado, há alguns elementos que apontam para a hipótese acima.

A primeira pessoa a quem Euclides escreveu comentando suas chances como candidato foi Araripe Júnior, a quem Euclides era muito agradecido pelas críticas favoráveis ao seu *Os sertões*. Araripe esteve presente à sessão de votação, e foi elencado pelo candidato como um dos que lhe havia prometido o voto. Graça Aranha escreveu duas vezes a Nabuco comentando a dita candidatura, logo após ficar claro que Quintino Bocaiúva não se apresentaria candidato, sendo que Graça havia sido secretário particular de Nabuco durante alguns anos na Europa e costumava votar afinado com ele. E Magalhães de Azeredo

⁴⁴ Carta de Nabuco a José Veríssimo, de 18/06/1903, AABL, cadeira 27, 342.c.62. Carta de Graça Aranha a Machado de Assis, 17/06/1903, AABL, cadeira 38, 212.c.12.

⁴⁵ Carta de Euclides da Cunha a Manuel Pimenta da Cunha, seu pai, de 12/06/1903, in Euclides da Cunha, *Obras completas*, op. cit., vol. 2, p. 630. Carta de Graça Aranha a Joaquim Nabuco, de 04/07/1903, in Tereza Cristina de Souza Dantas, *Catálogo da correspondência de Joaquim Nabuco*, op. cit., vol. 4, p. 37. É nestas duas cartas que se cita o suposto patrocínio da candidatura de Quintino Bocaiúva por Rio Branco. Já Machado de Assis escreve a Magalhães de Azeredo (17/07/1903) comunicando que votaria em Euclides, que teria também o apoio do mesmo Rio Branco, in Carmello Virgílio, *Correspondência de Machado de Assis com Magalhães de Azeredo*, op. cit., p. 249.

recebeu uma carta de Machado indicando sua preferência por Euclides.⁴⁶ Para ser honesto, não há registro nas atas ou nas correspondências dos votos dos dois últimos. Entretanto, na ata da dita sessão, de 21 de setembro de 1903, estão computados 31 votos e apenas 19 presentes, sendo certo que foram enviados 12 votos por carta, entre os quais devem ter constado os votos de Graça e de Magalhães de Azeredo.⁴⁷

Enfim, como tantos outros casos, entre os quais as outras eleições até aqui tratadas, sempre há uma nebulosa envolvendo certos aspectos da participação dos acadêmicos, sobretudo aqueles mais afinados com Machado de Assis e Joaquim Nabuco. Parece-me, todavia, que ficou nítido que a antiga “panelinha” dos anos 90 do século passado manteve sua força dentro da Academia e que Machado, Joaquim Nabuco e José Veríssimo, auxiliados por Graça Aranha, Lúcio de Mendonça, Araripe Júnior e outros exerceram um papel preponderante em termos de política acadêmica. Mesmo que algumas de minhas hipóteses não se sustentem, que algumas ilações estejam erradas, ou que eu possa exagerar no valor dado ao grupo, não há testemunhos mais consistentes que permitam afirmar que outro agrupamento se formou, ou que tudo não passa de mera coincidência. As redes de relações pessoais, as constâncias na troca de opiniões e indicações de votos, as mútuas referências quando se tratava de consolidar candidatos dão um arcabouço geral para minhas possíveis fantasias a respeito do poder de Machado de Assis e de seus amigos.

Correto ou errado, realista ou fantasioso, daqui para frente ao menos mudarei de personagens. Passarei a tratar do período que vai de 1908 a 1913, quando Machado de Assis, Joaquim Nabuco e Lúcio de Mendonça já estão mortos. Os místicos diriam que não

⁴⁶ A correspondência entre Machado de Assis e Magalhães de Azeredo e de Graça Aranha com Joaquim Nabuco está citada na nota anterior. Euclides da Cunha escreveu a Araripe Júnior a 30/03/1903, in Euclides da Cunha, *Obra completa*, op. cit., vol. 2, p. 628.

⁴⁷ Ata da sessão de 21/09/1903.

há coincidência, que alguma razão maior há para as mortes quase simultâneas do primeiro presidente, do primeiro secretário-geral e do “idealizador” da Academia. Como não sou muito dado ao misticismo, fico com o partido das coincidências. Enfim, é talvez ironicamente emblemático que essas três figuras tão centrais na história da ABL, três pessoas portadoras de um projeto mais ou menos homogêneo para a nascente instituição, não tenham presenciado a desagregação do elemento central deste projeto; o de que a Academia era fundamentalmente “de Letras”. Como veremos a seguir, o período posterior ao tratado acima pode ser sintetizado em três aspectos: no enfraquecimento do grupo machadiano, no surgimento de visíveis rachas internos à instituição e na volatilização daquele sufixo “de Letras”. Também veremos que alguns elementos desse período controverso já estavam dados no período anterior, através de algumas opiniões dos próprios membros do grupo.

A dobradinha formada por Machado de Assis e Joaquim Nabuco passará a ser exercida por José Veríssimo e Mário de Alencar. Não me refiro aos cargos, posto que o presidente seria Rui Barbosa, de 1908 a 1919, e a secretaria-geral ficaria a cargo de Medeiros e Albuquerque, que já vinha substituindo “interinamente” Nabuco desde sua ida para a Europa, em 1899. Veríssimo passaria dois anos como secretário-geral (1911-12) e Mário três como segundo-secretário (1908-10). Os dois, na realidade, substituiriam os antecessores nos cargos simbólicos de articuladores políticos. Assim como geralmente o são os jogadores reservas no futebol, nossos dois literatos não exerceriam suas funções nem por muito tempo, nem com muita eficácia.

Como deve se lembrar o leitor, Veríssimo havia sido já atacado em 1905 por Osório Duque Estrada, após sua derrota para Souza Bandeira na vaga de Martins Júnior. Cinco

anos após este fato desagradável, o crítico amazonense seria alvo de um furioso e extenso artigo de outro frustrado candidato a uma vaga da Academia. O advogado e jornalista baiano Almáquio Diniz concorreu contra o médico e romancista Afrânio Peixoto ⁴⁸, grande amigo de Mário de Alencar e de Aluísio Azevedo, para a vaga de Euclides da Cunha, sendo derrotado por este pelo placar de 16 a 8. Afrânio era claramente apoiado por Mário, muito provavelmente secundado por Veríssimo. Enquanto existem algumas cartas demonstrando a cabala armada pelo primeiro em prol do candidato, quanto ao segundo existem apenas indicações. Na realidade, apenas uma suposição. Desde 1908 Mário e Veríssimo se correspondem intensamente, sendo que, para a presente eleição, existem ao menos três cartas do primeiro para o segundo dando o andamento da campanha. Não encontrei respostas a estas cartas. ⁴⁹ Contudo, visto a proximidade entre os dois, é de se imaginar que Mário só fazia isso por que ao menos intuía que Veríssimo votaria em Afrânio, caso contrário, não teria por que revelar a ele o andamento da campanha e as chances de vitória. Em todo o caso, Almáquio não teve dúvidas em acusá-lo diretamente por sua derrota. Segundo ele, Veríssimo teria se comprometido consigo, vindo depois a traí-lo, não só apoiando Afrânio, mas também fazendo manobras escusas. Almáquio defendeu a posição de que Afrânio não havia sequer se apresentado candidato segundo as praxes acadêmicas, ou seja, não havia enviado uma carta ao presidente se apresentando. Consequentemente, a vaga era sua de direito. Entretanto, segundo as atas das reuniões de 11 de novembro de 1909 e de

⁴⁸ Júlio Afrânio Peixoto (1876-1947), foi médico, professor de medicina legal, diretor do Hospital Nacional de Alienados, diretor da Escola Normal, diretor de Instrução Pública do Rio de Janeiro, membro do IHGB e deputado federal pela Bahia (1924-1930). Publicou um livro de poesia simbolista em 1900, chamado Rosa mística. Alcançou o estrelato literário com o romance A esfinge (1911), um dos maiores sucessos editoriais de seu tempo. Escreveu depois outros romances, crítica, livros de viagens, sobre folclore, etc.

⁴⁹ Carta de Mário a destinatário desconhecido, pedindo voto para Afrânio Peixoto, datada de 09/09/1909, AABL, cadeira 21, 10.c.91. Aluísio enviou seu compromisso de voto para o próprio Afrânio (22/12/1909), depois de ter recebido pedido de Mário, in Aluísio Azevedo, O touro negro (crônicas e epistolário), Rio de Janeiro, F. Briguiet & cia., 1938, p. 138. As três cartas de Mário a Veríssimo são datadas de 17/12/1909, 24/02 e 16/04/1910, AABL, cadeira 21, respectivamente 10.c.187, 10.c.101 e 10.c.104.

07 de maio de 1910, o que houve foi uma confusão, atestada pelo próprio Almáquio, ao reproduzir no seu artigo uma carta de Veríssimo: Almáquio escrevera a Rui Barbosa, enquanto Afrânio o fizera a Veríssimo. Como Rui Barbosa quase não ia às sessões, seu nome só foi apresentado depois do prazo final para as candidaturas sendo aceito assim mesmo. Entretanto, Veríssimo escreveu a Almáquio contando-lhe o caso, mas errou e escreveu o nome de seu concorrente.⁵⁰ De qualquer forma, com o resultado adverso, o advogado baiano ficou furibundo e desancou José Veríssimo pela sua falta de honra ao mudar o seu voto depois de se comprometer com ele. Elenco um rosário de impropérios para atingir o crítico amazonense: “monstruoso traidor”, “pusilânime”, homem de “organização retemperada na sua própria farsa de sua vida patológica”, “organismo moralmente amofinado e cavernoso” e de “galináceo” portador de “anquilose senil agravada por patológico depauperamento de alma”.⁵¹ Aparentemente o artigo não teve maiores repercussões no Rio de Janeiro, mas ele levanta alguns pontos que serão retomados ao final deste capítulo.

O *affaire* Almáquio Diniz é apenas a ponta mais visível do início de desagregação do antigo grupo machadiano. Apesar de terem votado no candidato de Mário aliados como Graça Aranha e Oliveira Lima,⁵² esta eleição foi a mais apertada desde que Souza Bandeira precisara de dois turnos para derrotar Osório Duque Estrada. E para reforçar mais ainda a situação embaraçosa, aquela era apenas a segunda eleição levada a cabo por Veríssimo e Mário de Alencar. É claro, houve o preenchimento da vaga do próprio Machado de Assis, em 1909. Mas este foi um caso especial. Como que a reverenciar a memória do mestre,

⁵⁰ Atas de 11/11/1909 e de 07/05/1910; artigo de Almáquio Diniz, “Academia de Letras - A minha conduta antes e depois do pleito”, *Diário da Bahia*, 22/05/1910, p. 2.

⁵¹ A. Diniz, “Academia de Letras...”. Ver nota anterior

⁵² Cartas de Graça Aranha e de Oliveira Lima a Mário de Alencar, respectivamente de 02/12/1909 (AABL, cadeira 38, sem classificação) e de 10/01/1910 (AABL, cad. 39, 354.c.9).

houve apenas um candidato, que carregava consigo uma forte simbologia. Era o conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, que havia defendido Machado com sucesso dos ataques desferidos contra ele por Sílvio Romero em 1897 através do seu Machado de Assis.⁵³ Na eleição seguinte, para a vaga de Artur Azevedo (1909), Vicente de Carvalho ganhou fácil de Dantas Barreto, por 25 a 3, contando com os votos de Lúcio de Mendonça, Magalhães de Azeredo, Oliveira Lima, Veríssimo, Araripe Júnior, Rodrigo Otávio e o almirante Jaceguai.⁵⁴ Aparentemente este é um caso que ainda demonstra o poder da antiga “panelinha”, mas os testemunhos matizam esse fato. O candidato vitorioso não tinha maiores ligações com o círculo e o principal articulador da sua vitória foi Euclides da Cunha, auxiliado em segundo plano por Veríssimo.⁵⁵

A eleição para a vaga de Euclides é, portanto, emblemática da falta de carisma e de poder de Veríssimo e do abalo sofrido pelo seu grupo com a ausência dos três ilustres desaparecidos.

Não deixa de ter a sua ironia que o monarquista Joaquim Nabuco, que havia selado uma espécie de “paz de cavalheiros” com a República ao se tornar seu embaixador na

⁵³ Lafayette Rodrigues Pereira (1834-1917), advogado, colaborou sempre na imprensa política do Império. Liberal, foi político importante, exercendo presidências de províncias e pastas ministeriais, chegando mesmo a ser indicado por D. Pedro II para organizar o gabinete de 1883, que durou menos de um ano. Foi ainda senador. Entretanto, entre 1870 e 1874 defendeu posições republicanas, sendo um dos redatores do Manifesto republicano de 1870. Depois da Proclamação da República foi um dos chefes cariocas do movimento restaurador.

Lafayette utilizou-se do pseudônimo de Labieno no livro que reuniu sua defesa da obra machadiana, Vindicae! - O Sr. Sílvio Romero, crítico e filósofo, de 1898. Machado descobriu quem estava por detrás dele e escreveu a Lafayette em agradecimento a 19/02/1898, in Machado de Assis, Correspondência colligida e anotada por Fernando Nery, op. cit., pp. 390 a 391.

⁵⁴ Cartas-votos (provavelmente endereçadas a algum componente da mesa diretora) de Oliveira Lima (24/11/1908), de Magalhães de Azeredo (03/12/1908) e de Lúcio de Mendonça (29/04/1909), AABL, respectivamente cadeira 29, 98.c.49, cad. 9, 98.c.45 e cad. 29, 98.c.48.

⁵⁵ Cartas de Euclides da Cunha a Vicente de Carvalho, de 04/12/1908, e a Oliveira Lima, de 12/12/1908 e s.d., in Euclides da Cunha, Obra completa, op. cit., pp. 701 a 704. Nelas Cunha lista vários nomes que já teriam se comprometido com Vicente, entre eles Veríssimo, Araripe Júnior, Lúcio de Mendonça, Rodrigo Otávio, Mário de Alencar e Jaceguai. Vicente escreveu em 19/04/1909 a Veríssimo dando notícias dos votos que já tinha e pedindo que lhe enviasse o de Magalhães de Azeredo, AABL, cadeira 29, 98.c.12.

Europa e nos Estados Unidos, fosse substituído na ABL pelo general Dantas Barreto, um dos mais famosos “pacificadores” da mesma República. Dantas havia combatido contra os “restauradores” em Canudos (1897), havia acabado com as lutas oligárquicas em Mato Grosso (1906) e ainda iria por fim, a bala, ao poder absoluto de Rosa e Silva em Pernambuco (1911), um dos mais longevos oligarcas nordestinos. Apresentando como sua bagagem literária os relatos de suas campanhas militares, Dantas Barreto, patrocinado por Coelho Neto, conseguiu bater Alfredo de Carvalho, o candidato de Mário de Alencar e de José Veríssimo, por 18 votos a 8. Na realidade, Alfredo de Carvalho acabou desistindo na última hora, e os votos dados a ele foram considerados em branco. Entretanto, talvez um recorde para o período em questão, os dois promotores da candidatura de Alfredo de Carvalho trocaram entre si 6 cartas entre março e setembro de 1910, informando os votos conseguidos e articulando os passos a serem dados para conseguirem ir mais além.⁵⁶

A despeito de tudo isso, dos compromissos, da migração de votos etc., a verdade é que esta foi a última eleição em que o antigo grupo machadiano se manteve unido. As duas últimas eleições do período não podem nem ser elencadas, tal qual a tratada acima, como de derrotas, posto que houve uma tal desagregação, que até mesmo o rumo da Academia seria definitivamente mudado.

Não é preciso explicar quem foi Osvaldo Cruz, o famoso higienista incumbido pelo presidente Rodrigues Alves em 1903 de ajudar o também nomeado prefeito da Capital Federal, Pereira Passos, a transformar a cidade do Rio de Janeiro de uma cidade colonial em uma refulgente metrópole moderna, afinada com as maiores cidades européias e norte

⁵⁶ Os originais das cartas provavelmente foram perdidos, mas o Arquivo da ABL preserva cópias delas: de Mário de Alencar a José Veríssimo, de 04/03, 10/03, 04/08 e 07/09/1910, cadeira 21, respectivamente 10.c.102, 10.c.103, 10.c.112 [falta a referência de uma carta]; de Veríssimo a Alencar, de 28/03 e s.d., cadeira 21, respectivamente sem classificação e cad. 18, 502.c.5.

americanas. Incumbido de melhorar as condições sanitárias levou a cabo a violenta e contestada campanha contra o mosquito da febre amarela que havia décadas se instalara na cidade, surgindo com toda a força durante os quentes verões cariocas.⁵⁷ Famoso, bem sucedido, mas também muito contestado, candidatou-se, não se sabe levado por quem, à vaga de Raimundo Correia na Academia, em 1911.

A sua vitória (ganhou de Emílio de Menezes, poeta e sátiro ferino muito amigo dos poetas e literatos de plantão nos cafés do centro da cidade) foi das mais atribuladas, marcando o primeiro caso em que se discutiu declaradamente e sem subterfúgios os méritos de um postulante à imortalidade. Embora alguns membros remanescentes do grupo de Machado de Assis (Magalhães de Azeredo, Jaceguai e Oliveira Lima) tenham votado unidos em Osvaldo,⁵⁸ a disputa que se deu em torno de sua candidatura marcou uma virada na instituição.

A eleição marca o aparecimento da teoria do “exponente”. Embora não haja provas de que foi o seu autor, foi imputada a Afrânio Peixoto.⁵⁹ Segundo esta teoria, a ABL deveria contar em seus quadros com um certo número de personalidades proeminentes na sociedade em outras áreas que não as relativas às letras, tal qual fazia a Academia Francesa. Obviamente, Cruz era um caso assim: ele era o cientista brasileiro de maior renome.

⁵⁷ José Murilo de Carvalho, Os bestializados - o Rio de Janeiro e a República que não foi, São Paulo, Companhia das Letras, 1987; Nicolau Sevcenko, A revolta da vacina - mentes insanas em corpos rebeldes, São Paulo, Scipione, 1993; Sidney Chalhoub, Cidade Febril - cortiços e epidemias na corte imperial, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

⁵⁸ Cartas-votos de Magalhães de Azeredo (10/10/1912), AABL, cadeira 5, 13.c.9, e de Oliveira Lima (15/11/1912), AABL, cad. 5, 130.c.11 e telegrama de Jaceguai (11/05/1912), AABL, cad.5, 130.c.13. Mário de Alencar e José Veríssimo não deixaram registros de seus votos.

⁵⁹ “Na Academia Brasileira - A próxima eleição para as vagas de Raimundo Correia e Araripe Júnior”, *Gazeta de Notícias*, 06/05/1912, p. 1. Também durante a eleição seguinte, para a vaga de Rio Branco, foi imputada a ele a autoria. Vide C. de L. (Carlos de Laet), “Microcosmos”, *O Paiz*, 15/05/1912, p. 1, *Fon-fon*, ano XI, 28/09/1912. Anos mais tarde, Afrânio assumiria a defesa do critério dos expoentes, in “Introdução”, Discursos acadêmicos, op. cit., pp. 5 a 8 e “Prefácio”, Fernão Neves, A Academia Brasileira de Letras - notas e documentos para a sua história (1896-1940), Rio de Janeiro, ABL, 19140, pp. V a XV.

Isto não impediu que, em 11 de novembro de 1911, Filinto de Almeida se pronunciasse em sessão, acompanhado por Afonso Celso, contra o cientista. Embrião do debate que estava por vir, a discussão nem se iniciou, posto que Souza Bandeira interveio para dizer que aquele não era um assunto de pauta.⁶⁰ Numa das primeiras sessões do ano seguinte, Filinto volta à carga, agora com um maior apoio de outros confrades. O dito escritor vai de início direto ao ponto: não via no candidato nada que o tornasse um “homem de letras”. Estava esperando até aquele dia uma defesa prometida por Afrânio Peixoto (que não se achava presente) da proximidade de Cruz com o universo das letras. Além deste problema de fundo, Filinto aborda a questão da perspectiva da legalidade: o candidato atentava contra os Estatutos da ABL. Embora não o tenha citado, certamente se referia ao artigo 2o., onde se lê que

Só podem ser membros efetivos da Academia os brasileiros que tenham, em qualquer dos gêneros de literatura, publicado obras de reconhecido mérito ou, fora desses gêneros, livro de valor literário.
⁶¹

O trecho é bem amplo no seu significado, ficando ao sabor das interpretações. Entretanto, certamente que Osvaldo Cruz não era reconhecido pelos seus méritos literários: esta era uma crítica que muito o surpreenderia, se não lhe causasse indiferença.

Em todo o caso, Filinto de Almeida é secundado por Olavo Bilac e por Carlos de Laet, que aproveitam a ocasião para ironizar Cruz. Laet afirmou que a obra que Cruz apresentava à ABL era o seu “relatório da peste bubônica”. Já o poeta parnasiano preferiu

⁶⁰ Ata de 11/11/1911.

⁶¹ “Estatutos da Academia Brasileira de Letras”, in Academia Brasileira de Letras, Estatutos e regimento interno, Rio de Janeiro, p. 5.

lembrar que a ABL poderia homenagear melhor as ciências escolhendo também o engenheiro Paulo de Frontin.

Do lado oposto estavam Afonso Celso⁶² e Salvador de Mendonça⁶³, que não viam distinção entre “intelectuais de letras e intelectuais de ciência”. Osvaldo Cruz escrevia corretamente, conhecia bem a nossa literatura e adotava a ortografia aprovada pela Academia entre os anos de 1907 e 1911. Isso já o habilitava a concorrer a uma vaga. Por fim, fechando a argumentação, afirmaram que “a ciência é uma literatura, por que sem forma literária, [...] não [se] compreende a verdadeira ciência”.⁶⁴ O debate parou por aí e deu-se início à eleição, ganha pelo médico sanitарista.

Mas a eleição do sanitарista teve desdobramentos. Na reunião seguinte, em 18 de maio de 1912, Carlos de Laet propôs que a ABL aprovasse a seguinte indicação:

Indico que se eleja ou nomeie uma comissão para entender as modificações que se devem adotar em nossos Estatutos no intuito de tornar bem claras as condições de admissão na Academia Brasileira de Letras, e decidir se a esta podem ser candidatos cientistas, artistas, industriais ou quaisquer

⁶² Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior, conde de Afonso Celso (1860-1938), foi o famoso autor do livro *Por que me ufano de meu país* (1900). Filho do visconde de Ouro Preto, chefe do último gabinete do Império, pendeu ora para a República, ora para a Monarquia. Durante o Império, foi republicano e abolicionista, trabalhando na imprensa. Foi ainda deputado federal por Minas Gerais entre 1881 e 1889. Depois da Proclamação participou ativamente do movimento restaurador, sendo um dos fundadores do *Jornal do Brasil*. Escreveu romances, poesias e panfletos monarquistas.

⁶³ Salvador de Menezes Drummond Furtado de Mendonça (1841-1913), irmão de Lúcio de Mendonça, foi jornalista, poeta e autor de um romance, *Marabá*. Foi um dos fundadores do Partido Republicano em São Paulo (1870). Nomeado cônsul em Baltimore e em Nova Iorque (1877), foi responsável pela intervenção junto ao governo norte-americano para o pronto reconhecimento do governo provisório republicano de 1889. Em 1890 foi promovido para Washington, de onde foi removido em 1898, indo para Lisboa. Foi exonerado do serviço diplomático no mesmo ano, por motivo de moléstia. Reintegrado em 1903, foi logo aposentado, falecendo cego como seu irmão.

⁶⁴ Ata de 11/05/1912. As atas da ABL são, por assim dizer, muito literárias e pouco burocráticas. Nota-se a intenção do encarregado de escrevê-las (o primeiro-secretário) em ser o mais fiel possível ao que era dito, tal qual um estenógrafo. Entretanto, é evidente que não se pode tomá-las como cópias fiéis do que era dito. Mas para os nossos fins, não é preciso tomar o rigor metodológico como uma camisa de força. As citações, tais quais se encontram nestes documentos, nos bastam.

outras pessoas sem títulos que especificamente os recomendem como cultores das letras propriamente ditas.⁶⁵

Muito embora Laet tenha ressaltado que a proposta não se dirigia ao caso de Osvaldo Cruz, era óbvio para todos que ele era a sua razão de ser. Laet parecia intuir o perigo se aproximando e sabia o quanto o art. 2 dos Estatutos eram abertos a interpretações e que casos semelhantes ao acima poderiam se repetir dali em diante. Laet arengou em favor de sua indicação. Afirmou que era contra a “teoria exponencial das intelectualidades”, posto que a cada ramo do saber cabia a sua organização específica. Assim, argumentou ele, poderia Luís de Camões, por ter demonstrado em alguns escritos ter conhecimentos médicos, ter sido eleito para a academia de medicina em Portugal? Travou-se a seguir, nas palavras do redator da ata, um “animado debate”. Fica ao leitor a liberdade de imaginar o quão “quente” deva ele ter sido. Da minha parte, penso que, a despeito da imagem de cordialidade em torno da ABL, o debate foi muito acalorado. Contra Laet, posicionaram-se Silva Ramos, Alberto de Oliveira e Souza Bandeira, por acharem, dentre outras coisas, que a proposição feria a liberdade de escolha de seus membros pela instituição. Salvador de Mendonça voltou a defender seu singular ponto de vista, pelo qual “um pintor, um arquiteto, um escultor não são homens de letras; mas [...] que todo cientista, todo o pensador, todo o artista que usa da palavra escrita ou falada tem título suficiente e idôneo para ser candidato à Academia”. José Veríssimo, que presidia a sessão, interrompeu a discussão para afirmar que era contra a indicação, mas somente por que parecia ser algo específico contra Osvaldo Cruz, embora achasse que os Estatutos fossem claros: os candidatos tinham que ser homens de letras ou ter obra literária relevante. Não havia dúvidas quanto a isso. Mário de Alencar

⁶⁵ Ata de 18/05/1912.

timidamente se pronunciou concordando com Veríssimo apenas no que se referia ao fato de a emenda ser contra o higienista recentemente aceito. A reunião terminou sem uma decisão, e com os ânimos agitados, já que Augusto de Lima pedira o fim da sessão, ao que replicara Filinto de Almeida que ali não era a Câmara dos Deputados...⁶⁶ Apenas no dia primeiro de junho de 1912 a proposta foi rediscutida. Segundo a ata, “concentrou-se por fim a discussão num vivíssimo torneio, verdadeiro combate singular entre o autor [Laet] e o sr. Afrânio Peixoto, notificado pelo primeiro a apresentar as obras e provar o mérito literário de um dos candidatos, ultimamente admitidos na Academia”. Se alguém acreditou que Laet não tinha em mente Osvaldo Cruz ao escrever sua emenda, creio que mudou de opinião. Entretanto, encontrando muita oposição, o autor terminou por retirar sua indicação.⁶⁷ Perdida a primeira batalha, a guerra estava apenas começando...

Além do inusitado debate provocado nas reuniões acadêmicas, o caso Osvaldo Cruz provocou uma inédita repercussão na imprensa. “Repercussão” talvez seja um eufemismo. O correto seria dizer “campanha”. Os jornais cariocas da virada de 1911 para 1912 registraram uma pequena, porém autêntica, campanha em torno de Emílio de Menezes.⁶⁸

Sem assinatura, mas escrita em nome da revista, a *Fon-fon* de 11 de novembro de 1911 ostentou um artigo cujo título já prenunciava a posição que defendia: “Letras bacteriologas”. Apesar de exaltar os valorosos serviços sanitários que o famoso médico havia prestado ao país, a revista adota uma postura contrária à sua entrada para a ABL. Na

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Ata de 01/06/1912.

⁶⁸ Emílio de Menezes (1866-1918), poeta, destacou-se como humorista e como autor de inúmeras sátiras às principais figuras literárias e políticas do início do século. Conta-se que sua entrada na ABL foi durante anos recusada por Machado de Assis, que não achava que sua verve e seus modos boêmios condissessem com a Academia. Foi finalmente eleito para o cenáculo em 1914, tendo seu discurso de posse sido censurado por recriminar a ABL não tê-lo escolhido antes disso. Adoecendo, não tomou posse de sua cadeira.

sua análise, o articulista vê que a eleição deixava de ter apenas um mérito individual e momentâneo para levantar a questão da própria definição da instituição. E nessa análise acabou entrando uma ponta de crítica, daquele mesmo tipo feito quando Mário de Alencar foi eleito: havia imortais que não tinham bagagem literária suficiente para pertencerem ao grêmio. O redator do artigo se referia especificamente ao general Dantas Barreto e ao almirante Jaceguai. A culpa pela entrada destes não era de um grupo, mas da Academia como um todo. Ou seja, acertava-se no diagnóstico de que as eleições podiam consagrar mediocridades, mas não chegava-se até o ponto central, o de que isso era fruto das disputas internas à ABL. Portanto, fiquemos com aquilo que é ressaltado no texto: a identidade da Academia.

Se é como apenas um grêmio representativo de classes, coisa a que na verdade intrinsecamente ela se quer limitar que encare essa academia, muito bem está a sua candidatura; se, porém, a entende como academia de letras, tal como ela se inculca em seu título tenha, o eminente candidato que não só lamentemos como que protestemos mesmo [sic], delicadamente, contra essa sua injustificável apresentação, porquanto [...] o seu alto e inegável valor não é, absolutamente, o de um letrado. [...]

Em todo o caso, como esse grêmio anda a se tornar [...] uma agremiação de classe em detrimento do que pretendeu e do que devera ser e que era uma Academia de Letras, proceda o eminente bacteriólogo como entender.⁶⁹

Fica claro para o leitor do artigo que, apesar da redação um pouco confusa, o redator se preocupava com o destino que a Academia estava tomando, e que este destino estava ligado à possível eleição de Osvaldo Cruz. Ainda que houvesse casos reprováveis anteriores, como os citados de Dantas Barreto e de Jaceguai, era o atual pleito que marcaria as intenções da ABL. Ela queria se tornar uma instituição de “classes” (leia-se, de grandes

⁶⁹ “Lettras bacteriologas”, *Fon-fon*, ano V, n. 45, 11/11/1911.

nomes das mais variadas profissões) ou queria se manter fiel ao projeto inicial de um grêmio estritamente de literatos? Era essa a grande questão que se punha.

Já o jornalista Abner Mourão ia um pouco mais longe: não achava nem mesmo que Osvaldo Cruz fosse o grande nome que se imaginava. Segundo o articulista, tudo o que ele havia feito, no caso da campanha contra a febre amarela no Rio de Janeiro, não fôra mais do que a aplicação de métodos que foram inventados por outros. A louvação ao seu nome não era mais do que uma espécie de patriotada. Ao contrário de Cruz, havia um candidato melhor: Emílio de Menezes. Mourão exalta seus dotes poéticos, o que o habilitava com todas as honras a uma Academia de Letras. Mas, em vez de, como a *Fon-fon* mostrar com seriedade uma compreensão da grande questão que se punha para a ABL, ele preferiu utilizar as armas da chacota, na linha adotada por Olavo Bilac em umas das sessões acadêmicas. Mourão propôs então que, no lugar de Osvaldo Cruz, se elegeisse outro “homem *não de letras*”, o próprio presidente da República, o marechal Hermes da Fonseca.

Não é literato ou cientista, mas é presidente da República. Nunca matou mosquitos, mas é signatário de várias ordens do dia, de uma plataforma, de duas mensagens, dos telegramas ao general Sotero da Bahia; é, por conseguinte, e isso dever ser de todo o peso para uma Academia de Letras, muito menos inédito.⁷⁰

A brincadeira do autor é significativa: atingia diretamente o âmago do argumento da teoria dos “expoentes”. Ela mostra como apesar de ser um “medalhão”, Hermes também era uma figura medíocre, cuja única “obra” em vida fôra meia dúzia de atos governamentais sem grande alcance. A chacota se ligava à sua visão da frágil situação dos literatos no país, uma situação de descaso para com as letras, coroada com aquela candidatura do sanitarista.

⁷⁰ “As vagas na Academia de Letras”, *O Paiz*, 11/05/1912, p. 2.

Magnífica essa candidatura nessa terra, em que nada se toma a sério e para os homens de letras há mais do que hostilidade, há a suprema indiferença. Coisas que daqui a cento e cinquenta anos, quando formos um povo civilizado, estarão corrigidas, com a condição de se começar a combatê-las desde já.

A Academia deve ser para os homens de letras, como as associações científicas para os sábios e, para os padres, as instituições eclesiásticas.⁷¹

A argumentação de Abner Mourão se identifica totalmente com aquela utilizada nas sessões por Filinto de Almeida e por Carlos de Laet. Em linguajar popular, ele queria dizer: “cada macaco no seu galho”. Isto era mais do que um purismo ou um amor pela legalidade regimental das instituições. Era a expressão do sentimento de que um projeto intelectual que visava preservar um espaço para os literatos estaria indo por água abaixo com a eleição de Osvaldo Cruz.

O fato de que Mário de Alencar e José Veríssimo tenham passado ao largo da discussão é extremamente revelador da perda de influência do seu grupo. Ninguém pediu a sua opinião e a discussão não se balizou pela posição que poderiam a dotar. Ao mesmo tempo, o debate marca a controvertida entrada da figura de Afrânio Peixoto na arena acadêmica, o que levanta a suspeita de que tenha articulado o nome de Osvaldo Cruz. Em todo o caso, a eleição foi o prenúncio de que mais viria pela frente. Com a anuência da ABL à eleição de figuras que nada tinham a ver com a literatura, com as letras ou atividades intelectuais afins, ela jogava fora a baliza mestra que a geração de Machado de Assis, Lúcio de Mendonça e Joaquim Nabuco havia erigido. A ABL deixava claro para o público e para futuros candidatos que não mais interessavam apenas a obra ou o renome intelectual do

⁷¹ Idem. Ver ainda “O que se diz, o que se passa: a Academia de Letras”, *A Imprensa*, 22/09/1911, p. 2, onde também se defende a candidatura de Emílio de Menezes.

postulante, mas que levava-se também em conta, às vezes com mais força, a posição social e a aproximação com o poder. Não quero dizer com isso que antes estes fatores não tivessem exercido influência. Veja-se o caso de Rio Branco e de Dantas Barreto, mas ao menos, nestes casos, os vitoriosos tinham laços com aquele singelo prefixo “de Letras” que figura após o nome da Academia Brasileira.

Talvez também haja outra explicação para o fato. Tomemos o caso citado de Rio Branco. Embora tenha escrito uma ou outra obra, é indubitável que jogou um forte papel na sua escolha a sua posição de ministro e o seu auxílio aos literatos incorporados ao serviço diplomático (Nabuco, Graça Aranha, Oliveira Lima, Domicio da Gama e Aluísio Azevedo). A sua sorte é que teve a lhe apoiar o grupo hegemônico de Machado, numa época em que não havia oposição às “determinações” do mestre. Já Osvaldo Cruz surgiu num período em que não existia mais uma figura agregadora do porte do romancista, quando vários outros literatos como Afrânio Peixoto, Mário de Alencar, José Veríssimo e Coelho Neto (certamente com algum dividendo eleitoral depois de eleger Dantas Barreto) disputavam a supremacia do cenáculo.

Também o reflexo da disputa nos jornais fragilizou a imagem externa da Academia como o local da cordialidade e da união, um dos pontos sagrados levantados por Joaquim Nabuco em 1897. Assim, colocou-se em xeque a idéia de que a política não entrava na ABL, não tanto por causa do nome escolhido, mas sobretudo por que o mal da discórdia, da disputa e dos interesses pessoais, atribuídos na década de 1890 à política, deixava de ser mascarado e extrapolava o ambiente acadêmico, tornando-se evidente para qualquer leitor dos periódicos da época.

A eleição de Osvaldo Cruz apenas marcou o início de tudo isso. A coroação do processo viria com a eleição seguinte, ocorrida no mesmo ano de 1912, para o preenchimento da vaga deixada por Rio Branco. Mais emblemática ainda do que a sua antecessora direta, nesta eleição não só a violência dos debates foi mais intensa, como a repercussão na imprensa, a divisão entre os acadêmicos e a certeza de que não mais importava apenas ser um grande literato para conseguir a aprovação dos imortais ficou mais evidente. A “história” que deveria ser feita “lá fora”, nas palavras de Machado de Assis, derrubava com estrondo as portas da Academia e tomava assento para nunca mais deixar seu posto.

A eleição mais agitada e quente da ABL marcou o fim definitivo do grupo machadiano e a criação de um outro núcleo poderoso envolvendo Afrânio Peixoto, Mário de Alencar e outros. A correta avaliação da sua força e dos seus limites só poderá ser feita pesquisando-se os anos pós-1912, limite do meu trabalho. O campo está em aberto. De qualquer forma, a “panelinha” rachou em duas: Magalhães de Azeredo, Graça Aranha, Rodrigo Otávio, Oliveira Lima e, possivelmente Mário de Alencar, votaram em Lauro Müller ⁷², enquanto José Veríssimo e o almirante Jaceguai votaram em Ramiz Galvão ⁷³, candidato nitidamente criado para se opor a Lauro. Alguns aliados constantes do antigo grupo machadiano, mas que não faziam parte do núcleo de articulações, passam a suprir o vazio deixado pelo racha e apoiam Veríssimo, tal qual Salvador de Mendonça.

⁷² Lauro Severiano Müller (1863-1926), foi colega de Euclides da Cunha na Escola Militar da Praia Vermelha. Engenheiro militar e republicano, chegou, depois de 1889, a deputado federal e senador pelo estado do Rio de Janeiro, além de ministro da Viação e Obras Públicas do governo Rodrigues Alves, sendo responsável pela modernização do porto da capital, além de auxiliar do prefeito Pereira Passos nas obras de “melhoramentos” da cidade. No governo Hermes da Fonseca (1910-1914), foi ministro das Relações Exteriores.

⁷³ Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1846-1938), foi diretor da Biblioteca Nacional, preceptor dos netos de D. Pedro II, membro do IHGB e autor de livros de história e de etimologia grega de palavras portuguesas.

Carlos de Laet, que fôra contrário a Osvaldo Cruz na eleição anterior, escreveu dois longos folhetins ridicularizando a teoria dos “expoentes”, já preparando o terreno para a contenda que se desencadearia no pleito por vir. No seu estilo satírico, ironiza o rumo que a ABL estava tomando. Na aparência concordando com aquela teoria, tenta mostrar quão inadequada era. Em dado momento, no seu primeiro artigo, chega mesmo a propor que o ex-prefeito da Capital Federal, Pereira Passos, fosse admitido na instituição, pois nos seus relatórios e textos sobre engenharia haveria “beleza literária” inigualável entre os cultores das ciências. Na análise do cronista, a ABL estava passando de uma época ortodoxa, onde apenas literatos com livros publicados eram admitidos, a um período localizado no outro extremo, onde somente cientistas seriam admitidos.

Agora, nem livro nem mais nada! Relatórios técnicos são peças literárias, Descobrir um micróbio é fazer uma ode. Cultivar um bacilo é um raptó de eloquência. Tratar da peste é arquitetar um poema... Entre os dois extremos tempo virá para o bom senso!

O bando literário esvoaça, assustado com o último tiro [a eleição de Osvaldo Cruz]. Vão ver que nenhum homem de letras se inscreve para preencher a vaga anunciada! Os mais corajosos se atiram ao estudo da microbiologia, da parasitologia, da toxicologia, da otorinonaringologia [...]

Urge chamá-los de novo, os pobres passarinhos espavoridos! Prometamo-lhes, nós os da Academia, que de vez em quando escolheremos alguns deles, por compaixão, por desenfado e para variar!⁷⁴

É evidente que a intenção de Laet não era adotar o alvitre acima, mas, somente por sua formulação, mostrar o ridículo que via na situação da Academia em aceitando cientistas e outros “medalhões”. Quando Laet se deu conta de que não seria apenas um cientista quem se apresentaria para a vaga de Rio Branco, mas um político, passou a ficar mais sério, e escreveu outro folhetim defendendo a candidatura de Ramiz Galvão. Entretanto, algo muda em sua posição. Sua combatividade diminui. Talvez intuindo a batalha perdida, defende um

⁷⁴ Carlos de Laet, “Microcosmo”, *O Paiz*, 15/05/1912, p. 1

singular ponto de vista, o que mostra como a situação da Academia, de lado a lado do fronte, era ambígua. Laet propõe que a instituição adote uma alternância. Sem o tom irônico do folhetim anterior, em que a medida era ridicularizada, ele admite o seguinte alvitre: que se alterne as figuras a entrar para a Academia; uma vez um literato puro, para satisfazer a ortodoxia acadêmica, outra vez um político, cientista, clérigo ou militar, para satisfazer Afrânio Peixoto e os que o apoiavam, e assim sucessivamente.⁷⁵ A inédita proposta ficou nas páginas do jornal, e nunca foi discutida seriamente em sessão.

Outro a mostrar como a questão estava animando os literatos, ao mesmo tempo que os confundindo, é Abner Mourão, o defensor de Emílio de Menezes contra Osvaldo Cruz. De acordo com a posição adotada para este caso, Mourão postou-se contra Lauro Müller. Entretanto, levantou o nome do deputado Eduardo Ramos, o autor da lei 726, de 1900, que tinha dado à ABL uma sala, a possibilidade de subvenção oficial e outras regalias, e que mantinha folhetim no jornal *O Paiz*.⁷⁶ Ramos, contudo, recusou a oferta.⁷⁷ Talvez impelido por esta recusa e contrariando sua posição no caso Osvaldo Cruz, aparentou apoiar Müller contra Emílio de Menezes. Só assim consigo entender que, no dia mesmo em que se realizaria o fatídico escrutínio, Mourão publicasse um artigo elogiando derretidamente o controvertido “livro” de Müller, aquele que seria ironizado por Salvador de Mendonça na sessão daquele mesmo dia.⁷⁸

Um cronista a apoiar abertamente Lauro Müller foi Teófilo de Albuquerque, que escreveu uma original análise da vida acadêmica com vistas a justificar a entrada do

⁷⁵ Idem, ibidem, *O Paiz*, 17/07/1912, p. 1.

⁷⁶ Abner Mourão, “As vagas na Academia de Letras”, *O Paiz*, 11/05/1912, p. 2.

⁷⁷ “Correspondencia, notas e colóquios de Erasmo - O sucessor do Barão na Academia de Letras”, *O Paiz*, 14/05/1912, p. 2.

⁷⁸ Abner Mourão, “O livro de sr. Lauro Müller”, *O Paiz*, p. 1.

engenheiro e ministro. Teófilo justifica o caráter inicial da Academia como expressão do seu tempo. Por isso, “tomou uma feição menos larga”, precisamente para se unir e tornar-se mais forte, para depois conquistar o apreço do público. A partir de um certo momento, passou a procurar o bafejo oficial, tentando alargar as suas fronteiras e deixar de ser meramente um centro literário.

Para a presidência da República veio um esteta [Rodrigues Alves], escondido sob a auréola de um político notável, que logo transformou uma aldeia escura e suja numa cidade de luz, calçada de luvas. Nessa época de renovamentos e de graça, [...] tudo tinha que se completar ou tomar um caminho mais sério. À Academia coube logo o que lhe faltava. Teve editores, teve casa, mobília, subvenção. [...] As suas cadeiras começaram a ser vivamente disputadas, o seu prestígio tornou-se um fato magnífico, e em torno de seu nome fez-se respeitosamente um silêncio augusto.

A Academia nunca esteve tão identificada consigo mesma como nestes últimos tempos. Que é a Academia? É um grande expoente da nossa cultura. Que é que compreende a cultura? Apenas o verso, o conto, o romance, a página de crítica? Não. A cultura é [...] complexa e compreende tudo que é ilustre. Que significa o fato de termos uma cidade limpa, com higiene e conforto; [...] de sermos uma nação que se remodela. [...] se aproxima de si mesma? Significa, simplesmente, que a nossa cultura avança, porque a cultura é a civilização. E [...] a Academia só pode se engrandecer e se ilustrar, chamando ao seu seio os principais representantes da nossa civilização.⁷⁹

Quem seria então o melhor representante desta nova época que se inaugurava? Quem pensou em Lauro Müller, acertou. Por ser um intelectual, um homem culto e um excelente administrador, merecia a honra de pertencer à ABL. “Um intelectual?”, deverá ter perguntado o leitor. Precisamente. Teófilo responde que, apesar de não ter volume publicado, era um deles, pois seus relatórios continham o traço vigoroso do estadista. O que um estadista tem a ver com um intelectual, fica a critério do leitor imaginar. Em todo o caso, o nosso folhetinista termina seu texto jogando a pá de cal no projeto inicial da Academia, típico de um tempo passado, não mais condizente com o glorioso futuro que se avizinhava

⁷⁹ Teófilo de Albuquerque, “Os destinos da Academia”, *O Paiz*, 20/07/1912, p. 1.

para a cultura nacional: a instituição, para consagrar os novos tempos, deveria abandonar seu nome de batismo, “Academia Brasileira de Letras”, para adotar um nome semelhante ao da sua congênera francesa - simplesmente “Academia Brasileira”.

Embora escrevendo depois da eleição, Sebastião Sampaio era um dos que apoiava o engenheiro e ministro. E ele possuía um singular ponto de vista, em parte semelhante ao de Teófilo Albuquerque, no qual tentava desviar o debate da questão dos “expoentes”. Segundo o original articulista, a ABL iniciara-se chamando para seu seio os intelectuais, que, na época de sua criação, tinham uma definição restrita, ou seja, eram aqueles que viviam a vida inteira mergulhados em seus pensamentos, através da poesia, prosa ou filosofia. Os casos de Osvaldo Cruz, Dantas Barreto e do almirante Jaceguai, homens práticos e profissionais de ação, foram acidentes de percurso. Já Lauro Müller era um intelectual, mas de um novo tipo: era um idealizador que passava à ação. Nos seus relatórios e discursos via-se se intuito de fazer obras concretas. Arremata nosso singular cronista: “em vez de criticar, como Euclides da Cunha, tem vivido a construir”.⁸⁰

Como se vê, o debate ocorrido na imprensa não se deu entre acadêmicos. Apenas Carlos de Laet o era. Entretanto, é um sintoma de que a disputa interna estava esquentando e que o medo da política detectado nos anos 1896-97 havia se desvanecido, e muitos literatos não concebiam mais como um disparate que a Academia chancelasse uma figura eminente da vida pública do país, um dos “poderosos do momento”, na expressão da época. Na sua constante ambigüidade, a ABL punha em xeque o discurso montado na época de sua fundação.

⁸⁰ Sebastião Sampaio, “Um homem do seu meio e do seu tempo - O sr. Lauro Müller - a sua individualidade e a sua obra, a sua eleição para a Academia, o seu discurso ao sr. Hermes, publicado em livro”, *A Imprensa*, 16/09/1912.

A sessão de 14 de setembro de 1912 prometia ser agitada. Os jornais já tinham assinalado que a disputa seria acirrada.⁸¹ A reunião foi aberta e imediatamente Salvador de Mendonça, apoiado por Filinto de Almeida e Artur Jaceguai, tentou impugnar a candidatura de Lauro Müller, em melodramático discurso. O interessante é que, apesar de Müller ser um caso mais grave de “expoente”, posto que nem mesmo cientista era e nada havia escrito em sua vida, Mendonça preferiu deixar de lado as questões teóricas e se centrar na questão do poder. Para ele, o problema com o candidato é que ele abria as portas da instituição para os políticos, para aqueles que carregavam o poder de coação de seus cargos executivos ou parlamentares. Nas palavras do alarmado irmão de Lúcio de Mendonça, “ou a Academia tem hoje as suas Termópilas, ou abre-se a porta à invasão da Hélada”.⁸² Nada como um membro de um instituto de culto à arte lembrar o exemplo grego, tão caro aos parnasianos do início do século... Continua o literato: a referida candidatura trazia tudo de mal que a Academia deveria evitar. Em primeiro lugar, o candidato não se apresentara por si, mas alguns acadêmicos, que não são especificados, foram a ele propondo lançá-lo, o que ia contra as praxes acadêmicas. Embora estivesse correto, Salvador de Mendonça se “esqueceu” que esse desrespeito era costumeiro, e nunca fôra impedido. Em segundo lugar, Ramiz Galvão era um literato “puro” (o termo é meu): historiador, professor e filólogo, tinha até sido aventado como possível membro fundador, recusando a oferta por se achar na época incompatibilizado com Lúcio de Mendonça. Em contrapartida, Lauro Müller não se aproximava nem um pouco do título. Sobre sua “obra”, disse ele: “Creio que não se pode

⁸¹ Na nota “Academia Brasileira”, *O Seculo*, daquele 14/09, adiantava que havia “grande pressão em favor do primeiro [Lauro Müller], principalmente no meio diplomático./Contra a candidatura do dr. Lauro Müller se pronunciarão em discurso os srs. Salvador de Mendonça e barão de Jaceguai./A sessão deve ser agitada.”

⁸² “A Academia Brasileira - a eleição do sr. Lauro Müller - o sr. Salvador de Mendonça - o sr. Jaceguai - o sr. José Veríssimo - notas e informações”, *O Seculo*, 16/09/1912, pp. 1 e 2. A notícia reproduz o discurso de Mendonça.

mentonar o que não existe, [...] pelo menos não posso mentonar o que não conheço. É certo de que mais de um mês depois da apresentação de sua candidatura, chegou-nos da Europa um opúsculo em tipo e papel gordos, que o nosso confrade, relator do parecer acerca de *Sua excelência*, chamaria espiritualmente ‘literatura de encher’.”

Devo aqui abrir um parênteses. Os articuladores da candidatura de Lauro Müller foram Paulo Barreto e Medeiros e Albuquerque. Barreto, mais conhecido por João do Rio, escreveu a Medeiros dando a sua idéia de lançarem Lauro, que já havia concordado, desde que lhe assegurassem de antemão que ganharia a eleição. Barreto enviou uma lista de votos já conseguidos e pedia a Medeiros que conseguisse outros tantos. Segundo o anedotário acadêmico, para não encontrarem problemas regimentais contra o candidato, que nada havia publicado até então, os articuladores, com Medeiros à frente, organizaram a impressão em Paris de um discurso de Müller, proferido ao final do primeiro ano de governo de Hermes da Fonseca, em 1911, exaltando suas realizações e o futuro promissor da nação. A própria carta de Paulo Barreto a seu amigo diz que a edição de tal livro já fôra encomendada antes da sua apresentação como candidato.⁸³

Em terceiro lugar, Salvador de Mendonça lembra o problema da posição de Lauro Müller como ministro das Relações Exteriores e a questão ética que sua candidatura punha a alguns membros da Academia. Havia vários deles que eram empregados do governo em repartições públicas, secretarias e escolas, cujos cargos dependiam de indicação de ministros. Porém, mais grave ainda, havia um pequeno grupo que era dependente direto do ministério de Lauro: eram cônsules e embaixadores como Oliveira Lima, Aluísio Azevedo,

⁸³ Carta de Paulo Barreto a Medeiros e Albuquerque, de 24/05/1912, FCRB, pasta Paulo Barreto, 76342; Medeiros e Albuquerque, *Minha vida*, op. cit., p. 217. Ver ainda, Brito Broca, *A vida literária no Brasil - 1900*, op.cit., pp. 69 a 73.

Domício da Gama, Graça Aranha e Magalhães de Azeredo. Logo, perguntou o orador, “caso o ministro saia hoje eleito, com que ufania poderá contar os votos que o elegeram, se a maior parte deles for os votos de seus subordinados e dependentes? E se um ou mais desses subordinados ou dependentes se absterem ou votarem em seu contendor, o que irá fazer? puni-los pelo seu ato de hombridade? declarar esta virtude incompatível com a carreira diplomática?”

Por fim, Mendonça ataca a opinião de que se deveria eleger um político como Müller por que ele facilitaria a vida da Academia ao conseguir recursos para ela. Mendonça toma este ponto de sua crítica como um liame com o projeto inicial da ABL. Era a questão da independência dos literatos e de separação entre literatura e política que ele defendia. Segundo ele,

A resposta é que tais auxílios não devem ser o resultado de transações menos airoas, mas o auxílio público, votado pelos poderes competentes, à face de toda a Nação, para desempenho dos ‘encargos que visem o progresso das letras e da cultura nacional’, como lá bem diz o final desse mesmo artigo dos Estatutos [art. 8o.]. [...] Se o Poder Legislativo, por influência indébita de algum poderoso do dia, negar-nos subsídio por havermos mantido a dignidade desta instituição, tanto pior para ele, porque isto virá apenas provar que a representação nacional não está na altura do seu dever, nem do próprio decoro.

A votação de hoje vai decidir da sorte desta companhia: ou ela sairá dignificada deste pleito, ou iniciará o período de sua obediência aos poderosos da terra, alistando-se na fila dos bajuladores comuns de todos os governos, para que não lhe cortem o subsídio.⁸⁴

Como se vê, Salvador de Mendonça cumpriu bem o seu *script* de último baluarte do projeto que havia levado seu irmão e seus colegas letrados a fundar a ABL, bem como a si próprio também. Um pouco romanticamente, travestiu-se no papel de defensor da ortodoxia acadêmica, na interpretação dos limites impostos à política - ou aos políticos - na Academia.

⁸⁴ “A Academia Brasileira...”: vide nota 41.

Seu discurso, porém, foi em vão. Depois de sua fala, abriu-se um caloroso debate, em que falaram outros acadêmicos, de lado a lado: Jaceguai a apoiar Mendonça; Afonso Celso e Mário de Alencar contra. O conde Afonso Celso, que gostava de frisar que votaria em Ramiz Galvão, chegou mesmo a afirmar, defendendo a validade da candidatura do ministro, que “a política é, como em Haia afirmou o genial presidente desta Academia, uma das grandes manifestações do espírito humano”.⁸⁵ A frase resumia bem o novo espírito reinante na ABL. Não que eu creia que Joaquim Nabuco, Machado de Assis ou Lúcio de Mendonça discordassem que a política tinha a sua importância, ou que os literatos não deveriam se preocupar com ela. Entretanto, o seu significado naquele momento era outro. Depois de anos mantendo aquela instituição ao menos formalmente afastada dos acontecimentos da vida pública, uma frase como aquela soava como uma espécie de rendição que tanto chocava Salvador de Mendonça. Resultado final de toda a confusão: Lauro Müller ganhou por 22 votos a 15, dados a Ramiz Galvão.⁸⁶ Foi, sem sombra de dúvidas, o maior quorum eleitoral daqueles 15 anos de vida acadêmica.

Antes que as repercussões da eleição de Lauro Müller se fizessem sentir, José Veríssimo anunciou à assembléia, ao fim da sessão de votação, que renunciava a seu cargo de secretário-geral e de presidente interino (durante seu mandato, Rui Barbosa não apareceu

⁸⁵ Ata da reunião de 14/09/1912.

⁸⁶ Segundo *O Seculo*, de 16/09/1912, assim se distribuíram os votos: para Müller - Mário de Alencar, Souza Bandeira, Inglês de Souza, Paulo Barreto, Heráclito Graça, Augusto de Lima, Coelho Neto, Luís Murat, Sílvio Romero, Afrânio Peixoto, Clóvis Beviláqua, Medeiros e Albuquerque, Graça Aranha, Oliveira Lima, Alcindo Guanabara, Rodrigo Otávio, Aluísio Azevedo, Olavo Bilac, Artur Orlando, Dantas Barreto, Domicio da Gama e Magalhães de Azeredo; para Galvão - José Veríssimo, Filinto de Almeida, Jaceguai, Laet, João Ribeiro, Salvador de Mendonça, Afonso Celso, Silva Ramos, Alberto de Oliveira, Rui Barbosa, Pedro Lessa, Garcia Redondo, Afonso Arinos, Vicente de Carvalho e Lafaiette Rodrigues. A nota parece estar correta. O posicionamento de Mendonça, Laet, Celso, Mário, Jaceguai, Filinto e Veríssimo na sessão do dia 14 parece corroborar os votos acima elencados. Além disso, temos os votos de Arinos, Aluísio, Bilac, Vicente, Dantas, Domicio, Redondo, Graça, Alcindo, Lafaiette, Lessa, Azeredo, Medeiros, Oliveira Lima, Orlando e Otávio (AABL, cadeira 34, respectivamente códigos 428.c.20 a 23, 25 a 33, 35 e 37 a 39) corroborando a notícia. Deve-se notar que o medo de Salvador de Mendonça não foi infundado: todos os diplomatas da ABL votaram em seu chefe hierárquico.

na Academia mais do que uma dúzia de vezes), deixando claro sua decepção com os rumos que a eleição e as disputas travadas abriam para a ABL. Fiel a esse sentimento, nunca mais pôs os pés por lá, embora seus confrades o tenham eleito de novo para secretário-geral, cargo que recusou. Mário de Alencar, Rui Barbosa e Afrânio Peixoto escreveram a ele tentando demovê-lo da atitude, mas ele ficou inflexível. Veríssimo respondeu que tinha se desiludido com os novos métodos eleitorais da ABL, com a intromissão da imprensa nos pleitos acadêmicos, “e a Academia neste ponto, imagem da nossa covardia nacional, cede-lhe às injunções”, e com a inundação que se verificaria de candidatos sem qualquer vinculação com o universo letrado. Sua crítica é amarga e ferina:

Indivíduos sem nenhuma recomendação literária ou outra qualquer [...] apresentam-se patrocinados por acadêmicos que positivamente se servem da Academia somente para angariar vantagens, e encontram apoio num mau espírito de camaradagem, na dependência de clientes ou por motivos ainda mais inferiores. Tudo isto me desgosta e incomoda profundamente. Que quer? Sou assim feito e já não estou em idade de mudar. E os incomodados mudam-se.⁸⁷

Veríssimo chega a apontar para uma possibilidade de reconciliação. Propõe que se regulamente certas práticas internas, de modo a evitar a desfiguração da ABL: só abrir as eleições para homens de letras; só aceitar candidatos depois de oficialmente abertas as vagas; proibir terminantemente os compromissos de votos, exigindo a palavra de honra de cada imortal de que não tinha feito isso; e a discussão aberta dos méritos de cada candidato em sessão previamente marcada.⁸⁸ Veríssimo queria, com isso, “acabar com o pretexto de expoente da cultura nacional, que dará lugar às mais impertinentes pretensões e às mais indignas especulações com a Academia.” Parece-me que o ex-secretário-geral apenas

⁸⁷ Carta de José Veríssimo a Afrânio Peixoto, de 15/12/1913, AABL, cadeira 18, 502.c.156. Ver também as cartas para Afrânio de 24/06/1913 (AABL, cad. 18, 502.c.153) e de 21/12/1913 (502.c.157), para Mário de Alencar, de 15/12/1913 (502.c.75) e de 25/12/1913 (502.c.76) e para Rui Barbosa, de 15/12/1913 (502.c.177).

⁸⁸ Esse tipo de alvitre já fôra aprovado pela ABL, mas nunca posto em prática: *atas* de 23/09 e 07/10/1911.

escreveu tais propostas como uma forma de marcar posição, visto que sabia que não seriam aprovadas. Além do que, ele as escrevera em uma carta para Afrânio Peixoto, exatamente aquele que lançara na ABL a teoria dos “expoentes”. Veríssimo não achava que havia caminho de volta, por isso vaticinou um novo destino para a instituição que ajudara a criar: “deixemos que a Academia se faça à imagem da sociedade a que pertence, e não queiramos ir contra as leis científicas que correlacionam os organismos com os meios que os produziram”.⁸⁹ A posição de Veríssimo revela um desalento profundo com a implosão do projeto inicial dos criadores da ABL. O crítico literário avaliou bem as consequências trazidas com a última eleição, a repercussão na imprensa e a violenta luta interna da Academia. Ele sentiu o golpe quase que de forma pessoal, como remanescente do grupo central que moldara a instituição para ser independente das injunções políticas do momento e para ser um local de confraternização intelectual e literária. Deu-se conta que uma vez expostas as diferenças entre os imortais, diferenças que sempre existiram, mas que antes eram mascaradas e administradas com competência por Machado de Assis e seu grupo, não havia caminho de volta, e a mácula da luta política e da entrada de “expoentes” viera para ficar.

Eu poderia muito bem terminar por aqui esta longa exposição das duas últimas eleições que compõem o meu período de estudo, concluindo que houve uma virada que modificou o projeto inicial contido nos discursos de Machado de Assis e Joaquim Nabuco, de 1897, e nos folhetins de jornal, de 1896, analisados no capítulo precedente. Entretanto, eu deixaria de seguir minha própria avaliação de que a ABL sempre se comportou de forma mais ambígua do que deixava entrever para o público. É claro, pelas fontes acima coligidas,

⁸⁹ Carta a Afrânio Peixoto, 15/12/1913, citada na nota 87.

que algo mudou. As disputas eleitorais se tornaram mais acirradas, a imprensa passou a se interessar mais pelo que acontecia lá dentro e o a teoria dos “expoentes” tomou uma força inaudita. A restrição aos políticos e homens alheios à literatura caiu definitivamente por terra. Contudo, não houve uma ruptura como tentaram fazer crer o denunciadores das candidaturas de Osvaldo Cruz e de Lauro Müller. O mais correto seria afirmar que o que houve foi a explicitação de processos internos que haviam sido abafados pela geração de Lúcio de Mendonça, Machado de Assis e Joaquim Nabuco, pois eles mesmos trouxeram o universo da política para dentro da Academia, quando das suas cabalas eleitorais. Pode-se argumentar em contrário que um Dantas Barreto entrou à revelia de um José Veríssimo, caso de “expoente” lembrado pelos defensores da teoria. Mas, e o caso do almirante Jaceguai? E de Rio Branco? O que ocorria é que a “panelinha” tinha poder suficiente para administrar suas escolhas sem muita oposição. Ao mesmo tempo, conseguia, exceção feita ao almirante, escolher figuras que tinham tido alguma relação com o universo letrado antes de terem se tornado “medalhões” da política. A inconstância de um Salvador de Mendonça e de um Afonso Celso, que apoiaram Osvaldo Cruz e atacaram Lauro Müller, é ilustrativo da ambigüidade do processo descrito acima.

Mesmo Joaquim Nabuco não escapou. Muito tempo antes de Afrânio Peixoto surgir na cenário acadêmico com as suas idéias sobre os “expoentes”, nosso ex-abolicionista tentava cooptar Machado de Assis para os seus candidatos. Nos argumentos utilizados encontramos muitas semelhanças com Afrânio. Até mesmo no título: enquanto Afrânio cunharia a expressão “expoentes”, Nabuco adotaria as “notabilidades”. Segundo ele, a Academia deveria “ter uma esfera mais lata do que a literatura exclusivamente literária [sic] para ter maior influência. Nós precisamos de um certo número de *grands seigneurs* de todos

os partidos. Não devem ser muitos, mas alguns devemos ter, mesmo porque isso populariza as letras”.⁹⁰ Eu só imagino o constrangimento de Salvador de Mendonça em 1912, depois de seu discurso contra o rebaixamento da ABL ao aceitar políticos de renome apenas para conseguir mais dinheiro, caso alguém bradasse contra si esta frase de Nabuco. Em todo o caso, ela ilumina um aspecto; o porquê de Nabuco ter levantado a candidatura de Quintino Bocaiúva, um republicano dito “histórico”, em 1903. Entretanto, para continuar a complicar as coisas, é bom lembrar que tal apoio se deu uma só vez, enquanto que uma meia dúzia de vezes ele se lembrou do monarquista Jaceguai. A sua teoria das “superioridades” advinha de sua convicção, profundamente diferente da superfície de seu discurso de 1897, mas balizada por suas entrelinhas, de que a ABL deveria ser primeiro recheada com a fatia mais velha dos “medalhões” nacionais. Assim, certas áreas da vida nacional, tal como o exército, a marinha, e o jornalismo político, não importando suas opiniões políticas, deveriam ter cadeiras para si.⁹¹ Debaixo deste desprendimento democrático se encontra uma forma de fazer entrar na instituição nomes afinados com suas próprias idéias monarquistas. Assim, em vez de dizê-lo com todas as letras, Nabuco mascara seu desejo pelo barão de Jaceguai através da idéia de que a marinha brasileira deveria preencher uma vaga acadêmica. Machado de Assis nunca respondeu claramente às intenções de seu amigo. Contudo, apoiou Jaceguai quando ele foi eleito e sempre passava a ele as opiniões do ausente Nabuco.

Também José Veríssimo não se salva quanto a também ter inserido no debate sobre a ABL um espaço para que a teoria dos “expoentes” encontrasse ressonância. Historiando a trajetória da instituição, procurou restringir ao máximo a função da Academia ao mundo das

⁹⁰ Carta de Nabuco a Machado, de 06/12/1901, in Machado de Assis, *Correspondência colligida e anotada por Fernando Nery*, op. cit., pp. 58 e 59.

⁹¹ Cartas para Machado de Assis, de 08/10/1904 e de 28/07/1905, in Machado de Assis, *Correspondência colligida e anotada por Fernando Nery*, op. cit., respectivamente pp. 77 a 82 e 93.

letras, na forma de criar um espaço de veneração pela literatura e de civilidade entre os literatos. Entretanto, a certa altura de seu texto, que é de 1907, Veríssimo afirma que cada patrono escolhido para cada uma de suas 40 cadeiras foi a “invocação de um nome ilustre da inteligência nacional, um dos padroeiros da nossa cultura. E alargando a compreensão do que forma o cabedal da nossa civilização espiritual, não estreitou a sua escolha, quer no passado quer no presente, aos puros literatos. Aceitando como os seus estadistas, sabedores, eruditos, oradores, jornalistas, julgou sem dúvida que, conforme o parecer de um dos maiores acadêmicos franceses, ‘tudo o que se faz com talento, torna-se literatura’.”⁹² Ora, se o próprio Veríssimo admitia “estadistas” entre os patronos, porque não os admiti-los entre os membros comuns? Assim, bastava que se definisse o que, ou quem, era um estadista. Para os defensores de Lauro Müller, ele era um deles. Como se vê, em apenas um parágrafo, em meio a tantos outros em que defendia a restrição da ABL aos “puros literatos”, Veríssimo permitia a adoção de argumentos que iriam lhe causar tanta decepção.

O aspecto mais interessante que as campanhas eleitorais na Academia revelam é a contradição entre o discurso e a prática. Pautada pelos discursos inaugurais de Machado e de Nabuco e ainda pela campanha de 1896 nos jornais em prol da sua criação, a ABL mantinha a imagem de superioridade baseada no axioma formulado por Nabuco de que “o gênio [literário] há de revelar-se de qualquer modo; ele faz a sua própria lei, cria o seu próprio berço”. Advinha daí que a Academia, ao escolher os seus novos membros, apenas chancelaria a “consagração do sucesso”, constituindo-se em um “plebiscito literário”. Em palavras menos pomposas, a Academia era apenas um instrumento de elevação para aqueles que haviam demonstrado grande talento e que eram consensualmente reconhecidos como

⁹² José Veríssimo, “A Academia Brasileira”, *Estudos de literatura brasileira* (6a. série), Paris/Rio de Janeiro, H. Garnier, p. 158.

literatos de estirpe superior. A instituição das letras brasileiras por excelência não procedia a uma escolha por gosto que visasse satisfazer seus próprios interesses, muito menos a interesses apenas de uma parcela de seus membros. Ela agia como una e indivisível na consagração do talento literário determinado *a priori* como merecedor de honras e elogios. Obviamente, como já foi demonstrado até aqui, não era isso o que ocorria, embora certos eleitos contassem como trunfo o seu sucesso, tal qual o barão do Rio Branco (um diplomata de muito poder) e Euclides da Cunha (alçado ao estrelato devido ao retumbante sucesso do seu livro de estréia). Todavia, estes candidatos podiam se apresentar como detentores também de méritos intelectuais e literários para almejar uma vaga acadêmica. Isso foi precisamente o que não ocorreu nos dois casos de 1912. Ao mesmo tempo, durante anos as eleições se fizeram sem interferência externa explícita. Não houve campanhas nos jornais, e os comentários a elas, quando negativos, se dirigiram a um ou outro imortal. Quando se ampliaram para a Academia como um todo, como no caso da vitória de Mário de Alencar sobre Domingos Olímpio, mantiveram-se ainda no campo das qualidades literárias dos candidatos - Mário era um iniciante nas letras; Olímpio já era um consagrado escritor. Não só as duas eleições de 1912 foram motivo de “intromissão” jornalística, como toda a discussão sobre os candidatos se centrou sobre se eles podiam ou não se candidatar. Comparemos: ninguém procurou impedir Mário de Alencar de se candidatar em 1905. Contestou-se apenas sua vitória. Com Osvaldo Cruz e Lauro Müller debateu-se a possibilidade deles quererem almejar a imortalidade, o que é algo mais grave e com maiores significados.

A Academia Brasileira de Letras sepultou em 1912 em grande parte o projeto inicial contido nos discursos de Machado de Assis e Joaquim Nabuco de 1897. Desde há algum

tempo ele já vinha sendo minado, inclusive pelo próprio Machado, ao apoiar seu pupilo, em 1905. Mas até então o processo eleitoral vinha se desenrolando sob o controle do grupo detentor daquele projeto, o que fez com que as ambigüidades e contradições pudessem ter sido mantidas ocultas. Mascarando a política acadêmica, a “panelinha” legitimava sua própria hegemonia e seu modo de fazer política na instituição. Enfraquecida e posteriormente derrotada, ela não pôde impedir que os conflitos e o jogo político extrapolassem as fronteiras em que tinham sido mantidos e acabassem por destruir quase por completo a imagem sob a qual o cenáculo havia se sustentado por tantos anos.

O “X” DA QUESTÃO: A REFORMA ORTOGRÁFICA

... simplificar não é tão simples...

Cândido de Figueiredo

... não se extirpa um hábito como se arranca um pé de alface.

Xavier Marques

Desmanchar esta obra do grande século [XVI], operada pelo sopro da Renascença, pode, talvez, sorrir a demolidores, a iconoclastas, aos que por exemplo sonham um brasileiro dialetal e bem diverso do português clássico; mas realmente é de espantar que tão subversivo alvitre parta de uma academia, isto é, de uma corporação em que deveria residir uma força conservadora da linguagem.

Carlos de Laet

Os estatutos da Academia Brasileira de Letras e os discursos dos fundadores da nobre instituição, citados várias vezes ao longo deste trabalho, sempre ressaltaram que, junto ao cultivo da literatura brasileira, caberia a seus membros velarem zelosamente pela pureza e correção daquele que era o instrumento básico da atividade de todos eles: o idioma português. Essa preocupação era perfeitamente compreensível: sendo a língua a ferramenta primordial da literatura e sendo função da Academia estabelecer as bases para a preservação de um cânone literário superior e imutável, não era de se espantar que os acadêmicos quisessem reservar para si também a definição última de como tal ferramenta poderia ser apropriada pela sociedade ou não. Como se viu no capítulo anterior, a literatura era uma arte na medida em que o escritor manuseava o idioma de forma a alcançar uma beleza transcendental. Decorre disso que, havendo um panteão de artistas da palavra, haveria, por conseguinte, uma forma superior e correta de se escrever a nossa língua materna, pois nossos grandes escritores seriam os melhores definidores da língua portuguesa no que

concernia ao continente americano, uma vez que havia também os escritores portugueses que, infelizmente, se encontravam fora de sua “jurisdição”...

Em 1907, e novamente em 1911, depois em 1912 e finalmente em 1913, a Academia dedicou-se de corpo e alma - ao menos para os lentos e reservados padrões acadêmicos - ao palpitante assunto da reforma ortográfica da língua portuguesa. O leitor talvez lembrará que no início do capítulo anterior eu escrevi que sobre este assunto a ABL nunca chegou a um acordo definitivo, jamais terminando os seus trabalhos a respeito desta matéria. Na realidade esta é uma imprecisão, pois ela efetivamente debateu e resolveu o assunto no ano de 1907, mas, a partir de 1911, e até 1945, a matéria foi vista, revista e alterada muitas vezes. Na história da Academia, a reforma ortográfica tem um lugar especial, pois foi o primeiro trabalho coletivo de monta e de importância que se pensava prática. Além disso, o assunto causou enorme interesse na imprensa durante os meses de maio a setembro de 1907, o que pode ser averiguado pela grande quantidade de charges e de colunas humorísticas que se dedicaram a ridicularizar as alterações trazidas pelo projeto de reforma.

Qualquer pesquisador do século XIX e do início do XX que lide com fontes impressas, sobretudo com periódicos, ou qualquer pessoa que tiver lido um razoável número de publicações deste longo período, já deve ter notado as discrepâncias na forma de se grafar um infindável número de palavras da nossa língua. A impressão que se tem é de que havia liberdade quase que total na adoção da ortografia. Para ficar em alguns pálidos exemplos da confusão que reinava, podia-se escrever *mãe* ou *mãi*, *mao* ou *mau*, *physica* ou *phisica*, *litteratura* ou *literatura*, (eles) *foram* ou (eles) *forão*, *fantasma* ou *phantasma*. Um outro exemplo é dado pelo próprio nome da Academia: o leitor que voltar às notas de rodapé desta dissertação notará que ora se escrevia *Academia Brasileira de Letras*, ora

Academia Brasileira de Letras, isso quando não havia o caso de haver confusão e também se optar por grafar *Brazileira*...¹ Enfim, o que havia eram inúmeras formas de escrita que tinham, cada uma delas, as mais variadas justificativas, desde uma pretensa fidelidade à fonética da língua até pré-históricas referências à formas de escritas encontradas em algum manuscrito medieval português ou ao emprego de certa palavra por algum grande escritor dos séculos XVIII e XIX em determinada edição de suas obras. O que não faltavam eram atestados de boa procedência e desculpas racionalmente ou historicamente incontestáveis.

A reforma ortográfica, proposta pela primeira vez por Medeiros e Albuquerque em 1901, debatida em onze tensas e atribuladas sessões, entre abril e agosto de 1907, foi aprovada com modificações, frente à redação original apresentada por aquele acadêmico. Introduziu-se, entre outras coisas, a ressalva de que os imortais não tencionavam impor ao governo, às escolas, à imprensa ou aos brasileiros em geral, as resoluções adotadas. Os membros da ABL ressaltavam que a reforma era apenas uma medida de economia interna, que serviria para uniformizar a ortografia de suas publicações.² Em 1911, depois de atestado o insucesso da nova ortografia entre os próprios acadêmicos, voltou a baila o assunto, sem que nada fosse modificado do projeto original. Entretanto, um novo fato surgiu: o primeiro governo republicano de Portugal, empossado depois da revolução de 1910 que depôs a monarquia lusitana, decidiu formar uma comissão de sábios para reformar a ortografia da língua de Camões. A reforma foi promulgada a 11 de setembro do ano seguinte. A novidade chegou ao Brasil e a ABL debateu qual deveria ser a sua posição:

¹ Já em 1897 José Veríssimo apresentara uma indicação para que a Academia definisse a grafia correta do nome do país, entre *Brasil* e *Brazil*, sendo ele da opinião que a primeira forma era a correta. Já o visconde de Taunay, no ano seguinte, leu parecer favorável à segunda grafia. O assunto nunca foi adiante. Ver *atas* de 11/01/1897, 14/09 e 28/09/1898 e “O vocábulo *Brazil* deve ser escrito com S ou com Z? (parecer do Visconde de Taunay)”, *Revista da Academia Brasileira de Letras* (doravante *RABL*), julho de 1910, n. 1, pp. 301 a 310.

² *Academia Brasileira, Reforma ortográfica*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1907, p. 3.

adotar o que fosse decidido pelos portugueses, rechaçar suas medidas ou propor uma reforma “a quatro mãos”? A discussão entrou por 1912 e 1913, quando se decidiu continuar com a reforma brasileira, posto que os esforços de aproximação foram pálidos e sem êxito. Em 1919, finalmente, decidiu-se pela capitulação: uma vez que o projeto da academia não obtivera respaldo do governo, da imprensa e dos literatos, optou-se por revogar a reforma de 1907, voltando-se à estaca zero; cada um escreveria segundo seus gostos pessoais. Os anos foram passando, com o assunto ressurgindo palidamente em alguns momentos, quando em 1931, depois de trocas de comissões de acadêmicos entre a ABL e a Academia de Ciências de Lisboa, chegou-se a um novo acordo: as duas academias firmaram uma única reforma, que foi aprovada pelo governo brasileiro dois anos depois. Apesar disso, quando cada uma das academias publicou seus respectivos vocabulários ortográficos, notaram-se muitas diferenças. Pela enésima vez iniciaram-se os debates, agora com o aval dos governos dos dois países. Por fim, em 1945, firmou-se um acordo ortográfico oficial.³ A língua portuguesa sofreria ainda novas intervenções, mais esporádicas e menos abrangentes que as de 1931 e 1945. Entretanto, até hoje o assunto volta e meia vem à tona e sábios brasileiros e lusitanos se digladiam sobre as grafias de uma meia dúzia de palavras pendentes, tais como *ação* (Brasil) e *acção* (Portugal) e *fato* (Brasil) e *facto* (Portugal).

Devido aos limites do meu trabalho, não pretendo ultrapassar a primeira fase das discussões sobre a ortografia da língua portuguesa, muito menos abordar os contornos mais

³ A proposta de Medeiros e Albuquerque foi feita na sessão de 13 de junho de 1901. A ata da reunião apenas registra os presentes, estando a informação na “Historia da Academia Brasileira de Letras - segunda parte”, *Revista da Academia Brasileira de Letras*, junho de 1930, n. 102, vol. XXXIII, p. 167. Medeiros escreveu dois artigos defendendo a necessidade da reforma: “Uma reforma útil”, *Correio da Manhã*, 27/06/1901 e “Orthografia”, *A Notícia*, 05/07/1901. Sobre a história da reforma ortográfica entre 1907 e 1913, ver: *RABL*, junho a agosto de 1930, n. 102 a 104, vol. XXXIII, respectivamente pp. 166 a 176, 328 a 345 e 440 a 452. Sobre o debate pós-1913, ver João Ribeiro, “A orthographia”, *Jornal do Brasil*, 01/04/1926 e Silva Ramos “Reforma orthographica”, *A Manhã*, 30/01/1926. Sobre os acordos luso-brasileiros, ver “Reforma ortográfica: decreto n. 23.028, de 2 de agosto de 1933”, in *RABL*, agosto de 1933, n. 140, vol. 42, pp. 499 e 500 e o *Diário do Governo*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 08/12/1945, pp. 1037 a 1053.

ampos no sentido de incluir os gramáticos e literatos portugueses. Estes últimos só entrarão neste capítulo de forma residual, a partir do momento em que são citados pelos imortais ou que escrevam em periódicos brasileiros buscando interferir no debate. A rigor, deter-me-ei apenas em um gramático lusitano, Cândido de Figueiredo, autor de vários livros e de um famoso dicionário.⁴

Essa limitação não interferirá em nada em minhas conclusões finais, uma vez que importam menos os resultados finais em si da reforma ortográfica e mais a forma como se deram os intensos debates entre 1901 e 1913. O panorama daqueles anos quanto ao presente assunto é vasto e amplo, incluindo não só vários acadêmicos como também sábios e escritores de fora da academia. Ao mesmo tempo, tal como o que poderíamos chamar de “um estudo de caso”, a reforma ortográfica permite uma rica abordagem dos assuntos levantados nos capítulos precedentes: a recusa em denominar como política os seus debates internos, a posição de superioridade e neutralidade dos imortais, a auto-imagem de detentores dos rumos das letras e da cultura brasileiras, e a tentativa de forjarem uma identidade despolitizada para os imortais. Além disso, o “excitante” tema deste capítulo nos permitirá ainda abordar dois outros problemas, complementares aos elencados acima: o da elaboração da idéia de que os literatos também tinham uma tarefa “científica” na sociedade e as concepções elitistas sobre o nosso idioma. Ao lado do caráter eminentemente cultural e artístico, visto no capítulo precedente, os imortais se viam como os únicos que poderiam definir como escrever corretamente o português. Os oponentes da reforma concebiam a língua como um objeto dado, definido, castiço, puro, imaculado, fora do alcance de qualquer

⁴ Cândido de Figueiredo, Nôvo dicionário da língua portuguesa, Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso & irmãos, 1899. Antonio Cândido de Figueiredo (1846-1925), professor, gramático e filólogo, ocupou altos cargos do governo português antes da República (1910). Era sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa, até ser eleito membro permanente em 1915. Pertenceu à comissão oficial do governo português nomeada em 1911 para reformar a ortografia da língua.

mortal. Este objeto, formado pelo latim clássico, polido pelos mestres literários de Portugal, como Camões, Frei Luís de Souza, Alexandre Herculano e outros, era nosso maior patrimônio cultural, ponto central de nossa identidade. Para eles, os literatos não tinham o direito de mexer no idioma, pois este se encontrava numa esfera superior, acima deles. Já os reformistas e seus simpatizantes acreditavam também que a língua era parte central de nossa identidade como nação. Mas acreditavam mais ainda que os literatos podiam, e deviam, reconstruí-la. Acreditavam que a língua estava imperfeita e que cabia a eles, e somente a eles, mudá-la, de forma a aproximá-la das línguas “cultas”, como o castelhano, o italiano, o francês, o inglês e o alemão, todas com suas ortografias definidas e mais ou menos lógicas. Assim, não era a língua que se encontrava apartada, elevada acima dos homens comuns, mas os próprios imortais. Os dois lados passaram a enxergar este trabalho como uma missão baseada em verdades e conceitos extra-sociais que independiam das suas vontades ou gostos pessoais. Os debates acerca da ortografia deixam claramente entrever como o medo dos partidarismos e dos personalismos fazia-os temer o reconhecimento do óbvio, daquilo que teria facilitado enormemente o seu trabalho: o de que a ortografia é, em última análise, uma questão de convenção e que, se ela fosse avaliada como devendo ser regulada, seria fruto da vitória da facção linguística que tivesse maior número de literatos em suas fileiras.⁵ A história que contarei a seguir é a história de uma boa idéia que virou um grande fracasso,⁶

⁵ Na realidade, o proponente da reforma, Medeiros e Albuquerque, já no seu primeiro artigo de jornal, demonstra singular clareza quanto a este ponto, afirmando que “Esse é o domínio da convenção. É necessário haver, de quando em quando, quem a estabeleça, quem a determine”, in “Uma reforma útil”, *Correio da Manhã*, 27/06/1901. Entretanto, com o crescente acirrar das posições contrárias, que ignoravam tal assertiva, Medeiros abandonou tal argumento e adotou a mesma estratégia de seus adversários, ao preferir atacar as fraquezas dos argumentos contrários sem responder ao mesmo tipo de ataque vindo destes, além de destacar as verdades pretensamente históricas de suas próprias posições.

⁶ Como se verá adiante, a reforma proposta por Medeiros era tão avançada para a época que estabelecia uma escrita até mesmo mais fácil do que a adotada atualmente no Brasil: além de propor as bases da ortografia atual, não mencionava o problema da acentuação. Quem conhece o português escrito do século XIX notará a quase ausência de acentos, o oposto da atual prática afrancesada de acentuar palavras a torto e a direito. Um

pois o conceito de consenso, tão defendida pelos criadores da instituição, desaparecia quando era patente que tal consenso só surgiria depois de embates políticos. Como ninguém admitia esse caráter na questão ortográfica, todos se achavam donos da verdade e, portanto, impossibilitados de admitir retrocessos e o abandono de uma posição só que fosse. Como também viam sua tarefa como uma missão cultural das mais elevadas, a de regular sem sombra de dúvidas a escrita do português, uma tarefa nobre e intocável, fechava-se o quadro de intolerância mútua. O ridículo a que os debatedores foram constantemente expostos pelos humoristas do começo do século atesta, em última medida, o quanto essa ideologia da verdade científica alheia ao reconhecimento de que aquele era um assunto regido pela incerteza e pelos gostos pessoais só levava a maiores confusões, tornando a escrita da nossa língua algo mais caótico do que já era no século XIX.⁷

Em 25 de abril de 1907 o assunto explodiu na Academia.⁸ Medeiros e Albuquerque apresentava naquela ocasião o seu projeto, pelo qual propunha uma série de medidas reguladoras da ortografia. Destacavam-se as seguintes propostas: que se suprimisse o *Y*, o *W*, o *K*, o *H* mediano, em palavras como *deshonra* e *antehontem*, bem como as chamadas “consoantes geminadas”, ou seja, aquelas que eram escritas de forma dobrada, como *tt* (*letras*), *bb* (*sabbado*) e *nn* (*ennobrecer*), excetuando-se os *RR* e *SS*. O projeto também

bom exemplo é a quase inexistência da crase, martírio de 9 em cada dez alunos das escolas brasileiras hoje em dia, entre eles o autor deste trabalho...

⁷ Sobre a ideologia do saber científico na virada do XIX para o XX, ver Sidney Chalhoub, *Cidade febril - cortiços e epidemias na Corte Imperial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, e Lília Moritz Schwarcz, *O espetáculo das raças - cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993. Ao final da dissertação encontra-se um apêndice com algumas charges sobre a reforma.

⁸ Duas vezes antes, em 1906 e no mesmo ano de 1907, a ABL ensaiara tratar da reforma, mas apenas compusera comissões que não foram adiante em seus trabalhos. Ver *atas* de 05/05/1906 e 25/04/1907 e *RABL*, junho de 1930, n. 102, p. 167 (sessão de 13/06/1901, que não possui ata). É interessante que as comissões de 1901 e 1906 eram formadas por alguns dos que viriam a ser os maiores defensores da necessidade incontestada de uma reforma ortográfica. Eram elas formadas por Medeiros e Albuquerque, Silva Ramos e José Veríssimo e por João Ribeiro, Veríssimo e S. Ramos. Em 1904, um projeto muito parecido com o de Medeiros apareceu no jornal operário *O Amigo do Povo*, de autoria de Elisio de Carvalho. Ver *O Amigo do Povo* de 03/09, 17/09 e 24/11/1904, respectivamente pp. 2, 2 e 4. Agradeço a Cláudia Leal pela indicação e cessão de cópias destes textos.

propunha que se suprimissem todas as consoantes nulas, ou seja, sem valor fonético, como o *C* de *acção* e a figura do *PH*, que seria substituída pelo *F*. Por fim, o projeto propunha que, “exceção feita dos pronomes pessoais, marcar sempre os finais agudos do singular em *EZ*, *IZ*, *OZ*, *UZ* com *Z*, reservando o *S* unicamente para os plurais das palavras terminadas em *A*, *E*, *I*, *O* e *U*”. Ou seja, nunca deveria haver palavra com *S* intervocálico quando este tivesse som de *Z*.⁹

A discussão do projeto iniciou-se já na sessão seguinte e continuou até muito depois da redação final da reforma. Neste debate não entraram somente propostas de modificações das regras de Medeiros, mas também aqueles que eram contra qualquer tipo de reforma. Dentre os acadêmicos que se encontravam no grupo dos que discordavam do projeto de Medeiros, estava Salvador de Mendonça, que levou à assembléia da ABL, a 16 de maio de 1907, um contra-projeto, assinado por ele, Rui Barbosa, Lúcio de Mendonça e Sílvio Romero, Carlos de Laet, Euclides da Cunha e Mário de Alencar.

O contra-projeto de Salvador de Mendonça tinha como principal proposta que, antes de se promulgar uma reforma definitiva, a agremiação compusesse um dicionário etimológico da língua portuguesa, além de outras propostas gráficas menores, que serão vistas em resumo adiante, quando expuser a redação final da reforma.¹⁰

Em 30 de maio, José Veríssimo, secundado por Euclides da Cunha, propunha que se mantivesse, das letras que se pretendia abolir, o *Y*, sob a justificativa de que era muito

⁹ O projeto está reproduzido em várias fontes: duas vezes na *RABL*, de julho de 1910, n. 1, e de junho de 1930, n. 102, respectivamente pp. 90 a 91 e 168 a 169, e em Medeiros e Albuquerque, *Pontos de vista*, Paris/Rio de Janeiro, Aillaud, Aves & cia./Francisco Alves & cia., 1913, pp. 347 e 348. O *Correio da Manhã* noticiou em detalhes, mais do que os outros jornais da época, os debates sobre o projeto. Ver dias 03/05, 10/05 e 17/05/1907, pp. 2, 1 e 3, respectivamente.

¹⁰ *RABL*, julho de 1910, n. 1, e junho de 1930, n. 102, respectivamente pp. 91 e 169 a 171. O original do contra-projeto encontra-se no arquivo da ABL, sem, até o momento em que lá pesquisava, classificação.

utilizada em palavras de origem indígena.¹¹ Veríssimo, conquanto soubesse que as línguas indígenas não possuíam escrita ou alfabeto, procurava manter aquela letra por causa de sua simbologia, posto que sua manutenção em nomes de lugares e objetos de origem nativa dava ao português brasileiro uma particularidade frente ao português de Portugal. Veríssimo, além de crítico literário, havia se dedicado a estudos lingüísticos e antropológicos. Em um destes estudos, de 1887, procurava mostrar que nossa identidade nacional passava em grande medida pela adaptação e evolução do português no Brasil, sendo que a linguagem seguia os mesmos caminhos das misturas étnicas aqui operadas entre os elementos europeu, africano e indígena. Assim, um dos elementos da nossa força enquanto nação civilizada seria a robustez adquirida pelo idioma, enriquecido sobretudo, na sua visão, pela contribuição dos nativos, não só no nível de novas palavras, mas também na sintaxe e na fonética. Isso se refletiria na literatura, que, como mais alta expressão da cultura de um povo, finalmente nos libertaria da influência portuguesa, fechando o círculo de nossa completa formação enquanto nação culta e independente.¹² Embora Veríssimo não tenha dado maiores explicações de porque defendia o *Y* em 1907, seu estudo de 1887 esclarece o ponto em questão, mostrando como, para ele, a questão ortográfica, além de um problema técnico, tinha uma dimensão política e social. Além disso, como se tratava de ortografia, e não da língua de uma maneira geral (sintaxe, morfologia, fonética, etc.), a defesa “apenas” do *Y* se explica por ser a única “contribuição” do índio neste campo. O que Veríssimo se “esquece” de dizer é que essa letra

¹¹ *RABL*, julho de 1930, n. 102, p. 171 e ata de 30/05/1907.

¹² José Veríssimo, “As populações indígenas e mestiças da Amazonia - sua linguagem, suas crenças e seus costumes”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo L, parte I, 1887, pp. 315 a 327. Agradeço a Aldrin Moura de Figueiredo pela valiosa indicação deste texto.

foi introduzida primeiro pelos padres jesuítas do século XVI, quando criaram a escrita para os idiomas nativos, e reforçada no século XIX por alguns gramáticos.¹³

Na sessão de 25 de julho daquele mesmo ano o gramático João Ribeiro, que pregava a necessidade da reforma e apoiara nos primeiros debates o projeto de Medeiros, propôs uma série de adendos. Além de versar sobre os mesmos assuntos dos projetos acima, sobre o fim de letras, uso mais restrito de outras, substituições e similares, Ribeiro propôs ainda algumas regras sobre as grafias de nomes próprios e geográficos, sobre divisão de sílabas e sobre acentos gráficos. Como estes três temas nem sequer foram tocados pelos debatedores e ficaram ausentes da versão final da reforma da Academia, vamos nos centrar na primeira parte de seu documento.

João Ribeiro propunha principalmente uma restrição ao do projeto de Medeiros que versava sobre o uso do *Z* e do *S*. Aprovando a idéia original, pedia que se mantivesse o *S* nos prefixos *des*, *trans* e *bis*. Ribeiro também propunha que se mantivesse o *H* e o *G* iniciais das palavras quando se compusessem com os prefixos *des*, *re*, *pro*, *pre*, *anti* e *in*, dentre outras pequenas modificações.¹⁴

Enquanto eram apresentadas todas estas propostas o debate ia se acalorando tanto nas sessões acadêmicas quanto na imprensa. Apesar da oposição de vários acadêmicos, vingou a idéia da reforma ortográfica e o que por fim se debateu eram quais regras aprovar. Em 11 de julho iniciou-se a votação dos três projetos, debatendo-se cada proposta item por item. Ela continuou nos dias 18 e 25 de julho e a primeiro de agosto. No dia 17 deste mês finalmente a redação final ficou pronta e decidida a sua publicação. O resultado final foi bem

¹³ Idem, *ibidem*, nota de rodapé da p. 328, quando admite que a ortografia que usava em seu trabalho para os nomes indígenas era de autoria de um “guaraniólogo” do XIX, Batista Caetano de Almeida Nogueira.

¹⁴ *RABL*, junho de 1930, n. 102, pp. 171 a 176.

próximo do proposto por Medeiros e Albuquerque, mas alguns adendos foram adicionados e a redação ficou mais longa e explicativa.

Medeiros conseguiu que se eliminasse completamente o *K*, o *W* e o *Y*. Medeiros também fez aprovar a eliminação do *H* no meio das palavras, salvo quando se compusesse com o *L*, com o *C* e com o *N*, ou então quando “se tratar de palavra que seja composta de outra que tenha o *H* inicial”, como em *rehaver* e *dezhonra*. A redação final também coroou o fim do *PH*, substituído pelo *F*. Medeiros ganhou também com o fim do *S* com som de *Z* entre vogais e com o fim das letras sem função sonora nas palavras, como o *S* de *sciencia*, o *C* de *anedocta*, o *M* de *alumno*, o *P* de *optimo* e o *G* de *augmentar* (regra sétima).

Entretanto, algumas das propostas de Salvador de Mendonça e de João Ribeiro chegaram a vingar. Assim, manteve-se a idéia de Mendonça de fixação dos ditongos *AU*, *EU* e *IU* no lugar de *AO*, *EO* e *IO*. Adotou-se também sua proposta relativa ao uso diferenciado de *ÃO*, *Ã*, *AM* e *AN* no final das palavras. Também misturaram-se os dois na regra décima, onde mandava-se que se escrevessem substantivos e adjetivos no singular cuja terminação fosse com os sons *AZ*, *EZ*, *IZ*, *OZ* e *UZ* com *Z*, mantendo-se seu plural e as segundas pessoas dos verbos com o final em *S*, além de fixar-se a escrita dos pronomes *nós* e *vós* também com essa última letra.¹⁵

Estava portanto feita a reforma ortográfica da Academia Brasileira de Letras. Para sua infelicidade, entretanto, não teria vida longa. Já na primeira sessão de 1909, o segundo secretário, Mário de Alencar, lia a “memória histórica” do ano anterior, na qual discorria

¹⁵ Academia Brasileira de Letras, *Reforma ortografica*, op. cit. Ver também *atas* de 11/07, 25/07, 01/08 e 17/08 de 1907. A apresentação dos projetos e a posterior discussão estimulou uma pequena onda de projetos alternativos, na maioria mais radicais ainda que o de Medeiros, enviados por “estudiosos”, professores e pedagogos de todo o país aos periódicos do Rio de Janeiro. Um exemplo é dado por Veridiano de Carvalho, que dizia ter inventado uma reforma “fônica-taquigráfica”, na qual, por exemplo, desapareciam o *X* e o *CH*, substituídos por *S* e *Z*, e o *C*, substituído pelo *K* antes de *A/O/U*, pelo *S* antes de *E/I*. Ver “Orthographia phonica”, *Renascença*, julho de 1907, n. 41, pp. 21 e 22.

sobre o (in)sucesso da reforma, argumentando que, apesar da aprovação por quase duas dúzias de acadêmicos, somente uns três ou quatro a adotaram efetivamente, desmoralizando a reforma e a Academia aos olhos do público. Faltava-lhe prestígio e respeito. Assim, argumentava ele, ou os acadêmicos deveriam mudar sua postura e passar a escrever segundo suas próprias decisões, ou deveria-se revê-la. Mário admitia que não concordara em 1907 com alguns de seus pontos, mas que mesmo assim a adotara.¹⁶

A situação se complicaria no ano seguinte, quando, em vista da óbvia recusa dos acadêmicos em se utilizarem da nova grafia e da ausência de repercussão favorável nos jornais, nas escolas e entre os literatos, Mário de Alencar e Afrânio Peixoto propuseram modificações na reforma, destacando-se o fim da regra que substituíra o *S* intervocálico pelo *Z*. Na sessão de primeiro de julho de 1911 Afrânio e Mário saíram vitoriosos e a Academia recuou naquelas duas regras.¹⁷

Aliado a isso, o governo português implementou sua própria reforma em 1911, e em 1912 a Academia de Ciências de Lisboa preparou a sua. A ABL foi agitada por estes acontecimentos, pois nenhuma das duas seguia na totalidade o projeto de 1907. As três reformas eram muito parecidas, mas algumas diferenças substanciais permaneciam, como a manutenção de letras que não soavam no Brasil (o *C* em *acção* e o *P* em *escriptor*). Assim, a instituição brasileira se viu frente a um dilema: como fazer sua controvertida reforma legítima se Portugal, o outro país que falava nosso idioma e seu “dono”, segundo alguns opositores da reforma, não a seguia e debatia sua própria ortografia? Como evitar um cisma ortográfico? Antes que a ABL pudesse se posicionar, a Academia lisboeta tentou manter

¹⁶ “Memória histórica”, *RABL*, julho de 1930, n. 103, pp. 328 e 329. Em 16 de julho de 1910, Mário de Alencar lamentava que alguns acadêmicos se recusassem a que contribuições suas fossem publicadas na *Revista da Academia* com a ortografia de 1907. Ver *RABL*, julho de 1930, n. 103, p. 330.

¹⁷ Ata de 01/07/1911 e *RABL*, julho de 1930, n. 103, pp. 331 a 334.

contato com sua congênere carioca, mas a débil correspondência não foi adiante, pois a nossa academia optou por manter sua reforma como estava e esperar por um acordo futuro.

18

No debate sobre a aproximação com Portugal, durante os anos de 1911 a 1913, prevaleceu a posição refratária ao assunto. Achando-se desrespeitada por não ter sido ouvida sobre a matéria, já que fôra responsável pela primeira reforma completa da língua, a ABL jogou todo o ônus da aproximação sobre o governo e a Academia portuguesas. Embora o imortal Silva Ramos tenha escrito um parecer favorável sobre a reforma oficial portuguesa de setembro de 1911, e um pequeno grupo formado ainda por José Veríssimo, Mário de Alencar, Souza Bandeira e Afrânio Peixoto tenha proposto a discussão minuciosa da mesma e da reforma da Academia de Ciências de Lisboa, em 1912, com vistas à adaptação da reforma da ABL a ambas,¹⁹ prevaleceu a posição do resto da Academia, exemplificada na atitude intransigente e ultrajada do gramático João Ribeiro, que escreveu dois pareceres contrários aos portugueses.²⁰

A impressão que até aqui devo estar passando é distinta da que era minha intenção inicial. A mera exposição das regras adotadas e a pequena comparação com a ortografia portuguesa da década de 1910 está tornando a questão muito simples, muito linear e, por fim, muito sem sabor, pois a verdade é que o problema foi mais complexo do que eu tenho deixado aparentar. Portanto, nesta segunda parte do capítulo, vamos examinar os contornos

¹⁸ Ver *atas dos debates sobre a aproximação com Portugal*, de 20/05, 27/05, 03/06, 24/06, 01/07 e 19/08 de 1911, 01/06, 15/06 e 29/06 de 1912 e 21/06 e 28/06 de 1913.

¹⁹ Ver nota anterior e *RABL*, julho de 1930, n. 103, pp. 334 a 336 e agosto de 1930, n. 104, pp. 447, 448, 450 e 451.

²⁰ *RABL*, julho de 1930, n. 102, pp. 336 e 337. O parecer foi lido na sessão de 22 de junho de 1912. Ver *ata da sessão*. No ano seguinte leu um parecer mais alentado em que afirmava que a reforma da ACL não tinha critério fixo, sendo contraditória em algumas regras. Ver *ata* de 28/06/1913 e *RABL*, agosto de 1930, n. 103, pp. 448 a 450. Sobre as reformas portuguesas, ver *RABL*, julho de 1930, n. 102, pp. 337 a 345.

do debate que se deu na ABL e na imprensa entre imortais e mortais, para podermos ver como a questão era menos “técnica” do que possa parecer e do que acreditavam a maioria dos contendores.

As propostas levantadas acima não apareceram da noite para o dia, muito menos vinham sem nenhum tipo de justificativa cabal quanto à sua necessidade, validade e cientificidade. Todos os envolvidos, além daqueles que debateram-na em jornais e revistas, tomaram a questão como de suma importância para a cultura brasileira. Dividiram-se em partidos, que a toda hora se subdividiam, até chegar ao ponto em que cada cabeça era uma sentença, onde cada milímetro da reforma era discutido exaustivamente, tanto nas miudezas de cada regra, quanto no próprio caráter que cada um atribuía ao idioma português. Para uma melhor visualização das posições, vamos iniciar com aquelas favoráveis à reforma, para depois passarmos às posições contrárias.

Sendo Medeiros e Albuquerque o iniciador de toda a questão, ocupemo-nos dele em primeiro lugar. Seu argumento inicial é o de que imperava a desordem no nosso idioma. Cada pessoa escrevia como bem entendia, pois não havia autoridade competente estabelecida sobre o assunto. Logo, era patente a necessidade de uma regulamentação, e quem melhor para fazê-la que não a ABL? Reformas semelhantes haviam sido feitas no castelhano e no italiano e algumas medidas implementadas no francês, cuja reforma geral era objeto de acurado estudo por parte da Academia Francesa. Medeiros se balizava sobretudo pela reforma espanhola, feita pela Real Academia Espanhola, argumentando que se o castelhano, que era mais antigo que o português - logo com maior tradição - fôra reformado, por que recusá-lo para o português? Medeiros reconhecia que só o Estado tinha

autoridade para fazer valer as regras ortográficas. Entretanto, ele sempre recorria aos sábios, na maior parte das vezes agrupados nas academias.²¹

Quanto à reforma em si, recusando a pecha de fonetista, atacava fortemente o critério etimológico como base de uma ortografia racional, simples, fácil e lógica.²² Ele se alcunhava como defensor de uma simplificação, pura e simplesmente, pois o idioma não fôra feito para os eruditos e sim para o povo. Os que eram contra a reforma se agarravam a um modo de escrita que só poderia ser exercitada pelos sábios, os únicos com meios e tempo suficientes para definir a escrita segundo sua relação com suas origens e relações com outras línguas. Ele pregava que

qualquer reforma a tentar não pode ser esperada só dos eruditos, porque fazendo o estudo das aberrações da grafia através de séculos e séculos, acabam por se afeiçoar a elas e por pedir, em nome da tradição, que sejam mantidas; [e] que, por mais veneráveis que sejam estas tradições, convém não esquecer que o número de séculos já passados é de certo inferior ao dos que têm de vir [...].²³

Portanto, a língua deveria ser fácil e ágil. Com isso resolviam-se dois problemas: a alfabetização seria ampliada, facilitando ao povo o acesso à cultura e se evitaria que os colonos estrangeiros que chegavam ao país tivessem maiores dificuldades no aprendizado do idioma e que, desta forma, escolhessem manter suas línguas natais, o que viria a dificultar a

²¹ Medeiros e Albuquerque, *Pontos de vista*, op. cit., p. 339 e *RABL*, julho de 1926, n. 55 (artigos saídos no *Correio da Manhã* e *A Notícia*, 27 de junho de 05 de julho de 1901), pp. 238, 241, 242 e 250.

²² A fonética é a parte da gramática que estuda os sons e as articulações de uma língua. No debate que se seguirá costumava-se opô-la à etimologia, que é o estudo “das origens das palavras de uma língua, e a análise de seus elementos, afim de determinar precisamente a verdadeira significação e história de cada termo”. Estas definições estão na *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*, Lisboa/ Rio de Janeiro, Editorial enciclopédica, s.d. A oposição criada entre estes dois termos, com respeito à ortografia, punha em jogo dois critérios: o fonético, pelo qual as palavras deveriam ser grafadas de forma a que cada letra só tivesse um som e a cada som correspondesse apenas uma letra; e o etimológico, pelo qual a grafia de cada palavra deveria ser determinada pela sua origem histórica e pela forma como tinha se modificado ao longo do tempo. Como se verá, ambos os critérios não eram absolutos, embora se quisesse que assim o fosse, e embaralhavam-se na reforma e nas divergências entre os literatos.

²³ *Pontos de vista*, op. cit., p. 340. Ver também *RABL*, julho de 1926, n. 55, p. 249.

assimilação dos imigrantes, desencorajando-os a aceitarem seu novo país e permitindo uma possível divisão do território nacional.²⁴

Medeiros reconhecia tanto que a língua era maleável e mutante, quanto que sua escrita era uma mera convenção. Assim, tudo era uma questão de hábito, de se acostumar a escrever de uma determinada forma.²⁵ Logo, qual princípio deveria reger esta convenção?

Mesmo atacando a fonética (uma “fantasia”), a reforma deveria adotar o princípio de “primeiro, fixar a boa pronúncia das palavras; segundo [grifos no original], dar a cada som uma mesma e única forma de escrita”. Além disso, o melhor princípio era o de que cada som fosse sempre representado pelas mesmas letras e cada letra representasse sempre o mesmo som, evitando-se, entretanto, os exageros da grafia fonética, pois esta teria que se defrontar com as variações prosódicas nacionais e regionais. Assim, era necessário partir de uma dada pronúncia, que deveria ser, para o Brasil, a das suas “classes cultas”.²⁶ Essa posição sobre a prosódia correta a ser adotada estava presente nas considerações iniciais do seu projeto, mais precisamente na regra “a”, sendo modificada na redação final da reforma. A ABL, na sua regra primeira asseverava que sempre se deveria escolher, para a grafia das palavras, aquela que correspondesse melhor à “boa” pronúncia, que vinha a ser não mais a das tais “classes cultas”, o que era por demais genérico, mas aquela que a Academia escolhesse.²⁷ O termo “classes cultas” certamente englobava os acadêmicos, literatos, sábios e eruditos que eram, mas também poderia incluir outros segmentos da sociedade, segmentos que, dependendo da região do país, tinham formas diferentes de pronúncia. Assim, para melhor assegurar a posse da correta ortografia pela Academia, escolheu-se eliminar o termo

²⁴ *RABL*, julho de 1910, n. 1, p. 93 e julho de 1926, p. 239.

²⁵ *Pontos de vista*, op. cit., pp. 339 e 340 e *RABL*, julho de 1926, n. 55, pp. 245, 248 e 249.

²⁶ Citações respectivamente em *Pontos de vista*, op. cit., p. 337 e 343. Ver ainda a mesma opinião sintetizada nos artigos reproduzidos na *RABL*, julho de 1926, n. 55, p. 246.

²⁷ *Reforma ortografia*, op. cit., p. 3.

cunhado por Medeiros e esclarecer que a boa pronúncia seria aquela definida pela instituição.

A regra que mais defendeu foi a do uso do Z no lugar do S intervocálico quando esta letra tivesse o som daquela, pois ele achava que era “difícil compreender a superstição que cerca algumas letras, que parecem ter algum valor cabalístico e sagrado”. Seu argumento geral é que esta era uma das confusões que envolviam o maior número de palavras e que era uma modificação feita no meio das palavras, o que chocava mais do que as feitas no final. Com relação a críticas específicas, respondia aos gramáticos portugueses Gonçalves Viana e Cândido de Figueiredo. O primeiro dizia que era uma simplificação historicamente falsa e que não condizia com a pronúncia de Trás-os-Montes. “A última dessas alegações nem pode ser tomada a sério... Por muito dignos de estima e consideração que sejam os honrados habitantes de Trás-os-Montes não será pela pronúncia deles que se deverá pautar a da língua portuguesa”. O que se devia era adequar as pronúncias, várias delas erradas, à escrita correta. Quanto à historicidade, ele respondia que era quase impossível achar os aspectos antigos das palavras perdidas no tempo. Era preciso, portanto, evoluir, o que, de resto era um movimento natural de qualquer língua. Assim, se essa evolução fosse refletida e conscientemente uma obra de uma academia, e sendo aceita, ela se incorporaria facilmente à história da língua, posto que as mudanças anônimas que vinham do povo, normalmente alterações e erros de grafias e pronúncias, se perdiam para sempre, não ficando registradas sua criação e autoria. “Assim, os que desejam que a história da língua não se perca, devem preferir que certas alterações se façam por atos conscientes de sociedades doutas e não por pequenas modificações anônimas cujos vestígios são difíceis e cujas origens são impossíveis de encontrar”. Aqui temos a reafirmação do novo papel dos literatos e uma dúvida

caracterização do povo: se, de um lado, Medeiros reconhecia que ele exercia um papel central na configuração da língua, num movimento irreprimível, também era certo que esse não era um bom papel, cabendo aos literatos tomar a dianteira de uma vez e se apropriarem do comando e das normas que deveriam regê-la.²⁸

Cândido afirmara, como veremos mais adiante, que a regra envolvendo o *Z* e o *S* não era boa porque não resolvia todos os problemas envolvendo o *S* e também o *C*, que tinha som de *S* em algumas palavras. Respondia-lhe Medeiros: “Mas porque não resolvemos todas as dificuldades, não devemos resolver nenhuma? Seria absurdo sustentá-lo! Todos [...] proclamam que uma reforma completa e radical é impossível. Razão de mais para fazer reformas parciais.”²⁹

Medeiros e Albuquerque procurou, na sua defesa da reforma, provar a sua necessidade e a sua consistência, tentando mostrar também que aqueles que a atacavam, valendo-se de princípios etimológicos, ditos científicos, baseavam-se em premissas erradas, pois quem estava do lado objetivo e prático eram ele e os reformistas. Assim, à idéia de que a etimologia, que defendia a manutenção das letras que a reforma abolira, podia cientificamente determinar a ortografia correta, Medeiros valia-se de argumentos com valores técnicos. Entretanto, como se vê acima, tais argumentos eram muito mais de ordem política. Ou seja, Medeiros tomava um fato real - a confusão gráfica reinante - para afirmar uma necessidade que somente ele e outros reformistas viam como indiscutível. Ao mesmo tempo, embora renegasse a pecha de fonetista, afirmava seu princípio máximo, o de que para cada letra deveria haver apenas um som correspondente, e vice-versa. Mais ainda: sua reforma, apesar de se basear neste princípio, deixava de lado várias questões inerentes a ele,

²⁸ Medeiros e Albuquerque, “A questão ortográfica”, *Gazeta de Notícias*, 07/07/1907, p. 3.

²⁹ Idem, *ibidem*.

tal como o uso dos ditongos *AE*, *AO*, *EO* e *IO*, que, na grafia corrente da época, soavam como *AI*, *AU*, *EU* e *IU*, como em *pae*, *mao*, *ceo* e (ele) *vio*. Apesar do seu intuito, simplificações possíveis como essa não foram por ele propostas. O projeto e a posterior reforma evidenciavam escolhas, que, como adiante se verá, eram baseadas na conclusão de que, para vencer, era preciso não ser muito radical e não mudar muitas palavras às quais as pessoas já estavam acostumadas. Assim, aos argumentos de uma necessidade exterior à vontade dos literatos e de princípios mais objetivos, aliava-se uma visão política de qual tática se adotar. Além disso, ao recusar fazer todas as modificações possíveis, baseadas na fonética ou no que Medeiros chamava de “simplificação”, deixava-se a porta aberta para algumas contradições: enquanto as palavras com *S* intervocálico com som de *Z* eram alteradas, nem todas as com finais em *S*, como os plurais dos verbos, eram modificadas, com o argumento de que seria uma mudança por demais chocante e também de que historicamente nunca houve dúvidas, sempre foram grafadas daquela forma. Entretanto, os sons continuavam os mesmos para *portuguez* e para (tu) *farás*.

De qualquer forma, Medeiros encontrou alguns sinceros e batalhadores aliados, dentro e fora da Academia, que buscaram provar de forma cabal a validade e a correção, ante qualquer dúvida, da reforma.

O gramático João Ribeiro era um dos mais radicais defensores da posição reformista. Seguindo Medeiros, destacava o lado prático da nova ortografia para a educação das crianças, uma vez que se tratava de uma simplificação regida pela lógica. Havia, portanto, um interesse social que extravasava os limites da ABL, para quem a reforma havia sido originalmente feita.³⁰

³⁰ João Ribeiro, “Ortografia da Academia: a questão da ortografia”, *O fabordão - crônica de vários assuntos*, Rio de Janeiro/Paris, H. Garnier, 1910, pp. 104 e 105. Este texto foi publicado na época da reforma de 1907,

Ribeiro tecia uma crítica profunda à etimologia, pois não via necessidade ou praticidade no estudo das origens das palavras. Havia uma distância entre o falar do povo e as preocupações com o latim de alguns eruditos. Assim, ele temia pela elitização da escrita trazida pela fidelidade à etimologia, construindo duas línguas: uma culta e outra vulgar. Entretanto, contraditoriamente, louvava a reforma aprovada pela ABL justamente porque a instituição reunia grandes sábios e a reforma fôra aprovada por eles. Ou seja, se os sábios asseverassem que a fidelidade à etimologia era a melhor escolha, eram deslegitimados, mas se estivessem ao lado dos reformistas, eram elogiados.³¹ Como consequência dessa posição anti-etimológica, apoiava a desapareição das letras suprimidas pela reforma. E ia até um pouco mais longe do que Medeiros, dizendo compreender

as fascinações do alfabeto, das letras etimológicas e a sensibilidade nervosa dos que vêem em *omem* sem *h* um decapitado sonâmbulo e espectral. E, entretanto, o *arauto* que trazia a bandeira (*haraldus*) perdeu o *h* e não perdeu a bandeira.³²

Na sua argumentação, como se vê na justificativa acima para o fim total do *H*, buscava colocar a questão como uma dicotomia entre os reformistas, donos da sensatez e das noções práticas e lógicas da língua, contra aqueles contrários, mais afeitos a passadismos sem sentido. Ribeiro procurava demonstrar que a questão toda era de convenção e de gosto, mas expressava este ponto de vista muito timidamente, sem dizer isto com todas as letras, como no caso do *H* mediano.

posto que o livro é uma reunião de artigos de imprensa, não revelando, entretanto, nem sua data nem o periódico no qual foi originalmente publicado.

³¹ Idem, *ibidem*, pp. 105 a 107 e “Diálogos de agora - interlocutores: y, um sujeito cético e x, um crédulo de boa fé”, *O Paiz*, 30/07/1907, p. 1.

³² J. Ribeiro, *O fabordão*, p. 105.

Qual a conveniência, pois, de conservar um uso que entre os latinos como entre os italianos de hoje, tinha fundamento na prosódia, mas que na nossa língua não existe nem se faz valer, salvo em alguns documentos escritos da literatura clássica?³³

A manutenção das letras que os etimologistas pregavam como parte da história do idioma era apenas fruto de um sentimentalismo bobo que não resistia a um exame mais inteligente. Além disso, não só a lógica intervinha a favor da reforma, mas também “o bom gosto”, posto que a escrita etimológica perpetuava discrepâncias e complicações demais. A etimologia também era desqualificada porque os que advogavam certas grafias se baseando nos clássicos da língua esqueciam que estas grafias foram invenções daqueles autores que resolveram imitar outras línguas, como o francês (por exemplo *fantasma*, grafado por muitos *phantasma*, do francês *phantasme*) e porque o português descendia do latim vulgar, popular e não escrito, e não do latim culto das fontes escritas.³⁴ Além disso, esse latim se misturara ao longo do tempo com os idiomas germânicos, celtas e ibéricos. Numa resposta ao argumento da nobreza da língua, formulado por Carlos de Laet, que veremos mais à frente, escreveu que

não é possível colocar na *origem* das línguas romanas [...] a nobreza e o prestígio do idioma clássico. Não há um só historiador das línguas modernas que o sustente. Dizer, pois, que devemos escrever conforme o exemplo de Virgílio, Horácio e Cícero (e é o que faz a ortografia etimológica) porque *são estas as nossas origens* é falsificar uma prosápia [linhagem] que não temos e inventar pergaminhos que não são nossos.³⁵

³³ Idem, *ibidem*, p. 119.

³⁴ *O Paiz*, 30/07/1907 e “Diálogos de agora - interlocutores: *O autor*, obrigado a falar; um *leitor da Educação Nacional*”, *O Paiz*, 30/08/1907, p. 1. Ver também “Reforma ortografica - discurso do Sr. João Ribeiro”, *O Paiz*, 17/05/1907.

³⁵ *O Paiz*, 30/08/1907.

Apesar da desqualificação total da etimologia, Ribeiro louvava a moderação da reforma, que não mudava tudo, como forma de tornar as modificações mais palatáveis, preparando o terreno para novas alterações.

Não falamos aqui da vantagem da moderação que deve caracterizar todas as reformas que envolvem resistência a hábitos antigos [...].

Foi excelente o princípio que adotou a Academia de respeitar as letras iniciais *g* e *h*, quando aquela foi transformada em *j* no meio das palavras e esta, no mesmo caso, suprimida. Foi excelente, dissemos, porque convinha estabelecer um limite à extensão da reforma e desde logo se percebeu que convinha fazer concessão a usos já inveterados que não seria fácil destruir com simples razões de lógica ou de mera coerência, mais fáceis de pressupor que de realizar.³⁶

Isso não o impedia, até mesmo o impelia, a avaliar extremamente positivo o futuro da reforma. Para ele era inevitável sua vitória, tais eram os evidentes predicados inerentes a ela, pois os hábitos e “preconceitos” de escrita sempre podiam ser modificados quando corrigidos pela razão. Apesar da tímida caracterização da ortografia como uma convenção, por outro lado, não via foros de cientificidade na questão toda: “o ponto de vista científico no assunto é o democrático, o social; a língua é do povo e deve servir às suas necessidades de expressão”.³⁷ Isso se ligava à sua visão de que a reforma facilitaria o aprendizado e evitaria a elitização da escrita. Ribeiro, portanto, tentava a todo o tempo desqualificar as posições contrárias à sua, como forma de mostrar que a reforma, por ser simplificadora e lógica, era inerentemente superior à escrita que vigorava na época e que mantinha velhos resquícios sem sentido de antigas grafias. Pouco lhe importava que os etimologistas utilizassem o argumento de que a etimologia era uma ciência e que, portanto, poderia definir a verdadeira e única ortografia. Ribeiro preferia argumentar que a etimologia nada tinha de

³⁶ *O fabordão*, op. cit., p. 120.

³⁷ *Ata de 01/07/1911*. Também Xavier Marques, que não era acadêmico, valorizava o critério da utilidade e da praticidade social de uma nova ortografia, mas com um sentido oposto, ou seja, para atacar o radicalismo da reforma, in “O problema orthographico”, *Jornal do Commercio*, 17/06/1907, p. 2.

científica e que a razão estava ao seu lado, pois a simplificação ortográfica era uma evolução lógica da língua, pelo simples fato de eliminar arcaísmos e de adotar um princípio único, em vez da antiga confusão.

Outro imortal a apoiar fortemente a reforma foi José Veríssimo, que partia da conclusão de que a ortografia vivia em total anarquia, com cada escritor adotando a sua particular. Até mesmo os chamados “clássicos” da língua portuguesa, do século XVI ao romantismo do XIX, assim escreviam. Não se podia fiar neles como boa base, tal como asseveravam os contrários à reforma, que veremos adiante, pois como se poderia saber qual sua real ortografia, se muitas das obras foram póstumas e publicadas segundo o que determinaram seus revisores e editores?³⁸

Veríssimo era levemente crítico tanto da fonética, quanto da etimologia. Achava a princípio a primeira, como critério lógico, a melhor. O problema residia em definir-se qual seria a prosódia correta e, embora o projeto de Medeiros tivesse optado corretamente, segundo ele, pela das “classes cultas”, lembrava que mesmo nela havia as diferenças regionais. Por outro lado dizia que os etimologistas “não querem ver que em ortografia a etimologia é uma convenção como outra qualquer, que não tem nenhum caráter dogmático, ou científico, ou racional. [...] Quem a não souber independentemente dela [...] não a aprenderá dela”.³⁹ Veríssimo adotava essa posição porque admitia que a ortografia, diferente do resto da gramática, era uma questão de convenção. Por isso via ser urgente sua reforma, para resolver as incongruências e eliminar as letras a mais ou inúteis, além de uniformizar a escrita. Isso ajudaria na educação, tal como afirmaram Medeiros e

³⁸ José Veríssimo, “Revista litteraria - a questão da orthographia na Academia Brasileira”, *Jornal do Commercio*, 06/05/1907, p. 1 e “A ortografia portuguesa”, *RABL*, julho de 1910, n. 1, p. 77.

³⁹ *RABL*, julho de 1910, n. 1, p. 83. Sobre o problema da prosódia correta, ver *Jornal do Commercio*, 06/05/1907.

Albuquerque e João Ribeiro. Afirmava que a questão toda nada tinha a ver com a estética, mas era um problema prático de ensinar facilmente toda a gente a ler e a escrever.⁴⁰

Veríssimo, apesar do seu apoio à reforma, variou um pouco nas suas posições, pois a partir de 1910-11 passou a pregar sobretudo a união com Portugal como principal fator de importância e de elemento a favor de uma simplificação ortográfica. É interessante que ele mesmo confessava não ter adotado a nova ortografia de 1907, por discordar de alguns pontos, apesar de ter votado por sua aprovação. Reconhece mais: que quase ninguém a adotou. Conclusão: fracassara, pois tinha sido por demais radical. Essa foi uma mudança importante, pois em 1907 afirmara que ela era das menos radicais que se poderia conceber.

Não merecem sequer consideração as alegações [...] feitas em nome da pureza, da índole e de não sei que mais da língua, como se a pureza, a índole, ou ainda a gramática de uma língua dependessem em grau algum da sua ortografia ou esta lhes importasse. Mas a recusa de aceitá-la por seu [...] radicalismo, parece, se não legítima, natural.⁴¹

Para Veríssimo, a importância da moderação era estratégica: seria de mais fácil aceitação, abrindo as portas para posteriores reformas. Por aquela época, a reforma não violaria os costumes nem a tradição (etimológica), enfrentando menos resistência dos tradicionalistas.

Quanto à etimologia, amaciava sua crítica em 1911, também voltando atrás no diagnóstico da anarquia da ortografia e afirmando que havia, na realidade, uma “média ortográfica” entre os escritores. O que havia aumentado a confusão fôra a própria reforma.

⁴⁰ RABL, julho de 1910, n. 1, p. 79 e “Ainda a questão orthographica”, *Jornal do Commercio*, 14/06/1911, p. 2. Sobre a questão da convenção, ver também *Jornal do Commercio*, 06/05/1907.

⁴¹ *Jornal do Commercio*, 14/06/1911. Sobre seu diagnóstico da moderação da reforma, ver *Jornal do Commercio*, 06/05/1907. Em artigo de 1904, Veríssimo definira a índole de uma língua como algo que estava acima do seu léxico ou da sua sintaxe. Era algo indefinível tecnicamente, mais afeito ao estilo e à estética. In “Vida literaria - a lingua portuguesa no Brasil”, *Kosmos*, n. 4, abril de 1904. Artur Azevedo, simpático à reforma, também confessou não adotá-la: “Palestra”, *O Paiz*, 25/09/1907, p. 3.

⁴² Em todo o caso, deveria-se achar uma solução mantendo algum tipo de reforma, pois o português tinha que ser bem visto como uma só língua nos dois países onde era falado e respeitado na comunidade internacional. A sua unidade atestaria a cultura e elevação dos dois povos, através de suas literaturas, espelho destes fatos. Sendo a literatura a expressão “da cultura e da gente de língua portuguesa”, a boa imagem internacional do idioma requeria que tivesse apenas uma forma gráfica, até para não assustar quem quisesse aprendê-lo.

O último grande defensor da reforma do qual vou me ocupar era também acadêmico, mas não pertencia à ABL, e sim à Academia de Ciências de Lisboa. Trata-se do famoso gramático português Cândido de Figueiredo, que viria a participar da comissão da reforma ortográfica do governo português em 1911 e da Academia lisboeta em 1912. Em 1907 apoiou a reforma da ABL nas suas linhas gerais e na sua necessidade, apesar de algumas críticas a ela. O mais interessante na sua postura é que se dizia um etimologista empedernido e justificava a necessidade da reforma na etimologia. Sua singular posição no debate ilustra bem como ele era fruto de uma ampla manipulação política de argumentos ambíguos e até contraditórios, em vez de uma questão técnica ou científica que poderia ser resolvida mediante o distante e objetivo estudo das necessidades da língua e da sociedade.

Cândido procurava mostrar que as regras “corretas” da reforma tinham validade etimológica, pois a grafia vigente com *W, K, Y, PH, TH*, etc. eram invenções do século XIX, dos chamados clássicos portugueses, influenciados por um francesismo gráfico, ou ainda por uma cópia errônea de palavras latinas, esquecendo certas variações desta língua, o que fizera com que escolhessem as fontes latinas erradas, além de latinizarem palavras sem atenção para com sua evolução.

⁴² *Jornal do Commercio*, 14/06/1911.

Os mais autorizados propagandistas da simplificação ortográfica não desprezam a etimologia, racionalmente observada, e têm por seu lado as tradições da língua, as quais brigam abertamente com as modernas práticas mais vulgares e com os processos de supostos etimologistas, mantenedores afinal de injustificáveis complicações gráficas e de nocivas rotinas. Coloquemos as coisas no seu lugar, e não apreciemos de leve os homens que têm o dever de ignorar muito menos do que nós.⁴³

Como se vê, sua posição científicista e objetiva era baseada na certeza da verdade e no desprezo dos adversários, errados por princípio e, por serem ignorantes, sem nenhum direito à apelação. Sua própria posição superior o levava a acreditar que somente ele possuía a chave para a verdade. Ninguém conhecia melhor o assunto do que ele. A reforma, seguindo suas regras, chegaria a tanto.

Não obstante a resistência da rotina e dos maus hábitos, da indiferença de muitos homens letrados e da ignorância geral, só os cegos não verão que a minha propaganda *simplificacionista*, iniciada quase insulamente [sic] há quarenta anos, não só obteve a honrosíssima adesão dos nossos mais respeitados lingüistas e pedagogos, senão também a mais prometedora efetivação em numerosos jornais, em muitos livros, e até em publicações escolares.⁴⁴

Esse tipo de autoconfiança, quase arrogância, e de certeza de possuir a única boa posição no assunto é bem ilustrada por seu interesse minucioso pelas regras da reforma de 1907 e a “aplicação” da etimologia nela. Um exemplo mais prático de como fazia uso de sua “ciência” era na questão da troca do *S* intervocálico pelo *Z*, da qual ele discordava, pois a chamava de “anti-científica”. Embora apresentasse uma razão lógica para dizer que se deveria escrever, por exemplo, *transigir* e não *tranzigir*, ou *desonra* e não *dezonra*, pois os prefixos corretos eram *trans* e *des*, em vez de *tranz* e *dez*, se embaralhava logo a seguir:

⁴³ Cândido de Figueiredo, “A língua portuguesa”, *Jornal do Commercio*, 19/08/1907. Sobre os chamados “clássicos” e as letras que deveriam cair, ver a coluna de mesmo nome dos dias 26/06, 09/08 e 24/09/1907. Afonso Costa, que não era da Academia, também atacava a etimologia por ter inventado origens erradas para várias palavras e por ter transportado grafias do francês para o português, mascarando-as como grafias etimológicas, in “A questão orthographica”, *Jornal do Commercio*, 02/06/1907, p. 1.

⁴⁴ *Jornal do Commercio*, 05/08/1911. Ver também a coluna de 26/08/1907.

embora admitisse que o fim do *S* intervocálico com som de *Z* viesse acabar com confusões do seu uso, isso nada provava, pois se “as pessoas não sabem se devem escrever *fâmol* ou *fâmul*, e nenhum reformador defendeu a mudança para *fâmol* e sempre o uso do *o*, como forma de lisonjear os ignorantes”. Cândido, na ausência de um argumento etimológico, preferia utilizar-se de um exemplo que nada tinha a ver com a regra em questão, tentando provar que, se em outros casos, como o do *O* com som de *U*, não se propunha uma mudança, por que fazê-lo para o caso *S/Z*? Como se vê, ele mesmo escapava aos argumentos “científicos” para apelar a uma lógica exterior. Adotando o pressuposto de que para qualquer palavra havia uma etimologia a se respeitar, quando confrontado com a falta desse pressuposto, recorria apenas ao palavrório, pois a não uniformização do uso do *O/U* não impedia que se regulasse o uso do *S/Z*.

A etimologia também “ensinava” que não se deveria escrever *logar*, mas *lugar*, pois se atribuía erroneamente a origem da palavra a *locus*, do latim, que, na realidade, só explicava o prefixo *log*, e não o *ar*. *Locus* originou *logo*, não se sabendo a origem de *lugar*. Logo... ele não explica afinal por que *lugar* e não *logar*.⁴⁵ Outros exemplos:

Deveria-se escrever *Espanha*, e não *Hespanha*, pois no latim era *Hispania*. Mas a evolução do “baixo latim” fôra em direção a *Spanna*, daí para *Spagna* (em italiano), *España* (em castelhano) e *Espagne* (em francês), devendo, portanto, ser em português, *Espanha*. Para ele deveria-se atentar mais para a evolução do que simplesmente latinizar a palavra sem mais nem menos.⁴⁶

Mantinha-se o *H* inicial por causa da etimologia e porque o castelhano, língua “irmã” do português, o conservava. A fonética recomendava *âbil* e *omem*, mas estas eram palavras

⁴⁵ *Jornal do Commercio*, 13/07/1907.

⁴⁶ *Jornal do Commercio*, 20/07/1907.

vindas do latim. A fonética não poderia prevalecer à etimologia. Cândido achava que no futuro poderia-se fazer que nem os italianos e abolir esse *h*. Afinal, eles passaram a escrever *uomo*, homem, e sua língua continuara tão latina quanto o português. Mas por agora era preciso manter a cautela. Além disso a reforma do castelhano mantivera os *H* inicial e no meio, como em *inhumano*. O mesmo ocorria em *ciência* sem o *S* inicial (*sciencia*), pois também o castelhano escrevia *ciencia*. Mas aqui ele lembra que no latim a grafia era *scientia*, assim como *scintilla*, devendo-se escrever *centelha*, e não *scentelha*. Por que? porque a fonética recomendava a primeira forma, como em *certo* e *cisma*... Ou seja, a fonética, desvalorizada para o caso do *H*, era aqui usada como explicação para as escolhas do gramático português. Mais: Cândido não apoiava o fim de letras como o *C* e o *P* em *acção* e *recepção*, segundo a razão fonética, porque afirmava que em Portugal estas letras, em tais palavras, soavam. Assim, suprimir estas letras significava ir contra a prosódia, e o “desacato” à fonética era algo grave. O que ocorria era que Cândido era inconstante. Ora valorizava a fonética, ora dizia que era um princípio inexequível, pois o princípio de que cada letra deveria ter um e somente um som, e vice-versa, era impossível de ser aplicada com o alfabeto em vigor.

Deixando as miudezas do debate ortográfico, Cândido era contra uma reforma radical, pois ela não vingaria, e esta moderação ele encontrava na reforma proposta por Medeiros. O que deveria imperar era o bom senso e o interesse literário, adotando a divisa: “não parar, não recuar, não precipitar”. A reforma não deveria chocar-se contra

hábitos explicáveis, e com as tradições que não contrariam a mais judiciosa simplificação. Se me permitem o trocadilho, *simplificar* não é tão *simples*, como a muitos se antolha. O que para uns é simples, é complicado para outros [...].⁴⁷

⁴⁷ *Jornal do Commercio*, 23/06/1907. Ver também nos dias 05/08e 08/09 do mesmo ano.

Apesar dessa demonstração de consciência da validade das opiniões baseadas no hábito já arraigado da grafia de muitas palavras que a reforma viria a modificar, não se continha e costumava desqualificar seus adversários, utilizando-se, muitas vezes, dos mesmos argumentos que estes. Um exemplo é o dado pelo caso da letra *K*. Segundo Cândido, esta não era uma letra romana, sendo, portanto, passível de ser eliminada do alfabeto português, sem diminuir seu fundamento etimológico. Ele afirmava que o latim grafava *Carthago* e *Calendas*. E ainda que

Os que ainda escrevem *kágado*, esses não são ingênuos, são uns alhos. Dizem eles que é para evitar confusões... Eu sempre queria saber se *cágado*, devidamente acentuado, [...] poderá confundir-se com qualquer coisa desairosa ou airosa.⁴⁸

Ou seja, ironizando os trocadilhos feitos pelos adversários com as palavras *kágado*, *cágado* e *cagado*, buscava desacreditar a inclusão no debate do argumento do gosto, o dito “bom gosto” levantado por vários opositores da reforma, um “bom gosto” que era diferente do seu. O interessante é que mesmo ele levantava este tipo de argumentação baseado no gosto e na estética para desacreditar seus adversários.

E depois, se devêssemos acatar religiosamente a prática de tempos idos, Deus nos acuda! voltariamos a escrever *ymão*, *ley*, *rey*, *pay*, *rezão*, *vezinho*...⁴⁹

Mostrando como a questão toda era controvertida, adotava uma postura dúbia, ora valorizando o debate ora desacreditando e deslegitimando seus adversários.

⁴⁸ *Jornal do Commercio*, 27/07/1907.

⁴⁹ *Jornal do Commercio*, 26/08/1907.

Se os contendores se entendessem, não havia debate; e a contenda é naturalíssima, em face da divergência de hábitos, [...] da orientação prática, e até [...] de temperamento, mas sobretudo das diferenças de preparação literária.⁵⁰

Cândido acreditava que atrás da questão toda havia sempre que se procurar uma “verdade inteira e indiscutível”. Além disso, deveria ser fruto do estudo e dos sábios, pois “em matéria de linguagem não há ninguém que se não julgue habilitado para dar sentenças”.

51

Cândido de Figueiredo, conquanto não fosse um membro da Academia Brasileira, é um dos melhores exemplos, como se viu, de como as posturas adotadas no debate ortográfico escapavam aos limites de cientificidade e de neutralidade criados pelos próprios contendores, refletindo uma disputa política acirrada pelo predomínio da última palavra sobre os contornos gerais da necessidade de uma reforma e sobre os detalhes da mesma. Essa não foi uma atitude restrita aos reformistas, sendo também encontrada no campo de seus opositores.

O mais radical opositor foi sem dúvida o jornalista católico e monarquista Carlos de Laet, também um imortal. Incondicionalmente contra qualquer tipo de reforma, foi quem mais escreveu contra ela, sete vezes, sempre nas páginas do jornal carioca *O Paiz*. Laet não reconhecia sua necessidade por achar que a manutenção de todos os pontos que a reforma de Medeiros e Albuquerque queria mudar faziam parte da pureza da língua. Achava que do jeito em que estava a ortografia mantinha-se a etimologia, critério único para sua definição, pois era violentamente contra qualquer critério fonológico.

⁵⁰ *Jornal do Commercio*, 23/08/1907.

⁵¹ Citações respectivamente da sua coluna no *Jornal do Commercio* de 08/07 e de 05/08 de 1907.

Laet criticava a reforma por ser contra os definidores maiores dessa etimologia, os clássicos portugueses, que conferiam ao idioma a “nobreza de sua estirpe”.⁵² Assim, não reconhecia nem mesmo, tal sua adoração por eles, que havia uma anarquia ortográfica mas apenas, tal como em todas as línguas, variantes ortográficas. Chamando-a de fonética, termo que os reformistas rejeitavam, elencava uma série de incongruências na reforma: 1) mantinha letras que não soavam, como o *H* mediano (cortado) e o do início (mantido); 2) mantinha a etimologia de palavras indígenas, com a permanência do *Y*, e não as de origem “clássica”, o que era uma deturpação e uma inconseqüência; 3) era antipatriótica, “porque, deliberando sobre assunto que apenas para os superficiais é desprovido de importância, tende a dar, em Portugal e onde quer que se estude o português, uma lamentável idéia da nossa incompetência literária”; 4) era inoportuna, pois desprezava os eruditos portugueses, quando a língua era mais deles do que nossa, e como eles não a aceitariam, causaria um cisma; 5) era anti-filosófica, pois o fonetismo era um regresso, já que deturpava grafias de palavras que, pela etimologia, atestavam a origem comum de várias línguas, tal como em *creatura* (*creatura*, em castelhano, *créature* em francês e *creature*, em inglês); 6) mal fundamentada, pois a crítica de Medeiros e Albuquerque de que a etimologia não conseguia definir a origem e transformação das palavras era um erro, “mostrando ignorar que para a fixação da procedência de um vocábulo há processos tão rigorosamente científicos quanto os possa haver em ciências históricas”. Exemplificando:

O fim da reforma seria, dizem seus autores, facilitar o trabalho do aprendiz; porém, muito ao contrário, grave tem de ser o embaraço dos mestres, quando a seus discípulos houverem de explicar a cacografia acadêmica.

Se eu dito um trecho a uma criança e ela me falseia a grafia da palavra homem, escrevendo omem [...], logo lhe digo que com h [grifos no original] se deve escrever, porque tal vocábulo veio

⁵² Carlos de Laet, “Microcosmo”, *O Paiz*, 03/07/1912, p. 1. Ver também a mesma coluna a do dia 11/07/1907.

do latim. É uma razão de ordem histórica, e tão fácil de compreender como todos os fatos que se explicam pela hereditariedade. O pequeno, sabendo que do gavião não nasce passarinho, não porá dúvidas em admitir que a palavra é um produto com todos os acidentes atávicos. Não assim pela reforma.⁵³

E, por fim: 7) ridícula, pois deixava certas palavras com grafias de mal gosto, como na frase “Machado de Assis tem sessenta e oito anos (com um n só)”, na qual ele faz um trocadilho com “ânus”. Neste caso, acusava Medeiros e Albuquerque de esquecer que o principal da arte era o “decoro”.⁵⁴

Nem a salvará o ‘bom gosto’ para que esteticamente apela o Sr. João Ribeiro. Eu não sei que gosto ele achou em ‘anos’ com um só ‘n’, e em ‘cágado’ sem K. De gustibus non disputandum. O que lhe afirmo é que acima do seu bom gosto está outra coisa, e também boa: - o nosso bom senso.⁵⁵

No seu ímpeto de descaracterizar a reforma a todo custo como indigna de ser debatida, chegava a afirmar que não conseguia seguir seu próprio fundamento fonético, pois o alfabeto o impedia, com suas limitações, de seguir a regra “um som uma letra, uma letra um som”. Como exemplo, citava o caso do *O*, ora com o som de *O*, ora com som de *U*, como em *rolo*, *lote* e *mano*. Entretanto, ao tentar defender a manutenção das letras *W* e *K*, caiu na armadilha dos reformistas.

[...] o nosso alfabeto ou *abc* não resulta de ponderação científica, consistindo em um agregado de caracteres tradicionalmente recebidos e transmitidos da mais remota antigüidade aos nossos dias.⁵⁶

Ou seja, Laet finalmente admitia que havia algo de convenção no assunto, questão, como se viu, admitida pelos reformistas. Contudo, se o alfabeto era uma convenção, como

⁵³ *O Paiz*, 01/08/1907.

⁵⁴ *O Paiz*, 25/07/1907. Também um leitor anônimo de *O Paiz* criticou o projeto de Medeiros e Albuquerque por incongruente, ao deixar de lado muitas uniformizações de letras e sons: “A questão orthographica”, *O Paiz*, 12/08/1907, p. 4. Como se viu, o *Y* acabou abolido pela reforma.

⁵⁵ *O Paiz*, 01/08/1907. Ver, ainda, mesma coluna dos dias 01 e 08/08/1907.

⁵⁶ *O Paiz*, 03/07/1912.

admitia Laet, porque não a forma de se usá-lo? Nosso imortal não nos responde, preferindo atacar por todos os lados a reforma. Para tanto, demonstrando como o problema escapava das questiúnculas técnicas, etimológicas ou fonéticas, para cair no simples embate político, no qual o importante era a vitória a qualquer preço, chegou a usar o argumento regimental de que a reforma fôra aprovada por uma minoria da Academia.⁵⁷ Assim, como poderia a ABL querer que todos a aceitassem, se não tivera o requisito da união? Nem os próprios reformadores a usavam, como vimos José Veríssimo admitir. Logo, dizia Laet, em um argumento de força, como poderia ela ser boa?⁵⁸

Outro que era contrário à reforma era Salvador de Mendonça, aquele que propusera um contra-projeto que, na realidade, impedia uma reforma nos moldes aos quais se ateuve. Dizia-se “intransigente defensor” do princípio etimológico, pois o português era uma língua latina e sua ortografia deveria seguir esta única fonte, já que a reforma alterava essas raízes. Além disso, argumentava com o hábito e o costume, afirmando que não iria, depois de velho, mudar a ortografia à qual se ativera por décadas.⁵⁹

Mendonça recusava o argumento de Medeiros e Albuquerque de que a reforma viria simplificar a língua também com o intuito político de facilitar a assimilação dos imigrantes. Mendonça lembrava o caso dos Estados Unidos, cujo inglês não avalizava o princípio de “cada letra um som, cada som uma letra”, e, mesmo assim, vinha assimilando bem seus colonos. A razão era que o que importava nesse processo era que os EUA tinham instituições liberais e defendiam a livre expressão, garantindo a propriedade, a liberdade

⁵⁷ Não pude averiguar com exatidão essa afirmativa, pois, infelizmente as atas não registram os resultados numéricos das votações da reforma.

⁵⁸ *O Paiz*, 01/08/1907.

⁵⁹ “Discursos do Sr. Salvador de Mendonça” (sessões de 02 e 09/05/1907), *RABL*, julho de 1910, n. 1, pp. 92-93, ata de 02/05/1907 e “A reforma ortografica - a questão ‘A’ - O Sr. Salvador de Mendonça quer a ortografia etimológica - A resistência da língua - Kilo com K e com CH”, notícia do *Correio da Manhã*, 10/05/1907, p. 1.

pessoal e os meios de subsistência dos seus cidadãos e imigrantes. O inglês também lhe fornecia o exemplo de língua etimológica, pois era o resultado da união de línguas anglo-saxônicas e do latim, mantendo na sua forma essas origens.⁶⁰

Mendonça concebia a língua como âncora da nacionalidade, em uma época de imperialismo europeu, prevendo, em contrapartida, um futuro regrado por um “socialismo democrático”, tanto na Europa quanto nas Américas. Ou seja, mudando as instituições, o que manteria a identidade nacional era a língua. Assim, devia-se cultivá-la e protegê-la e a reforma fonética que se propunha viria criar um português do Brasil e um de Portugal, pois cada país tinha sua própria pronúncia. Neste ponto nosso crítico não era muito claro: estava ele afirmando que nossa identidade nacional era a mesma de Portugal? Caso contrário, qual era o problema de se escrever diferente de lá? O que parece é que pregava uma identidade latina, que uniria os dois países por causa do idioma originário do latim. Mas, na realidade, a questão não ficava clara, e isso nem lhe importava. O que deveria-se frisar era esse último elemento: o português tinha uma origem definida, expressa na sua ortografia, que não poderia ser deturpada por uma reforma fonética.⁶¹

Salvador de Mendonça debateu com João Ribeiro as origens latinas da língua, pregando que o português escrito vinha dos primeiros documentos latinos da península ibérica e dos copistas medievais que seguiam o latim culto de Roma. Assim era possível etimologicamente traçar essas origens nos clássicos latinos. Ou seja, era da posição de que o português advinha do latim erudito, contra a posição de Ribeiro de que vinha do latim vulgar.⁶² Embora tanto ele quanto Ribeiro não demonstrassem com exemplos essas origens,

⁶⁰ *RABL*, julho de 1910, n. 1, pp. 93-94.

⁶¹ *Idem*, *ibidem*, p. 98.

⁶² *Idem*, *ibidem*, pp. 101 a 104, *atas* de 02/05 e 04/07/1907 e “A reforma orthographica na Academia Brasileira”, *Jornal do Commercio*, 12/07/1907, p. 2.

este pequeno debate dentro da discussão sobre a reforma é interessante porque mostra como, muitas vezes, importava menos a aplicação dos argumentos invocados, e mais a sua utilidade no desmonte das posições contrárias.

Carmen Dolores era uma das poucas escritoras do início do século. Da sua coluna semanal em *O Paiz* costumava comentar os fatos do dia-a-dia. Quando estourou a polêmica sobre a reforma ortográfica, ela não ficou atrás e se pôs a opinar sobre a matéria. Sua posição era similar à de Carlos de Laet. Temia o desvirtuamento da língua, posto que seu critério único era a pureza que estaria patente nos clássicos portugueses, tais como Alexandre Herculano e Almeida Garret.

E se nos afastarmos dessa fonte, aceitando o adocicado das palavras faladas pelas nossas tribos selvagens, português do Macedinho [Joaquim Manoel de Macedo], português do [José de] Alencar, o romancista, aliás, de valor e imaginação, mas cuja linguagem parece hoje inatúvel de pieguice e incorreção - que faremos da admirável escola dos mestres de Portugal, da escola, enfim, de Ramalho Ortigão e do Eça [de Queiroz], do grande Eça, cujas páginas são cantos, são poemas, são prodígios de beleza e arte? ⁶³

A cronista acusava a reforma de fonetista e deturpadora também das fontes latinas. Portanto, ela advogava, no seu lugar, o estudo acurado de tais fontes legítimas. Mas, como já disse, ela não se restringia apenas à origem latina, mas também aos grandes escritores portugueses que haviam erigido a língua portuguesa de acordo com tais moldes etimológicos, desde Camões até os escritores do século XIX, citados acima. Nesse processo literário de construção do idioma estavam, entre outras, as letras que se queriam ver suprimidas. Mas, como a mostrar que o assunto fugia aos princípios científicos da etimologia, insistia em também adicionar como argumento que a reforma era esteticamente de mau gosto, achando ridículo escrever-se *ele*, *ela* e *desumano*, no lugar de *elle*, *ella* e

⁶³ Carmen Dolores, "A semana", *O Paiz*, 05/05/1907. Ver também a coluna do dia 21/07/1907.

deshumano, por exemplo. Sem argumentos mais objetivos, preferia prever o fracasso da reforma, afirmando que ninguém a adotaria, por ser em si visivelmente errada, pois “um natural sentimento de estética” prevaleceria, mesmo entre os reformadores.⁶⁴ Ou seja, ela evidenciava o quanto aquele era um problema de choque contra o costume, o hábito e construções arraigadas culturalmente quanto às pretensas e puras fontes latinas.

É então que aqui chegava-se, nesta crítica subjetivista e emotiva, à desqualificação da reforma e dos reformistas como sem méritos para discussão, “honra que nem sequer” mereciam, posto que era um “sacrilégio”, um “crime de ordem moral” contra o “bem supremo de uma nação”, algo “sagrado”, como nosso idioma. Desautorizava mesmo a legitimidade da ABL, pois a língua era maior que ela e interessava ao ensino e às novas gerações, enfim, à sociedade brasileira e portuguesa, mais do que às veleidades daquela corporação.⁶⁵

Carmen Dolores levantou também o critério da separação com Portugal. A escritora achava que haveria um cisma ortográfico entre Brasil e a pátria lusitana, pois os portugueses não aceitariam a reforma da ABL e, enquanto eles ficariam com a “língua pura, correta, gramatical”, o Brasil ficaria com um “aleijão” e com o “ridículo”.⁶⁶

Como se vê, a escritora foi das mais emocionadas defensoras da pureza da língua sob o ponto de vista contrário à reforma. Embora não fosse acadêmica, não por falta de méritos, mas por causa de sua condição feminina, sua importância no debate é grande, não só por

⁶⁴ *O Paiz*, 04/08/1907. Ver ainda dias 12/05 e 21/07/1907. O leitor do *Correio da Manhã*, de pseudônimo “Kosciuszko”, também tomava o partido dos contrários à reforma por acharem-na estranha, sob o ponto de vista “afetivo”, destacando a repulsa que causaria nas pessoas uma grafia de “mau gosto” que viria a chocá-las por ser tão diferente de seus hábitos gráficos; “Governo e ortografia”, *Correio da Manhã*, 14/09/1907.

⁶⁵ *O Paiz*, 04/08 e 15/09/1907.

⁶⁶ *O Paiz*, 15/09/1907. Também um leitor de *O Paiz*, sob o pseudônimo de “O Velho Pedagogo”, retirava da ABL qualquer autoridade no assunto, defendendo a posição que as línguas nasciam do povo e eram para o povo. Os literatos apenas tornavam-nas mais polidas: “Hypothese orthographica”, *O Paiz*, 11/10/1907, p. 1. Já Elísio de Carvalho era mais radical, afirmando que uma reforma viria deselitizar completamente o idioma, in “A ortografia simplificada”, *O amigo do povo*, 03 e 17/09/1904.

mostrar a forte resistência à nova ortografia, mas também porque ilustra com força invejável alguns dos argumentos mais ridicularizados pelos reformistas: a defesa do hábito, da pureza da tradição latinizante e da nobreza dada ao idioma pelos clássicos portugueses. Mas, talvez o que mais incomodava aos partidários da reforma era realmente a emoção de suas crônicas, tão distantes da imagem de neutralidade e objetividade que queriam (mas não conseguiam nem mesmo em seus escritos) dar ao debate ortográfico. Assim, Carmen Dolores era uma *outsider*, não só pelo fato de não ser imortal, mas, sobretudo, pela ausência de medo de se mostrar subjetiva e sensível em tão elevado e circunspecto assunto.

O último literato - mais um acadêmico - que nos interessa analisar é o crítico literário Silvio Romero, outro que defendia a etimologia, por isso assinando o contra-projeto de Salvador de Mendonça e atacando o de Medeiros e Albuquerque. Sua crítica, entretanto, balizava-se por um ponto de vista diferente e interessante. Ele procurava mostrar que a língua tinha uma história, uma origem, tal qual os outros defensores da etimologia, mas que essa não era a questão principal. Romero não concordava que o português descendia do latim vulgar, tal como apregoado por João Ribeiro. Mas também não vinha de um latim culto. Ele, na realidade, não acreditava neste tipo de divisão. Seu argumento era que os “grandes”, ou seja, os homens cultos, os praticantes da escrita, se faziam entender e tinham aceita sua liderança de elite exatamente porque se comunicavam na mesma língua que a do povo: “dava-se em Roma o que se dá hoje no Brasil e em toda a parte.” Ou seja, tanto os eruditos entendiam e grafavam como o falar popular, como “as classes plebéias” apreciavam e entendiam seus textos. O mesmo se dava hoje: “A tão gabada língua dos escritores é a mesma língua do povo, mais polida apenas”. De qualquer forma, era para ele incontestável a

influência do latim na origem da língua.⁶⁷ Assim, o problema não era de definir esta origem, se culta ou vulgar.

Por outro lado, ele atacava a possibilidade de uma grafia fonética. Nenhuma língua a havia conseguido, nem mesmos a línguas orientais, como a chinesa.⁶⁸

Portanto, o debate entre as duas correntes era “bizantino”, era uma ingenuidade querer supor que nesta matéria se poderia conformar a língua a problemas eruditos e regulamentá-la a “golpes de decretos”.

Em todo o caso, afinal, a questão não é de teoria, de doutrina, de ciência; é de prática, de hábito, de costume.

Toda a gente sabe o que se pode dizer pró ou contra o chamado sistema *etimológico*, pró ou contra o denominado *sônico*.

Não estamos mais no tempo de andar a repetir essas velharias.⁶⁹

Romero se aproximava em um ponto de Medeiros e Albuquerque: acreditava na evolução e constante mudança da língua. Só que, diferente dele, não achava que o rumo era sempre em direção à simplificação. Achava que o tempo ia modificando a prosódia e a sintaxe da língua e que o que se deveria fazer era deixá-la seguir seu próprio rumo. Contudo, concordava que havia uma anarquia na questão gráfica. Não demonizava a abundância de letras inúteis, que não soavam ou que se repetiam, ou de letras com sons diversos, pois isso fazia parte da história da sua formação. O problema era não “haver um *canon*, um *paradigma* por assim dizer, por todos os escritores respeitados”. Ou seja, ele de certa forma, admitia que alguma convenção deveria ser criada. Mas não deixava claro isto, com todas as letras, pois isso, de certa forma, colocava as questões etimológicas e da

⁶⁷ Sílvio Romero, “A questão da ortografia (voto de Sílvio Romero)”, in *O fabordão*, op. cit., pp. 355 a 362. Este texto era para ter sido lido na sessão de votação da reforma, a 11/07/1907. Como Romero não esteve presente, só foi publicado anos depois, na revista *Educação Nacional*, julho de 1907, n.1.

⁶⁸ Idem, *ibidem*, p. 352.

⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 362. Também p. 352.

evolução em segundo plano, apontando meramente para uma questão de facilitação da escrita. Romero não pensava em nenhum momento desta forma. Por isso é que nem tocava no ponto da simplificação, argumento central dos reformistas. Tanto é assim que propunha a adoção da ortografia utilizada por Alexandre Herculano.⁷⁰ Aqui Romero unia duas questões centrais: de um lado o fato de que não havia uma língua popular e outra erudita (ponto da crítica dos reformistas para atacar a etimologia) e o fato de que havia uma origem latina na língua, que sobrevivera nos grandes escritores, o que levava a que fosse adotada.⁷¹ Por isso é que escolhe um deles, mas por que precisamente Herculano?... Ele não nos responde. A escolha, como muitas outras envolvendo este debate, era aleatória.

O que se retira disto tudo é que Romero concordava e discordava de todos, ao mesmo tempo. Em primeiro lugar, não achava ser necessária uma reforma, posto que isso levaria à procura de um critério único, o que levantaria questões ultrapassadas. Em segundo lugar, acreditava na etimologia como estudo científico possível. Em terceiro lugar, abolia a fronteira entre língua popular e escrita erudita, pois a etimologia mostrava que tal diferença não existia. Em quarto lugar, e por fim, amarrando tudo, reconhecendo que havia discrepâncias e que faltava uma convenção ortográfica, propunha a adoção de um modelo literário. Este modelo significava uma escolha puramente pessoal, pois, por que não outro escritor além do que escolhera?

A Academia nunca esteve tanto em evidência, por tanto tempo consecutivo, quanto naquele ano de 1907 - ao menos para o período deste trabalho. Ela também nunca se dedicou tanto a uma tarefa prática e de consequências sociais fortes quanto durante a

⁷⁰ Idem, *ibidem*, pp. 352 e 353.

⁷¹ Idem, *ibidem*, p. 358.

vigência do assunto da ortografia de nossa língua. Talvez só por isso o capítulo que vai terminando se justifique.

Mas creio que há mais.

A reforma ortográfica evidencia o problema da identidade dos literatos de forma mais forte, por que mais turbulenta, do que os capítulos precedentes. Com ela creio que pudemos ver que a Academia Brasileira de Letras, mesmo dividida, reforçava a idéia de que cabia aos literatos uma missão cultural especial. Se os reformistas se viam como os únicos personagens que poderiam regenerar nosso atrasado e anarquizado idioma, seus oponentes achavam que cabia a eles justamente proteger a santidade desta entidade. Ou seja, mesmo advogando posições diversas, concordavam, sem se dar conta, que os literatos eram os únicos seres que podiam dar palpites sobre o assunto, seja para reformar, seja para evitar a reforma. Neste ponto central havia total unanimidade. Mesmo quando os opositores da reforma afirmavam, tal qual a epígrafe deste capítulo de Carlos de Laet, que a Academia não podia mudar o português, pregavam ainda uma função especial para ela, que era a de defendê-la das alterações que a maculariam.

Ao mesmo tempo, os dois lados se viam como defensores da nossa identidade nacional, a partir do momento que era a eles que caberia definir o idioma. Se os reformistas pensavam que as mudanças ortográficas levariam a língua e, conseqüentemente nossa nacionalidade, para perto dos países cultos da Europa (Itália, França, etc.), os anti-reformistas imaginavam que a defesa do idioma tal qual ele se encontrava assegurava uma linhagem nobre que ia até o latim dos clássicos, como Virgílio e Cícero, dando ao país uma ligação direta com a civilização culta romana de séculos atrás. Como se vê, mesmo defendendo pontos de vista diversos quanto às questões gráficas, partilhavam todos do

mesmo modo de entender nossa identidade como devendo sempre estar associada à “civilização” e a origens “cultas” européias.

Mistura de questão técnica e científica com preconceitos e conservadorismos, de certezas etimológicas com fidelidades fonéticas e de princípios restritivos com incongruências e contradições, o debate em torno da questão ortográfica é um bom exemplo das idiossincrasias que cercavam a Academia Brasileira de Letras nos seus primeiros anos de vida. Embora, em uma primeira aproximação, possa-se ter uma impressão de democracia intelectual, as discussões levadas a cabo entre 1907 e 1913 ilustram como o modelo acadêmico e a ideologia da separação entre os literatos e a política era desmentido a todo o tempo pela vida interna da instituição. Os imortais acreditavam fielmente no modelo de unidade e cordialidade pregado pelos fundadores e reforçado pela tentativa de criação de uma tradição literária para o país. Assim, na hora de tomarem decisões eminentemente políticas, perdiam o rumo. O fracasso da reforma ortográfica se deveu, em grande medida, à soberba da Academia. Embora o terreno fosse difícil, pois a língua portuguesa não era de propriedade exclusiva da ABL, os resultados poderiam ter sido outros se os imortais tivessem outro tipo de postura, mais aberta e mais atenta à delicadeza do assunto. Mas não foi isso que ocorreu. Como se viu neste capítulo, não havia nenhum consenso entre os debatedores. E a ortografia era, e ainda é, uma questão de convenção. Logo, o encaminhamento do debate deveria seguir o jogo democrático, lento, mas mais seguro, de definição tanto sobre se havia ou não a necessidade de uma reforma, quanto dos seus contornos gerais, e por fim, das regras a serem adotadas. A prática acadêmica atropelou esses passos. O debate só surgiu depois de apresentados os projetos e foram poucas as

sessões dedicadas à questão (5, até iniciarem-se as votações, e mais 5 durante esta fase).⁷² Ao mesmo tempo, nenhum contendor conseguiu realmente enxergar as razões de seus oponentes. Todos estavam embuídos da certeza de estarem do lado correto, vendo seus contendores sempre como equivocados, quando não ignorantes, que a muito custo mereciam a legitimidade de opinarem sobre o assunto. Embora não houvesse o tipo de dinâmica violenta e pessoal das polêmicas literárias do século XIX, onde os debatedores utilizavam-se de ataques pessoais e de xingamentos,⁷³ imperando a polidez, percebe-se, como penso ter demonstrado, que cada lado não transigia um milímetro, numa questão que exigia o máximo de “bom senso” democrático.⁷⁴ É verdade que alguns reformistas propuseram, em 1911 a revisão da reforma, mas não porque tivessem achado que seus opositores tinham alguma razão, ou porque concluíssem que a discussão fôra muito rápida, mas somente porque possuíam tino político e viam que a reforma tinha fracassado junto ao público e os literatos. Assim embora nunca admitissem que se tratava de um jogo político, propuseram uma suavização da reforma, exatamente para ela vingar e, mais tarde, completarem o trabalho.

O tema deste capítulo também ilustra como os imortais se viam a si próprios. Na identidade forjada de defensores da cultura letrada no Brasil, imaginavam-se alheios às características do jogo político institucional. É por isso que imaginavam a questão da

⁷² O estímulo ao debate também foi minado por atitudes como a de Carlos de Laet, que não compareceu a nenhuma sessão sobre a reforma, embora tivesse muitas críticas a ela.

⁷³ Ver Roberto Ventura, *Estilo tropical – história cultural e polêmicas literárias no Brasil*, São Paulo. Companhia das Letras, 1991.

⁷⁴ Um exemplo como era problemático na época, não só entre os acadêmicos, o debate ortográfico, é dado por Afonso Costa, que via na proliferação de correntes e estudiosos de várias tendências o mal que assolava a ortografia. Afirmava ele que “o que é lastimável [...] é que não se entendam os contendores, e, às vezes os próprios partidários do mesmo sistema, de modo que, à cada excelência que se atribui a qualquer um desses sistemas, os adversários dele outros tantos defeitos apresentam, não sendo possível, nessa balbúrdia em que ninguém é dado tomar pé, andar com segurança”, in “A questão orthographica”, *Jornal do Commercio*, 02/06/1907, p. 1.

ortografia como, primeiro, um assunto de sua e apenas sua alçada e, segundo, um assunto apenas de méritos técnicos e científicos, em uma época em que também se achava que a técnica e a ciência prescindiam e estavam acima do reles mundo da política. Eruditos, sábios e estudiosos do idioma que eram, imaginavam que a sua palavra era a expressão da verdade pura e única e que, desta forma, a sociedade aceitaria seus mandamentos de cabeça baixa. É por isso que, mesmo frisando que a reforma servia apenas para as publicações acadêmicas, deixaram que o debate tomasse o contorno de uma definição do caráter do idioma português, ao mesmo tempo que, por ser uma decisão de uma academia, suas regras teriam imediata repercussão social.

No fundo, como já afirmei no início deste capítulo, é pesaroso ver como o debate acabou se revelando infrutífero. Até hoje, volta e meia, nos vemos envolvidos por novas comissões ortográficas, agora compostas também por portugueses e representantes dos países lusófonos da África, que sugerem novas modificações, ou então empacam em questiúnculas sem fim. O medo dos imortais de que o português não viesse a se juntar às línguas ditas “cultas”, por conta de sua “anarquia” ortográfica, se justificou - segundo sua ótica elitista. Enquanto as outras “grandes” línguas européias têm suas ortografias definidas, seja sem reformas, como o inglês, o francês e o alemão, seja com elas, como o italiano e o castelhano, nossa língua portuguesa ainda é objeto de discussão apenas de eruditos que não se entendem. É claro que as reformas a partir de 1945 tiveram seu efeito e o que resta para se decidir é muito pouco. Mas o fantasma da intransigência e de uma certa arrogância acadêmica ainda permanece. Ou seja, se os imortais do início do século não tivessem se atido tanto à própria imagem que faziam de si e de suas indiscutíveis posições, talvez o assunto nunca mais tivesse vindo a tona. E, talvez, a própria Academia Brasileira de Letras

tivesse tido mais sucesso, e não tivesse saboreado tão intensamente o gosto do fracasso imposto por suas próprias limitações e estreitezas de horizontes. Afinal, às vezes, simplificar pode ser muito fácil, desde que se tenha consciência da validade da diferença e da dimensão democrática que todo e qualquer debate intelectual deve possuir.

CONCLUSÃO

Realmente, a situação é embaraçosa, e é difícil achar terreno neutro onde nada é neutro.

Machado de Assis

Se a Academia não presta, então o Brasil também não presta...

João Ribeiro

A Academia Brasileira de Letras deve o ostracismo a que foi sendo gradativamente posta ao longo deste século exatamente àquilo que lhe permitiu manter sua imagem de centro preocupado em manter nossa tradição literária e nossa língua, ou seja, a seu discurso de cordialidade, unidade e neutralidade de seus membros neste propósito comum, propósito cultural, sem qualquer cunho político. O fato de que nunca tenha despertado interesse dos historiadores atesta esta afirmação. A placidez insossa, a cristalizada imagem de senhores respeitáveis, sisudos, compenetrados, ciosos de sua missão, bem como suas praxes regradas, rigidamente seguidas como um teatro muito bem coreografado, sem espaço para improvisos, conseguiu mascarar suas contradições internas e ofuscar as raízes de sua história. Assim, o projeto inicial de seus criadores, levado posteriormente ao extremo por aqueles que os substituíram a partir de 1910-13, teve sucesso. Mas, paradoxalmente, esse sucesso foi a origem de seu fracasso, pois quem concordará hoje que a Academia deverá nos ditar como escrever nosso idioma, ou quem e como ler dos escritores do passado?

Este paradoxo dá bem a medida do contexto dos anos entre 1896 e 1913, talvez alargando-se um pouco para alguns anos antes e alguns depois. Como se viu no debate da imprensa sobre a criação da Academia e em alguns dos discursos de posses, a linha divisória

entre literatura e política estava longe de ter sido cortada na década de 1890, como afirma parte da recente historiografia analisada na introdução deste trabalho. Embora eu concorde com ela de que houve um movimento por parte dos literatos em se afastarem do mundo mesquinho e vil da vida pública do país, maculada pelos partidarismos, disputas violentas e personalismos de toda espécie, espero ter mostrado com minha análise dos primeiros anos da ABL que o próprio discurso letrado advogando tal causa repunha no seu subterrâneo boa parte das diferenças políticas que queria apagar. Seja na procura de erigirem um cânone literário brasileiro, seja tentando fixar as bases de nossa língua escrita, creio que ficou claro como não só interferiam nestas tarefas as diferentes concepções de nossa história e de nossa política, como muitos dos elementos execrados nelas afloravam quase sem amarras. Nas lutas pelas vagas de imortais e nos intensos debates sobre a reforma ortográfica pudemos ver muitas vezes a intolerância com a diferença, o uso de manobras políticas durante votações, as mútuas acusações pessoais baseadas em princípios inatacáveis, a formação de autênticos partidos, o aflorar violento de desentendimentos e o recurso a argumentos de autoridade para tentar calar adversários.

A Academia Brasileira de Letras tentou se erguer em contraste com o seu tempo, sem consegui-lo, pois isso lhe era impossível. Seus membros tentaram criar uma nova identidade de grupo que os afastasse dos tempos anteriores de clara militância política, na maior parte das vezes se opondo ao *status quo* do regime monárquico, nas décadas de 1870 e 80. Para isso advogaram o total afastamento do mundo da política. Assim, a nova identidade lhes permitia que, idealmente, monarquistas e republicanos, jacobinos e liberais, realistas e velhos românticos, parnasianos e “poetas científicos”, convivessem pacificamente, pois esta identidade excluía qualquer idéia de confronto de idéias e de partidos. A

ambigüidade de todo o processo descrito no parágrafo anterior se encontra aqui. Criando este novo local para os literatos, a Academia buscou se desarmar, se despolitizar. Mesmo não conseguindo, só a afirmação e a crença de que isto era possível e que era isto o que estava acontecendo abriu as portas da agora centenária instituição para as figuras eminentemente políticas, como foram os casos do general Dantas Barreto, de Osvaldo Cruz e de Lauro Müller. Porque isto ocorreu? Porque seu próprio discurso os desarmava: ao afirmarem que na Academia só entravam grandes literatos, enquanto mantinham um processo de seleção feito por candidaturas livres e eleições onde se formavam autênticos partidos, e ao negarem que suas escolhas pudessem ser políticas, satisfazendo gostos pessoais em vez do cumprimento de alguma justiça superior de mérito artístico, ficavam sem armas para vetarem os elementos vindos de um mundo que no início tanto execravam. É isto o que ocorre depois que morrem Machado de Assis, Joaquim Nabuco e Lúcio de Mendonça, que, como vimos, também faziam política, domindando o processo de entrada de novos acadêmicos. A nova identidade, imaginada fora do contexto político da virada do século, acabou sucumbindo a ele. Embora tal só ocorresse entre 1910 e 1913, os elementos já estavam presentes muito antes disso.

Estavam presentes na luta pelo patrocínio oficial na época de fundação, quando procuravam se mostrar submissos ao regime republicano ao mesmo tempo que exigiam o apoio do governo. Estavam presentes nos discursos de Machado de Assis e de Joaquim Nabuco, eivados de significados políticos historicamente datados. Estavam presentes nas retorcidas definições de literatura como uma Arte, como uma transcendência do mundo cotidiano, que escondiam escolhas pessoais por determinados autores, pedaços de suas biografias e diferentes avaliações do passado do país. Estavam presentes nas negociações e

conflitos das eleições dirigidas por Machado de Assis como se não fossem processos políticos. E estavam presentes na reforma ortográfica, o carro-chefe das realizações práticas da Academia, que não saiu do lugar porque quase nenhum debatedor conseguia conceber que se tratava de uma questão de convenção a ser decidida por um processo eleitoral e que os adversários poderiam ter alguma contribuição a dar à resolução do problema.

A apenas algumas linhas de por o ponto final neste trabalho, não pretendo deixar mais nenhuma palavra conclusiva sobre intrincados problemas da história cultural da virada do século. Talvez, até, nem sequer tenha resolvido nada de complicado durante todo o texto que o leitor acaba de ler. Quero deixar aqui tão somente minha sincera intenção de que a Academia Brasileira de Letras tenha sido esclarecida enquanto fenômeno cultural historicamente datado. Espero que o leitor concorde que ela é um pouco mais ambígua, controvertida, complexa e, por causa disto interessante, do que em uma primeira abordagem se possa imaginar. Se atingi esta finalidade, já me dou por satisfeito. Não porque eu queira valorizar a imagem da atual instituição e de seus membros, como já afirmei no início do trabalho, mas porque acredito que não exista cânone dado em si mesmo pelas indiscutíveis qualidades artísticas que confirmam aos escritores a transcendência de “verdadeiros” artistas impedindo-nos de questioná-los e procurarmos neles as “mesquinhezas” da vida quotidiana. Mostrar o quão uma determinada tradição e busca pela universalidade é, na realidade, uma resposta e um diálogo com os problemas concretos de uma sociedade ou de um grupo social parece-me a melhor forma de compreender não só a obra de arte, mas também os discursos que erigem essa obra ao patamar, para muitos inacessível, de Arte. Assim, se, parafraseando João Ribeiro, a Academia não guarda a única e verdadeira tradição literária do Brasil, então é porque talvez o Brasil não possua nem uma única, nem uma verdadeira tradição a ser

guardada, pois não me parece que seja através dos cânones que se atinja a imortalidade.

Aliás, será que pode-se de alguma forma atingi-la?

APÊNDICE 1: ILUSTRAÇÕES



Figura 1 - *As ilusões perdidas*, de Charles Gleyre (1808-1874), quadro citado por Joaquim Nabuco no seu discurso de 20 de julho de 1897, na sessão inaugural da Academia.

ACADEMIA DO A B C



Mario de Alencar: — Ora até que afinal vou poder aprender o meu A B C em discurso.

Papai Rio Branco arranhou-me a mammadeira de graça.

Tambem quem é que mandou o Domingos Olympio errar tão crassamente, escrevendo Luzia-Homem?

Luzia, sempre foi mulher...

Figura 2 - Charge de *O Malho* de 11/11/1905 sobre a vitória de Mário de Alencar sobre Domingos Olímpio, autor de Luzia-homem, na eleição para a vaga de José do Patrocínio, ironizando o fato de Mário de Alencar ter escrito apenas um livro de versos e de ser muito jovem para a Academia.

IMMORTALIDADE EM APUROS

A reforma da orthographia está agora levantando seria opposição, por só agora se conhecer e reconhecer o radicalismo comico de seus dogmas.

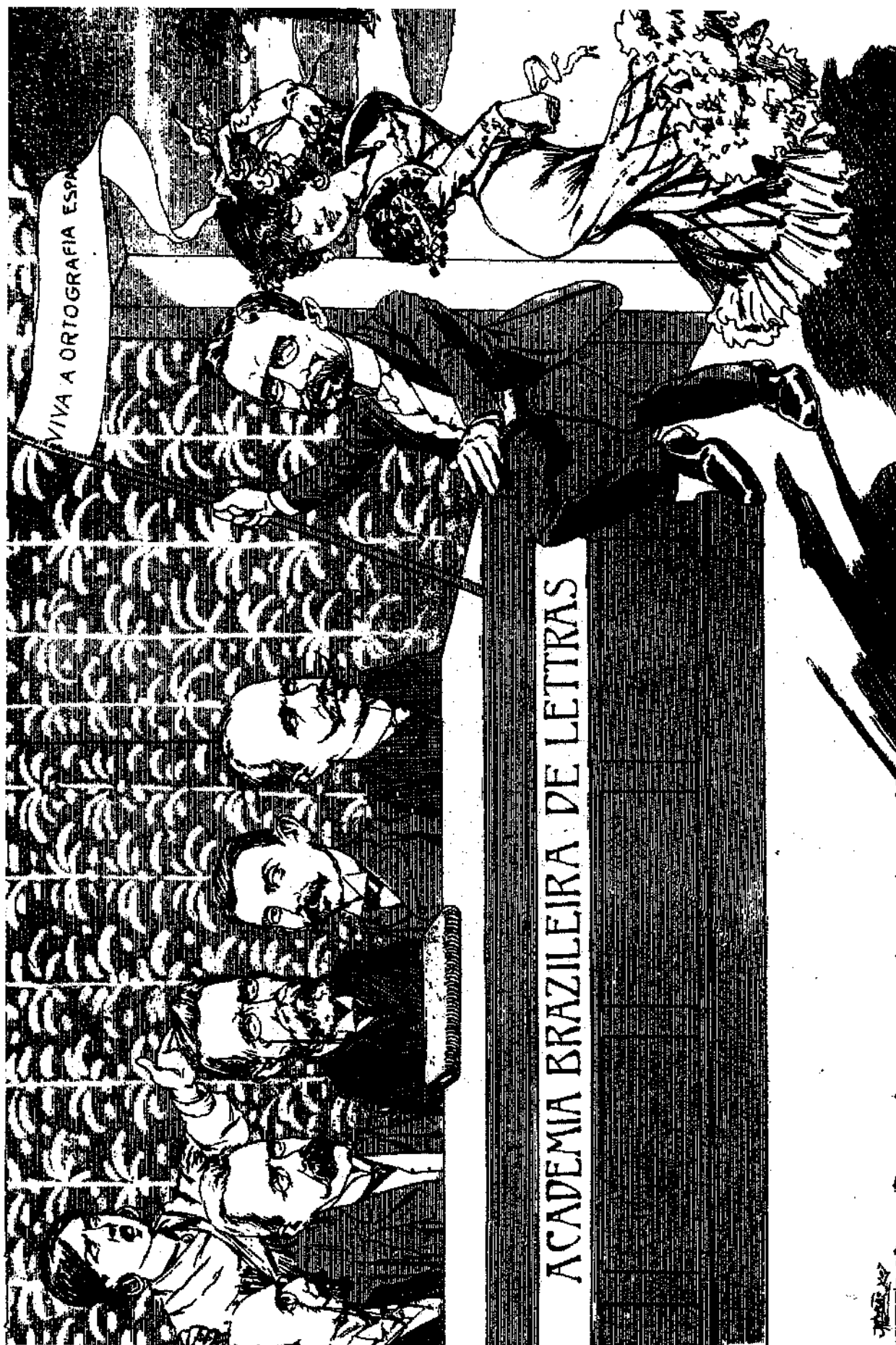
(Voz publica)



— Nunca pensei que me acontecesse o que acontece aos mortacs, isto é, que o rabo fosse o mais difficil de esfoliar... Pois é !

E agora vejo quanto a minha sabedoria foi precipitada ! Os escriptores e jornalistas fazem cara fela á reforma anarchista, provando que — «mais vale o tolo no seu que o avisado no alheio» !...

Figura 3 - Charge de Alfredo Storm em *O Malho* de 3 de agosto de 1907 representando a Academia esfolando a ortografia, na forma de uma galinha. Em algumas das penas retiradas, pode-se ler as letras expurgadas pela reforma ortográfica: H, S, PH e Y.



Página anterior: figura 4 - Charge de Alfredo Storm em *O Malho* de 11 de maio de 1907, sobre a proposta de reforma da ortografia de Medeiros e Albuquerque, intitulada "A reforma da orthographia. Uma sessão da Academia de Letras". Abaixo do desenho vinha a seguinte legenda:

Medeiros e Albuquerque [figura com a bandeira na mão]: - *Considerando que no título desta Academia há duas palavras de ortografia duvidosa: que em moedas, selos, notas do Tesouro e documentos oficiais a palavra Brasil está escrita ora com s ora com z, sendo, portanto, a única nação que não sabe escrever o próprio nome; que a língua é um meio e não um fim que devemos facilitar ao estrangeiro de ambos os sexos o uso deste meio... proponho:* - *Guerra ao y! ao w! ao h mediano! Ao ph! Aos ff e rr dobradinhos:* - *Viva a ortografia espanhola, com seu salero simples e apetitoso!* A Senhorita Ortografia [dançarina de castanholas]: - *Ai que gracia tiene este muchachito...* Souza Bandeira [terceiro da direita para a esquerda]: *Os meus bigodes tremem de comoção!* Euclides da Cunha [quarta figura da direita para a esquerda]: - *Eu declaro que não preciso de simplicidades para escrever bem...* Souza Ramos [Silva Ramos, primeiro à esquerda]: - *Que dizes tu, ó João Ribeiro?* João Ribeiro [segundo da esquerda para a direita]: - *Só isto: se a espanholita triunfar sobre a Academia como triunfou sobre o Medeiros... adeus erudição!...* Machado de Assis [no centro da mesa]: - *Tem a palavra a senhora D. Ortografia Portuguesa!* D. Ortografia [atrás da mesa, em pé]: - *Eu cá pouco tenho a dizer... O jovem Medeiros é um anarquista de nova espécie... Em vez de entrar furioso com bombas de dinamite, entra dançando com uma cachopa menos má... Percebo que os senhores estão mais ou menos babados por ela... Pois que lhe façam bom proveito... Hão de se arrepender... Foi comigo que o Brasil nasceu... Pode viver e morrer com aquela sirigaita que eu cá não me dispo... da minha dignidade!... Cruzes, canhoto!*



Página anterior: figura 5 - Charge de Alfredo Storm sobre a reforma da ortografia da Academia, intitulada “A orthographia e o alphabeto”, em *O Malho* de 01 de junho de 1907. A legenda diz:

Zé Povo [personagem mais ao fundo]: - *Olha quem eles são!... O Silva Ramos, o Souza Bandeira, o Bilac, o João Ribeiro, o Medeiros e Albuquerque, o Zé Veríssimo, o Sílvio Romero, o Alberto de Oliveira, o Filinto de Almeida, o Rio Branco, o Machado de Assis, o Graça Aranha, o Guimarães Passos e o Alcindo Guanabara... Todos acadêmicos de muita força.... imortais de muitas letras, com um T e com dois TT... Discutem a ortografia portuguesa, que uns acham detestável e outros acham supimpa... E enquanto eles resolvem si pomada deve ter um ou dois MM, estou com vontade de tomar a palavra e dizer: - Eu também sou imortal e acho que antes de tratarmos dessas ninharias, devíamos obrigar os governos a mandarem ensinar o ABC a treze milhões de habitantes analfabetos!... A. Pena [Afonso Pena, presidente da República]: - *Tenha modos seu Zé! Você tem razão, mas... aqui está o Lyra para assuntar o caso... Tavares de Lyra [ministro do Interior]: - São débeis as minhas cordas para entoar neste assunto... Pois as grandes empreitadas me fazem quase defunto... Zé Povo (dirigindo-se ao Pena): - É isso mesmo; o homem faz versos, mas... não vai lá das pernas.**

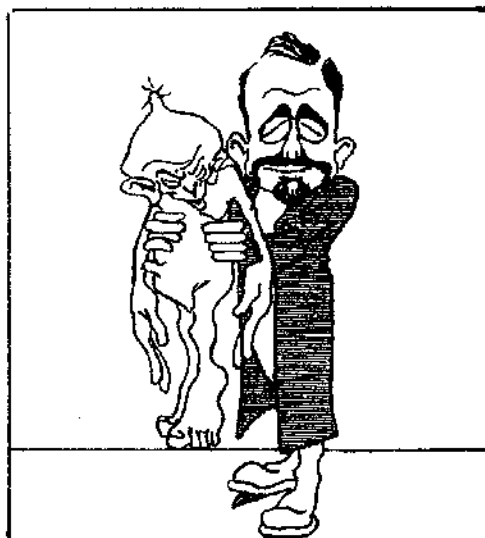
GUIGNOL — O MONSTRO



1) — Ah! os senhores não diziam que eu nada fazia e era de uma esterilidade absoluta?... Pois aqui tem o meu primeiro productol... Atrevam-se agora a xingar-me, si são capazes!...



2) Mas, oh! desillusão atroz que a mente esmaga! Antes tal monstrengo nunca passasse de embrião!...



3) Sobre o Medeiros e Albuquerque recaem as responsabilidades de pai legítimo. Elle as aceita, corajosamente, e apresenta ao mundo extactico, a força dymnamica da recém-nascida...



4) Lá dentro, entre as quatro paredes do lar immortal, muitos colaboradores do *papai* fazem festinhas á *criança* cujas travessuras applaudem... E o Medeiros ao ver o Arthur Azevedo, o Coelho Netto, o Zé Veríssimo, o Bilac, o Alcindo e talvez o Barão, entre a chusma de engrossadores intimos, ficava mesmo todo inchado...



5) Cá fóra, porém, como parece ridiculo endeosar a pobre aleijadinha—quanto mais imitar-lhe a voz e os gestos!... — os illustres immortaes assumem ares, senão de repulsa, pelo menos de indiferença...



6) De maneira que, sem contar o João Ribeiro e o Souza Bandeira, só o Medeiros tem de carregar o precioso fardo, porque, a fallar a verdade, só elle é o pai da criança!...

Página anterior: figura 6 - desenho de J. Carlos para *O Malho* de 3 de agosto de 1907 sobre a reforma ortográfica votada pela Academia no mês anterior.

APÊNDICE 2: PATRONOS E ACADÊMICOS ENTRE 1897 E 1913

Cadeira 1 Patrono: Adelino Fontoura (1859-1884) Acadêmicos: Luís Murat (1861-1929)	9 Gonçalves de Magalhães (1811-1882) Magalhães de Azeredo (1872-1963)
2 Álvares de Azevedo (1831-1852) Coelho Neto (1864-1934)	10 Evaristo da Veiga (1799-1837) Rui Barbosa (1849-1923)
3 Artur de Oliveira (1851-1882) Filinto de Almeida (1857-1945)	11 Fagundes Varela (1841-1875) Lúcio de Mendonça (1854-1909) Pedro Lessa (1859-1921) - 07/05/1910 - 06/09/1910.
4 Basílio da Gama (1741-1795) Aluísio Azevedo (1857-1913)	12 França Júnior (1839-1890) Urbano Duarte (1855-1902) Augusto de Lima (1860-1934): 05/02/1903 - 05/12/1907
5 Bernardo de Guimarães (1825-1884) Raimundo Correia (1860-1911) Osvaldo Cruz (1872-1917) - eleito em 11/05/1911 - tomou posse em 26/06/1913.	13 Francisco Otaviano (1825-1889) Visconde de Taunay (1843-1899) Francisco de Castro (1857-1901) - 10/08/1899.¹ Martins Júnior (1860-1904) - 15/05/1902.² Souza Bandeira (1865-1917) - 27/05/1905 - 10/08/1905.
6 Casimiro de Abreu (1839-1860) Teixeira de Melo (1833-1907) Artur de Jaceguai (1843-1914) - 28/09/1907 - 09/11/1907	14 Franklin Távora (1842-1888) Clóvis Beviláqua (1859-1944)
7 Castro Alves (1847-1871) Valentim Magalhães (1859-1903) Euclides da Cunha (1886-1909) - 21/09/1903 - 18/12/1906. Afrânio Peixoto (1876-1947) - 07/05/1910 - 14/08/1911.	15 Gonçalves Dias (1823-1864) Olavo Bilac (1865-1918)
8 Cláudio Manoel da Costa (1729-1789) Alberto de Oliveira (1857-1937)	

¹ Não chegou a tomar posse.

² Mesmo caso de Francisco de Castro.

16

Gregório de Matos (1623-1696)
 Araripe Júnior (1848-1911)
 Félix Pacheco (1879-1935) - 11/05/1912 -
 14/08/1913.

17

Hipólito da Costa (1774-1823)
 Sílvio Romero (1851-1914)

18

João Francisco Lisboa (1813-1863)
 José Veríssimo (1857-1916)

19

Joaquim Caetano da Silva (1810-1873)
 Alcindo Guanabara (1865-1918)

20

Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882)
 Salvador de Mendonça (1841-1913)

21

Joaquim Serra (1838-1888)
 José do Patrocínio (1853-1905)
 Mário de Alencar (1872-1925) -
 31/10/1905 - 14/08/1906.

22

José Bonifácio, o moço (1827-1886)
 Medeiros e Albuquerque (1867-1934)

23

José de Alencar (1829-1877)
 Machado de Assis (1839-1908)
 Lafayette Rodrigues Pereira (1834-1917)
 - 01/05/1909 - 03/09/1910.³

24

Júlio Ribeiro (1845-1890)
 Garcia Redondo (1854-1916)

25

Junqueira Freire (1832-1855)
 Franklin Dória, barão de Loreto (1836-
 1906)
 Artur Orlando (1858-1916) - 27/06/1907
 - 28/12/1907.

26

Laurindo Rabelo (1826-1864)
 Guimarães Passos (1867-1909)
 Paulo Barreto (1881-1921) - 07/05/1910 -
 12/08/1910.

27

Maciel Monteiro (1804-1868)
 Joaquim Nabuco (1849-1910)
 Dantas Barreto (1850-1931) - 10/09/1910
 - 07/01/1911.

28

Manuel Antonio de Almeida (1831-1861)
 Inglês de Souza (1853-1918)

29

Martins Pena (1815-1848)
 Artur Azevedo (1855-1908)
 Vicente de Carvalho (1866-1924) -
 01/05/1909.⁴

30

Pardal Mallet (1864-1894)
 Pedro Rabelo (1868-1905)
 Heráclito Graça (1837-1914) -
 30/07/1906.⁵

31

Pedro Luís (1839-1884)
 Luís Guimarães Júnior (1847-1898)
 João Ribeiro (1860-1934) - 08/08/1898 -
 30/11/1898.

32

Araújo Porto Alegre (1806-1879)
 Carlos de Laet (1847-1927)

³ Tomou posse apenas por carta.

⁴ Tomou posse por carta.

⁵ Tomou posse por carta.

33

Raul Pompéia (1863-1895)
Domício da Gama (1862-1925)

34

Souza Caldas (1762-1814)
Pereira da Silva (1817-1898)
Barão do Rio Branco (1845-1912) -
01/10/1898.⁶
Lauro Müller (1863-1926) - 14/09/1912 -
16/08/1917.

35

Tavares Bastos (1839-1875)
Rodrigo Otávio (1866-1944)

36

Teófilo Dias (1854-1889)
Afonso Celso (1860-1938)

37

Tomás Antonio Gonzaga (1744-1807)
Silva Ramos (1853-1930)

38

Tobias Barreto (1839-1889)
Graça Aranha (1868-1928)

39

Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-
1878)
Oliveira Lima (1867-1928)

40

Visconde do Rio Branco (1819-1880)
Eduardo Prado (1860-1901)
Afonso Arinos (1868-1916) - 31/12/1901
- 18/09/1903.

⁶ Não tomou posse.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

Arquivos e bibliotecas consultados

Arquivo “Múcio Leão” da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.
Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp, Campinas.
Arquivo e Biblioteca do Museu de Literatura da Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.
Biblioteca da Academia Brasileira de Letras.
Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Fontes manuscritas

1. No arquivo da Academia Brasileira de Letras:

1.1. Livros de Atas da Academia Brasileira de Letras: volume I (1896-1909), volume II (1910-1912) e volume III (1912-1916)

1.2. Correspondência dos acadêmicos:

- Cadeira n. 1 - Luís Murat, códices P/340 e 311. ¹
- Cad. 2 - Coelho Neto, código 112.
- Cad. 3 - Filinto de Almeida, código 12.
- Cad. 4 - Aluísio Azevedo, código 36.
- Cad. 5 - Raimundo Correia, código 118; Osvaldo Cruz, código 130.
- Cad. 6 - Teixeira de Melo, código 490; Artur de Jaceguai, código 238.
- Cad. 7 - Valentim Magalhães, código 278; Afrânio Peixoto, código 378.
- Cad. 8 - Alberto de Oliveira, código 350.
- Cad. 9 - Magalhães de Azeredo, código 280.
- Cad. 10 - Rui Barbosa, código 44.
- Cad. 11 - Lúcio de Mendonça, código 316; Pedro Lessa, código 254.
- Cad. 12 - Urbano Duarte, código 142; Augusto de Lima, códigos 256 e 362.

¹ Os códices aqui reproduzidos se referem à antiga catalogação, ainda em uso quando da minha pesquisa no arquivo da ABL. Como estava-se iniciando uma reforma total, é possível que os códices todos já tenham sido modificados, adotando-se outra forma de catalogação.

- Cad. 13 - Martins Júnior, código 302; Souza Bandeira, código 474.
Cad. 14 - Clóvis Bevilacqua, códigos 10 e 608.
Cad. 15 - Olavo Bilac, código 58.
Cad. 16 - Araripe Júnior, código 30; Félix Pacheco, código 372.
Cad. 17 - Sílvio Romero, código 444.
Cad. 18 - José Veríssimo, códigos 502 e 510.
Cad. 19 - Alcindo Guanabara, código 10 e 48.
Cad. 20 - Salvador de Mendonça, código 318.
Cad. 21 - Mário de Alencar, código 10.
Cad. 22 - Medeiros e Albuquerque, código 312.
Cad. 24 - Garcia Redondo, códigos 10, 48 e 196.
Cad. 25 - Artur Orlando, código 362.
Cad. 26 - Paulo Barreto, código 48.
Cad. 27 - Joaquim Nabuco, códigos 10, 138, 342 e P/342; Dantas Barreto, código 138.
Cad. 28 - Inglês de Souza, código 236.
Cad. 29 - Artur Azevedo, código 40; Vicente de Carvalho, códigos 98 e 378.
Cad. 30 - Pedro Rabelo, código 210; Heráclito Graça, código 210.
Cad. 31 - Luís Guimarães Júnior, código 224; João Ribeiro, 420.
Cad. 32 - Carlos de Laet, código 242.
Cad. 33 - Domicio da Gama, códigos 10, 48, 190 e 378.
Cad. 34 - Barão do Rio Branco, códigos 10, 302, 338 e 428; Lauro Müller, código 338.
Cad. 36 - Afonso Celso, código 10, 48, 110 e 206.
Cad. 38 - Graça Aranha, código 212.
Cad. 39 - Oliveira Lima, código 354.
Cad. 40 - Eduardo Prado, código 396; Afonso Arinos, código 32.

1.3. Avulso:

“Contra-projeto de Salvador de Mendonça a reforma orthographica”, sem classificação.

2. Na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional:

2.1. Coleção Adir Guimarães.

2.2. Coleção Coelho Neto.

2.3. Coleção Salvador de Mendonça.

3. No arquivo do museu de literatura da Fundação Casa de Rui Barbosa:

3.1. Coleção Lúcio de Mendonça.

3.2. Coleção Rodrigo Otávio.

3.3. Coleção Salvador de Mendonça

3.4. Pastas avulsas:

Pasta Antonio Sales.

Pasta Filinto de Almeida.

Pasta Luís de Orleans e Bragança.

Pasta Machado de Assis.

Pasta Paulo Barreto.

Pasta Osvaldo Cruz.

Pasta Vicente de Carvalho.

Fontes impressas

1. Correspondências:

ASSIS, Machado de, Correspondência colligida e anotada por Fernando Nery, Rio de Janeiro, W.M. Jackson, 1937.

AZEVEDO, Aluísio, O touro negro (crônicas e epistolário), Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia., 1938.

CUNHA, Euclides da, Obra completa, volume II, Rio de Janeiro, José Aguilar, 1966.

NABUCO, Joaquim, Obras completas de Joaquim Nabuco, volume XIII: Cartas a amigos, coligidas e anotadas por Carolina Nabuco, volume I, São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949.

RODRIGUES, José Honório, Correspondência de Capistrano de Abreu, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1954.

VIRGILLO, Carmelo (org.), Correspondência de Machado de Assis com Magalhães de Azeredo, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1969.

2. Discursos:

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, Discursos acadêmicos (1897-1906), volume I, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1934.

_____, Discursos acadêmicos (1907-1913), volume II, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1935.

3. Periódicos:

O Amigo do Povo (1904)
A Bruxa (1896-1897)
Cidade do Rio (1896-1901)
Correio da Manhã (1902-1912)
Diário da Bahia (1910)
Diário do Governo (1945)
O Estado de São Paulo (1897)
Fon-Fon (1907-1912)
Gazeta de Notícias (1896-1912)
Gazeta da Tarde (1896-1897)
O Imparcial (1912)
A Imprensa (1898 e 1910-1912)
Jornal do Brasil (1896, 1901 e 1903)
O Malho (1903-1912)
O Paiz (1896-1912)
Renascença (1904-1907)
Revista da Academia Brasileira de Letras (1910-1913, 1925-1926 e 1929-1932)
Revista Brasileira (1895-1899)
O Seculo (1912)

4. Outras fontes impressas:

ACADEMIA BRAZILEIRA DE LETRAS, Reforma ortografica, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1907.

_____, Reforma ortografia - regras aprovadas em sessão de 21 de novembro, 1929, Rio de Janeiro, 1929.

_____, Estatutos e regimento interno, Rio de Janeiro, 1995.

ALBUQUERQUE, Medeiros e, Pontos de vista, Paris/Rio de Janeiro, Aillaut, Alves & Cie./Francisco Alves & Cia., 1913.

MENDONÇA, Lúcio de, Primeiras notícias da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1997.

RIBEIRO, João, O fabordão - crônica de vários assuntos, Rio de Janeiro/Paris, H. Garnier, 1910.

U.A., "FF e RR", *Kosmos*, ano 2, n. 11, novembro de 1905.

VERÍSSIMO, José, "As populações indígenas e mestiças da Amazonia - sua linguagem, suas crenças e seus costumes", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo L, parte I, 1887.

_____, "Vida literaria - a lingua portuguesa no Brazil", *Kosmos*, ano 1, n. 4, abril de 1904.

_____, "A Academia Brasileira", in Estudos de literatura brasileira (6a. série), Paris/Rio de Janeiro, H. Garnier, s.d.

NETO, Coelho, O morto - memórias de um fuzilado, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional/Departamento Nacional do Livro, 1994 (primeira edição de 1898).

_____, A conquista, Porto, Chardron, 1913,

Bibliografia geral

ALBUQUERQUE, Medeiros e, Minha vida - memórias, Rio de Janeiro, Calvino Filho, 1933.

ARANHA, Graça, O espírito moderno, São Paulo, Monteiro Lobato, 1925.

_____, Machado de Assis e Joaquim Nabuco - commentarios e notas à correspondência entre estes dous escriptores, São Paulo, Monteiro Lobato & C., 1923.

_____, Obra completa, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1969.

ASSIS, Machado de, Bons dias! - crônicas (1888-1889), introdução e notas de John Gledson, Campinas/São Paulo, Editora da Unicamp/HUCITEC, 1990.

_____, A Semana - crônicas (1892-1893), introdução e notas de John Gledson, São Paulo, HUCITEC, 1996.

BARBOSA, Osmar, Olavo Bilac - vida e obra, Rio de Janeiro, Ediouro, s.d.

BELLO, José Maria, História da República: 1889-1954 (síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira), São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1964.

BILAC, Olavo, Vossa insolência - crônicas, organização de Antônio Dimas, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

BOSI, Alfredo, História concisa da literatura brasileira, São Paulo, Cultrix, 1974.

BOURDIEU, Pierre, As regras da arte - gênese e estrutura do campo literário, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

BROCA, Brito, Naturalistas, parnasianos e decadistas - vida literária do Realismo ao Pré-Modernismo, Campinas, Editora da Unicamp, 1991.

_____, A vida literária no Brasil - 1900, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação do Ministério da Cultura/ Imprensa Nacional, 1956.

_____, Teatro das letras, Campinas, Editora da Unicamp, 1993.

_____, Machado de Assis e a política e outros estudos, Rio de Janeiro, Organizações Simões, 1957.

CARVALHO, José Murilo de, Os bestializados - o Rio de Janeiro e a República que não foi, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney, Cidade febril - cortiços e epidemias na Corte Imperial, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

_____, "A história nas histórias de Machado de Assis: uma interpretação de *Helena*", in *Primeira Versão*, n. 33, Campinas, IFCH/Unicamp, 1991.

CORREIA, Leôncio, A boêmia do meu tempo, Curitiba, Edições do Estado do Paraná, 1935.

CUNHA, Ciro Vieira da, No tempo de Patrocínio, São Paulo, Saraiva, 1960.

DANTAS, Paulo, Coelho Neto, São Paulo, Melhoramentos, 1952.

EDMUNDO, Luís, O Rio de Janeiro do meu tempo, Rio de Janeiro, Xenon, 1987.

- EL FAR, Alessandra, A encenação da imortalidade - uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924), dissertação de mestrado em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- GOMES, Ângela de Castro, "Essa gente do Rio... Os intelectuais cariocas e o modernismo", in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, (6) 11, 1993, pp. 62-77.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco, Os subversivos da República, São Paulo, 1986.
- JORGE, Fernando, Vida e poesia de Olavo Bilac, São Paulo, T.A. Queiroz, 1991.
- MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo, A vida turbulenta de José do Patrocínio, Rio de Janeiro/São Paulo, Lisa/Instituto Nacional do Livro, 1972.
- _____, Machado de Assis funcionário público (no Império e na República), Rio de Janeiro, Ministério da Viação e Obras Públicas/Serviço de Documentação, 1958.
- MENEZES, Emílio de, "Discurso de posse", in Obra reunida, Rio de Janeiro, José Olympio, 1980, pp. 386-392.
- MENEZES, Raimundo de, Emílio de Menezes - o último boêmio, Brasília/São Paulo, Instituto Nacional do Livro/Martins, 1974.
- _____, Guimarães Passos e sua época boêmia, São Paulo, Martins, 1953.
- _____, Bastos Tigre e la Belle Époque, São Paulo, EDART, 1966.
- MONTELLO, Josué, O presidente Machado de Assis nos papéis e relíquias da Academia Brasileira, Rio de Janeiro, José Olympio, 1986.
- MOTA, Artur, Vultos e livros (Academia Brasileira de Letras), São Paulo, Monteiro Lobato & Cia., 1921.
- NEEDELL, Jeffrey D., Belle Époque tropical - sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- NEVES, Fernão, A Academia brasileira de Letras - notas e documentos para a sua história (1896-1940), Rio de Janeiro, Publicações da Academia Brasileira, 1940.
- OTÁVIO, Rodrigo, Minhas memórias dos outros, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1935.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda, O carnaval das letras, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1994.
- _____, "Literatura e História Social: a Geração Boêmia no Rio de Janeiro do fim do Império", in *História Social: revista da pós-graduação em História*, IFHC/Unicamp, Campinas, n. 1, 1994, pp. 29 a 64.
- PONTES, Elói, A vida exuberante de Olavo Bilac, Rio de Janeiro, José Olympio, 1944.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de, Os radicais da república - jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897), São Paulo, Brasiliense, 1986.
- RIO, João do, O momento literário, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional/Departamento Nacional do Livro, 1994 (primeira edição de 1905).
- SCHWARCZ, Lília Moritz, O espetáculo das raças - cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930), São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau, Literatura como missão - tensões sociais e criação cultural na Primeira República, São Paulo, Brasiliense, 1983.
- _____, A Revolta da Vacina - mentes insanas em corpos rebeldes, São Paulo, Scipione, 1993.
- SILVA, Hélio, Nasce a República (1888-1894), Rio de Janeiro, Editora Três, 1975.
- SÜSSEKIND, Flora, Cinematógrafo de letras - literatura, técnica e modernização no Brasil, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

VELLOSO, Mônica Pimenta, Modernismo no Rio de Janeiro - Turunas e Quixotes, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

VENTURA, Roberto, Estilo tropical - história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914), São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

Bibliografia de apoio

Academia Brasileira de Letras, Anuário (1978-1980), Rio de Janeiro, 1981.

AUGÉ, Paul (dir.), Larousse du XXème siècle, 6 volumes, Paris, Librairie Larousse, 1928.

BREUILLE, Jean-Philippe, Dictionnaire de peinture et de sculpture: L'art du XIXème siècle, Paris, Larousse, 1993.

DANTAS, Tereza Cristina de Souza (coord.), Catálogo da correspondência de Joaquim Nabuco, Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1985.

Enciclopédia de Literatura Brasileira, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Fundação de Assistência ao Estudante, 1990.

FIGUEIREDO, Cândido de, Nôvo dicionário da língua portuguesa, 2 volumes, Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmãos, 1899.

Grande enciclopédia portuguesa e brasileira, Lisboa/Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédica, s.d.

JANSON, H.W. & ROSENBLUM, Robert, Art of the nineteenth century - printings and sculpture, Londres, Thames & Hudson, 1984.

MENEZES, Raimundo de, Dicionário literário brasileiro, 5 volumes, São Paulo, Saraiva, s.d.